Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Educação e Humanidades
Faculdade de Formação de Professores

Marlon Barcelos Ferreira

Uma Longa História Local e Indígena na Região dos Lagos: Arqueologia, Patrimônio, Museu e Ensino

São Gonçalo
2024

Marlon Barcelos Ferreira

Uma Longa História Local e Indígena na Região dos Lagos:

Arqueologia, Patrimônio, Museu e Ensino

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa Pós Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientador: Prof. Prof. Dr. Rui Aniceto Nascimento Fernandes

São Gonçalo

2024

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/D

FEITA NA BIBLIOTECA

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

_____ _____

Assinatura Data

Marlon Barcelos Ferreira

Título: sub Uma Longa História Local e Indígena na Região dos Lagos: Arqueologia, Patrimônio, Museu e Ensino

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 17 de Dezembro de 2024

Banca Examinadora:

_____

Prof. Dr. (Orientador) Rui Aniceto Nascimento Fernandes
Faculdade de Formação de Professores – UERJ

_____

Prof. Dr. Luís Reznik

Faculdade de Formação de Professores – UERJ

_____

Profª. Dra. Marcia Regina Romeiro Chuva

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

_____

Profª. Dra Juçara da Silva Barbosa de Mello

Pontifícia Universidade Católica

_____

Prof. Dr. José Ribamar Bessa Freire

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

São Gonçalo

2024

DEDICATÓRIA

Este trabalho é dedicado a memória do meu Pai: Alfrânio Nunes Ferreira

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos povos indígenas que nunca deixaram de lutar pelos seus direitos e ainda hoje sofrem com o descaso, esquecimento e a violência.

Agradeço ao Professor Ricardo Adriano e a Senhora Sueli Amaral que me atenderam de forma gentil na busca de informações sobre a história da cidade.

Agradeço ao Diretor Rodrigo Pontes e demais funcionários do Museu Arqueológico Sambaqui da Tarioba e da Fundação Cultural, em Rio das Ostras, pela dedicação e cortesia no atendimento.

Agradeço aos funcionários Clóvis Brasil e todos os demais, do Centro de Memória de Araruama, que apesar das dificuldades, lutam dia a dia pela cultura, história e memória de Araruama.

Agradeço à funcionária Vanderlea Maria da Silva, do Museu Sambaqui de Saquarema, pelo atendimento e pela ajuda nesta pesquisa. Apesar das dificuldades, ela luta diariamente pela preservação da cultura, história e memória de Saquarema.

Agradeço ao arqueólogo Juber de Deco pela gentileza e grande ajuda durante esta pesquisa e na sua luta pela preservação do nosso patrimônio arqueológico. Sua colaboração foi essencial para o desenvolvimento deste trabalho.

Agradeço aos amigos e amigas de caminhada na UERJ, que partilharam dúvidas, incertezas e vitórias nessa caminhada em busca do conhecimento.

Agradeço aos funcionários da UERJ pela dedicação e sua luta, orgulho e profissionalismo.

Agradeço a todos os professores do Programa de Pós-Graduação em história da FFP-UERJ, pela dedicação e amor ao magistério.

Agradeço aos professores de minha qualificação, Prof. Dr. Luís Reznik e Profª. Dra. Márcia Chuva, que me ajudaram com suas observações e profissionalismo.

Agradeço ao meu orientador Professor Rui Aniceto, pela paciência, compreensão e pelas conversas que me trouxeram conhecimento sobre o ofício do historiador e da própria vida. Uma pessoa que soube compreender todas as dificuldades o meu percurso com muito conhecimento sobre história e principalmente a vida. Não existem palavras para agradecê-lo.

Agradeço a minha mãe e irmão que participaram dessa jornada ao meu lado de forma incondicional.

Agradeço a minha amada esposa Denise, pelas leituras, correções, conversas e paciência nessa longa jornada. Sempre ao meu lado de forma inquestionável.Te amo!

Agradeço a minha filhinha, Cecília, que entrava no meu quarto durante as longas horas de trabalho esperando para poder brincar comigo. Agora posso falar, terminei! Vamos brincar!!!!

É claro que nós [indígenas] temos muitas coisas em comum, porque nós somos parte da natureza, nós somos a natureza. A única diferença é que a sociedade 'civilizada' trouxe o esquecimento para as pessoas."

Daniel Munduruku

RESUMO

FERREIRA, Marlon Barcelos Ferreira. *Uma longa história local e indígena na Região dos Lagos:* Arqueologia, Patrimônio, Museu e Ensino. F. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2024.

A presente tese tem como objetivo entender como a expansão das pesquisas arqueológicas nos últimos anos nas localidades de Araruama, Rio das Ostras e Saquarema, na Região dos Lagos tem contribuído para o surgimento de novos olhares sobre a história e a memória local e indígena. Vale dizer que a emergência indígena na história local está diretamente interligada ao desenvolvimento das pesquisas arqueológicas. Logo, nesse processo o trabalho dos arqueólogos fez emergir memórias locais submersas, que exigiam ações para serem preservadas nas comunidades. Diante disso, esta pesquisa buscou compreender de que maneira as motivações científicas, afetivas, políticas e econômicas se entrelaçaram, influenciando a forma como a história e o patrimônio local e indígena foram interpretados e representados nessas cidades. Como resultado, um consenso narrativo foi, gradativamente, formado, envolvendo diferentes agentes com interesses diversos nesse patrimônio. Em contextos favoráveis, esses esforços contribuíram para a criação de museus, como o Museu Tupinambá (em Araruama), o Museu Sambaqui da Tarioba (em Rio das Ostras) e o Museu do Sambaqui da Beirada (em Saquarema). Nesses espaços, o passado local se materializou por meio dos vestígios e artefatos recuperados, textos e painéis, construindo uma narrativa local e indígena sobre essas cidades, tanto nas exposições quanto nas ações educacionais diárias. Ademais, a pesquisa analisou as tendências pedagógicas presentes nesses museus, observando como as práticas educativas interagem com o contexto local e cultural, bem como de que modo contribuem para a construção de um entendimento mais amplo da história local e indígena, possibilitando uma educação inclusiva e democrática.

Palavras-chave: História Local. História Indígena. Museu. Ensino de História.

ABSTRACT

FERREIRA, Marlon Barcelos Ferreira. Title: A long local and indigenous history in the Lagos Region: Archeology, Heritage, Museum and Teaching. F. Thesis (Doctorate in Social History) – Faculty of Teacher Training, State University of Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2024.

This thesis aims to understand how the expansion of archaeological research in recent years in the locations of Araruama, Rio das Ostras and Saquarema, in the Lagos Region, has contributed to the emergence of new perspectives on local and indigenous history and memory. It is worth mentioning that the indigenous emergence in local history is directly linked to the development of archaeological research. Therefore, in this process, the work of archaeologists brought to the surface submerged local memories, which required actions to be preserved in the communities. Given this, this research sought to understand how scientific, emotional, political and economic motivations were intertwined, influencing the way in which local and indigenous history and heritage were interpreted and represented in these cities.
As a result, a narrative consensus was gradually formed, involving different agents with different interests in this heritage. In favorable contexts, these efforts contributed to the creation of museums, such as the Tupinambá Museum (in Araruama), the Sambaqui da Tarioba Museum (in Rio das Ostras) and the Sambaqui da Beirada Museum (in Saquarema). In these spaces, the local past materialized through recovered traces and artifacts, texts and panels, building a local and indigenous narrative about these cities, both in exhibitions and in daily educational actions. Furthermore, the research analyzed the pedagogical trends present in these museums, observing how educational practices interact with the local and cultural context, as well as how they contribute to the construction of a broader understanding of local and indigenous history, enabling inclusive and democratic.

Keywords: Local History. Indigenous History. Museum. Teaching History.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	Mapa da Região dos Lagos.....	17
Figura 2 –	Pedra Sulcada em Cabo Frio.....	37
Figura 3 –	Primeiro Brasão de Araruama.....	49
Figura 4 –	Brasão de Saquarema.....	61
Figura 5 –	Brasão de Rio das Ostras.....	78
Figura 6 –	Novo Brasão de Araruama.....	36
Figura 7	Lina Kneip no Sambaqui da Beirada.....	158
Figura 8	Rua Lina Kneip.....	163
Figura 9	Casa de Cultura.....	187
Figura 10	Planta do Plano Museológico: Primeiro Andar.....	190
Figura 11	Planta do Plano Museológico: Segundo Andar.....	191
Figura 12	Museu Arqueológico de Araruama.....	196
Figura 13	Painel da primeira exposição em uso 1.....	197
Figura 14	Painel da primeira exposição em uso 2.....	197
Figura 15	Painel da primeira exposição em uso 3.....	201
Figura 16	Planta do Museu 1999.....	205
Figura 17	Casa de Cultura.....	207
Figura 18	Museu Sambaqui da Tarioba.....	208
Figura 19	Busto do Homem do Sambaqui.....	209
Figura 20	Sambaqui da Tarioba.....	211

Figura 21	Prédio Principal do Sambaqui da Beirada.....	221
Figura 22	Sambaqui da Beirada.....	225
Figura 23	Atividade no Museu 1.....	260
Figura 24	Atividade no Museu 2.....	261
Figura 25	Alunos no Sambaqui da Beirada.....	270
Figura 26	Atividade no Museu – Baú do Tempo.....	271
Figura 27	Baú do Tempo.....	273

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AP	Antes do Presente
APACS	Associação de Preservação Ambiental e Cultural de Saquarema
CECA	Comitê de Educação e Ação Cultural
IAB	Instituto de Arqueologia Brasileira
ICOM	Conselho Internacional de Museus
ICOMOS	Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MINOM	Movimento Internacional para uma Nova Museologia
MN	Museu Nacional
SAE	Serviço de Assistência ao Ensino de História Natural
SAB	Sociedade de Arqueologia Brasileira
UFRJ	Universidadae Federal do Rio de Janeiro
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
PRONAPA	Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	16
1	**UM OLHAR SOBRE AS HISTÓRIAS LOCAIS: ARARUAMA, RIO DAS OSTRAS E SAQUAREMA**.....	37
1.1	**1930/1970 - A construção das primeiras narrativas locais em Araruama, Rio das Ostras e Saquarema**	43
1.1.1	**1930/1970 - A construção de uma história local também patrimonial: Um dialógo entre as primeiras narrativas**	62
1.2	**1980/1990: Novos contextos locais, regionais e nacionais e as novas perspectivas na construção do conhecimento sobre o passado**.....	68
2	**A ERA DOS MUSEUS LOCAIS NA REGIÃO DOS LAGOS: ARQUEOLOGIA, PATRIMÔNIO E AS HISTÓRIAS LOCAIS.....**	94
2.1	**1930/1960: O primeiro período da arqueologia regional: construindo narrativas desconectadas**.....	95
2.1.1	1960-1970: A transição do primeiro para o segundo período da arqueologia na Região dos Lagos.....	98
2.1.2	Os primeiros projetos museais: desafios à sua implementação.....	103
2.2	**1980-1990: O segundo período da arqueologia nos municípios da Região dos Lagos e a emergência dos museus arqueológicos.....**	108
2.2.1	Uma pré – história ou história indígena antiga/pré-colonial?.....	123
2.3	**O Museu Arqueológico de Araruama.....**	131
2.4	**O Museu Arqueológico Sambaqui da Tarioba em Rio das Ostras.....**	139
2.5	**O Museu Arqueológico Sambaqui da Beirada.....**	152
3	**NARRATIVAS E DISCURSOS EXPOSITIVOS NOS MUSEUS DE ARARUAMA, RIO DAS OSTRAS E SAQUAREMA.....**	164
3.1	**Um olhar geral sobre os museus de história indígena da Região dos Lagos**	181
3.2	**O Museu Arqueológico de Araruama/Centro de Memória Municipal: narrativas e discursos sobre a história local.....**	185

3.3	**O Museu Arqueológico Sambaqui da Tarioba em Rio das Ostras: narrativas e discursos sobre a história indígena local.....**	201
3.4	**O Museu Arqueológico Sambaqui da Beirada em Saquarema: narrativas e discursos sobre a história local.....**	218
4	**A INTERAÇÃO ENTRE MUSEUS E ENSINO EM ARARUAMA, RIO DAS OSTRAS E SAQUAREMA.....**	229
4.1	**Diálogos entre o museu e o ensino: Araruama, Rio das Ostras e Saquarema.....**	230
4.1.1	Um primeiro olhar: Araruama, Rio das Ostras e Saquarema.....	243
4.2	**Diálogos entre o Museu e o Ensino: o Museu de Araruama – 2006-2013**	251
4.3	**Dialógos entre o Museu e o Ensino: o Museu de Rio das Ostras.....**	262
4.4	**Dialógos entre o Museu e o Ensino: o Museu de Saquarema.....**	267
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	275
	REFERÊNCIAS.....	281

INTRODUÇÃO

Conhecida por suas deslumbrantes paisagens litorâneas, por seu clima ameno e rica biodiversidade, a Região dos Lagos, localizada no estado do Rio de Janeiro, é um destino turístico e cultural de grande relevância. Esse local, é oficialmente designado, pela Companhia de Turismo do Estado do Rio de Janeiro (TurisRio)[1], como Costa do Sol ou, popularmente, Região dos Lagos. Dela, fazem parte os municípios de Araruama, Armação dos Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Carapebus, Casimiro de Abreu, Iguaba Grande, Macaé, Maricá, Quissamã, Rio das Ostras, São Pedro da Aldeia e Saquarema. Diante disso, com o objetivo de normatizar o uso da terminologia, nesta pesquisa se optou pelo nome Região dos Lagos ao se referir aos municípios dessa parte do litoral fluminense.

Ao longo das décadas, essas localidades foram gradualmente forjando uma identidade comum, construída a partir de uma série de elementos históricos, culturais e econômicos que ajudaram a moldar a percepção da região. E, no que tange à origem política dessas cidades, Luiz Guilerme Scaldaferri Moreira e José Francisco de Moura (2020) explicam que ocorreram a partir do desmembramento de Cabo Frio. Consideram-se, nesse contexto, a expansão das salinas, bem como no século XX o advento do turismo, entre outros fatores capazes de, ao longo do tempo, construir uma identidade regional.

Assim, a Região dos Lagos, como ficou conhecida, emergiu não apenas como uma construção geográfica e econômica, mas também como uma construção simbólica, baseada em suas ações políticas, suas atividades e, sobretudo, nas narrativas compartilhadas por seus habitantes ao longo do século XX (PEREIRA, 2010; FERNANDES, 2017).

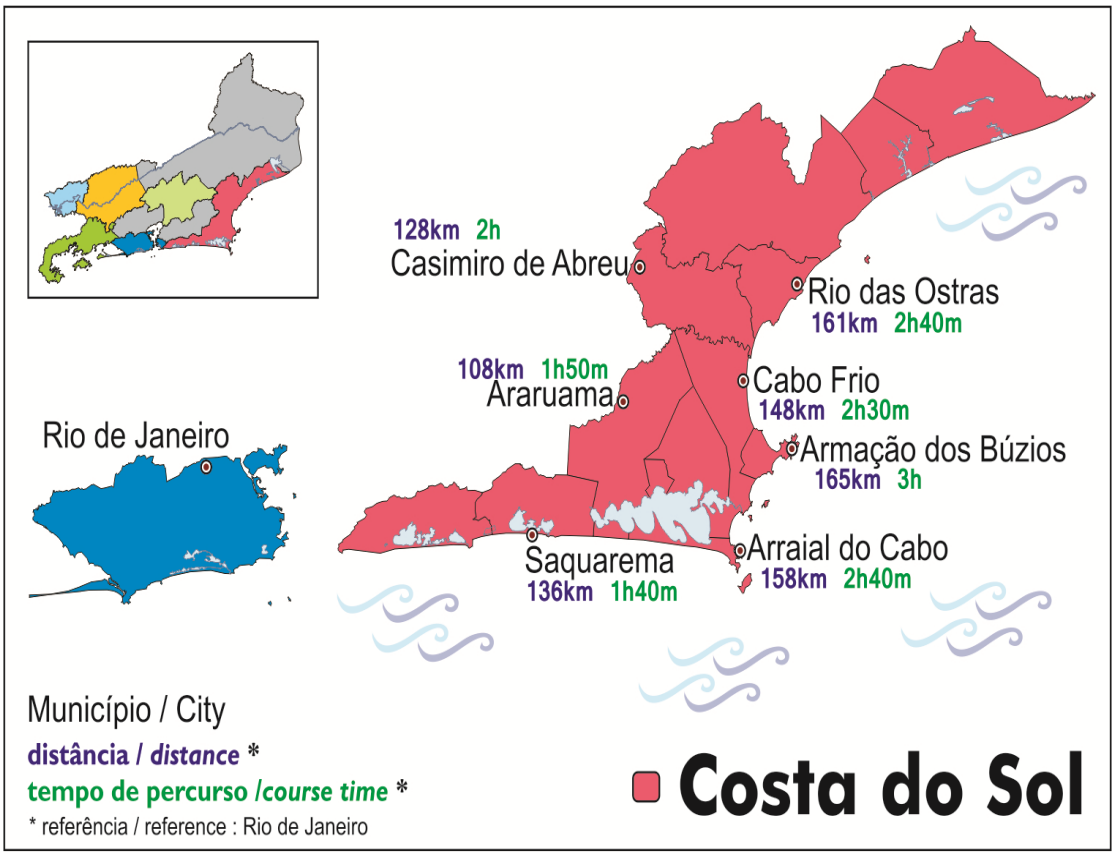
Desde a década de 1950, essa região vive um constante crescimento populacional, fato que se intensificou nos últimos 20 anos. Vale mencionar que "[...] somente no período entre 1996 e 2000 cerca de 100.000 pessoas migraram para a região.", infere o pesquisador Mauro Kleiman (2008, p. 2). Por conseguinte, essas mudanças promoveram a expansão urbana, econômica, turística e um grande crescimento populacional que, em poucos anos, transformaram as feições urbanas dessas localidades.

E, nesse contexto expansionista, salinas estão sendo desativadas, dando espaços a loteamentos. Somado a isso, casarões antigos são demolidos para o surgimento de edifícios de muitos andares. Todavia, indo na contramão, verifica-se também a emergência de patrimônios indígenas, e em algumas de suas cidades, até um esforço na criação de museus dedicados à

[1] Companhia responsável pelo desenvolvimento e planejamento do turismo no Estado do Rio de Janeiro.

história indígena dessas localidades: o Museu Tupinambá, em Araruama; o Museu Sambaqui da Tarioba, em Rio das Ostras; e, o Museu do Sambaqui da Beirada, em Saquarema.

Figura 1 – Mapa da Região dos Lagos



Fonte: PAULA, 2023, s.p.

A expansão da temática relacionada aos povos nativos não é algo exclusivo dessas cidades. Ela ganhou intensidade nos últimos anos, refletindo tanto as mudanças sociais e políticas quanto a luta do movimento indígena brasileiro ao longo das últimas décadas. Nesse contexto, nos últimos anos, foram alcançados avanços significativos, entre os quais se destaca um marco importante relacionado à história e à memória dos povos nativos, a Lei 11.645/08[2], sancionada em 2008, durante o governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva. Essa norma determina a obrigatoriedade do ensino de História, bem de culturas afro-brasileira e indígena aos estudantes da Educação Básica em todo o território nacional.

Visa, pode-se dizer, romper com um modelo de ensino de História predominantemente hegemônico, que, ao longo do tempo, excluiu ou marginalizou as contribuições e a história dos povos indígenas (FREIRE, 2006; COELHO, 2009). Como destaca Lima (2006), esse

[2] Lei disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm

modelo de ensino desconsiderava a relevância das culturas indígenas na construção da história do Brasil.

Por sua vez, reconhece-se que a implementação do ensino de história indígena nas escolas ainda é uma preocupação relevante, mesmo após os avanços das últimas décadas. Nesse contexto, uma das maiores dificuldades reside na formação dos próprios professores, pois, como aponta José Ribamar Bessa Freire, é fundamental "[...] interferir nos currículos de licenciatura em todas as universidades públicas e privadas" (FREIRE, 2010, n.p.) e ao mesmo tempo "[...] jogar pesado em oficinas e cursos de atualização de professores [...]" (FREIRE, 2010, n.p.) dos vários níveis da educação. Reconhece-se, desse modo, como salienta Chuva (2020), que muitos desafios ainda marcam as demandas dos povos originários. Assim,

> A ideia de direito ao patrimônio é, portanto, subsidiária dessa discussão. A inclusão de identidades culturais em espaços consagrados nacionais talvez seja um dos primeiros passos em direção a outras demandas desses grupos, como a posse da terra. Daí a ideia de direitos através do patrimônio. (CHUVA, 2020, p. 31).

Nesse sentido, tornam-se válidas ações que promovam a incorporação dos indígenas como agentes ativos e participantes na construção do passado, presente e futuro da nação brasileira. E, no caso das localidades da Região dos Lagos, a temática se inseriu também por meio de ações patrimoniais e museológicas, em um contexto também marcado pelas ações de agentes, principalmente arqueólogos, em um longo processo de patrimonialização, resultando na criação de museus indígenas locais. Certo também é que, na busca por entender esses espaços, torna-se necessário adentrar no próprio campo da arqueologia dessas localidades.

As pesquisas arqueológicas, inseridas em projetos mais abrangentes, tiveram início na Região dos Lagos na década de 1970, ganhando maior impulso e visibilidade a partir das décadas de 1980 e 1990. E, ao longo dessas décadas, os arqueólogos conseguiram elaborar um quadro geral, demonstrando a antiguidade da colonização nativa nessas terras. Essas buscas se desenvolveram em toda a região, mas se concentraram principalmente em torno das bacias hidrográficas do Complexo Lagunar de Saquarema, do Complexo Lagunar de Araruama e da Bacia do Rio São João (GUIMARÃES, 2007). Por sinal, os dados obtidos permitiram demonstrar que a ocupação sistemática e regular desse espaço do litoral brasileiro, começou há milhares, quando os primeiros humanos chegaram à região.

Essas áreas, explica o pesquisador,

> [...] foram estudadas, de forma descontínua, por grupos de pesquisadores desde a década de 30, do século XX. Tal situação resultou na elaboração de um quadro

> arqueológico bem delineado do ponto de vista locacional e temporal. Assim, foram localizados 135 sítios arqueológicos na região distribuídos em três sistemas socioculturais: os grupos nativos Tupinambá (40 sítios); os grupos da tradição ceramista Una (9 sítios); e grupos sambaquieiros (86 sítios). As datações radiocarbônicas disponíveis indicam que a Região dos Lagos foi intensamente colonizada por populações nativas desde 5.000 anos AP até o momento da invasão europeia no século XVI. (GUIMARÃES, 2007, p. 89).

A partir das pesquisas, os arqueólogos construíram um panorama da colonização originário da região, o que, até o presente momento, demonstra que o começo da presença humana naquele espaço ocorreu há aproximadamente cinco mil anos (GUIMARÃES, 2007; BUARQUE, 2009; KNEIP, 2001). Essa marcação temporal foi definida a partir das pesquisas que aconteceram no município de Saquarema, e que trouxeram as datações absolutas mais antigas da presença humana na Região dos Lagos: 5.740±70 anos AP[3](GUIMARÃES, 2007, p.165).

A partir daquele momento, a ocupação da região foi se desenhando por meio da ação dos grupos humanos nomeados pelos pesquisadores de sambaquianos ou sambaquieiros (GASPAR, 2000). A origem desse nome é fruto da junção de duas palavras do idioma Tupi, *tamba* (conchas) e *ki* (amontoado), dando origem a palavra em português que definiu esse modelo de sítio arqueológico: sambaqui (PROUS, 1992). Esse tipo de sítio arqueológico foi definido pelos pesquisadores do PRONAPA (Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas) e consiste em um "[...] sítio arqueológico cuja composição seja predominantemente de conchas." (SOUZA, 1997, p. 115).

Pioneiramente, esse grupo ocupou de forma solitária esse território até o terceiro milênio antes do presente. A partir daquele momento, ocorreu uma segunda leva de populações que chegaram ao litoral e começaram a sua ocupação: a tradição[4] Tupiguarani e a tradição Una (PROUS, 1992; CORDEIRO, 2004). Nesse sentido, esses grupos sociais distintos passaram a ocupar um mesmo ambiente. Não há um consenso se esse processo de interação foi amistoso ou violento, mas os dados arqueológicos demonstram que as presenças dos grupos Tupiguarani e Una levaram a desestruturação do modo de vida e padrões culturais dos sambaquianos.

O contato intersocietal, cabe pontuar,

[3] Em arqueologia, a sigla AP significa Antes do Presente e é utilizada como marco referencial nas datações arqueológicas. Usa como base o ano presente de 1950 (SOUZA, 1997)

[4] Tradição é um conceito da arqueologia que consiste em um "Grupo de elementos ou técnicas com persistência temporal" (SOUZA, 1997, p. 124).

> [...] foi estabelecido a partir da introdução de ovos itens (cerâmica), de novas tecnologias (apurado domínio da técnica de lascamento do quartzo) e de práticas funerárias (cremação) no sistema sociocultural dos pescadores e coletores, tendo um maior peso no processo de mudança sociocultural, as variáveis tecnológica e simbólica sendo, contudo, impossível clarificar as relações que estavam envolvidas. O contato entre os grupos de pescadores e coletores e os grupos ceramistas Tupinambá e da tradição Una parece ter ocorrido em condições desfavoráveis para os primeiros, pois suas características antibelicistas não lhes forneceram aporte capaz de organizar uma resposta que impedisse ou limitasse as incursões dos grupos ceramistas, portadores de uma organização social mais complexa. Assim, frente ao contato, a sociedade sambaquiana, unidade de análise escolhida para se compreender o contato intersocietal, entrou em colapso (GUIMARÃES, 2007, p. 20-21).

Na região dos Lagos, as datações obtidas pelos pesquisadores trazem datas bem antigas para a entrada do grupo Tupinambá e seu estabelecimento na região. As datações no sítio arqueológico de Morro Grande, em Araruama, trouxeram datações absolutas de 2920 ±70 AP., 2.600±160 AP, 2.200±70 AP e outra de 1.740±90 AP (MAGESTE, 2017, p. 224). Essas datações obtidas no sítio de Morro Grande são bem recuadas perante o conjunto de outras, dessa vez obtidas nos sítios arqueológicos relacionadas aos tupinambás em outras regiões do Sudeste. Aliás, isso tem provocado debates entre os pesquisadores sobre a expansão e o estabelecimento desse grupo ao longo do território nacional, pois,

> Certamente, os dados despertaram cautela entre os pesquisadores envolvidos nos estudos, principalmente por ir de encontro às cronologias clássicas desenvolvidas para a Tradição Tupiguarani, no que diz respeito ao seu centro de origem e rotas de dispersão [...]. Cientes dessa situação, as amostras foram datadas por laboratórios diferentes, o que salientou a coerência nos resultados informados. Além disso, as análises antracológicas desenvolvidas, aliadas ao trabalho minucioso de escavação permite inferir com certa segurança a origem antrópica dos carvões datados e sua inegável associação com os contextos arqueológicos [...] (MAGESTE, 2017, p. 224).

Por sua vez, a arqueóloga Angela Buarque (2009), em suas pesquisas em Araruama, a partir de um estudo envolvendo arqueologia e dados históricos, associou essa tradição arqueológica aos Tupinambás históricos. Esse grupo era praticante de uma agricultura baseada principalmente na mandioca, complementando sua dieta com a caça, a pesca e a coleta. Portadores de uma cerâmica variada e de inúmeros artefatos líticos, cerâmicos, têxtil e vegetal, os tupinambás também praticavam sepultamentos primários e secundários (PROUS, 1992).

Nessa segunda leva de grupos nativos, houve ainda a ocupação da região por outro grupo ceramista vindo do interior: a tradição Una. Era formado por caçadores, pescadores, coletores e praticantes de uma agricultura de subsistência a base de milho. Também era

portador de uma cerâmica simples e de inúmeros artefatos líticos, cerâmicos, têxtil e vegetal (SEDA; MACHADO; SENE; SILVA, 2011; PROUS, 1992).

Na Região dos Lagos, alguns sítios arqueológicos trazem amostras da presença de artefatos e vestígios dessa tradição por volta do ano 2.000 anos AP. Essa presença, entretanto, "[...] seria esporádica e devia se dar a partir de rápidas incursões." (GUIMARÃES, 2007, p. 224). "As datações absolutas disponíveis para a ocupação da tradição Una, na Região dos Lagos, estabelecem uma data por volta de 1.065±90 anos AP para sua implantação na região." (GUIMARÃES, 2007, p. 223), o que demonstra que uma ocupação de forma mais intensa e sistemática ocorreu apenas em períodos posteriores.

São poucos sítios arqueológicos ligados a esse grupo presentes na região. Eles, vale dizer, atestam uma presença estabelecida próxima ao ano mil da era Cristã. O principal deles é o Grande do Una, e o mais intensamente pesquisado, está localizado no município de Cabo Frio, a menos de dois quilômetros de distância do limite intermunicipal, sendo datado de 920 ± 60 AP (BUARQUE; BAUMANN; CORDEIRO; GUIMARÃES, 2020, p.29; OLIVEIRA, 2004).

A arqueóloga Jeanne Cordeiro de Oliveira (2004), que pesquisou o Sítio Arqueológico do Grande Una, na foz do Rio Una em Barra de são João, em seus estudos associou a cultura material ligada à tradição Una, do referido sítio, ao grupo étnico Goitacá, do período histórico. Essa interface entre tradições arqueológicas do período denominado de pré-história com etnias indígenas do período história é resultado de debates contemporâneos da arqueologia, etno-história, história e outras disciplinas (BUARQUE, 2009; OLIVEIRA, 2004).

Durante muito tempo, esse período da primeira colonização indígena foi colocado no campo conceitual denominado de pré-história brasileira. Porém, dentro de novas perspectivas teóricas, procura-se incorporar como história da América, do Brasil e dos povos indígenas contemporâneos, o período anterior à chegada e à colonização portuguesa. Essa divisão "[...] coloca a identidade indígena em outro campo discursivo, associado a tudo aquilo que diz respeito aos momentos anteriores ao contato e, dessa forma, destacados da realidade colonial." (SOUZA, 2017, p. 145). Por sinal, trata-se de um fato que é resultado de como a história indígena é narrada e pensada dentro da história nacional. Advoga-se, nesse sentido,

> Na arqueologia o termo pré-histórico ou pré-história vem sendo substituído por pré-colonial (16), reflexo das críticas modernas, que advogam a favor de uma arqueologia menos colonizadora, identificando os vestígios arqueológicos americanos com antepassados das sociedades atuais. Com esta perspectiva,

> politicamente mais consciente, se entende os grupos indígenas como partícipes da história americana (CORRÊA, 2013, p.26).

Esses novos trabalhos entendem a história indígena dentro da ótica de uma longa história indígena, ou seja, um conceito que busca entender a história dos povos nativos de um modo mais amplo e profundo ao longo do tempo (BUENO, 2019; CORRÊA, 2013). Nesse caso, torna-se válido repensar essas narrativas históricas no sentido de se incorporar aos estudos, o período anterior ao contato, estabelecendo, assim, narrativas que buscam entender a trajetória desses povos ao longo do tempo, e a recuperar o agenciamento dessas populações, principalmente por intermédio do estudo dos artefatos e vestígios materiais. Essa perspectiva, vale dizer,

> [..] possibilita a reconstrução de processos históricos temporalmente extensos e diacronicamente lentos, representados por expansão populacional, territorialização, continuidade, mudança, abandono, ruptura e migração, resultando em uma história cultural dos povos indígenas (CORRÊA, 2013, p.27).

Portanto, trata-se de um debate em aberto, e, nesse contexto, há uma diversidade de conceitos utilizados para se referir aos períodos mais antigos da história indígena no Brasil, como pré-colonial, pré-contato e paleoíndio, sem que haja um consenso entre os pesquisadores (CORRÊA, 2013, BUENO, 2019). Diante disso, com o objetivo de normatizar o uso da terminologia, nesta pesquisa se optou pelo termo período pré-colonial (MAGESTA, 2017) ao se referir aos períodos mais antigos da história indígena.

No caso desta pesquisa, partiu-se justamente da observação empírica de como, nos últimos 30 anos, emergiram em várias localidades da Região dos Lagos museus de história dedicados à história indígena local. Nesse ponto, torna-se necessário esclarecer que, apesar de o Museu de Araruama ser um museu de arqueologia local, sua criação teve como foco principal os sítios arqueológicos ligados aos povos nativos. Ao longo de seu funcionamento, a temática indígena se destacou como o principal tema abordado, muitas vezes em detrimento de outros aspectos, de forma quase unânime. Por isso, o museu carrega uma identidade fortemente vinculada aos indígenas, refletindo o cenário regional de emergência indígena e sua relevância na construção da memória e da história dessas localidades.

Assim, podem-se identificar os seguintes museus, criados na região nos últimos 30 anos: a) Museu Arqueologico, em Araruama; b) Museu Sambaqui da Tarioba, em Rio das Ostras; c) Museu do Sambaqui da Beirada, em Saquarema. Todavia, o que é um museu?

Ao refletir sobre esse tema, é fundamental, em um primeiro momento, buscar uma definição para melhor compreendê-lo. Para tanto, o Conselho Internacional de Museus (ICOM)[5] tem a definição de um museu como,

> Um museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos e ao serviço da sociedade, que pesquisa, coleciona, conserva, interpreta e expõe o patrimônio material e imaterial. Abertos ao público, acessíveis e inclusivos, os museus fomentam a diversidade e a sustentabilidade. Com a participação das comunidades, os museus funcionam e comunicam de forma ética e profissional, proporcionando experiências diversas para educação, fruição, reflexão e partilha de conhecimentos (ICOM, 2024, s.p.)

No sentido de começar a refletir acerca da temática, torna-se válido necessário diferenciar um museu local ou municipal de um museu com esfera administrativa local. Para tanto, nessa pesquisa parte-se da definição de que um museu local é um *"[...] museu mantido e administrado pelo poder público municipal (prefeitura), constituindo a esfera mais local de poder e que estaria a serviço e ao desenvolvimento da sociedade de um específico território."* (PIMENTAL 2016. P.72). Portanto, um museu dedicado ao lugar em que está inserido, desempenhando um papel essencial no campo educacional e narrativo da localidade.

Nos últimos anos os museus locais ganharam alguma visibilidade no mundo acadêmico, com o crescimento de debates e discussões sobre o tema e inserido nesse contexto, no início do século foi criado um Comitê dedicado às Coleções e Atividades de Museus de cidade (CAMOC), junto ao Conselho Internacional de Museus (ICOM) (QUEIROZ, 2013). Refletindo assim, o crescimento do interesse no tema e atualizando as discussões com base nas teorias e discussões mais atuais sobre museus.

Agora, a partir do senso comum, costumamos associar museus a contextos específicos, como o Museu da Inconfidência, em Ouro Preto, ou o Museu da República, no Rio de Janeiro. No entanto, a proposta dos museus dedicados aos povos nativos dessas localidades levanta questões interessantes na Região dos Lagos. Por que esses museus de história local, relacionados aos povos nativos, foram criados nessas localidades? De fato, eles representam uma ruptura nas narrativas, ao oferecer visibilidade a esses povos na história das regiões em que estão inseridos? E, como professor, penso também nas possibilidades de ensino desses espaços junto à população local; afinal, eles foram pensados e planejados para esse propósito?

Em buscas de respostas para essas questões envolvendo história, memória, patrimônio e, nesse caso, também o ensino, o uso do conceito de Cultura Histórica se apresenta como

[5] O ICOM é uma Organização não-governamental que mantém relações formais com a UNESCO (ICOM, 2022) https://www.icom.org.br/?page_id=4

uma ferramenta teórica e metodológica importante. Em conclusão, o uso do conceito de cultura histórica permite compreender como sociedades interpretam e se relacionam com seu passado. Esse conceito foi sistematizado pelo historiador francês Bernad Guenée, e ganhou espaço quando Jacque Le Goff o utilizou em seu livro *História e Memória*. Assim, a cultura histórica é "[...] a relação que uma sociedade na sua psicologia coletiva, mantém com o passado." (LE GOFF, 1990, p. 48).

Mais adiante, o historiador espanhol Fernando Sánchez Costa também adotou o conceito de cultura histórica em suas reflexões. Para ele, a cultura histórica pode ser compreendida pela forma como uma sociedade relaciona, conhece e interpreta seu passado, ou seja, "[...] la cultura historica es el modo concreto y peculiar en que una sociedad se relaciona con su pasado."[6] (COSTA, 2009, p. 277). Esse historiador acrescenta que a "[...] conciencia (histórica) se plasmaba y se objetivaba después em el espacio público" [7] (*op. cit.*, p.275). Assim, nesta tese, entende-se também

> Entendo por cultura histórica os enraizamentos do pensar historicamente que estão aquém e além do campo da historiografia e do cânone historiográfico. Trata se da intersecção entre a história científica, habilitada no mundo dos profissionais como historiografia, dado que se trata de um saber profissionalmente adquirido, e a história sem historiadores, feita, apropriada e difundida por uma plêiade de intelectuais, ativistas, editores, cineastas, documentaristas, produtores culturais, memorialistas e artistas que disponibilizam um saber histórico difuso através de suportes impressos, audiovisuais e orais (FLORES, 2007, p. 95).

No caso estudado, pensar patrimônio e os museus é também pensar a construção de uma história local. Afinal, como posto, há leituras sobre o passado que emergem de outras fontes, além dos historiadores. Por essa perspectiva, esses patrimônios e museus se constituem como formas narrativas sobre o passado dessas localidades e que, no caso, utilizam-se da escavação, classificação, montagem do acervo e da exposição de seu patrimônio, uma vez que patrimônio, como salienta Guimarães (2012, p. 98), "[...] é também uma escrita do passado, submetida evidentemente a uma gramática e a uma sintaxe específicas.", com sua exposição e "[...] organização de objetos para produção de sentido." (MENESES, 1994, p. 22).

Dessa maneira, a discussão sobre o museu e sua função ganha destaque, pois entende-se que, de acordo como esse patrimônio arqueológico será exposto, deverá ser pensando como

[6]O trecho correspondente na tradução é: "A cultura histórica é a maneira concreta e peculiar pela qual uma sociedade se relaciona com seu passado". (tradução nossa)
[7]O trecho correspondente na tradução é: "consciência (histórica) foi refletida e objetivada mais tarde no espaço público". (tradução nossa)

uma forma de escrita da história e, consequentemente, uma forma de narrar o passado, em que a seleção dos vestígios e a montagem devem ser vistas como um tipo de operação historiográfica. Na sociedade, afinal,

> [...] existem inúmeros usos do passado e que envolvem operações historiográficas das mais extraordinárias. A gente não se dá conta, não é? O que é o trabalho de preservação do patrimônio? É o tempo todo você selecionar um bem para ser tombado. É organizar uma operação historiográfica. É praticar um tipo de pensamento histórico que valorize um tipo de objeto ou de bem simbólico e não outro. É claro que não é a mesma historiografia, a mesma operação historiográfica que essa gente realiza na universidade quando ensinamos História Moderna ou fazemos uma tese (KNAUSS, 2011, n.p.).

Ao mesmo tempo, é importante reconhecer que as memórias sociais e histórias de uma sociedade não surgem de um trabalho imparcial. Elas resultam de negociações, conflitos, bem como de interesses de diferentes grupos e indivíduos ao longo do processo (POLLAK, 1989). Portanto, a seleção e a negociação do que deve ser guardado e propagado são importantes para compreender a questão patrimonial e o nascimento dos museus municipais nessas localidades. Estabelece-se, cumpre ressaltar, um processo deliberado de seleção que visa determinar o que deve ser reconhecido como patrimônio nacional:

> El patrimônio es el proceso de negociar los signifcados y valores históricos y culturales que ocurren en torno a las decisiones que tomamos de preservar o no ciertos lugares físicos, ciertos objetos o eventos intangibles, y la manera en que entonces lós manejamos, exhibimos o llevamos a cabo. [8] (SMITH, 2011, p . 46)

Portanto, o conceito de cultura histórica preconizado por Costa (2009) nos possibilita tentar entender qual é a conexão dessas comunidades com seu passado e, em face disso, entender o contexto de criação desses espaços museológicos. Entende-se, nesse sentido, que essa ligação temporal ocorre de múltiplas formas, como ainda contempla os vários meios pelos quais os diferentes grupos, comunidades e nações constroem e projetam as suas narrativas, considerando também os agentes e os discursos envolvidos nesse processo de construção e propagação dessas leituras acerca do passado local.

Para esse fim, a metodologia de análise da produção da cultura histórica, proposta por Costa (2009), possibilita a compreensão da produção, da circulação, dos agentes, dos discursos e da transmissão dessas diversas formas narrativas que ocorrem por meio de uma

[8]O trecho correspondente na tradução é: “Património é o processo de negociação dos significados e valores históricos e culturais que ocorrem em torno das decisões que tomamos para preservar ou não certos lugares físicos, certos objetos ou eventos intangíveis, e a forma como os manejamos, exibimos ou realizamos.” (tradução nossa)

rede sociocomunicativa (*op. cit.*, 2009). Nessa rede, encontram-se: a) os "Configuradores de la cultura histórica"[9], isto é, os agentes emissores de uma determinada interpretação do passado (historiadores, memorialistas etc.); b) "El mensaje en la cultura histórica"[10], ou seja, os discursos construídos sobre o passado; c) "Los médios de la cultura histórica"[11], ou melhor, as diferentes formas narrativas ou meios de transmissão de uma leitura do passado (livros, museus, etc.); e) "Los receptores de la cultura histórica"[12] (*op. cit.*, p. 278), compreendidos como as pessoas que recebem o discurso. Cabe dizer que o último componente que trata da recepção não será contemplado nesta pesquisa.

Sendo assim, nesta tese, em sua primeira parte, busca-se compreender alguns aspectos da construção da história dessas localidades, e, nesse ponto, pretende-se mapear e analisar a relação com o passado desses lugares, valendo-se de livros locais, patrimônios e outros elementos pertinentes capazes de ajudar a desvelar, de algum modo, elementos básicos de uma cultura histórica desses lugares, nos quais se inserem os patrimônios e museus aqui destacados: Araruama, Saquarema e Rio das Ostras. No caso, destaca-se o interesse pelas leituras hegemônicas (COSTA, 2009; POLLACK, 1989) que se impuseram ao longo do tempo, resultado de diferentes forças agindo em conjunto e estabelecendo leituras e narrativas hegemônicas e oficiais a essas localidades.

Afinal, na tentativa de entender esses museus, destaca-se que é válido buscar compreender a relação dos habitantes desses municípios com seu passado, para estabelecer uma compreensão do cenário histórico que, ao final do século XX e início do XXI, propiciou um processo de patrimonialização e musealização (CHUVA, 2009) de artefatos e vestígios materiais associados aos povos nativos e, à emergência, nessas localidades, três museus ligados à história dessas localidades.

Assim posto, o foco da pesquisa foi pensar a partir dos marcos políticos administrativos que marcam o território dessas cidades. E, concomitantemente, destaca-se que, nos debates atuais de Geografia e de História, esse recorte espacial deve ser visto como uma construção, e não como algo natural,

> Deixava encoberta a questão essencial de que qualquer delimitação espacial é sempre uma delimitação arbitrária, e também de que as relações entre o homem e o espaço modificam-se com o tempo, tornando-se inúteis (ou não-operacionais) delimitações regionais que poderiam funcionara para um período mas não para outro (BARROS, 2005, p.110).

[9]O trecho correspondente na tradução é: " Configuradores da cultura histórica". (tradução nossa)
[10]O trecho correspondente na tradução é: "A mensagem da cultura histórica". (tradução nossa)
[11]O trecho correspondente na tradução é: "Os meios da cultura histórica". (tradução nossa)
[12]O trecho correspondente na tradução é: "Os receptores da cultura histórica." (tradução nossa)

A partir dessas novas discussões, portanto, ficou evidente que o recorte geográfico escolhido pelo pesquisador é sempre uma construção historiográfica, e não um recorte natural de um determinado território (BARROS, 2005). Desse modo, neste estudo, assim como Pimentel (2016, p. 16), adotou-se a definição de município "[...] entendida como sinônimo de governo local, cuja característica instrumental é a descentralização governamental e a presença de poder público dentro do território de um país.".

Compreende-se, pois, que a divisão político-administrativa atual é resultado em grande parte de um longo processo advindo da organização do territorial efetuado ao longo da conquista e da colonização dessas terras pelos portugueses (CARNEIRO; MOREIRA, 2010). Assim, houve a criação em 1615 da cidade de Cabo Frio, que, ao longo dos séculos, passou por diversos processos de desmembramentos que resultaram nos municípios atuais da Região dos Lagos.

Nas palavras de Pimentel (2016), esse

> [...] modelo municipal observado no território brasileiro tem origem no ordenamento jurídico português, estabelecido logo após a chegada dos europeus nas terras brasileiras e com a criação das Capitanias Hereditárias. Como ocorreu na Península Ibérica, o município no Brasil exerceu um papel de grande importância na política colonial. A orientação ideológica e as bases jurídicas das instituições foram dadas pelos arranjos contidos nas Ordenações Filipinas, porém adaptadas através dos Conselhos ao novo meio social (op. cit., p. 21).

Esse modelo de organização política e territorial se consolidou após a independência com a Constituição de 1824, estabelecendo, em seu artigo de número 167, que "Em todas as Cidades e Villas ora existentes, e, nas mais, que para o futuro se criarem haverá Câmaras, às quais compete o Governo econômico e Municipal das mesmas Cidades e Villas" (BRASIL, 1824, p.46). E, afinal, desde o século XIX, quando os núcleos urbanos foram se consolidando como centros políticos e econômicos, esses espaços começaram a desempenhar um papel na formação da identidade dos indivíduos, pois a sua delimitação não apenas transformou o espaço político-administrativo, mas também influenciou as relações sociais e culturais.

> Como e em que ocasião de nossa história nacional a localidade, entendida aqui como o município, tornou-se um elemento importante na constituição de um discurso identitário? Quando e em que circunstâncias essa forma de identidade surgiu e como tem se modificado ao longo do tempo? O que podemos assinalar inicialmente é que, desde a segunda metade do século XIX, constatamos a presença de um sentido social que procura identificar os indivíduos com as cidades onde nasceram. Observamos que é nesse período que se dá o aparecimento e a difusão de termos como "natalense", "mossoroense" e "assuense", entre outros similares, para caracterizar os moradores de determinada cidade da província, denotando, assim, esse novo sentido. (VIANA, 2017, p. 112-113)

Nesse sentido, parte-se do pressuposto de que esses espaços delimitados como unidades políticas e administrativas (as cidades) não são naturais, e sim espaços construídos pelas ações dos homens no tempo e na qual a história e a memória se tornam ferramentas importantes na consolidação dessa comunidade imaginada (ANDERSON, 1987). Aliás, a definição e os usos do conceito de uma história local constituem um tema de debate dentro da historiografia (BARROS, 2005; FERNANDES, 2009), mas, mesmo assim, é um conceito que, quando tratado com os devidos cuidados, se torna uma ferramenta importante nas mãos do historiador:

> Para nós, o local é uma instância narrativa da experiência humana. Ela constitui-se elemento do discurso dos diversos agentes sociais que demarcam suas "fronteiras", suas "rotas" e suas "expectativas" nesse recorte espacial. Logo, bairro, município, cidade são, para além de tradições inventadas, instâncias da ação. Compreendemos a narrativa da história local como uma mudança nas escalas de observação. O local, alçado em categoria central de análise, pode vir a constituir uma nova densidade no quadro das interdependências entre agentes e fatores constitutivos de determinadas experiências históricas então eleitas pela lupa do historiador. Nessa nova pintura, cada aparente detalhe, insignificante para um olhar apressado ou na busca exclusiva dos grandes contornos, adquire valor e significado na rede de relações plurais de seus múltiplos elementos constitutivos (REZNIK, 2005, p.5).

Portanto, esses espaços sociais são resultados de inúmeros fatores, e no caso, destaca-se o papel dessas narrativas locais que ajudam a moldar a percepção que a população tem de si mesma e do espaço o qual ocupam, considerando que "[...] uma de lãs funciones de la narrativa historica es delinear los límites de la comunidad."[13] (COSTA, 2009, p.278). Sendo assim, uma das premissas sobre a presente pesquisa se coloca como resultado de uma "[...] motivação interna (demandas da própria comunidade ou interesses pessoais do pesquisador)." (BARROS, 2022, p. 28).

Nessa pesquisa, um dos materiais para se buscar como esse passado é evocado nessas cidades são os livros de história dessas localidades. E, no que concerne às escolhas desses livros, estas se guiam pensando na produção dessas narrativas específicas sobre essas cidades, objetivando o público dessas localidades e consumidor dessas leituras sobre o passado local.

O recorte temporal, nesse ponto, considera os primeiros escritos da década de 1930 até os trabalhos mais recentes produzidos nessas localidades na década de 1990, quando ocorreu a criação dos museus locais. Essa longa temporalidade é dividida em dois momentos distintos.

[13]O trecho correspondente na tradução é: "Uma das funções da narrativa histórica é delinear os limites da comunidade[...]" (tradução nossa)

O primeiro, da década de 1930 até 1970, corresponde ao período em que se enquadra o cenário na qual se edificaram as primeiras narrativas sobre Araruama e Saquarema, reforçando que Rio das Ostras somente conquistou sua autonomia na década de 1990. Apesar dessa distancia temporal, tornam-se válidos levantar e refletir sobre esses livros, haja vista que os autores dessas primeiras narrativas foram elaborando temas e cronologias que serviram como referências narrativas, bem como fundamentaram as bases da construção de leituras históricas futuras nessas localidades.

Já, ao longo das décadas de 1980 e 1990, se desenvolveu o segundo momento de elaboração de escritos sobre a história dessas localidades. Nota-se que importância desse recorte temporal reside não apenas nas profundas mudanças que marcaram o contexto nacional, mas, sobretudo, no fato de que foi justamente nesse período que começaram as pesquisas arqueológicas sistemáticas, que tiveram um impacto significativo nas dinâmicas internas dessas localidades (BUARQUE, 2009; KNEIP, 1999; TRINDADE, 2001).

É válido ressaltar que, ao longo desses dois momentos, outros livros, artigos e textos foram redigidos sobre a história dessas localidades, mas em um nível de abrangência maior, seja estadual ou nacional[14]. Esses livros, em função disso, não possuíam raízes, conexões locais (autores locais ou motivados pelas prefeituras locais), sendo excluídos da pesquisa. E, inseridos nessa questão, salienta-se que a pesquisa não se foca na análise de colunas de jornais e revistas locais sobre o passado da região, apesar da existência desses registros.

Além disso, há dificuldades de localização devido às ausências de uma hemeroteca e de arquivos públicos nas cidades da Região dos Lagos. Considerando, pois, suas importâncias locais no sentido de preservação das histórias e memórias locais, torna-se necessário um trabalho crítico por parte dos historiadores no sentido de usá-las como fontes de conhecimento para estudos redigidos dentro das concepções de uma história acadêmica, pois,

> Certamente haverá graus de acuracidade nas recriações fronteiriças; caberá a historiografia acadêmica avaliá-los criticamente, caso a caso. Mas as liberdades narrativas inerentes à escrita literária podem ter valor propedêutico – o de pavimentar o caminho da compreensão histórica (ALBIERI; GLEIZER, 2009. p. 30).

Entende-se, desse modo, que os livros de história e outros meios narrativos não devem ser ingenuamente tirados como verdadeiros, uma vez que o historiador limitava-se "[...] à colheita das informações diretas que estes textos lhes podiam proporcionar." (BASTOS, 2011,

[14] Como o livro *Homem e a Restinga*, de Alberto Ribeiro Lamego, de 1945 e abrangendo vários municípios da Região dos Lagos.

p. 3). Logo, dentro de uma perspectiva que se ampliou nas últimas décadas diante dos debates e avanços historiográficos, entende-se que esses livros e meios narrativos que serão analisados ao longo da pesquisa sejam "[...] portador(res) de um discurso que, assim considerado não pode ser visto como algo transparente." (BASTOS, 2011, p. 3).

Nesse sentido, utiliza-se a metodologia da análise do discurso como uma ferramenta que permite observar esses discursos e, assim, compreender e relacionar o texto e o contexto, como bem salientado por Cardoso e Vainfas (1997):

> Trata-se, antes, de relacionar texto e contexto, de buscar os nexos entre as ideias contidas nos discursos, as formas pelas quais elas se exprimem e o conjunto de determinações extratextuais que presidem a produção, a circulação e o consumo dos discursos. Em uma palavra, o historiador deve sempre, sem negligenciar a forma do discurso, relacioná-la ao social (CARDOSO; VAINFAS, 1997, p. 378).

Nesse sentido, será feita a transcrição e a interpretação dos elementos textuais das narrativas, atendo-se à parte textual. Em alguns momentos, a análise do discurso sobre os indígenas nessas narrativas sobre Araruama será balizada com o modelo preconizado por Coelho e Rocha (2012). Com esse modelo, serão analisados os atores, os seus papeis, assim como a tipologia das ações que são destinadas aos indígenas nas narrativas.

Por fim, serão levados em consideração os contextos gerais e as visões interpretativas que marcaram a construção de tais narrativas e acrescentaram outras questões consideradas pertinentes à pesquisa e à investigação. Isso, valendo-se de uma "[...] visão complexa e multidimensional do texto que se mostra a mais adequada para o historiador [...]" (BARROS, 2004, p. 136), o que possibilita acrescentar uma análise do intertexto.

No município de Araruama, destacam-se os trabalhos pioneiros escritos e pelos pesquisadores Arthur Valle Junior e Argemiro Ribeiro de Macedo Soares. O primeiro autor publicou no ano de 1937, *Araruama, ensaio de levantamento estatístico do município* e o segundo publicou, *O Município de Araruama: Monografia geográfica,* no ano *de* 1945. Em uma conjuntura histórica posterior, foram escritos e publicados outros livros destinados a narrar sobre o passado local. Nesse caso, destaca-se o livro editado pelo Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro (CIDE), órgão do Estado do Rio de Janeiro responsável pelas pesquisas e informações geográficas (economia, ambiental, etc.), que em 1989 lançou uma coleção de livros, intitulada, *Perfis Municipais*, com uma edição dedicada a cidade de Araruama. Um pouco depois, no ano de 1992, a Prefeitura Municipal de Araruama, patrocinou e publicou o livro *Araruama: Panorama de Uma Cidade*, de autoria da

pesquisadora, Maria de Fátima Moraes Rodrigues. E no fim da década de 1990, saiu o livro, *Apontamentos sobre Araruama,* de autoria do morador, Sylvio Lamas de Vasconcellos.

Na cidade de Saquarema os trabalhos foram desenvolvidos a partir das décadas de 1970 e 1980, sendo o primeiro livro de autoria do jornalista Alexandre Dias, *Saquarema (sua gente, sua história),* publicado em 1974. O segundo livro foi o de Darcy Bravo, *Minha Terra, Saquarema*, de 1979. No caso de Rio das Ostras, o município se emancipou na década de 1990, e consequentemente sua produção é mais diminuta e recente. A única obra sobre dedicada a história local é de autoria de uma historiadora profissional, Maria da Gloria DAlmeida, e denominado "*Entre o Rio e o Mar - História de Rio das Ostras*", publicado em 1998.

No caso da Região dos Lagos, os livros de história locais e regionais elaborados ao longo das últimas décadas reforçaram essa dicotomia entre os períodos de pré-colonial e colonial, ao promoverem a ênfase no segundo deles e, consequentemente, reforçarem um esquecimento do pertencimento dos indígenas à historicidade desses locais, principalmente no período pré-contato. Como resultado, esses livros, em linhas gerais, partem da perspectiva de que, ao serem mencionados nos livros locais e regionais, tem-se a naturalização de sua presença na região, e, ao mesmo tempo, quando são citados, considera-se principalmente o momento do contato com os portugueses, logo depois saindo de cena com o avanço da colonização, no caso, a portuguesa na região.

Entende-se que essa historiografia refletia as percepções advindas do século XIX e replicava em seus discursos uma visão que procurava naquela época "[...] expulsar o índio e qualquer resquício indígena dessa representação do Brasil." (FREIRE; MALHEIROS, 2009, p. 35). Ao mesmo tempo, essas narrativas refletiam-se na própria construção patrimonial local, com a valorização apenas de elementos oriundos de aspectos ligados ao passado português e à concepção do século XIX, visto como civilizado.

Em uma perspectiva nacional, esse cenário só começou a mudar a partir das décadas de 1980 e 1990, em um período no qual o Brasil passou por grandes mudanças políticas, sociais e econômicas. Por sinal, a história e a arqueologia também sofreram os impactos dessas mudanças e, em seu meio, tivemos o aparecimento do que foi denominado por Monteiro (2001), como uma nova história indígena, sendo que "[...] os estudos históricos sobre eles têm se multiplicado e contribuído para desconstruir visões equivocadas e preconceituosas."(ALMEIDA, 2010, p. 9). Em face disso, esses novos olhares proporcionaram estudos sobre elementos da cultura material relacionados aos grupos excluídos historicamente de nossa sociedade, notadamente indígenas e afro-brasileiros, como

também contribuíram para alargar as discussões sobre o patrimônio arqueológico nacional (LINO; BRUHNS, 2011; CHUVA, 2020; ALMEIDA, 2013).

No Brasil, essa preocupação por reconhecer e preservar os patrimônios históricos e arqueológicos institucionalizou-se apenas no século XX. Isso ocorreu com uma lenta formação de uma série de medidas legais e de uma legislação de proteção a partir da década de 1920 e 1930 (CHUVA, 2009; MORAIS, 2014).

Nessa perspectiva, na segunda parte da pesquisa, procura-se pensar como essas mudanças nacionais e estaduais se entrelaçam com conjunturas locais no sentido de assistirmos na Região dos Lagos, à formação de um conjunto patrimonial indígena e da emergência de lugares de memória destinados a evocar os indígenas na história local (OLIVEIRA, 2011). Cumpre levar em conta, a existência de um passado submerso e que, durante muito tempo, fora ignorado por amplos setores da população, sendo tratado de forma superficial pelas interpretações e narrativas históricas oficiais e não oficiais hegemonias da sociedade nacional e com reflexos locais (ALMEIDA, 2013; COELHO, 2009).

Nesta pesquisa, parte-se da hipótese de que a emergência da presença indígena na história local está principalmente interligada à atuação dos arqueólogos e ao desenvolvimento das pesquisas arqueológicas nessas localidades. Esses pesquisadores assumiram um papel ativo como agentes responsáveis por construir e difundir uma leitura específica do passado, e, por meio de diversas iniciativas, levaram à sociedade civil e ao poder público local suas reivindicações em relação ao reconhecimento e à valorização dos artefatos arqueológicos da região. Afinal, o surgimento desses museus não deve ser entendido como algo normal, a discussão sobre patrimônio e o que é lembrando e esquecido pelos museus passar por disputas e consensos. As razões científicas se desdobraram para incluir outras dimensões, como a política (MENESES, 1987 apud WICHERS, 2010), e, nesse processo de disputa (POLLACK, 1989), formou-se um consenso (VASSALO; CICALLO, 2015). Como resultado, em contextos favoráveis, esses esforços contribuíram para o surgimento de museus, nos quais, juntamente com outros atores sociais, os arqueólogos participaram da edificação e da configuração da narrativa e das práticas educacionais desses espaços.

Portanto, busca-se compreender os processos que levaram a patrimonialização e a criação dos museus indígenas nos municípios da Região dos Lagos. Para tanto, analisar-se-ão as ações desenvolvidas pelos diversos agentes envolvidos nos processos de patrimonialização e na criação dos museus, como arqueólogos, sociedade civil e outros do poder público que promoveram o enquadramento da memória local (POLLAK, 1989), e ao mesmo tempo, os discursos construídos por esses diversos agentes acerca dos objetos/artefatos/locais que

passaram pelo processo de patrimonialização e de criação desses espaços museológicos. Tentar-se-á, desse modo, entender e explicar os fatores, agentes e a confluência de uma conjuntura nacional e principalmente local, que marcou a emergência indígena nesses municípios nos últimos anos.

Quanto ao objetivo da terceira parte da pesquisa, debruçar-se-á sobre as narrativas e os discursos expográficos que os museus de Araruama, Saquarema e Rio das Ostras promovem em suas exposições e acervos. Isso inclui a seleção de itens, a organização das exibições e as narrativas apresentadas ao público. Assim, buscar-se-á dar uma atenção aos discursos que esses espaços têm propagado sobre a história local e a temática indígena. Por conseguinte, surgem tais perguntas: a) Qual a concepção sobre cultura indígena o Museu proporciona aos visitantes?; b) Como os artefatos são apresentados?; c) A exposição busca narrar uma história linear e única sobre o passado, ou oferece múltiplas perspectivas interpretativas?; d) Quais os discursos expográficos desses espaços?. Isso porque também é necessário pensar sobre qual história indígena e como sua inserção na história local é propagada ao público por esses espaços. Assim, a exposição e seus recursos tornam-se relevantes elementos de análise nesta pesquisa.

Afinal, entende-se que, dentro da perspectiva de cultura histórica, os museus e suas exposições se constituem também como um tipo de narrativa sobre o passado. Essas diferentes narrativas e formas, pelos quais o passado se apresenta perante a sociedade e que podem ser trabalhadas dentro do conceito de cultura histórica, foram denominadas por Costa (2009, p. 280) como “los médios de La cultura histórica”. No caso, o patrimônio arqueológico e as exposições devem ser entendidos como estruturados pelos discursos enunciados por nós (Gonçalves, 2002). que “[...] estruturado pelos discursos que enunciamos.” (GONÇALVES, 2002, p.112).

Ao me referir,

> [...] portanto, aos discursos do patrimônio, estou na verdade referindo-me ao conjunto de concepções de patrimônio, às concepções de tempo, espaço, subjetividade etc. Em outras palavras, na medida em que o pensamento não é anterior às palavras, frases e nem mesmo à entonação com que escrevemos ou falamos. (GONÇALVES, 2002, p. 112).

E assim, todo discurso carrega “[...] visões de mundo que são parte integrante dessas linguagens e se opõem às outras. Não há visões de mundo, formas de pensamento, separadas dos discursos que as veiculam.” (GONÇALVES, 2002, p. 112). Para enriquecer a análise das exposições, a proposta sistematizada por Wichers (2010) oferece um modelo válido para compreender os diferentes modelos expositivos e como eles evidenciam, por meio de seus

arranjos, aspectos do enquadramento das narrativas expográficas e suas abordagens. Afinal, a estruturação das exposições e as escolhas expositivas refletem determinadas perspectivas históricas, influenciando a forma como as narrativas são apresentadas e apreendidas pelo público.

No quarto e último capítulo, buscar-se-á, em um primeiro momento, inferir alguns aspectos da história desses espaços, a fim de entender os agentes responsáveis, como também as concepções e abordagens pedagógicas e históricas que nortearam a criação das abordagens/atividades educativas. Isso inclui entender: a) como foram criados; b) quem foram os agentes responsáveis por essa criação; c) quais foram os contextos históricos e culturais que influenciaram sua formação. Ao mesmo tempo, buscar-se-á explorar as ideias e teorias pedagógicas que orientaram a criação desses espaços. Nesse processo, estão envolvidas as análises: a) das abordagens educacionais adotadas, como a metodologia de ensino; b) dos objetivos educativos e os princípios que guiavam a elaboração das atividades e também a seleção de itens; c) da organização das exibições e das narrativas e discursos apresentados ao público.

E, para cumprir com esses objetivos, além da análise da documentação pertinente, será utilizado quadro teórico sobre as tendências e concepções ligadas aos museus com suas visões, teorias e ações na área educacional das autoras Carla Adrò, Eneritz López e Magalí Kivatinetz (2014), considerando serem uma chave referencial que permite traçar, em linhas gerais, alguns aspectos de como esses espaços pensam e articulam seus processos e ações educativas. No Brasil, esse quadro teórico foi citado em trabalhos, como os de Sardelich (2017) e Krupczak, Aires e Silveira (2021).

Nessa interface com a educação, defende-se a ideia de que o museu é um espaço privilegiado para a inserção da história local e indígena no currículo de História, assim como a utilização de diferentes suportes e fontes históricas, artefatos arqueológicos e o patrimônio, pelos professores. Vale lembrar que o ensino de História e Cultura Indígena só se tornou obrigatório no governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, com a Lei 11.645/08[15], enquanto esses patrimônios e lugares de memória foram erguidos anos antes em um contexto já marcado pela busca de um ensino mais plural e inclusivo.

Agora, no que diz respeito à arqueologia, se por um lado tem-se que ela "[...] evidencia facetas das sociedades, descobre peculiaridades de um passado às vezes esquecido e faz aflorar os indicadores da memória [...]", por outro "[...] não tem potencialidades efetivas

[15] Lei disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm

de comunicar-se em larga escala com a sociedade presente [...]" (BRUNO, 1995, p. 142). E, quando voltamos nossas às atenções à museologia, é possível que ela "[...] se estrutura como área do conhecimento específica para viabilizar essa comunicação, mas depende, evidentemente, da produção de conhecimento próprio das áreas que estudam os indicadores da memória, como é o caso da arqueologia." (BRUNO, 1995, p. 142).

Sendo assim, uma atenção será apresentada aos objetos patrimoniais e aos museus em um diálogo com o ensino de História e a temática indígena. "Aliás, há domínios históricos (vinculados à problemática da cultura material), que a História não poderia desenvolver ou desenvolveria de forma precária, sem a contribuição do museu.", assevera Meneses (1994, p. 31), ao chamar a atenção para a importância dos museus para o ensino de história. E, da mesma forma, Ramos (2004, p. 21-22) salienta: "Se aprendemos a ler palavras é preciso exercitar o ato de ler objetos, de observar a história que há na materialidade das coisas. Além de interpretar a história através dos livros, é plausível estudá-la por meio de objetos.". Por sua vez, Braga (2016) alerta para a necessidade de um olhar crítico, pois esses lugares de memória e patrimônios não são criações espontâneas e naturais, haja vista que tal forma de ensinar, ressalte-se,

> [...] por meio dos museus, desperta a curiosidade, abrindo reflexões sobre a monumentalização das fontes históricas, nesse caso, a sacralização dos objetos nas exposições e os litígios presentes nos museus. Sob esse ângulo, o professor pode pensar o museu a partir da salvaguarda e da perda, pois o que está exposto é sempre fruto de uma escolha arbitrária, vestígios de como a sociedade quer ser lembrada. A narrativa museal é um recorte, uma seleção de rastros materiais e legendas em cenários propostos para a construção de um argumento. (BRAGA, 2016, p. 36)

Nessa direção, o próprio campo da museologia também volta seus olhares para a área educacional e o papel dos museus, uma vez que ocorreram,

> [...] uma expansão e uma revisão museológica, em que foram redimensionadas as formas de atender ao público, mas também de envolver e sensibilizar pela educação museal. Tanto que nos anos 1990, passou-se a ter um espaço educativo nos museus como uma prerrogativa de organização nos museus (ZARBATO, 2021, p. 125).

No entanto, apesar das discussões teóricas e dos avanços metodológicos, é necessário romper por parte dos professores e museus, com uma perspectiva passiva, na qual os museus são apenas locais ilustrativos de informações obtidas na escola por meio das aulas:

> Na situação corrente, para voltar à questão educacional, um simples observador estranharia como nossos museus importantes no país costumam receber levas e mais levas de escolares cuja missão, imposta por seus mestres e passivamente aceita pelos responsáveis da instituição, é simplesmente copiar legendas, etiquetas e textos de painéis...Para tanto, não seria necessário deslocar-se da escola. Aquilo de específico

> que caracterizaria o museu – o que falta à escola – perde, assim, qualquer serventia. E se desperdiça a oportunidade ímpar de aproveitar para a educação esse espaço que é o domínio das coisas materiais e não da palavra, principalmente escrita. Quando não se domina a cultura material, permanece-se refém do logocentrismo excludente que deforma no Ocidente, todo nosso horizonte educacional (MENESES, 2000, p. 99).

Com base nesses referenciais que buscam pensar o papel dos museus e do patrimônio material na produção e no ensino do conhecimento histórico, procuram-se nesta pesquisa, respostas para diversas perguntas em relação aos museus indígenas da Região dos Lagos: Qual filosofia/política que guiam as ações educativas nesses museus indígenas? Esses espaços possuem um setor educacional e de mediação profissional? Qual a formação dos profissionais do conhecimento que atuam nos museus? Qual o público alvo (motivos, interesses, etc.)?

Para tanto, serão analisados alguns documentos disponíveis no Museu Sambaqui da Tarioba, em Rio das Ostras, no Centro de Memória de Araruama e o Museu do Sambaqui da Beirada, em Saquarema.

Assim, entendemos os museus e os centros de memórias como essenciais para entender e explicitar como aquela localidade pensa sua história, sua identidade e sua memória coletiva. Isso porque, aqui, nesta pesquisa, entende-se que os museus, recorrendo ao que apresenta Pimentel (2016, p. 77), "[...] especialmente de pequenas cidades, se inserem na paisagem da cidade como uma instituição relevante para representar a história, a cultura, o patrimônio, a memória e a identidade da região ou do lugar.".

Por fim, compreende-se que, na interface com a educação, o ensino de história regional/local e indígena apresente aos professores uma enorme carência de material adequado ao seu ensino, e, diante disso, os patrimônios e museus locais se constituem, muitas vezes, como oportunidades de se resolver essa carência de material didático (Filho; Salles, 2021). Logo, esses museus locais indígenas têm um papel importante no ensino de história local ao "[...] estabelecer seus próprios marcos temporais, encontrando alternativas em relação àqueles hegemonizados pela história nacional, marcadamente marcos mais políticos." (*op. cit.*, p. 3).

Considera-se, por fim, que esses lugares, por intermédio de suas narrativas e leituras patrimoniais, são capazes de romper com as antigas explanações propagadas por livros sobre o papel preponderante da colonização portuguesa na edificação dos municípios da Costa do Sol, incluindo, assim, uma longa história local indígena de milhares de anos nas narrativas dessas cidades (FILHO; SALLES, 2021).

1. UM OLHAR SOBRE AS HISTÓRIAS LOCAIS: ARARUAMA, RIO DAS OSTRAS E SAQUAREMA

Ao longo dos tempos, nos municípios de Araruama, Rio das Ostras e Saquarema, foram sendo construídas percepções e leituras sobre os seus acontecimentos passados a respeito dessas localidades. As primeiras narrativas que procuraram de algum modo discorrer sobre passado dessas localidades datam do século XIX e estão inseridas em textos mais amplos, oferecendo, assim, uma visão genérica sobre o passado de diversas localidades do interior da Província do Rio de Janeiro. Como exemplo, temos os escritos do Monsenhor Francisco Pizarro (1820), que escreveu as "Memorias historicas do Rio de Janeiro e das provincias annexas à jurisdicção do Vice-Rei do Estado do Brasil, dedicadas a El-Rei Nosso Senhor D. João VI", ou João Batista Cortines Laxe (1885), que escreveu o **"**Regimento das Camaras Municipaes".

Na arqueologia, apesar de naquele momento ainda não tenha sido constituído um saber autônomo (TRIGGER, 2004), as primeiras indagações e leituras referentes a elementos da cultura material datam do período dos primeiros contatos entre os povos nativos e europeus. O francês, André Thevet, deixou registrado um acontecimento em sua passagem por Cabo Frio em direção ao Rio de Janeiro, para execução da missão para a edificação da França Antártica sob o comando do Capitão Nicolau Durand de Villegaignon, fazendo referência em seus escritos aos polidores de Cabo Frio presentes no Morro da Guia (BELTRÃO, 1978).

Figura 2 – Pedra Sulcada em Cabo Frio

Fonte: SPINOLA, 2014, p.66

No século XIX, esses polidores no Morro da Guia continuaram despertando curiosidades e interesses entre moradores e curiosos, a ponto de chamaram a atenção dos membros do IHGB, que, inclusive, cogitaram organizar uma expedição cientifica à localidade, o que acabou não se concretizando (LANGER, 2000). Ocorreu que, em uma viagem à região, o diretor do Museu Nacional, Ladislau Netto, visitou Cabo Frio e deu um parecer técnico sobre os sulcos do Morro do Guia, em um momento em que a ciência arqueológica de estabelecia no Brasil, na década de 1880.

Havia, então, uma sintonia entra a história e a arqueologia nacional naquele momento, que visualizava uma história nacional centrada na Europa, e tendo como base a colonização portuguesa. No caso, os povos nativos eram inseridos como elementos de um passado nacional idealizado (KODAMA, 2009; ALMEIDA, 2010), e seus elementos ligados à cultura material eram tratados como curiosidades, ou evidências materiais da escala evolutiva humana (LANGER, 2000).

Apesar de não ser o foco desta pesquisa, vale observar que essas primeiras narrativas, ainda que de forma genérica e abarcando vários locais, foram elaborando temas e cronologias. Isso, de certo modo, serviu como referências narrativas, como também fundamentou as bases da construção de leituras históricas futuras nessas localidades.

Nesse sentido, as primeiras narrativas dedicadas a pensar exclusivamente as histórias desses municípios da Região dos Lagos começaram a ser escritas nas primeiras décadas do século passado. Essas abordagens são enquadradas pela historiografia como sendo uma história local, ou em alguns casos, regional. A respeito, o historiador Pierre Goubert traz uma definição do que seria uma história local, ou seja, é

> [...] aquela que diga respeito a uma ou poucas aldeias, a uma cidade pequena ou média (um grande porto ou capital estão além do âmbito local), ou uma área geográfica que não seja maior do que a unidade provincial comum (como um county inglês, um contado italiano, uma Land alemã, uma bailiwichy ou pays francês (GOUBERT, 1988, p. 70).

Na mesma direção, o autor José Mattoso (1988) salienta que:

> A monografia local ou regional com o seu estudo da terra e o que ela dá, dos homens que nela viveram com a reconstituição dos poderes que nela se exercem e aí consomem ou distribuem os bens, com o traçar dos diversos círculos espaciais que a dividem ou envolvem, com a análise da cultura que aí recria e transfigura a realidade – tudo isso ajuda a tomar consciência da comunidade através do conhecimento de sua gênese e da sua evolução, por um lado, e do conhecimento de sua identidade específica, por outro (MATTOSO, 1988, p. 80).

A partir dessa conceituação inicial, pode-se afirmar que essas diversas narrativas produzidas e circuladas ao longo do tempo foram construindo e moldando uma relação desses habitantes com o passado de suas cidades, ou melhor, esses escritos, juntamente com outros elementos, como imagens, estátuas, etc. (COSTA, 2009), foram estabelecendo uma determinada leitura e relação dos moradores com o passado local. Sendo assim, nesse movimento de construção de referencias temporais por meio de múltiplas formas, e marcados por esquecimentos e lembranças (POLLAK, 1989), foi se constituindo ao longo do tempo uma cultura histórica local.

Aliás, o conceito de cultura histórica torna-se uma ferramenta conceitual importante, pois permite, a partir da definição de Costa (2009), refletir como uma determinada sociedade se relaciona (conhece e interpreta) com o seu passado: "[...] la cultura historica es el modo concreto y peculiar en que una sociedad se relaciona con su pasado."[16] (*op. cit.*, p.277). Ao mesmo tempo, torna-se relevante reforçar que o conceito de cultura história, aqui preconizado, parte da perspectiva de que esse passado se apresenta de inúmeras formas ao presente, pois há leituras e narrativas construídas sobre o passado realizado por outros meios que perpassam os historiadores e seus trabalhos científicos, levando-se em conta que a cultura história,

> [...] é construída tanto por historiadores quanto por qualquer pessoa que produza conhecimento histórico, sendo transmitida e recepcionada pela sociedade. Isso a diferencia da historiografia, pois nem tudo que é produzido por historiadores é necessariamente aceito ou disseminado na sociedade. A produção de saberes históricos pode ocorrer por qualquer membro da sociedade, ultrapassando o papel do historiador. Por outro lado, a cultura historiográfica está diretamente ligada ao ofício dos historiadores, embora não seja considerada mais importante que os conhecimentos gerados pela sociedade em geral. Assim, a cultura histórica abrange também contribuições de outros profissionais, como arqueólogos, que, ao investigar vestígios de civilizações extintas, enriquecem o conhecimento científico, complementando as informações provenientes de documentos históricos (OLIVEIRA, 2009, p. 41).

A maneira como esse conceito é tratado permite, então, identificar uma cultura historiográfica, que se alinha dentro dos cânones científicos e dentro dos parâmetros de uma operação historiográfica (CERTEAU, 2002). Também existem leituras sobre o passado realizado por outros meios e agentes que perpassam a ciência histórica realizada pelos historiadores. Portanto, "[...] enquanto a cultura histórica se espalha e se desenvolve através de outras mídias, a cultura historiográfica ainda está atrelada à narrativa histórica, aos livros e artigos científicos [...] " (VILAR, 2014, n.p.). De modo geral, nesse sentido,

[16]O trecho correspondente na tradução é: "A cultura histórica é a maneira concreta e peculiar pela qual uma sociedade se relaciona com seu passado."(Tradução nossa)

> [...] pode-se afirmar que a maneira como uma sociedade enxerga seu passado não se deve apenas, e nem principalmente, ao trabalho dos historiadores acadêmicos. A visão histórica é formada por uma variedade de fatores que interagem em um processo dinâmico de discussão sobre experiências passadas e construção de significados. A cultura histórica, assim, envolve diferentes enfoques e narrativas, onde o foco não está apenas no conhecimento erudito da história, mas na autocompreensão da comunidade no presente e nas suas perspectivas futuras. (GONTIJO, 2014, p. 45).

Como é possível notar, a abordagem desse conceito é importante, uma vez que possibilita mapear e analisar as leituras sobre o passado que foram sendo compostos nesses municípios ao longo do tempo. Afinal, em sua maioria, esses livros são inseridos em um modelo de escrita de história local que foi por muito tempo denominada de memorialística (FERNANDES, 2009). Durante muito tempo, esse modo de escrita foi visto como simplista e pouco abrangente pela comunidade de historiadores. Isso porque a

> [...] historiografia produzida fora dos círculos universitários é estigmatizada como tradicionalista, factual, evolutiva e política, com forte cunho biográfico e autobiográfico, que tende para o pitoresco, o anedótico e o exótico. Rotulada como memorialista, engloba-se nesse grupo uma gama variada e díspar de estudiosos, desde aqueles que escrevem pequenas notas para a história de uma instituição ou personagem, até aqueles que se dedicaram a desenvolver extensos inventários da história de uma cidade ou região. As menções a essas produções costumeiramente são pejorativas. Homogeneíza-se essa produção no tempo e no espaço. (FERNANDES, 2009, p. 24).

Nesse contexto, essas obras ficaram alijadas dos estudos históricos e, quando citadas, eram vistas apenas como documentos complementares, haja vista que a história,

> [...] que tem seu valor reconhecido é aquela produzida nas universidades, especialmente após a implementação das pós-graduações na década de 1970. Essa mudança contribuiu significativamente para o desenvolvimento e a valorização do conhecimento histórico. A produção anterior à historiografia acadêmica atual é muitas vezes vista como tudo aquilo que a historiografia contemporânea não é, resultando em seu esquecimento ou silenciamento na construção da memória historiográfica brasileira. Essa exclusão destaca a necessidade de revisitar e reavaliar essas obras, reconhecendo sua importância e contribuição para a compreensão da história nacional (FERNANDES, 2009, p. 24-25).

Assim sendo, parte-se do pressuposto que, dentro da ótica do conceito de Cultura Histórica, é válido reconhecer o papel desses escritos na construção da relação das pessoas com o passado de suas localidades. Afinal, mesmo não seguindo os padrões ditos acadêmicos, muitos desses trabalhos refletem um modelo de escrita local antigo, sendo resultado, muitas vezes, de um trabalho local de levantamentos de fontes, visitas a locais, pesquisa em fontes

históricas, diálogos com outros autores, fugindo, desse modo, de simplesmente serem obras elogiosas e descritivas. Onde,

> Esses escritores fazem parte de um estilo de narrativa histórica que também merece ser estudado, permitindo a compreensão do que a população entende por história. Assim, os memorialistas atuam como os historiadores ao transformar em texto os anseios da consciência histórica, diferenciando-se apenas pelos métodos e teorias utilizadas. (DOMINGUES, 2011, p. 14).

Ao mesmo tempo, muitas vezes esses são os únicos escritos dedicados a narrar sobre o passado desses lugares. Por vezes, contam com apelo popular, pois esses autores produzem livros voltados para "[...]a circulação e consumo de uma audiência mais ampla do que nossos pares acadêmicos[...]" (MAUAD; DE ALMEIDA; SANTHIAGO, 2016, p. 12), respondendo a questões próximas e imediatas das pessoas sobre o passado local.

> A importância desses memorialistas nessas cidades e de suas produções não pode ser ignorada. Essas percepções históricas permeiam a administração pública, as práticas pedagógicas locais, o conteúdo histórico regional presente nos livros didáticos e nas relações pessoais. (DOMINGUES, 2011, p. 14).

Sendo assim, esses escritores e seus livros locais se colocam, muitas vezes, em diálogo com os poderes públicos locais, por exemplo, com os professores e os sistemas educacionais municipais. Isso se deve, cabe notar, pelo fato de costumeiramente se constituírem como os únicos materiais de história dessas localidades disponíveis para serem utilizados pelos professores na prática de ensino de história local na educação básica, como explicam Assis e Pinto (2019), ao lembrarem que uma:

> [...] problemática inicial que envolve o trabalho do professor com a história local, apontada por grande parte dos autores pesquisados, é a questão da ausência de materiais didáticos e referências bibliográficas. Em outras palavras, há uma dificuldade significativa em encontrar referências apropriadas para os processos didático-pedagógicos que ocorrem em sala de aula. (ASSIS; PINTO, 2019, p.14-15).

Afinal, de modo geral esses autores são moradores locais que se sentem impelidos a registrar as histórias e as memórias de suas cidades (GOUBERT, 1988) e circulam por esses lugares e, muitas vezes, estabelecem diálogos com os poderes públicos, interagindo com os discursos oficiais dos órgãos competentes, como as prefeituras. O que desenvolvem são, de algum modo,

> [..] uma produção que circula por outros espaços que não os universitários: Academias de Letras, Cenáculos ou Institutos Históricos. Seus autores, autodidatas em grande maioria – médicos, advogados, engenheiros etc. – estão envolvidos em

> uma rede de sociabilidades que os faz reconhecidos por grupos dos poderes públicos e prestam-lhes assessoria (FERNANDES, 2009, p. 24).

Assim, essas narrativas locais construídas por autores, agentes e instituições locais diversas que, motivados por interesses múltiplos ao longo das décadas foram construindo, consolidando e propagando leituras e visões sobre o passado desses lugares. Por sua vez, desempenham um papel vital na formação das identidades (COSTA, 2009) locais e na própria na construção e consolidação da delimitação espacial e política desses municípios da Região dos Lagos.

> Nesses termos, entendemos que o exercício da história local vincula-se a processos de identificação, relacionados a um determinado sistema cultural que enfatiza as relações de vizinhança, contiguidade territorial e proximidade espacial. Essa ética de pertencimento é mais um elemento constitutivo desse sujeito fragmentado, múltiplo e instável. Os elementos citados por Renan valem também para a identidade local: o exercício da memória, o desejo da convivência e a perpetuação de símbolos e imagens. A história local não deve ser projetada como um valor superior para a admiração e valorização da pequena pátria – no estilo "eu me ufano da minha terra" – mas como a "costura" de um retalho dos processos de identificação do sujeito (REZNIK, s.d, p. 3).

Nesse contexto, é importante que se compreenda a relação dos habitantes com seu passado para entender o cenário histórico que, no final do século XX e início do XXI, favoreceu um processo de patrimonialização (CHUVA, 2009), e posteriormente a emergência de três museus de história local indígena desses lugares. Para tanto, busca-se entender alguns elementos da cultura histórica que se formaram ao longo do tempo nessas localidades, identificando os fatores intrínsecos e extrínsecos que explicam a razão pela qual esses museus foram estabelecidos.

Em face disso, neste momento da pesquisa, busca-se compreender alguns aspectos da construção da história dessas localidades. E, nesse ponto, pretende-se mapear e analisar esses escritos que tratam da história desses três municípios, nos quais se inserem os patrimônios e museus aqui destacados: Araruama, Saquarema e Rio das Ostras.

Busca-se, nesta parte inicial, refletir como diversos agentes imbricados em interesses diversos, nos municípios de Araruama, Rio das Ostras e Saquarema pensaram/elaboraram a suas histórias/memórias ao longo do tempo, e consequentemente as suas próprias identidades locais. Ao mesmo tempo, intenta-se perceber a inserção da história indígena nesses olhares que construíram a história local desses lugares. Isso porque, dessa maneira, prepara-se um caminho para melhor compreender o processo de patrimonialização (CHUVA, 2009) de artefatos e vestígios materiais associados aos povos nativos e à emergência nessas localidades

dos três museus ligados à história dessas localidades, o que será efetivado no capítulo seguinte.

1.1 **1930/1970 - A construção das primeiras narrativas locais em Araruama, Rio das Ostras e Saquarema**

Os primeiros estudos históricos, tendo como objetivo principal a história dessas localidades e da região, são datados da primeira metade do século XX. No estado do Rio de Janeiro, esse foi um século marcado por mudanças sociais, políticas e econômicas que proporcionaram a criação de uma conjuntura, ou seja, foi "[..] propício para que novas reflexões sobre o estado surgissem[...]" (FERNANDES, 2009, p. 73). Esse período, denominado de Renascença Fluminense, se desenvolveu principalmente após a década de 1920, fomentando uma escrita sobre o passado que se buscava resgatar a tradição e a grandeza desse estado.

> Os renascentistas propunham que esse novo momento deveria ser alicerçado na tradição histórica local, revalorizando o período imperial. Visava-se à construção de um sentimento cívico de patriotismo em que seriam reverenciadas a memória dos fatos e heróis que levaram à construção da história nacional, destacando-se o papel dos fluminenses nesse processo (FERNANDES, 2009, p. 75).

Nessa conjuntura, ocorreram ações governamentais que estimularam os estudos locais, e também o ensino de história regional e local nas escolas públicas do Estado do Rio de Janeiro.

> A substituição do nilismo, grupo que controlava a política local desde o final do século XIX, gerou movimentos de valorização da cultura e da história local que se materializaram na Renascença Fluminense, agremiação criada em 1923 que se associou ao grupo liderado por Feliciano Sodré. As direções sodrelistas promoveram reformas no sistema escolar estadual, dando destaque ao ensino de história regional (FERNANDES, 2011, p. 1).

Concomitantemente, os debates sobre o desenvolvimento e a modernidade estimulavam os estudos históricos e geográficos sobre o espaço fluminense. Nesse sentido, um campo que se destacou foram os estudos regionais, entrelaçando estudos sobre a História e a Geografia. Aliás, a historiografia regional, observa Fernandes (2009),

> [...] produzida na primeira metade do século XX dialogava com outras áreas do saber, em especial com a geografia. Estabeleceu-se um diálogo irmanado em que o fazer história estava indissociável de outros campos, pois se pretendia dar conta de uma globalidade em uma escala menor (FERNANDES, 2009, p. 56).

No Rio de Janeiro, tornou-se “popular” um modelo de escrita que abarcava a história local e que buscava “[...] apresentar historicamente a região em seus variados aspectos[...] ” (*op. cit.*, 2009, p. 56). Esse modelo de escrita se colocava como uma ferramenta metodológica disponível para os autores da época no sentido de possibilitar um maior conhecimento da realidade local. Se por um lado dialogava com os modelos de escrita denominados de corografias e populares principalmente no século XIX, por outro lado foi influenciado pela interação entre a ciência histórica e a ciência geográfica.

Por sinal, também foi um período marcado pelo processo de institucionalização da ciência histórica e geográfica nas universidades brasileiras, que estimularam novos estudos e estabeleceram critérios científicos nessas disciplinas, servindo de base para a edificação dessas narrativas, priorizando textos que seguissem esses padrões. Esse movimento foi impulsionado também com a criação do o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 1938, no Rio de Janeiro, fundamental para a consolidação de estudos regionais envolvendo olhares a partir de perspectivas científicas (FERNANDES, 2009).

Portanto, naquele momento de efervescência teórica, epistemológica e marcada por ações públicas no sentido de se repensar a história fluminense, foram sendo escritos inúmeros estudos locais nos municípios do interior do Estado do Rio de Janeiro. Foi nesse contexto que surgiram os primeiros livros dedicados a pensar e a exprimir leituras sobre o passado de várias localidades da atual Região dos Lagos.

Naquele momento, a cidade de Araruama era governada pelo Prefeito Mário dos Santos Alves, colocado no poder no contexto da ascensão de Getúlio Vargas pelo Interventor do Rio de Janeiro, Plínio Casado, governando a cidade entre 1930 e 1936. Nesse contexto local, os agentes púbicos ligados à Prefeitura Municipal de Araruama, durante tal gestão, encomendaram ao pesquisador Arthur Valle Junior um trabalho que envolvia o assessoramento e o levantamento de dados estatísticos, geográficos e históricos da cidade. Esse estudo fazia parte dos acordos estabelecidos entre a Prefeitura local e o Departamento de Estatística e Publicidade (VALLE JUNIOR, 1937).

Em 1936, os resultados de sua pesquisa foram publicados no Boletim de Informações Econômicas e Estatísticas (VASCONCELLOS, 1998). E, no mandato de Antônio Joaquim Alves Branco, prefeito de Araruama de 1937 a 1945, o relatório sobre a cidade foi publicado em forma de livro. Apesar de político local, Alves Branco possuía uma relação próxima com o Interventor do Rio de Janeiro, Ernani Amaral Peixoto, permanecendo no cargo por quase dez anos, demonstrando afinidade com seu projeto político (CAMPOS, 2018, p. 45).

Sendo assim, em 1937, o livro *Araruama, ensaio de levantamento estatístico do município*, de autoria Arthur Valle Junior foi publicado. A sua impressão ocorreu na cidade do Rio de Janeiro, capital do Brasil na época, pelo parque gráfico do Jornal do Commercio Rodrigues & C. Em um contexto mais amplo, a sua obra se insere em uma perspectiva que reconhecia a importância dos dados geográficos e históricos, para a compreensão do espaço local e averiguação de suas potencialidades.

Ademais, na parte histórica, mesmo que consistisse em um levantamento eventos políticos e econômicos, o autor se dedicou a realizar uma pesquisa de campo, utilizando fontes primárias e secundárias. Uma secundária mencionada por Arthur Valle Junior é a obra de Clodomiro Vasconcellos, que, em 1928, publicou um livro intitulado "História do Estado do Rio de Janeiro" (FERNANDES, 2011).

A obra de Arthur Valle Junior pode ser dividida em duas partes. A primeira consiste em um resumo dos principais eventos políticos e econômicos da história da cidade, enquanto a segunda parte é dedicada ao levantamento dos aspectos geográficos, econômicos e sociais do município. Sendo assim, é na primeira parte que o autor se concentra em construir uma narrativa envolvendo o passado da cidade, tomando como marco temporal referencial o início da ocupação portuguesa no Brasil, e por tabela, na região.

> O território que constitui hoje o município de Araruama foi parte integrante da Capitania de São Vicente, doada a Martim Afonso de Sousa em 1534. As primeiras noticias sobre a exploração desse território datam de 1575, anno em que os francezes foram expulsos da cidade de Cabo Frio pelo Dr. Antonio Salema, então Governador Geral do Rio de Janeiro (VALLE JUNIOR, 1937 p. 7).

Assim, temos uma perspectiva que está em diálogo com a historiografia tradicional, cuja centralidade europeia como fato inicial da história nacional é preponderante (FREIRE; OLIVEIRA, 2006). Dessa forma, na parte inicial de sua narrativa, os únicos atores envolvidos são europeus, os portugueses e franceses, com os portugueses, colonizadores desempenhando um papel ativo, enquanto os franceses, como elementos invasores, desempenhando um papel passivo na construção da narrativa.

Na parte seguinte de sua obra, o autor continua: “Acreditamos contudo, que só depois de 1615 foi que começaram a aparecer os primeiros colonos nas terras de Araruama” (VALLE JUNIOR, 1937 p. 7). Com a utilização dessas palavras na construção textual, o autor vai reforçando uma associação entre os vocábulos "colonizadores" e "portugueses". Essa associação destaca a perspectiva da colonização portuguesa, enquanto a primeira colonização de fato, a dos povos nativos, é relegada ao esquecimento. Portanto, na ocupação inicial dessas

terras, já nomeadas de Araruama no texto, evidencia-se a marginalização da história indígena em favor de uma narrativa centrada história da Europa.

Na parte restante de sua narrativa, o autor descreve os principais eventos e personagens políticos do município até o século XX (VALLE JUNIOR, 1937). A única menção aos povos nativos ocorre de forma indireta, quando ele realiza um estudo toponímico sobre o nome da cidade. Nesse ponto, explica que "Araruama", que significa 'Bebedouro das Araras', tem origem indígena, com base em pesquisas de Theodoro Sampaio[17]. Além disso, o autor compartilha uma lenda popular entre os habitantes do lugar, esclarecendo a origem do nome da cidade, ou seja, segundo a história, uma índia chamada Arara, em meio a uma declaração de amor, teria dito "Arara o ama", resultando no nome Araruama (VALLE JUNIOR, 1937, p. 7).

Assim, o autor e sua narrativa vão instituindo como marco da história local iniciada a partir da colonização portuguesa. Nesse ponto, torna-se válido salientar que Arthur Valle Junior elaborou sua obra a partir de sua contratação pela Prefeitura, e a subsequente edição e publicação de sua pesquisa evidenciam o apoio do poder público local à sua perspectiva sobre o passado da região. Ademais, cabe salientar que essa visão contou com a participação de dois governantes distintos, Mário dos Santos Alves e Antônio Joaquim Alves Branco, que governaram a cidade e financiaram a elaboração e publicação do dito livro (VASCONCELLOS, 1998). Desse modo, pois, ocorreu a institucionalização de uma perspectiva que se tornou dentro do que foi colocado aqui, como uma linha narrativa que marcava uma história oficial para a localidade.

No contexto das décadas de 1930 e 1940, foi lançado outro livro, tendo como tema a história de Araruama: *"O Município de Araruama: Monografia geográfica"*. Escrito por Argemiro Ribeiro de Macedo Soares, foi publicado no ano de 1945. O autor era natural e morador de Araruama, membro de uma família tradicional da cidade, sendo um dos seus primos, Edmundo de Macedo Soares e Silva, eleito Governador do Estado do Rio de Janeiro entre os anos de 1947 e 1951 (VASCONCELLOS, 1998).

Na época em que escreveu e lançou o seu estudo, o autor tinha conexões políticas locais e atuava como agente Municipal de Estatística na cidade, durante a gestão do Prefeito Antônio Joaquim Alves Branco. Inclusive, em sua obra, cita que escreveu um estudo Histórico, Corográfico e Estatístico do Município de Araruama, que acabou não sendo publicado, sendo entregue ao Serviço Nacional do Censo, no ano de 1940 (SOARES, 1945).

[17] Existem outras versões para o nome Araruama, como a defendida pôr Eduardo de Almeida Navarro em que o nome de Araruama significa, “lugar de as araras beberem água”. (NAVARRO, 2013)

Em Araruama, também foi o Secretário do Diretório Municipal de Geografia (VASCONCELLOS, 1998). Esse órgão estava conectado a uma rede de coleta e difusão de dados sobre o espaço fluminense e, além disso, no Rio de Janeiro, o Diretório estadual incentivou os estudos locais e regionais por meio de um concurso anual de monografias.

> Em 1942, o Diretório deu inicio ao *Concurso de Monografias de Aspectos Municipais.* Conforme divulgou Luiz de Souza, estes concursos atraíam participação de homens de letras de todo o estado, apresentando trabalhos sobre as mais diversas regiões fluminenses (FERNANDES, 2009, p.149).

Nesse contexto, Argemiro Ribeiro de Macedo Soares escreveu *Município de Araruama: Monografia Geográfica*. Torna-se válido ressaltar que o seu trabalho, juntamente com o do Arthur Valle Junior, é marcado por essa conjuntura da valorização de levantamento dos dados geográficos, econômicos e históricos das localidades. Ao mesmo tempo, sua monografia conquistou o quinto lugar no concurso de monografias de 1943, promovido pelo Conselho Nacional de Geografia (SOARES, 1945). O estudo foi publicado dois anos depois, em 1945, pela editora Dias Vasconcelos Conceição, de Niterói, na época capital do Estado do Rio de Janeiro.

Na parte inicial de sua obra, o autor discorre sobre o passado do local a partir de uma perspectiva eurocêntrica, alinhando-se aos trabalhos historiográficos da época sobre as origens do Brasil e também ao de Arthur Valle Junior. Sendo assim, ele inicia sua narrativa, situando que, em um tempo remoto, o lugar era um aldeamento indígena. “A sede Municipal, cidade de Araruama, levanta-se a margem da Lagoa de que tira o nome, no antigo povoado de Mataruna, que foi em tempos idos um aldeiamento dos índios tamoios” (Soares, 1945 p. 10).

É importante notar que a expressão “tempos idos” é utilizada para denotar um passado distante, conforme explica Santos (1990), significa um passado bem distante. No caso, o autor se vale da expressão justamente para reforçar essa perspectiva de um tempo antigo e o lugar preferencial dos indígenas na construção narrativa e na história da cidade.

Essa percepção de indígenas presos ao passado é destacada na continuidade do texto, em que o autor salienta que “De quando em vez, nas escavações para construções, são encontrados grandes vasos de barros cheios ainda de ossos, o que prova de maneira insofismável, que eles aqui viveram [...]” (SOARES, 1945 p. 10). Essas palavras, em conjunto com ordem na qual o texto foi construído pelo autor, com os indígenas sempre na parte inicial, reforça uma associação entre os indígenas e o passado local antigo, e que, no caso, torna-se acessível somente por intermédio de escavações e de estudos arqueológicos.

Temos, assim, o reforço de uma percepção de que não existe uma continuidade entre esses momentos do passado local. Afinal, a existência de uma presença nativa aconteceu em tempos antigos, em uma espécie de pré-história, conceito que foi durante muito tempo usado para se referir ao período pré-colonial (LIMA, 2020; LIMA, SILVA,2021; CORRÊA, 2013). Trata-se de uma construção narrativa que, ao desconectar dois momentos, busca reforçar a percepção de não continuidade e, portanto, sem a criação de qualquer tipo de elemento identitário com o período dito histórico e por tabela, com os moradores atuais. No restante de sua narrativa, o autor descreve os principais eventos políticos até chegar a emancipação e ao século XX. Depois, sua obra está carregada de dados geográficos, econômicos etc. sobre a cidade de Araruama.

Nesse contexto das décadas de 1920, 1930 e 1940, marcado pelo surgimento de políticas públicas estaduais e regionais voltada para promoção de novas reflexões acerca da história e da memória do Estado do Rio de Janeiro, a cidade de Araruama não ficou de fora desse movimento. Os autores Arthur Valle Junior e Argemiro de Macedo Soares, por meio de suas obras, em um diálogo muito acentuado com a historiografia nacional da época, foram construindo e consolidando uma leitura sobre o passado de Araruama e por tabela, marcando uma identidade araruamense. Destaca-se que no momento da escrita dessas obras, a região vivenciava os momentos iniciais das escavações arqueológicas, como a que ocorreu em Saquarema no ano de 1931, com o pesquisador Antonio Carlos Simões e Silva (GUIMARÃES, 2007). Assim, percebe-se que não existe um diálogo entre as ações dos arqueólogos e os historiadores locais. Assim, essas obras centraram-se em narrativas políticas, utilizando documentos e dados econômicos, em consonância com a escrita da história nacional naquele momento.

Nesse conjunto, destaca-se que a Prefeitura de Araruama e seus agentes também se inseriam nesse movimento estadual. Não apenas com a inserção dos autores na esfera política municipal, mas verifica-se também que na gestão de Mário dos Santos Alves, houve ações voltadas para esses objetivos. Nesse ponto, a Prefeitura de Araruama, por meio do Ato de número 91, de 10 de junho de 1935 (RODRIGUES, 1992, p. 28), decretou a oficialização do primeiro brasão da cidade, oferecido pelo seu autor, Odilon Macedo.

Destaca-se que o desenho é um elemento visual oficial, e que “[...] os símbolos acabam sendo acionados como elementos de construção de uma retórica do território, fazendo chegar à coletividade uma mensagem referente à identidade (real ou pretendida) do espaço que se quer representar.” (BRANDÃO, 2018, p. 117). No próprio decreto em que se tornou o Brasão Oficial da cidade, o Prefeito Mário dos Santos Alves reconheceu esse papel

educacional, ao justificar que “a necessidade educativa de fixar no coração de todos os munícipes a gratidão e o amor pela terra natal” (Alves *apud* Junior, 1937, p. 6).

Ao mesmo tempo, diga-se que o brasão de uma cidade tem “a finalidade de identificar o município, o estado e a federação”, devendo ser “aplicado nos documentos oficiais dos órgãos da administração pública brasileira” (TORRES, 2015, n.p.). Nesse aspecto, ao se tornar um símbolo local, o brasão é descrito como “uma representação visível adotada convencionalmente para simbolizar uma ideia, seja ela física ou moral” (CHEVALIER; GHEERBRANT, 1994, p. 12).

Figura 3 – Primeiro Brasão de Araruama

Fonte: RODRIGUES, 1992, p.28

O desenho do Brasão oficializado possui o formato levemente ovalado. Em sua parte inferior, ha três faixas com inscrições contendo o nome da cidade e a data de 6 de fevereiro de 1859, dia em que cidade conquistou a sua emancipação da cidade de Saquarema e sua elevação à cabeça da Vila (VASCONCELLOS, 1998). A presença dessa data é uma referência simbólica à importância do passado da cidade, pois representa o momento em que a cidade surgiu como unidade autônoma, sendo, pois, a partir de então, feriado municipal.

No centro do brasão, existe um desenho contendo elementos típicos da paisagem local, no caso com referências à lagoa, ao sal e à tradição salineira. Na parte de cima, uma inscrição. Ao lado do desenho central, tem-se a presença de ramos de milho e cana de açúcar, produtos agrícolas típicos da cidade. Na parte superior, a escolha por um lema em Latim: “Pax ex

Labor", que, em português significa paz e trabalho, reforçando a transmissão de uma visão de um povo ordeiro e trabalhador.

Ao longo da história, Araruama evoluiu, tendo a agricultura e o sal como elementos econômicos importantes. A presença desses elementos na lateral e no centro "[...] denotam referenciais identitários do município, posto que representem formas tradicionais de reprodução social e econômica." (BRANDÃO, 2018, p.122).

Mais adiante, na década de 1960, foi inaugurada na praça central da cidade, um busto em homenagem ao Dr. João Vasconcellos. Ele era membro de uma família tradicional e foi prefeito por dois mandados (1924/27-1955/59), sua presença na memória da cidade foi enfatizada através da instalação desse busto (VASCONCELLOS, 1998). Em Saquarema, existe na um busto homenageando os saquaremenses que lutaram na Segunda Guerra Mundial Sua confecção aconteceu no ano de 1970. Quando durante a gestão do Prefeito Jurandir da Silva Mello, através da Deliberação 3/70[18], foi concedido *"[...] crédito especial de 1.950,00 (hum mil novecentos e cinquenta cruzeiros), para pagamento de 1.600,00 (mil e seiscentos Cruzeiros), da esfinge do Marechal Mascarenhas de Moraes, mandado confecionar pela municipalidade [...]"* (SAQUAREMA, 1970, p.1). Pode-se considerar, vale dizer, que esses monumentos também são formas de contar a história local, pois,

> É preciso considerar, no entanto, que essa estrutura de linguagem escultórica se constrói como escultura narrativa ao tratar a história de modo narrativo. Assim, os elementos da composição - local escolhido; soco; pedestal ou base; inscrições; insígnias ou alegorias; e estátua, dorso ou busto – formavam uma estrutura narrativa em torno de um espaço, de um tempo e do protagonista de determinada ação, tratada figurativamente por alegorias ou emblemas, qualificando a representação escultórica do fato histórico. Essa estrutura narrativa explicita uma operação historiográfica peculiar, selecionando os elementos a serem recordados e produzindo o esquecimento de outros elementos, constitutivos do contexto histórico de referência, sustentando, assim, a memória construída. A lógica formal escultórica se submetia, portanto, a uma estrutura narrativa (KNAUSS, 2000, p. 414).

Portanto, essas décadas iniciais do século XX, foram marcadas por ações espaças, mas que dialogavam entre sim e promoviam em conjunto, a consolidação de uma determinada leitura do passado dessas cidades, que em consonância com os poderes locais, foram se firmando como uma história e memória oficial dessas cidades. Através de várias ações e desses meios de transmissão (COSTA, 2009), várias mensagens e discursos sobre o passado local foram se propagando. Consolidando assim, um modelo na qual a origem desses lugares, partia de uma perspectiva eurocêntrica e com os povos nativos sendo elementos secundários e

[18]Deliberação 3/70 Disponível em https://www.transparencia.saquarema.rj.leg.br/arquivos/2896/_0000001.pdf Acesso em: 30 de Agosto de 2024

presos ao passado bem distante da realidade local e onde [...] o início da história se dá a partir da ‘civilização’, ou seja, reproduzindo a história do ponto de vista de determinados grupos, interessados em propagar a visão de ‘progresso’.” (FERNANDES, 2007, p.26).

Em relação ao município de Saquarema, os trabalhos de história local são mais recentes e surgiram em um momento posterior aos primeiros escritos sobre os municípios da região, como Araruama. Era um contexto local diferente, pois somente a partir das décadas de 1950/1960, a cidade mergulhou em uma espiral de profundas mudanças, sociais, econômicas e um profundo incremento urbano e populacional.

> A partir de 1955, Saquarema começou a se transformar, passando de um município agropesqueiro e centro religioso de romarias para local de veraneio das camadas médias e médias-baixas metropolitanas. Deflagrou-se um processo de urbanização baseado na doação de terras públicas do distrito-sede (terrenos de marinha, da União Federal e terras devolutas, do estado-membro na qual se situem) a veranistas metropolitanos de classes médias, que ali edificaram residências secundárias, de veraneio. Através de tais doações, a Prefeitura buscava desenvolver o local, baseada na premissa de que urbanização significa desenvolvimento. Os donatários metropolitanos, por sua vez, além do gozo da natureza, buscavam, através do terreno doado e da construção paulatina e informal, acessibilidade à casa própria: para muitos veranistas, a construção da casa própria em Saquarema foi um meio de ter acesso, via negociação posterior, a um imóvel metropolitano, inacessível em uma conjuntura inflacionária, ainda sem correção monetária, e de poupança inviável (HERCULANO, 2017, s.p.).

Esse processo se intensificou com a abertura de Saquarema ao Rio de Janeiro e Niterói, especialmente após o asfaltamento da Rodovia Amaral Peixoto, além da doação e venda de lotes de terras pela prefeitura do município. Ademais, nessa mesma conjuntura, uma disputa mexeu com os habitantes e os poderes públicos locais, quando a Província Carmelitana Fluminense entrou na justiça em busca das grandes extensões de terras que tinham sido doadas a sua antecessora, o Convento do Carmo, ainda no período colonial. Ao fim do processo que se arrastou por anos, a prefeitura saiu-se vitoriosa, porém, tal província,

> [...] sucessora do Convento do Carmo, deu início a um processo judicial pedindo o domínio da restinga, ganhando uma sentença favorável em primeira instância, pois entendeu a Justiça que as terras conferidas em sesmaria não haviam caído em comisso. Tal sentença foi confirmada pela Colenda Segunda Câmara e o acordo transitou em julgado. Quando, já em meados dos anos 60, a pretensão dos padres às terras chegou ao conhecimento da população, houve celeuma e forte comoção entre o povo habitante do local e os veranistas donatários. A imprensa metropolitana registrou o caso em reportagens sobre “a cidade despejada” (O Fluminense, fevereiro de 1966, série de reportagens de Carlos Ruas e Jorge Ventura). Houve passeatas ao som do hino nacional, procissões contra a sentença prolatada e um abaixo-assinado foi enviado ao governador do Estado, Paulo Torres (HERCULANO, 2017, s.p.).

O título da reportagem, “A cidade despejada”, é emblemático, refletindo o sentimento de seus habitantes diante do risco de perderem suas terras e casas. A cidade ficou agitada com passeatas e até mesmo louvores em busca de ajuda divina e, com certeza, a Padroeira da cidade Nossa Senhora de Nazaré, foi muito solicitada em sua intercessão. Foi nesse contexto que surgiram os primeiros esforços para registrar a história e a memória de Saquarema, bem como reforçar seus laços identitários.

Entre essas iniciativas, destacam-se a criação do hino municipal e a publicação do livro *Saquarema (sua gente, sua história)*, escrito pelo morador Alexandre Dias. Ademais, cabe ressaltar que a historiografia sobra à cidade de Saquarema não é muito farta, seja em livros dedicados à história ou em outros meios de divulgação de leituras sobre o passado saquaremense. “Pouco tem sido escrito sobre Saquarema. Muito pouco, se considerarmos a necessidade de se produzir cultura local, uma história contada a partir de seus próprios membros, crônicas sobre a cidade, poesia etc.” (SAQUA, s.p., 2013).

Sendo assim, um desses primeiros livros dedicados a pensar e a narrar à história municipal foi escrito na década de 1970, *Saquarema (sua gente, sua história)*, de autoria de Alexandre Dias. O autor, um morador e jornalista local, não segue os padrões acadêmicos em sua obra; em vez disso, busca registrar e preservar a história de sua cidade a partir de sua própria perspectiva. Esse caráter é imediatamente perceptível na introdução.

> O que você vai ler neste pequeno livro, pode nada ter de extraordinário. Minha intenção é que sirva ele de roteiro a quem deseja conhecer um pouco de Saquarema, sua gente, sua história. Nele não encontrarás criticas. Pois, quando se ama não se vê defeitos. Seja uma mulher, uma flor, uma cidade...Amo Saquarema, dizer algo mais a respeito seria tentar explicar o óbvio (DIAS,1974, p. 4).

A sua obra foi dividida em dois volumes, publicados em tempos diferentes. O primeiro em 1974, enquanto o segundo no ano de 1991, quase duas décadas depois e imerso em outra conjuntura, considerando o local e o nacional. Vale mencionar que os “dois volumes editados pelo próprio autor chegaram a ser vendidos em algumas bancas de jornais da cidade” (SAQUA, s.p., 2013). Seu autor mantinha conexões políticas locais, sendo reconhecido pela Câmara Municipal do município com o título de cidadão saquaremense, em virtude de suas obras sobre a cidade.

Na construção de história local, Amado (1990) chama a atenção para a importância dessa teia de relações sociais do pesquisador no intuito de se conseguir acesso aos documentos e outras informações locais.

> Por outro lado, a documentação local, necessária às pesquisas geralmente está em mãos de pessoas que se consideram “donas” e não querem cedê-las. Isto talvez aconteça porque, em locais menores, onde predominam relações de tipo pessoal e privado, haja mais dificuldade em identificar patrimônio histórico com patrimônio público. Mas acontece também porque, nestes lugares, muitos “donos” da documentação pertencem às oligarquias locais, estão habituados a mandar. E não hesitam em usar esse poder contra o pesquisador, principalmente quando desconfiam que o resultado da pesquisa poderá prejudicar seus interesses e comprometer sua imagem (AMADO, 1990, p.11-12).

Nesse sentido, a introdução do segundo livro foi escrita pelo Prefeito de Saquarema na época, Carlos Campos, o que reforçou o impacto de sua de sua narrativa perante a comunidade, também marcando um endosso do poder público à sua narrativa sobre o passado local. Esse impacto e sua aproximação com o poder público, por sinal, ficaram evidenciados nas palavras do próprio prefeito no prefácio do livro.

> Ao ilustre escritor Alexandre Dias, em nome da comunidade saquaremense, agradeço uma vez mais, não só a grande divulgação que em seus livros faz das coisas da nossa terra e, em particular, a oportunidade que me dá de deixar aqui gravada essa mensagem não só aos concidadãos contemporâneos como a posteridade de Saquarema (CAMPOS, 1991, p. 8).

Os dois volumes consistem em um apanhado geral de eventos considerados históricos, aspectos da natureza local, dados gerais e personagens consideradas importantes da localidade. Sendo assim, o autor inicia o primeiro deles (Livro Um), fazendo um estudo sobre a origem e o significado do nome Saquarema. Nessa parte, faz a primeira referência aos indígenas locais quando realiza o estudo toponímico relacionado ao nome da cidade. Ao buscar a origem do nome, identifica ser de origem tupi, conforme seu próprio relato.

> Em busca do significado da palavra Saquarema – nome de uma das mais belas localidades do litoral fluminense - consultei várias fontes de informação ao meu alcance e, com base nelas, cheguei à conclusão de que o termo Saquarema resultou de um topônimo tupi e, não, como quer a “Enciclopédia dos Municípios Brasileiros”, de uma mistura desta mesma língua com o português, que teria induzido à palavra Saquarema (DIAS, 1974, p. 9).

E, continua sua observação: “Logo, embora mau cheiroso, por conseguinte, pouco poético o nome Saquarema, infelizmente, deve sua origem a caatinga de uma ave da família dos ardeídeos, vulgarmente chamados socó!” (*op. cit.*, p. 10). Nessa perspectiva defendida, o nome Saquarema advém do nome dessa ave em tupi, e não de palavras portuguesa e indígena misturadas.

Tratando-se dos acontecimentos ligados à formação histórica do município, o autor, de forma geral, constrói sua linha narrativa com base nos principais eventos, grandes

personagens e na evolução política e econômica da localidade. Para isso, reserva um capítulo intitulado “Fatos Históricos”, espaço em que elenca, em ordem cronológica, os eventos considerados importantes sobre o passado do município.

Seguindo essa perspectiva, a narrativa sobre a história de Saquarema começa em 1531 (Dias, 1974), uma vez que em março,

> [...] desse ano fundeia, Martim Afonso de Souza parte de sua frota em frente ao Morro de Saquarema, local onde está hoje a Matriz de N. S. de Nazaré, entrando em contato com Supuassu, chefe da tribo indígena que durante séculos dominou a parte do litoral onde se localiza Saquarema (DIAS, 1974, p. 66).

Como é possível notar, a história se inicia justamente com a chegada dos portugueses à região, que se torna o evento fundador da história local. Na sua construção textual, os portugueses assumem o papel principal e ativo nas ações. Afinal, são eles que executam a ação de chegar ao local. Vale dizer que o período temporal do pré-colonial não é mencionado, e os indígenas são mencionados apenas na terceira linha do parágrafo, em uma posição de dominadores do local, mas essa posição de domínio é colocada em um tempo verbal no passado, pois o presente e o futuro, a partir de então, cabem aos ativos na narrativa, ou seja, os portugueses.

Nessa parte, cabe destacar que o autor cita o nome de um indígena, no caso Supuassu. Cumpre observar que as escolhas por citar e nomear um indígena não altera a perspectiva historiográfica. Abordar, note-se,

> [...] o protagonismo indígena significa considerar como relevantes as motivações e as ações indígenas, concebendo-as como resultado e resultante de escolhas, avaliações, contextos e situações que lhes são próprias, reconhecendo e incorporando a perspectiva indígena. Isso não se limita, que fique claro, ao uso de documentos nos quais as falas indígenas estejam presentes, mas no redimensionamento das abordagens, especialmente no abandono de uma postura que assume, de forma unívoca, a Europa e os processos que lá se constituíram como as matrizes da História do Brasil (COELHO; ROCHA, 2018. p. 471).

Além disso, cabe salientar que esse evento fundador da historicidade local se conecta diretamente com a cronologia nacional e, ao mesmo tempo, remete-nos à presença da esquadra de Martim Afonso de Souza, um dos personagens centrais do processo de colonização dessas terras pelo Reino de Portugal (FAUSTO, 1994). Dessa forma, é possível verificar duas tendências observadas pelo Professor Luís Reznik, na construção de trabalhos de história local. Por um lado, a fundação da historicidade local ocorre em sintonia com a nacional, ou seja, é uma “[...] submissão dos ritmos e temas da localidade à História do Brasil.

A forma de organização mais recorrente de periodização divide a História em Colônia, Império e República." (REZNIK, s.d, p. 2), e, por outro lado, a presença da esquadra e de Martim Afonso de Souza, que iniciou a colonização do Brasil e em Saquarema, o que demonstra essa busca de "colocação em evidência do local, como se ali fossem experimentados processos ou ocorrido acontecimentos da mais alta relevância" (*op. cit*., p. 2).

Temos aqui uma perspectiva narrativa que reforça a visão historiográfica de uma história iniciada somente a partir da chegada europeia em determinada localidade, ou seja, como evento fundador da história local (FREIRE; OLIVEIRA, 2006; MACEDO, 2017). Essa visão historiográfica, segundo Dias (1974), se evidencia com mais intensidade no parágrafo seguinte, ao afirmar que em

> 1594 – Padres da Ordem do Carmo, em 5 de outubro, tomam posse de algumas sesmarias localizadas na região. Tendo construído hoje no lugar chamado Carmo um convento que denominaram de Santo Alberto. Dando-se assim início a civilização de grande região da qual fazia parte o hoje município de Saquarema (DIAS, 1974, p. 66).

Esse trecho se alinha com a perspectiva alinhavada mais acima, onde o autor destaca que o início da "civilização" na localidade começa com a ocupação portuguesa e com a colonização dessas terras. Note-se que o uso do vocábulo "civilização" se insere em uma perspectiva evolucionista, em que a civilização seria o estágio mais avançado de determinada sociedade humana. Assim, o uso dessa palavra reforça a perspectiva que foi durante muito tempo replicada pela historiografia nacional, a de que "[...] o início da história se dá a partir da 'civilização', ou seja, reproduzindo a história do ponto de vista de determinados grupos, interessados em propagar a visão de 'progresso.'" (FERNANDES, 2007, p. 26).

No restante da sua narrativa presente nos dois livros (que apesar da distância temporal entre eles, se alinham), não existe referências aos indígenas. Estes aparecem como figuras passivas apenas no momento da chegada dos portugueses, figuras ativas na construção textual, e depois não são mais citados em nenhum outro momento dos livros. Sendo assim, o livro forma uma narrativa sobre a origem e a história de Saquarema na qual os povos nativos sofreram um processo de esquecimento de suas ações, escolhas e práticas que ocorreram ao longo da primeira colonização, da formação e da história subsequente no período do contato e do colonial.

Na mesma época, Darcy Bravo escreveu outro livro sobre a história de Saquarema. O seu livro *Minha Terra Saquarema* foi lançado da década de 1970, e de forma póstuma. O autor era membro de uma família tradicional da cidade (DIAS, 1974) e participante ativo da

política local, exercendo inclusive o cargo de vereador municipal. Desse modo, esse lugar de produção (CERTEAU, 2002) aparece em seus escritos. Afinal,

> [...] quando a vida desses historiadores se confunde com suas obras sobre a História de determinada localidade, é normal aparecer uma valoração bastante positiva – e, não tão raro, indiscutível – dos processos históricos. Como se tais processos pudessem ser encaixados, perfeitamente, na sequência cronológica e linear de uma História de nível regional, estadual e mesmo nacional (MACEDO, 2017, p. 72).

Nesse contexto, a sua obra se enquadra dentro de uma perspectiva não acadêmica. Aliás, como morador, sua preocupação era o de registrar para a posteridade as histórias e memórias locais, como deixa clara na sua introdução.

> Resolvi, não sei se bem ou mal, escrever neste livro o que sei sobre esta pitoresca cidade da Região dos Lagos. Escrito ligeiro, sem preocupação literária, meu único intento foi registrar os feitos de nossos antepassados no que diz respeito ao meu torrão natal. E seja-me propícia a fortuna, dando bastante conhecimento às gerações futuras, para que eu tenha certeza que prestei um serviço escrevendo-o (BRAVO, 1979, p. 4).

O livro discorre sobre a história de Saquarema em capítulos centrados nos eventos e na evolução política e econômica da localidade, com grande destaque aos séculos XIX e XX. Logo no início de sua abordagem, o autor faz referência de forma rápida, em menos de uma página, ao fato de os membros do Partido Conservador, na época do Império do Brasil, serem apelidados de Saquarema (FAUSTO, 1994). No caso, é uma passagem que mostra essa preocupação do autor em evidenciar a importância do local, uma prática em sintonia com uma tendência de escrita local evidenciada nos estudos sobre história local pelo autor Luís Reznik (s.d.).

Após essa breve introdução que destaca a relevância e o lugar da cidade na história nacional, Bravo (1979) discorre sobre a origem do município. Nesse sentido, a construção textual destaca justamente o papel dos portugueses no processo de expansão marítima e de chegada ao Brasil, como é possível observar em suas palavras.

> A frota zarpou do porto de Lisboa em 3 de dezembro de 1530, chegando à Baia de Todos os Santos, depois de desmembrada de uma parte que se dirigiu para o norte, em 13 de março de 1531. No dia 17 dêste último mês, Martim Afonso de Souza, reiniciou sua viagem para o sul, passados dias, após contornar o Cabo Frio, fundeou em frente ao morro de Saquarema, (onde se acha construída a Igreja de Nossa Senhora de Nazaré), no lugar hoje denominado Porto da Barra Nova (BRAVO, 1979, p. 6).

Ao destacar, em primeiro plano, a ação dos portugueses, o autor evidencia uma perspectiva de história centrada nos portugueses, o que se realça ao relegar aos indígenas um aspecto secundário na construção textual. Como resultado, este último grupo entra na narrativa após a citação aos portugueses, e numa ação passiva de recepção dos lusíadas na localidade: "Ai em uma pequena "galheta" desembarcam alguns tripulantes e colonos e foram ter a uma grande tribu de índios que obedeciam a ordens do chefe SAPUGUASSU" (*op. cit.*, p. 1979). Da mesma forma que o autor Alexandre Dias, o autor Darcy Bravo, cita o nome de um líder, no caso Sapuguassu, nomeando assim um personagem indígena na narrativa. Vale, pois, reiterar, uma vez já mencionado nesta tese, que citar ou nomear um indígena não altera a perspectiva historiográfica adotada na narrativa (COELHO, ROCHA, 2018, p. 471).

O desenrolar dos parágrafos descreve o processo de conquista portuguesa e a luta contra os franceses na região. "Os tamoios sempre foram aliados dos franceses, e foram por amor deles exterminados quando Antônio Salêma, então Governador do Rio de Janeiro, entendeu de exterminar tamoios e franceses" (BRAVO, 1979, p. 9). Nesse trecho, o autor constrói o texto, dando a iniciativa da ação aos portugueses, estes que são colocados em primeiro plano na narrativa, em detrimento dos franceses e indígenas, que aparecem de forma passiva e secundária no transcorrer das ações descritas. Assim, ao mesmo tempo, o autor usa a palavra "extermínio" em associação com os indígenas, o que reforça a perspectiva denominada das crônicas da destruição propagada pela historiografia nacional desde o século XIX (MONTEIRO, 2001).

A partir desse ponto, o autor descreve em alguns parágrafos aspectos gerais da cultura indígena, sem citar fontes primárias ou referências. "O seu vinho mais estimado era feito de suco de caju que eles chamavam de "Caium" (BRAVO, 1979, p. 7). Percebe-se uma construção textual que se ocupa

> [...] com a descrição dos sujeitos e não com suas ações e os desdobramentos delas. Dessa forma, "[possuir] seu sistema de crenças, língua, rituais, mitos, modo de trabalhar e organização social", "[sobreviver] essencialmente da caça de animais, da coleta de frutos, raízes e folhas, da pesca nos rios e mares, e ainda de uma pequena agricultura" (Piletti; Lemos, 2008, p. 136) não tem qualquer desdobramento na trama – apenas descreve o sujeito. Igualmente, "habitar a costa brasileira no século XVI" ou "[ter] seu próprio modo de vida, seus costumes e tradições" (Pellegrini; Dias; Grinberg, 2009, p. 172) não situa, necessariamente, o agente em uma trama ou intriga na qual ele exerce algum tipo de interferência (COELHO; ROCHA, 2018, p. 478).

No restante da obra, o autor discorre sobre os processos políticos e a evolução econômica que culminaram com a criação do município na segunda metade do século XIX.

Essas obras iniciais sobre Saquarema foram elaboradas no contexto do aumento das prospecções e das visitas de arqueólogos à região. Sendo assim, salienta-se que já haviam sido publicados alguns trabalhos, como o de Ondemar Dias, que, em 1963, publicou *Notas sobre a Arqueologia da Região de Cabo Frio*, como resultado de suas pesquisas na área. Mas, percebe-se que, nessas décadas iniciais, essas histórias estão sendo narradas e pensadas a partir de um modelo de história centrado na colonização, com base em perspectivas que se constroem a partir de documentos escritos e dados econômicos, em consonância com a escrita da história nacional.

Nesse caso, em Saquarema o fato fundador se concentra na chegada dos portugueses à região e a posterior colonização dessas terras como elementos iniciais da história de Saquarema, cabe destacar que um dos aspectos presentes na colonização portuguesa é justamente a questão religiosa, e, nesse sentido, cabe ressaltar o destaque que o autor concede ao tratar dessa temática.

Essa dimensão religiosa adquire grande importância na perspectiva de se buscar entender a história local. Afinal, a fé católica é um dos traços importantes do processo de colonização portuguesa no território brasileiro, exercendo um papel importante na ordenação da história nacional e, no caso, local. Assim, a Igreja de Nossa Senhora de Nazaré não é apenas um espaço de culto, mas também um símbolo local, pois a fé e todo o contexto associado a ela "[...] não apenas criam espaços sagrados, como também procuram materializar seus sentimentos, imagens e pensamentos neles." (ROSENDAHL, 1996, p. 33).

Portanto, a questão religiosa, ao ser ressaltada pelo autor, se interliga com a percepção da fé como elemento importante na construção da história da cidade e, por sua vez, na percepção identitária dos seus habitantes. Nesse sentido, no segundo capítulo, o autor descreve um evento importante na história da cidade ao discorrer sobre a lenda local associada ao culto e à construção da Igreja de Nossa Senhora de Nazaré;

> Passamos a narrar a LENDA simples e suave que há muitos anos esvoaça em torno da população de Saquarema. Referem as crônicas que em 8 de setembro de 1630, a noite fora tempestuosa, o vento soprando sobre o mar bravio, fazia com que o oceano rugisse cada vez mais atirando ondas revoltas sobre os cachopos da costa. Muitas árvores foram derrubadas e as pequenas casas de pau a pique, cobertas de palha, erguidas à margem da lagoa como milagre suportaram o golpe da tempestade. De repente, a chuva parou, o vento distendeu as suas asas para outras plagas, mudando de direção: o mar tocou docemente a areia branca da praia imensa e os primeiros clarões do dia transformara o oriente numa enorme pétala de rosa.
> Os pescadores, cantando loas ao criador de todas as coisas, correram para o mar, em busca das suas canoas e redes. Índios, mulheres e crianças seguiram-nos alegres e felizes para vê-los partir, em busca do deserto silencioso das águas, onde os peixes, como barras de prata, nadavam aos cardumes. Grito de admiração, partiram de muitas bocas:

> - Milagres! Milagre!
> Formaram-se um grupo e os mais crentes, de joelhos erguiam os olhos para o céu. Ali, naqueles penedos que se perdiam ao longe, jazia a doce imagem da Virgem, imagem que no fragor da tempestade fora arrojada à costa pelo mar irado, e ali colocada pela mão de algum mortal.
> Em uma grande romaria transportaram a Santa para uma casinha tosca ao lado da lagoa. Conta-se que Nossa Senhora de Nazaré – nome dado a imagem da Virgem -, no dia seguinte ao seu aparecimento não mais estava na casa onde fora colocada pelas mãos misericordiosas. Quem a teria tirado? Só se soube que Nossa Senhora de Nazaré, seria de novo, encontrada no mesmo lugar da praia, onde surgira pela primeira vez. Removeram-na, e mais uma vez ela desapareceu. Quem a teria roubado? Não se soube. Comentaram esse fato inexplicável. Quem teria praticado tão grande sacrilégio? Mas, fato é que a imagem foi de novo encontrada no lugar que aparecera pela primeira vez. Ai, um padre carmelita sesmeiro do Carmo, no lugar de Ipitangas, fez ver ao povo que era preciso construir uma capela. (BRAVO, 1979, p.11-12-13)

E, nesse elemento da memória social local, a construção de uma comunidade imaginada (ANDERSON, 1987) se revela, em que indígenas, mulheres, crianças e homens aparecem de forma ordeira, unidos como irmãos na fé. Essa representação do passado elimina os conflitos e os processos de submissão, promovendo uma visão de harmonia e de solidariedade que fortalece os laços sociais e a identidade compartilhada entre os membros da comunidade (COELHO, 2009). Tem-se, assim, que essas lendas locais são elementos participes da memória coletiva, desempenhando um papel na transmissão e na manutenção de leituras sobra a história local, ajudando na formação da identidade dessa comunidade imaginada (ANDERSON, 1987). Assim,

> Se há uma memória muito celebrada pelos cidadãos é a da origem das localidades. Não raro essa memória tem como suporte a narrativa oral que foi construída, não sem tensões, ao longo dos séculos. É a origem mítica. Tomado incorretamente como lenda enganosa, o mito trata de crenças e valores que são comuns a uma coletividade e geralmente narra a origem e lugar desse grupo social no mundo (MACEDO, 2017, p. 92).

Essa relação com a religião torna-se um elemento importante, pois além dessa origem mítica, a devoção via Círio é considerada o mais antigo do Brasil, é a festa mais importante de Saquarema até os dias de hoje. Isso pode ser percebido nesse artigo, publicado em um jornal local e assinado por Antonio Peres Alves, que já foi prefeito da cidade:

> No mesmo morro onde foi encontrada a santa milagrosa, foi construída uma capela e depois uma igreja, até chegar à feição que tem hoje a nossa Igreja Matriz de Nossa Senhora de Nazareth. Com uma tradição de mais de 300 anos, o nosso Círio de Nazareth é o mais antigo do país e a Festa de Nossa Senhora de Nazareth de Saquarema é um momento muito significativo para toda a cidade. É quando chegam os peregrinos, os romeiros, os devotos que vêm de longe, trazendo suas esperanças, promessas e agradecimentos na bagagem. Neste período o município se transforma. Muitas barraquinhas são erguidas e todo um comércio paralelo se estabelece nas

> principais ruas do Centro Histórico da cidade. A devoção a Nossa Senhora de Nazareth, sempre guardada pela Venerável Irmandade de Nossa Senhora de Nazareth, é também a primeira devoção a Nossa Senhora no Brasil. E a nossa festa é considerada o segundo Círio de Nazareth mais importante do país, perdendo apenas para o Círio de Nazareth de Belém, no Pará. A Festa da Padroeira de Saquarema é também a terceira maior festa religiosa católica brasileira, considerando-se a primeira a de Nossa Senhora de Aparecida, em São Paulo, padroeira do Brasil (ALVES, 2009, s.p.).

Na validação dessa percepção religiosa e inseridos na mesma conjuntura que envolveu a publicação desses dois livros, destaca-se que a Prefeitura de Saquarema, durante a gestão do Prefeito Gentil Manoel de Mendonça, por meio da deliberação de número 13 da Câmara Municipal, em 27 de julho de 1965 (BRAVO, 1979, p.29), tornou o poema do poeta José Bandeira o hino oficial de Saquarema (DIAS, 1974),

> Oito de maio
> Conclamamos com grande alegria
> Oito de maio
> Mês Sagrado da Virgem Maria
> Em oito de maio
> Saquarema ergueu seu pendão
> Porque nesta data
> Recebeu sua emancipação
> Que o bom Deus abençoe o seu futuro
> Que seus filhos sempre honrem seu passado
> E alegre zelamos seu presente
> Saquarema o rincão abençoado
> Em mil oitocentos e quarenta e um
> Com honra, com glória, com paz e valor
> Recebeu Saquarema sua categoria
> Com grande alegria, com afeto e amor.
> Letra por José Bandeira
> Melodia por José Bandeira (BRAVO, 1979, p.30.)

A letra do hino faz referência não apenas à data e ao evento de emancipação da cidade de Cabo Frio em 8 de maio de 1841, e a conquista de sua autonomia, mas também se refere à padroeira da cidade Nossa Senhora de Nazaré (SILVA, 2017). Dessa forma, reforçam-se os laços imaginários que conectam a história dessa terra, vista como abençoada, ao seu presente, vinculando-a à identidade imaginada de Saquarema. Assim sendo, reafirma os seus laços identitários naquele contexto de mudanças pelos quais a cidade passava naquelas décadas (HERCULANO, 2017).

> Qualquer que seja a característica ou natureza do hino, porém, a sua condição de ritual lhe confere determinados atributos especiais. O principal destes atributos seria, certamente, a capacidade de criar ou mais frequentemente de recriar uma temporalidade ou uma condição específica, que restabeleceria os vínculos

> primordiais entre aqueles que o entoam. Trata-se de um exercício de reavivamento de significados. O hino, ao ser entoado, (re)conta uma história ou (re)transmite uma mensagem que faz lembrar porque se está na comunidade, assim como indica o que se deve desejar ser e o que tem valor, entre outras possibilidades. Enquanto ritual o hino contribui para construir e consolidar a própria identidade de um grupo social (SILVA, 2017, p. 52).

Essa elaboração narrativa encontra ecos antigos na cidade. Vale lembrar que o selo municipal criado pela Lei Nº 16, em 01 de agosto de 1896 (BRAVO, 1979, p.30), pela Câmara Municipal durante a presidência de João Cardoso de Aguiar, já ostentava como símbolos da cidade as representações advindas da colonização portuguesa: a religião e a economia. Com modificações pontuais, tornou-se o brasão atual da cidade. Desse modo, esse selo consistia em sua parte central em forma oval, a imagem da Igreja de Igreja Matriz de Nossa Senhora de Nazaré, localizada no Outeiro entre a praia de Itaúna e a antiga Praia Barra Nova e um barco, pois a Santa é protetora dos navegantes. Compondo a parte central nas laterais, temos o título Fraternidade e Concórdia, bem como os ramos da cana de açúcar e café, fazendo referência a duas riquezas da localidade de Saquarema. Na parte de cima, a Cruz e o barrete e, na parte de baixo, a data de criação do município. Quanto ao brasão, estes foi constituído no final do século XIX. Buscava transmitir com auxílio de seus símbolos, uma leitura do passado da cidade que refletia os elementos constituintes da identidade local que se pretendia valorizar naquele momento pelos seus autores.

Figura 4 – Brasão de Saquarema

Fonte: SAQUAREMA, s.d., s.p.

Assim posto, a partir da elaboração de um quadro geral com os livros que versam sobre a história dessas localidades, em consonância com outros elementos que reverberam leituras sobre o passado dessas localidades, percebem-se a formação e a propagação de uma cultura histórica local. Nos escritos desses autores, notam-se que, além de dialogarem com a historiografia nacional, eles também se conectam com as primeiras leituras locais do século XIX, que, mesmo sendo generalistas, já começavam a delinear referências significativas para essas localidades.

> Como se pode perceber, ainda que os indígenas estejam presentes na narrativa, eles não são intervenientes. Na maior parte dos casos, eles atuam em favor dos agentes não indígenas portugueses, a metrópole, os franceses, os colonos ou os missionários, entre outros. Por isso, a maior parte das ações que realizam é trabalhar ou combater, sempre em favor dos colonizadores. Assim constituídas, as narrativas aqui estudadas, mas não apenas elas, não acrescentam saber novo aos estudantes (COELHO; ROCHA, 2018, p. 480).

Ao percorrer esses livros publicados ao longo do século XX, verifica-se que construção de leituras, em associação com os poderes constituídos, buscou propagar e consolidar uma perspectiva sobre o passado, que entendia a história local, marcada como resultado da colonização portuguesa, que, de fato, ocuparam e trouxeram "a civilização" para aquela região (FREIRE; OLIVEIRA, 2006, p. 17). Sendo assim, observa-se que essas narrativas carregavam em seus discursos uma visão que procurava naquela época "[...] expulsar o índio e qualquer resquício indígena dessa representação do Brasil [Araruama e Saquarema]" (FREIRE, 2016, p. 35).

1.1.2 1930/1970 - A construção de uma história local também patrimonial: Um dialógo entre as primeiras narrativas

Ao estudar a Região dos Lagos em sua pesquisa de Doutorado em Arqueologia, a pesquisadora Márcia Guimarães (2007) elaborou um quadro divisório das pesquisas arqueológicas desenvolvidas na região em três períodos distintos. Essa periodização pode ser ampliada e utilizada ao longo de toda a Região dos Lagos. Claro, levando em conta as temporalidades e os contextos locais. Assim, o primeiro momento de pesquisas foi,

> [...] iniciado na década de 30, apresentou características descontínuas nas décadas subsequentes de 40, 60 e 70. Caracterizou-se pelo desenvolvimento de escavações pontuais (salvamento) em sítios sambaquis, coordenados, primeiramente por Antonio Carlos Simões da Silva (Silva, 1932), seguido por Luis de Castro Faria (Faria, s/d), Maria Beltrão e Lina Kneip (Beltrão; Kneip, 1970; Beltrão, 1978)" (GUIMARÃES, 2007, p. 103).

Naquele contexto regional das décadas de 1920 e 1940, e que foram marcados pelo nascimento de uma historiografia local, os municípios da Região dos Lagos vivenciaram os primeiros trabalhos arqueológicos (BELTRÃO, 1978; GUIMARÃES, 2007). Naquele momento inicial, eles estavam inseridos em uma perspectiva de uma arqueologia pontual e de salvamento[19], bem como de ações preservacionistas de sítios arqueológicos em perigo diante do avanço da urbanização (BARRETO, 1999-2000).

Nesse sentido, destaca-se que ao longo das décadas de 1920-1960, a arqueologia desenvolvida nessas localidades e na região se resumiu a ações pontuais de salvamento de sítios arqueológicos parcialmente afetados e em vias de destruição total. Foi um momento em que os vestígios e artefatos, no caso, ligados aos povos indígenas, começaram a emergir na história da região por meio da ação dos arqueólogos. Por outro lado, essa arqueologia local e regional agia em consonância com a arqueologia nacional, carente de renovação de suas bases teórico-metodológicas e que, naquele momento, estava mais preocupada com a promoção de salvamentos locais, do que na promoção e de sínteses arqueológicas regionais e nacionais (PROUS, 1991).

No Brasil, essa preocupação em reconhecer e preservar os patrimônios históricos e arqueológicos institucionalizou-se apenas no século XX, com uma lenta formação de uma série de medidas legais e de uma legislação de proteção a partir da década de 1920 e 1930 (CHUVA, 2009; MORAIS, 2014). Nesse contexto, tivemos em 30 de novembro de 1937 a promulgação do Decreto Lei 25[20], determinando a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/SHPAN (atual IPHAN[21]). Sua fundação teve um papel importante na preservação do patrimônio brasileiro, pois esse órgão possibilitou ampliar e coordenar as políticas públicas e muitas das discussões e ações oficiais do processo que envolve o reconhecimento, tombamento e preservação dos bens culturais do Brasil.

Ao mesmo tempo, a criação do IPHAN também estava em sintonia com amplas discussões e debates que aconteciam em nível mundial sobre patrimônio histórico,

---

[19] Que consiste em "[...] uma escavação total de um sítio já parcialmente destruído ou ameaçado." (SOUZA, 1997, p.50).

[20] No site do IPHAN as mesmas estão a disposição do público http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_no_25_de_30_de_novembro_de_1937.pdf

[21] Nome atual e que utilizaremos no restante do trabalho: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

arqueológico e cultural. Nesse sentido, o Brasil se alinhou em parte a essas discussões e debates sobre patrimônio. Assim posto, cabe ressaltar que o Brasil foi um dos países signatários das resoluções estabelecidas em diversas reuniões que envolveram inúmeros países e que deram origem as Cartas Patrimoniais, considerando a primeira delas foi a Carta de Atenas[22], de 1931.

Nos anos seguintes à sua criação, o IPHAN teve como ênfase a preocupação com a busca da unidade nacional e da ancestralidade da nação, e colocou como modelo de patrimônio a produção cultural mineira do XVIII (CHUVA, 2009; MORAIS, 2014), marcando-a como um símbolo importante dessa comunidade imaginária, ou seja, a nação brasileira. Assim, a perspectiva que pairava sobre os agentes envolvidos na elaboração dessas políticas públicas se inseria nas

> [...] teses sobre as três raças formadoras da sociedade brasileira, graças à noção de civilização material introduzida por Afonso Arinos de Melo Franco, que percebia no branco português a maior influência, em razão da maior perenidade dos materiais utilizados nos processos construtivos, e na presença do negro africano e do índio autóctone influências de menor envergadura. Essa perspectiva justificava o predomínio da proteção de bens materiais, especialmente arquitetônicos, relativos ao período colonial (CHUVA, 2012, p. 154).

Na prática, a inclusão de elementos negros e indígenas no caldeirão cultural e nas políticas patrimoniais desenvolvidas a partir das décadas de 1930/1940, replicava subjacente o entendimento de que era desigual, assevera Morais (2014),

> [...] a "mistura das três raças" que sustentava a ideia de nação brasileira. Tanto na sua concepção, uma vez que os negros e os indígenas eram considerados inferiores, quanto na prática, por não constarem entre os patrimônios nacionais os bens representativos da cultura negra e pela perseguição às religiões afro- brasileiras, enfatizando-se aqui dois exemplos já citados, ou pela exclusão social e econômica que acometia a população negra. Sem contar com o descaso para com as comunidades indígenas. O Estado Novo incorporou o "mito da democracia racial", valorizando a miscigenação, sem que a desigualdade social e racial fosse questionada. Um posicionamento que refletiu na política adotada pelo Sphan nos anos 1930 e 1940, mas que também reverberou nas décadas seguintes (MORAIS, 2014, p. 137).

Cabe pontuar que a preocupação do Estado Novo era fomentar um nacionalismo baseado na ideia de uma democracia racial, ancorada na construção de uma união das três raças na composição do brasileiro. Como resultado de uma lógica patrimonial intolerante e

[22] No site do IPHAN as mesmas estão a disposição do público http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=17575&sigla=Institucional&retorno=paginaInstitucional

excludente, a maior dos bens patrimoniais tombados inicialmente era referentes à Igreja Católica, e a exceção foi a Coleção do Museu da Magia Negra (MORAIS, 2014). O Iphan, assim,

> [...] insere-se no universo das "instituições de memória", criadas no sentido de materializar uma história nacional, tais como: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a Biblioteca Nacional, o Museu Nacional, o Museu Nacional de Belas Artes, cujas origens remontam ao século XIX, e o próprio Museu Histórico Nacional, já citado anteriormente, criado em 1922. Com objetivos semelhantes, todas elas visavam, a seu modo, à construção da "nação brasileira" por meio da produção de discursos em busca das raízes e origens da nação (Hobsbawm, 1984). Nesse universo amplo de instituições, coube ao Sphan atuar sobre a problemática da cultura material, tradicionalmente colocada pelos museus. Estes participaram conjuntamente do processo de construção de um "patrimônio nacional", baseado na cultura material que deveria informar sobre um passado selecionado (CHUVA, p. 210-211).

Nesse processo de construção da nacionalidade, os diversos agentes (governo, Igreja, militantes etc.), incluindo o IPHAN, tiveram um importante papel por intermédio de ações públicas, selecionando, preservando e definindo o que é o patrimônio brasileiro (Chuva, 2009). Por sinal, o desejo por preservar, segundo Lima (2012),

> [...] extrapola a forma física do objeto, do território ou do exemplar patrimonializado. Preserva-se pelo interesse que suscita a representação culturalmente construída que tais signos-significações encerram e que é gerada no extrato da intangibilidade. A representação do imaterial, evidenciada nos traços mnésicos culturalmente construídos, estabelece os liames da contextualização como moldura para a imagem concreta, tangível, materializada do bem e instala-se como elemento interpretativo à forma cultural a ser estudada e salvaguardada (LIMA, 2012, p. 35).

Em face disso, toda essa perspectiva da memória e história nacional construída ao longo do século XIX se perpetuou ao longo do tempo, em um movimento de longa duração e que se cristalizou no desenvolvimento em uma política patrimonial baseada na

> [...] centralidade dos valores civilizatórios europeus e do mundo judaico-cristão em uma conjuntura marcada pela ideologia nacionalista, compartilhada por uma elite intelectual e política, em busca de uma identidade nacional única, a política de preservação cultural brasileira foi consolidada oficialmente sob a ausência das referências culturais dos povos indígenas e africanos escravizados, formadores da sociedade brasileira (DEOLIVEIRA, 2009, p. 4).

Ao ser selecionado por diversos agentes, na etapa posterior, ocorre o seu tombamento oficial por parte do poder público. O tombamento, cumpre dizer, é

> [...] um importante instrumento legal usado para que o Estado se aproprie dos bens culturais que integram o chamado patrimônio nacional. Uma vez tombado, o referido bem é inscrito e um ou mais livros do Tombo, classificados em: Livro do

> Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Livro do Tombo Arqueológico; Livro do Tombo de Belas Artes e o Livro do Tombo das Artes aplicadas (GONÇALVES, 1996, p. 66).

Essa perspectiva patrimonial se refletia na própria relação entre o patrimônio arqueológico e os museus. Em relação à história do Brasil pré-colonial, o campo museológico e o da arqueologia se afastavam de forma gradativa, negligenciando a importância dos vestígios arqueológicos na construção da narrativa histórica da nação.

> Por outro lado, os planos museológicos nacionalistas, envolvidos em uma política cultural nunca vista no país, não orientaram as suas intenções para a preservação, apropriação e extroversão dos vestígios pré-coloniais. A nacionalidade começou a ser talhada, por diversos museus, com forte apoio estatal, sem levar em consideração a memória arqueológica (BRUNO, 1999, p. 104).

Naquele momento, foi criado o Museu do Índio, no Rio de Janeiro, principalmente como resultado da ação de diversos ativistas intelectuais, e seu objetivo era valorizar esses povos nativos e sua história (MARTINEZ, 2012), com a perspectiva de combater os preconceitos contra os povos nativos e humanizá-los (CHAGAS, 2003). No caso do patrimônio arqueológico, uma mudança sensível aconteceu somente em 1961, quando foi criada uma legislação mais abrangente e específica (CHUVA, 2014), relacionada à proteção de sítios e bens arqueológicos,

> O PRESIDENTE DA REPÚBLICA,
> Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL decreta e eu sanciono a seguinte Lei:
> Art. 1º Os monumentos arqueológicos ou pré-históricos de qualquer natureza existentes no território nacional e todos os elementos que neles se encontram ficam sob a guarda e proteção do Poder Público, de acordo com o que estabelece o art. 175 da Constituição Federal.
> Parágrafo único. A propriedade da superfície, regida pelo direito comum, não inclui a das jazidas arqueológicas ou pré-históricas, nem a dos objetos nelas incorporados, na forma do art. 152 da mesma Constituição.
> Art. 2º Consideram-se monumentos arqueológicos ou pré-históricos:
> a) As jazidas de qualquer natureza, origem ou finalidade que representem testemunhos da cultura dos paleoameríndios do Brasil, tais como sambaquis, montes artificiais ou tesos, poços sepulcrais, jazigos, aterrados, estearias e quaisquer outros que não estejam especificados aqui, mas que tenham significado semelhante a juízo da autoridade competente.
> b) Os sítios onde se encontram vestígios positivos de ocupação pelos paleoameríndios, como grutas, lapas e abrigos sob rocha.
> c) Os sítios identificados como cemitérios, sepulturas ou locais de pouso prolongado ou de aldeiamento, "estações" e "cerâmios", onde se encontram vestígios humanos de interesse arqueológico ou paleoetnográfico.

> d) As inscrições rupestres ou locais como sulcos de polimento de utensílios e outros vestígios de atividade dos paleoameríndios. (BRASIL, 1961, p.1) [23]

Nesse contexto, nas diversas cidades pertencentes à Região dos Lagos, ocorreram entre as décadas de 1930 e 1960, os primeiros tombamentos e a consequente formação de patrimônios oficiais locais. Em Cabo Frio, por exemplo, os primeiros tombamentos efetuados foram as estruturas ligadas à colonização portuguesa, como o Forte São Matheus e o Convento e Igreja de Santa Maria dos Anjos. As políticas de preservação patrimoniais, ressalte-se,

> [...] fazem parte de um projeto de atribuição de valores que permitem perceber que o processo de seleção de bens tombados na cidade de Cabo Frio obedeceu, considerando a época em que foram realizados, a critérios de escolha que estavam dentro de uma lógica do corpo técnico (BARBOSA, 2021, p. 278-279).

Outra cidade, São Pedro da Aldeia, vizinha a Cabo Frio, se formou a partir de um aldeamento indígena. O início do seu primeiro tombamento ocorreu via processo 179-T-38 dos Livros de Belas Artes e Histórico (IPHAN, 2013, p. 124), em 1938, e está relacionado à Igreja Jesuítica e à residência dos jesuítas. Trata-se de uma estrutura ligada ao período histórico da colonização e revestida de aspectos religiosos, no caso a Igreja Católica, e que seguia a mesma perspectiva patrimonial detectada em Cabo Frio.

E inserido nessa perspectiva patrimonial, também está Araruama. O autor Argemiro Ribeiro de Macedo Soares, salienta essa visão de patrimônio, ao relatar sobre a cidade, lembrando que "Sua Matriz de estilo colonial foi considerada pelo Governo Federal, monumento histórico, muito embora esteja precisando de grandes reparos." (SOARES, 1945, p. 10). Um fato a ser observado é que essa igreja acabou sendo consumida por um grande incêndio em 1945, poucos anos depois do autor escrever essa referência.

Nesse sentido, vale ressaltar a impossibilidade de se pensar patrimônio sem se ater aos contextos local e nacional.

> Isso significa dizer que as formas assumidas por essa modalidade específica de escrita do passado variam segundo as contingências temporais e sociais sob as quais ela se realiza. Não se trata de pensar numa evolução das formas de escrita patrimonial, mas antes de pensar nas diferentes maneiras sob as quais esses restos materiais do passado vieram a ser tratados sob a forma de patrimônio histórico (GUIMARÃES, 2012, p. 97).

[23] Lei disponível em http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Lei_3924_de_26_de_julho_de_1961.pdf Acesso em 12 de Dezembro de 2023

Portanto, ao se refletir sobre a perspectiva da formação de políticas públicas oficiais acerca do patrimônio nacional desenvolvidas nas décadas de 1940 a 1970 na região como um todo, pode-se inferir que a história nacional e regional pensada por meio de seu patrimônio e materializada em tombamentos efetuadas por diversos agentes públicos (configuradores), entenderam a história nacional e regional, a partir da colonização portuguesa como elemento definidor da identidade nacional (CHUVA, 2009; GUIMARÃES, 1988). Verifica-se que, apesar das atividades dos arqueólogos realizadas ao longo dessas décadas iniciais, não houve uma reverberação nas políticas patrimoniais locais relacionadas aos povos nativos.

1.2 **1980/1990: Novos contextos locais, regionais e nacionais e as novas perspectivas na construção do conhecimento sobre o passado**

As décadas de 1970/1980 foram momentos em que o Brasil vivenciou inúmeras mudanças no âmbito da política, da sociedade, da economia e em diversos outros campos (FAUSTO, 1994). E, inseridos nesse contexto geral, as Ciências Humanas, especialmente a História e a Arqueologia (PROUS, 1992; ALMEIDA, 2013; BURKE, 1990), também passaram por mudanças importantes, emergindo novas posturas teóricas e metodológicas, bem como institucionais.

Essas novas abordagens teóricas e metodológicas proporcionaram o alargamento do campo de pesquisa com a incorporação a história nacional, novos olhares e atores, como as mulheres, indígenas etc. Ao mesmo tempo, o fortalecimento dos movimentos sociais levantou novas demandas que estimularam a busca por novas questões e repostas, como foi o caso do fortalecimento dos movimentos sociais ligados aos povos indígenas.

Nesse caso, as novas pesquisas possibilitaram novos olhares sobre os povos nativos, sendo denominadas de uma nova história indígena (MONTEIRO, 2001), em contraponto ao antigo modelo de pesquisa que, muitas vezes, desconsideravam a complexidade das comunidades indígenas, retratando-as de maneira homogênea e estática, heranças de perspectivas do século XIX. Aquele foi um momento em que a História e Antropologia (e, diga-se também a Arqueologia), se aproximaram e permitiram o desenvolvimento de novas abordagens sobre os povos nativos americanos. Vale dizer que

> [...] a História sempre surgiu contraposta à Antropologia ou à etnologia (termo em desuso hoje mais reconhecida como antropologia social e cultural, mas utilizado por Lévi-Strauss em ambos os ensaios). Seja por alegações de *método* — pesquisa em

> arquivos por um lado, pesquisa participante, por outro —; de *objeto* — viajantes no tempo versus viajantes no espaço —; *de procedimento* — a pesquisa da classe dirigente por oposição ao estudo das manifestações populares —; ou de *objetivos* — o evento em lugar da cultura e de seus rituais —; o fato é que divisões mais ou menos frágeis foram sendo estabelecidas no sentido de se constituírem limites evidentes ou identidades particulares a cada uma das áreas. Dicotomias ainda mais rígidas concretizaram-se, guardando para a história o reino da diacronia e do tempo; para a Antropologia o lugar da sincronia e da estrutura (SCHWARCZ, 1999, n.p.).

Os historiadores, ao longo do tempo, concentraram-se em períodos como o colonial, imperial e republicano, relegando os estudos indígenas principalmente aos antropólogos. Como destaca John Monteiro, havia uma "[...] resistência dos historiadores ao tema, considerado, desde há muito, como alçada exclusiva dos antropólogos." (MONTEIRO, 2001, p. 136).

Um dos ganhos dessas pesquisas históricas foi justamente o rompimento desse muro entre a antropologia e a história, em que os antropólogos foram lentamente em seus estudos, incorporando a perspectiva de um olhar diacrônico e os historiadores por sua vez, incorporaram de alguma forma uma perspectiva sincrônica em seus estudos. Na historiografia houve um enriquecimento principalmente em relação ao campo, que se constitui na especialização principal da antropologia, a área dos estudos sobre a cultura. Esta área tornou-se o "[...] principal ponto de encontro entre elas tem se dado basicamente no campo da história cultural e da cultura histórica." (ALMEIDA, 2013, p.29).

Nessa aproximação das disciplinas, os historiadores foram replicando nesses novos estudos indígenas, as diferentes visões sobre cultura, disponíveis entre os vários antropólogos que trabalharam com o conceito de cultura ao longo do tempo, como de Clifford Geertz e Bronislaw Kasper Malinowski. Essa apropriação de diferentes visões sobre cultura advinda da antropologia, permitiu a ampliação e assimilação dos conceitos de cultura e identidade étnica entre os historiadores e sua utilização em perspectiva histórica nas suas pesquisas sobre os povos nativos:

> [...] a compreensão da cultura como produto histórico, dinâmico e flexível formado pela articulação contínua entre tradições experiências novas dos homens que a vivenciam permite perceber a mudança cultural não apenas enquanto perda ou esvaziamento de uma cultura dita autêntica, mas em termos do seu dinamismo, mesmo em situações de contato, quando as transformações se fazem com muita intensidade e violência. (ALMEIDA, 2013, p. 33)

Assim, inseridos nesses novos debates, a ciência histórica ancorada nessas novas visões busca entender que os indígenas formam "[...] sociedades dotadas de dinâmicas próprias que transcendem as percepções estáticas" (BARTOLOMÉ, 2006, p. 44). De fato, novos olhares sobre os povos originários possibilitaram expandir os debates e pensar a história nacional, e por tabela a história regional e local, para além dos colonizadores, os portugueses, e do período pós – contato, em detrimento de períodos anteriores.

Ao mesmo tempo, todas essas mudanças acadêmicas também impactaram os estudos históricos locais e regionais. E, se por um lado, todo esse aumento de cursos de graduação e, principalmente de cursos de pós-graduação, possibilitou o aumento de estudos locais e regionais em todo o Brasil, por outro lado diga-se que a renovação no campo da História também enriqueceu os debates e estudos locais e regionais. Por conseguinte, permitiu-se, pois, que novas perspectivas não se limitassem à validação de teorias generalistas e amplas, como era comum em estudos locais e regionais até então.

Da mesma forma, esse enriquecimento ocorreu nas metodologias, mas principalmente em relação ao conceito de lugar e região que, até então, era naturalizado nos estudos locais e regionais. Isso se deve ao fato de que, nas últimas décadas, tornou-se claro que o recorte geográfico escolhido pelo pesquisador é uma construção historiográfica, e não uma simples delimitação natural de um território.

> Deixava encoberta a questão essencial de que qualquer delimitação espacial é sempre uma delimitação arbitrária, e também de que as relações entre o homem e o espaço modificam-se com o tempo, tornando-se inúteis (ou não-operacionais) delimitações regionais que poderiam funcionara para um período mas não para outro (BARROS, 2005, p. 110).

Essa nova conjuntura que permeou o Brasil nesse período também impactou a Região dos Lagos e seus municípios em diversos campos. Na mesma ocasião, observa-se que essas agitações em vários setores também refletiram na política nacional. Afinal, a década de 1980 foi marcada pelo retorno à democracia e pela promulgação de uma nova Constituição, a de 1988. Essas mudanças suscitaram questionamentos e debates sobre o papel e o lugar dos municípios no conjunto da República Federativa, que passaram a dispor de uma grande autonomia. Por sinal, a atual Carta Magna,

> [...] além de inscrever a autonomia como prerrogativa intangível do Município, capaz de autorizar até a intervenção para mantê-la, quando postergada pelo Estado-membro (art. 34, VII, "c"), enumera dentre outros, os seguintes princípios asseguradores dessa mesma autonomia: a) poder de auto-organização (elaboração de lei orgânica própria); b) poder de autogoverno, pela eletividade do prefeito e do

> vice-prefeito e dos vereadores; c) poder normativo próprio, ou de auto legislação, mediante a elaboração de leis municipais na área de sua competência exclusiva e suplementar; d) poder de autoadministração: administração própria para criar, manter e prestar os serviços de interesse local, bem como legislar sobre seus tributos e aplicar suas rendas (MEIRELLES, 2009, p. 13).

E, da mesma forma, esse cenário veio acompanhado de um incremento no número de novos municípios no Brasil, uma vez que, concomitantemente, "[...] a nova Carta alterou as normas para a sua emancipação o que, entre outros fatores, propiciou excepcional incremento do número de municípios no país entre 1988 e 1996 [...]" (BRANDT, 2010, p. 59). Assim posto, é nessa nova conjuntura que se pode inserir a luta e a emancipação política do município de Rio das Ostras, no Estado do Rio de Janeiro, sendo o seu desenvolvimento atrelado a Casimiro de Abreu até a década de 1990, quando, por meio da Lei estadual nº 1984/92, foi criado o novo município fluminense (LIMA, 2004).

No contexto do processo de emancipação dessa nova localidade, tornou-se essencial legitimar sua identidade política e histórica como uma comunidade imaginada, valorizando, assim, suas características distintas e autênticas. Nesse ponto, destaca-se o papel da história na construção de identidades (POLLAK, 1992), uma vez que ela desempenha um papel fundamental na legitimação da busca por autonomia política. Conhecer, afinal,

> [...] realidades do processo histórico local e regional é indispensável à construção da identidade do grupo humano. Além disso, satisfaz a necessidade de entender aquilo que está próximo de nós, diretamente relacionado à nossa vida social, econômica e cultural (CONSTANTINO, 2004, p. 176).

Nesse intuito, logo após a emancipação, a prefeitura local, durante a gestão do Prefeito Alcebíades Sabino dos Santos, que governou de 01 de janeiro de 1997 até 31 de dezembro de 2004, criou a Fundação Rio das Ostras de Cultura. Apesar do seu status legal de autarquia, é mantida com recursos da prefeitura, e cujo um dos objetivos era justamente o de ser um espaço para a reflexão e a construção de uma história e uma memória para a localidade. O referido governante era uma figura nascida na localidade e atuou fortemente na luta pela emancipação da localidade perante o município de Casimiro de Abreu (OLEGÁRIO, 2003, s.n.).

> A FUNDAÇÃO RIO DAS OSTRAS DE CULTURA, criada a 10 de outubro de 1997, veio preencher a falta de uma instituição cultural abrangente que sistematizasse e enfatizasse os sinais da presença humana em nosso município. Objetivando a preservação do patrimônio histórico – cultural, paisagístico e ambiental, a Fundação vem desenvolvendo inúmeros projetos que incitam o conhecimento e promove o resgate da identidade cultural (FROÉS, 2004, p. 9).

Como parte desse plano político, encabeçado por agentes públicos ligados à Prefeitura Municipal de Rio das Ostras, foi criado, pela Fundação de Cultura, um programa denominado "Projeto Memórias". Tinha como propósito principal "[...] torna[r] institucionais antigas pesquisas de pessoas preocupadas em levantar a identidade de nosso município e na formação dos nossos cidadãos através de lendas, mitos e relatos passados tão significativos [...]" (FRÓES, 2004, p. 9). Pensado assim, a concepção e a materialização desse projeto se inseriam na necessidade e na preocupação com a edificação de uma história e de uma memória municipal.

> Era essencial, portanto, o lançamento desta obra, o que levou a Fundação Rio das Ostras de Cultura a convidar a historiadora para que todas aquelas pesquisas, sempre discutidas, fossem aprofundadas e apresentadas didaticamente a fim de que a História fluminense e principalmente, a comunidade deste tão novo município compreendesse a importância histórica de Rio das Ostras no cenário dos 500 anos de colonização e descobrimento do Brasil (FRÓES, 2004, p. 9).

Inserido nesse projeto local, no ano de 1998 foi publicado uma obra de história dedicada exclusivamente à localidade de Rio das Ostras. O livro foi editado sob a coordenação e responsabilidade da Fundação Rio das Ostras, e impresso pela Gráfica e Policromia Iriri, do próprio local. Quanto à edição e à publicação, inseriram-se na preocupação do poder público local em consolidar uma história, memória e identidade oficial para a recém-emancipada cidade.

Nesse sentido, ressalta-se que o próprio prefácio do livro foi escrito e assinado pelo prefeito da época, Alcebíades Sabino dos Santos, o que reforçava as ações públicas entorno da construção de uma história e memória local. No texto, o prefeito exalta a honra de entregar tal livro ao povo da cidade. Portanto, essas palavras reforçam o endosso do poder público na divulgação daquela leitura sobre o passado e emanado pelo livro publicado.

> Rio das Ostras com seu passado histórico, enaltece o espírito de cada um que a ama e respeita, por ser redoma de colonização, terra de disputas e abrigo, a ser degustada em cada página desta obra historiográfica, e que me honra entregar ao povo riostrense, cidadão brasileiro (SANTOS,1998, p. 7).

No início, o autor reforça em sua escrita uma determinada leitura sobre a evolução temporal da cidade e destaca o papel que os indígenas desempenharam nessa história. A história desse município é, para ele, "História do Brasil, berço e ninho de todas as etapas, testemunha viva de todos os passos: dos índios aos sesmeiros, dos sesmeiros aos monarcas, dos monarcas aos escravos, dos escravos aos pescadores." (SANTOS, 2004, p. 7).

Nesse trecho, identifica-se a presença indígena na história local, mas como etapa inicial. Isso porque, em consonância com uma forte perspectiva propagada pela historiografia nacional, estão fadados ao desaparecimento com o advento das outras etapas da história local, ficando evidenciado com a ordem colocada no texto sobre as ocupações: índios, sesmeiros, monarcas, escravos e pescadores.

A pesquisa e a autoria do livro couberam a uma historiadora profissional, Maria da Gloria DAlmeida Lima, uma autora com graduação em História pela UFF (Universidade Federal Fluminense) e mestrado em História pela UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro). Na introdução do livro, ela elenca a importância da obra para a história local e destaca alguns elementos de sua pesquisa e da escrita da obra, como a importância e o papel das fontes históricas que foram consultadas.

> Para a história de Rio das Ostras foram consultadas, exaustivamente: fontes secundárias que tratam da história fluminense - obras gerais e regionais; títulos que abordavam a história de cidades vizinhas cujos interesses estavam ligados de alguma forma a Rio das Ostras; teses de mestrado e de doutorado; obras sobre política, economia e sociedade, sempre abrangendo o período que vai do século XVI ao XX. A história, porém, não é feita de fontes secundárias, que apenas a referendam. História se faz com fontes primárias. Assim, foram buscados minuciosamente os documentos que falavam de Rio das Ostras, ou que faziam qualquer referência a essa cidade. Essas fontes foram a base da nossa pesquisa histórica. Todos esses títulos se encontram na bibliografia ao final dessa obra (LIMA, 2004, p. 15).

Nesse sentido, Maria da Gloria DAlmeida reforçou a validade de sua obra como redigida dentro de determinados parâmetros erigidos pela ciência histórica, mesmo sendo uma obra voltada ao público em geral. Assim, pode-se observar que a seleção das fontes primárias e secundárias demonstra um olhar mais apurado e preocupado em redigir uma obra voltada para uma linha narrativa ligada ao período pós-contato e colonizador, em detrimento do período pré-contato e da longa história indígena.

Afinal, deve-se levar em conta que obra surgiu em um momento em que a Nova História Indígena começava a ganhar espaço na academia e que sua atividade está inserida em um lugar de produção e de um discurso (CERTEAU, 2002) na cidade de Rio das Ostras. Nesse ponto, no processo da escrita da história, torna necessária explicitar a perspectiva de que “[...] as condições sociais variáveis influenciam não apenas as questões abordadas como também as respostas.”(TRIGGER, 2004, p. 12), e, assim, impactam de diversas maneiras o próprio trabalho do historiador.

Essa linha narrativa reflete-se na própria divisão e organização de sua obra, com a temática indígena reservada às páginas e aos capítulos iniciais, e, consequentemente, distante

das partes subsequentes que seguem uma escala de tempo até os dias atuais. Desse modo, os indígenas colocados no capítulo inicial são inseridos na discussão sobre a ocupação originária da localidade e no momento inicial da chegada e colonização portuguesas na região. Ao realizar essa tarefa, a autora enaltece a geografia local, demonstrando as belezas e riquezas naturais da região.

> Quantos de nós podemos afirmar, com toda a certeza, qual a nação indígena que habitava o solo em que vivemos? Essa é a primeira dificuldade que se impõe para conhecermos a história de Rio das Ostras. Em primeiro lugar, devemos lembrar que os índios que habitavam a costa brasileira eram nômades, ou seja, não se fixavam num mesmo lugar por muito tempo. Esse "tempo" era definido de acordo com as estações do ano, com a abundância da caça e da pesca na região e mesmo pelas lutas entre tribos, o que torna a definição do território indígena uma tarefa pouco precisa. As tribos sempre procuraram regiões férteis e próximas aos rios. Fixando-se nos outeiros, evitavam dessa maneira que inundações viessem destruir suas aldeias. Em uma região pródiga de cursos fluviais e com a riqueza da mata atlântica, como é o norte fluminense, era natural que as tribos que ali se estabelecessem próximas aos rios e disputassem duramente esse território contra outras tribos. Assim, nem sempre se pode precisar quem habitava uma determinada região (LIMA, 2024, p. 17).

Reforça-se uma concepção de uma naturalização da presença nativa na localidade, e não como resultado de um processo histórico resultado de culturas vivas e dinâmicas (KODAMA, 2009). Nas linhas subsequentes do capítulo, a autora prossegue sua explanação sobre os primeiros habitantes da localidade, e identifica dois grupos iniciais da ocupação da região: "No caso de Rio das Ostras, temos dois grandes povos que, num certo sentido, encontravam-se ali próximos ao rio: vindos do norte, os Goitacazes e, ao sul, os Tamoios" (LIMA, 2004, p. 17-18).

Para discutir a ocupação indígena da região, a autora promove um levantamento de dados e informações com autores que trataram sobre o tema. Assim, cita autores como Alberto Lamego, Serafim Leite e outros que escreveram sobre a história da região, e sem um diálogo com autores mais recentes e arqueólogos que estudaram a temática indígena nessas localidades. Nesse ponto, a autora reforça:

> Os famosos índios Tamoios do Cabo Frio foram, desde o início da colonização europeia, aliados dos franceses, lutando lado a lado com estes contra o domínio português, cuja base era o Rio de Janeiro. Por esse motivo foram perseguidos pela Coroa portuguesa, que ainda no século XVI chegou a enviar tropas para acabar com a Confederação dos Tamoios, quando estes foram massacrados. Importante papel tiveram os jesuítas nesse episódio, ao convencerem os Tamoios a se entregarem sem luta. Não somente os jesuítas, mas também os capitães que lutaram junto às tropas portuguesas, vieram mais tarde a pleitear terras em Rio das Ostras e no norte fluminense, obtendo-as como uma espécie de retribuição por serviços prestados (LIMA, 2004, p. 17-18).

Observa-se, pois, que os indígenas são colocados como participantes do processo, mas o texto foi construído tendo como ponto de partida a colonização, como fica claro na primeira frase do texto destacado, quando a colonização é a referência temporal. Ao mesmo tempo, os europeus, no caso dos franceses e portugueses, guiam a ação e promovem o desfecho final, com o massacre dos nativos e a rendição dos poucos sobreviventes. Assim,

> [...] ainda que os indígenas estejam presentes na narrativa, eles não são intervenientes. Na maior parte dos casos, eles atuam em favor dos agentes não indígenas – portugueses, a metrópole, os franceses, os colonos ou os missionários, entre outros. Por isso, a maior parte das ações que realizam é trabalhar ou combater, sempre em favor dos colonizadores. Assim constituídas, as narrativas aqui estudadas, mas não apenas elas, não acrescentam saber novo aos estudantes. Elas reiteram a compreensão corrente de que a História ensinada conforma uma narrativa cuja única função é remontar a memória da nação, reproduzindo as formulações construídas desde a segunda metade do século XIX acerca dos elementos estabelecidos que conformam a sociedade nacional, tendo o mito da democracia racial como baliza (COELHO; ROCHA, 2018, p. 478)

Essa forma reforça uma visão colonialista, ao associar o comando das ações e, por conseguinte, ao processo histórico, aos povos europeus no processo de formação da localidade. Nesse mesmo parágrafo, a autora se utiliza de uma palavra muito associado aos indígenas ao longo do tempo: "massacrados" (LIMA, 2004, p. 17-18). Essa associação entre as palavras indígenas e massacrados no texto reforça a visão historiográfica das "crônicas da destruição e despovoamento" (MONTEIRO, 2001, p. 142) e a perspectiva de fim da presença indígena na região.

Em outro parágrafo do capítulo, a autora salienta:

> A discussão sobre qual tribo indígena ocupava o Rio das Ostras não pode ser conclusiva, já que para se constituírem os aldeamentos jesuíticos as tribos foram diversas vezes transferidas de suas regiões e origem para outras: a fim de se misturarem com os nativos, para diluírem o arrojo de tribos locais e mesmo para entrarem em choque com outras tribos, enfraquecendo a ambas e favorecendo o colonizador. Nesse sentido, os documentos encontrados nos deixam apenas entrever que os índios que habitaram o Rio das Ostras eram os Goitacazes, embora possivelmente outras tribos também devam ter passado por ali, incluindo os citados Sacurús cuja presença em Rio das Ostras foi detectada tardiamente no século XIX. Destruídos por uma colonização que impôs novos valores, a cultura indígena se diluiu com o tempo (LIMA, 2004, p. 20).

Da mesma forma que o parágrafo citado anteriormente, os indígenas são colocados como participantes de maneira subalterna do processo histórico. Sendo construído dessa maneira, o trecho reforça uma ideia propagada durante muito tempo pela historiografia nacional, na qual o indígena aparece sempre agindo de forma secundária na narrativa, sempre

de acordo com os interesses alheios (no caso destacado, dos jesuítas e dos colonizadores que assumem o papel ativo na construção do texto) (ALMEIDA, 2010).

Ao mesmo tempo, a autora, em diversos momentos, usa o termo "tribo" ao se referir aos indígenas. A partir das perspectivas da Nova História Indígena, que no momento da escrita do livro se disseminava nos debates acadêmicos, muitos autores passaram a evitar o termo, considerando que essa abordagem refletia, muitas vezes, uma concepção não apenas antiga de ver a história, mas também advindo da antropologia e arqueologia alinhada à perspectiva neoevolucionista, que classifica as sociedades em uma sequência que abrange bando, tribo, caciquado e estado (FAUSTO, 2000).

Na última frase do parágrafo citado, LIMA (2004) se utiliza de uma construção textual que reforçam a perspectiva das "crônicas da destruição e despovoamento" (MONTEIRO, 2001, p.142). É, pode-se dizer, uma perspectiva que reforça a ideia de que a chegada dos portugueses levou inexoravelmente ao extermínio dos indígenas em toda a região.

Essa perspectiva acaba sendo corroborada na sequencia do texto: *"*Quinhentos anos depois, a língua muda, mas o significado permanece inalterado, mostrando a força do batismo de um nome que foi dado a Rio das Ostras pelos seus primeiros habitantes" (LIMA, 2004, p. 20). Essa proposta de enaltecer os indígenas, com o uso de palavras que exaltam suas características (no caso, com o uso da palavra força associado aos indígenas, no texto citado), reforça uma visão que a Professora Maria Regina denominou de idealizados do passado (ALMEIDA, 2013). Afinal, essa força associada a indígenas idealizados do passado, estaria na origem da força e da grandeza da localidade com seu mito de origem (LIMA; SILVA, 2021).

Por fim, no capítulo seguinte, denominado de "Primeiras Impressões", o próprio título do capítulo, construído com essas palavras, demonstra como essa parte foi construída tendo como referência os europeus. Isso porque são as primeiras impressões tendo como perspectiva os portugueses: "as primeiras impressões dos portugueses foi a de uma terra rica em matérias primas, porém de pequeno valor comercial à primeira vista, já que o ouro não foi detectado pelos primeiros viajantes" (LIMA, 2004, p. 24).

E, prossegue:

> O encontro dos europeus com os indígenas brasileiros foi um verdadeiro choque cultural; se por um lado os portugueses e a Europa viram os produtos dos trópicos como exóticos, por outro os índios também se assustaram com os novos valores. Tanto fazia que a cultura europeia viesse de Portugal, de França, Holanda ou Inglaterra, os interesses eram sempre os mesmos; a exploração mercantilista. Atônitos, os índios da costa brasileira começaram a se integrar ao processo de troca

> de produtos, levando aos europeus as madeiras valiosas e mais atônitos ainda ficaram ao perceber as tentativas de escravização. Senhores absolutos das terras, que conheciam profundamente, passaram a se embrenhar pelas florestas para fugir da escravidão. Ao surgirem outros povos europeus na disputa da terra, os índios tornaram-se seus aliados, sem perceberem que para os europeus, a primeira e única impressão era a de uma terra linda e valiosa para os seus interesses comerciais (LIMA 2004, p. 24).

Ao continuar relatando sobre esses primeiros contatos entre europeus e indígenas, Lima (2004) se utiliza de uma construção textual que reforça a ideia de que a iniciativa da ação está nas mãos dos europeus, posicionando-os como protagonistas ativos na história. Esse enfoque coloca os indígenas de forma passiva na narrativa, como se percebe com a utilização do vocábulo "atônitos", diante da ação europeia. Ao mesmo tempo na narrativa, os indígenas são referenciados como exóticos, e os valores europeus são adjetivados com o uso do vocábulo "novos". No restante do livro, ocorrem citações esparsas sobre os indígenas, sempre posicionados na narrativa como expectadores do processo de colonização.

Assim, esse livro redigido na virada do século XX para o XXI, está em consonância com as narrativas escritas em outros locais da Região dos Lagos. São leituras sobre o passado que, apesar de realizar referências aos povos originários, reforça a perspectiva de indígenas passivos e presos em uma espécie de pré-história local, com a história se iniciando com a colonização portuguesa. Assim, esses indígenas, eram inseridos em uma posição de desconexão da construção dessas localidades e do tempo presente e de seus moradores (FREIRE; OLIVEIRA, 2006, p. 17).

Essas leituras sobre o passado local se refletem em outros símbolos da identidade local, como o brasão da cidade, criado pela Lei Municipal n^{o}19, de 03 de junho de 1993 (PREFEITURA DE RIO DAS OSTRAS, 2024), durante a gestão do Prefeito Cláudio Ribeiro. Sua descrição retirada do homepage da prefeitura salienta que:

> O Brasão Municipal se constitui por um escudo português tripartido, tendo no plano esquerdo superior, fundo em campo azul e verde, uma canoa (em ouro) com um pescador remando, encimado por 03 gaivotas (em branco); no plano superior direito, o relevo de uma serra com dois cumes (em prata)se destacando de um fundo azul, os quais emergem de uma floresta (em verde) e tendo em destaque uma antiquada locomotiva a vapor (em negro) expelindo fumaça (em branco) com a respectiva via férrea (em dourado e negro)." (PREFEITURA DE RIO DAS OSTRAS,2024a, s.p.)

Figura 5 – Brasão de Rio das Ostras

Fonte: RIO DAS OSTRAS, 2024a, s.p.

O desenho e toda a simbologia envolvida visam refletir uma leitura sobre a cidade, destacando os elementos que são constituintes da identidade local. Apresenta, na parte central, a ostra, em referência ao nome do rio que corta a cidade, bem como o pescador e o trem. Tem o progresso, um desses elementos e no caso representado pela locomotiva, entrosado com uma própria leitura da história conectada com uma perspectiva linear e progressista do desenvolvimento do lugar.

Nessa leitura, o indígena fica em um passado distante, em conexão com as outras leituras emanadas naquele contexto em Rio das Ostras. Em sintonia com a leitura efetuada pelo hino local (SILVA, 2017), criado naquele momento, é demonstrada a visão do indígena idealizado, mas preso a um passado distante (ALMEIDA, 2013),

> Voltando no tempo e no espaço,
> o passado torna agora a acontecer,
> contado e cantado no compasso
> deste hino feito para enaltecer
> a cidade florescente, que um dia
> teve as raízes plantadas neste chão,
> regadas pelo sangue dos nativos pertencentes
> à nação dos heróicos goitacazes!
> REFRÃO!

> Rio das Ostras!
> Terra dos Peixes da Vila Rainha,
> que conservou
> a pureza que antes tinha...
> Que toda a glória
> da Coroa que lhe foi imposta
> preserve a história
> da resistência e do valor!
> Cidade-mãe
> de quem nasce ou de quem vem pra ela...
> Rio das Ostras, cidade — pérola mais bela!
> As águas do Leripe e dos mares
> testemunharam a lenta miscigenação,
> o milagre do amor sobrepujando
> os conflitos da colonização...
> A igreja perto do Poço de Pedra,
> que ao ruir virou semente de união,
> deu origem à capela que depois foi construída,
> a nova Igreja da Senhora Conceição!
> REFRÃO!
> Rio das Ostras!
> Terra dos Peixes da Vila Rainha,
> que conservou
> a pureza que antes tinha...
> Que toda a glória
> da Coroa que lhe foi imposta
> preserve a história
> da resistência e do valor!
> Cidade-mãe
> de quem nasce ou de quem vem pra ela...
> Rio das Ostras, cidade — pérola mais bela!
> A maria fumaça vence o vento
> e entra apitando na antiga estação,
> espalhando o mel da cana que transporta
> e construindo com doçura este torrão...
> O pescador simbolizando a nossa gente,
> junto à ostra e aos cações ligeiros,
> representa a liberdade que herdaram os
> riostrenses, tão valentes, - bravo! -
> bravos brasileiros!
> REFRÃO!
> Rio das Ostras!
> Terra dos Peixes da Vila Rainha,
> que conservou
> a pureza que antes tinha...
> Que toda a glória
> da Coroa que lhe foi imposta
> preserve a história
> da resistência e do valor!
> Cidade-mãe
> de quem nasce ou de quem vem pra ela...
> Rio das Ostras, cidade — pérola mais bela! (RIO DAS OSTRAS, 2024a, s.p.)

A análise da composição do Hino da cidade revela, em suas linhas, uma visão romântica do índio guerreiro, representando o grupo Goitacá como uma das raízes da cidade (KODAMA, 2009; LIMA; SILVA, 2021). Ao mesmo tempo, traz uma perspectiva narrativa progressista, destacando o pescador e o trem. Dessa forma, é possível perceber um diálogo

com os escritos históricos, o brasão e as perspectivas patrimoniais, todas construídas em torno da história local, na ação de diversos agentes sociais e culturais.

Há, assim, a construção deliberada de um dialogo entre esses vários símbolos, como o brasão e o hino e seus patrimônios. Tanto, que na mesma época, agentes ligados à Prefeitura local promoveram a reconstrução de um antigo poço do período colonial usado pelos navios em passagem, e que tinha sido destruído na expansão urbana da cidade nos anos 1990, tornando-se o marco para a construção da cidade.

> Construído pelos escravos em meados do século XVIII, o Poço de Pedras do Largo de Nossa Senhora da Conceição serviu como marco para a construção da cidade de Rio das Ostras. Registros históricos indicam que o poço era utilizado pelos antigos navegadores que cruzavam a Baía Formosa e aportavam no cais do morro do Limão (atual Iate Clube) para que a tripulação pudesse ter água potável. Na década de 90, após as obras de calçamento da orla da Praia do Centro, o Poço de Pedras foi demolido. No ano de 2000, após o trabalho de busca de registro fotográfico antigo da cidade realizado pela Fundação Rio das Ostras de Cultura, foi totalmente reconstruído pela Prefeitura e passou a ser ponto constante de visitação de turistas (RIO DAS OSTRAS, 2024b, s.p.).

Era uma busca por edificar uma história e memória local. Por sua vez, esse poço passou a simbolizar o marco de construção da cidade, como descrito na própria homepage da Prefeitura. Na mesma conjuntura, ocorreu à criação do Centro Ferroviário de Cultura Guilherme Nogueira, simbolizando o progresso e a modernidade como marcas da história local. Esse lugar da memória local

> Funciona na antiga estação ferroviária de Rocha Leão. Construção centenária, utilizando mão-de-obra escrava, data de 1887. Abriga em seu interior o museu ferroviário, incluindo um memorial da categoria, com exposição permanente de peças e documentos da antiga estrada de ferro Leopoldina Railway. Os antigos trabalhadores da rede foram um dos primeiros moradores do povoado e contribuíram para origem da localidade de Rocha Leão. A estação também conta com um ponto de leitura e oferece oficinas gratuitas e cursos livres à população (PREFEITURA DE RIO DAS OSTRAS, 2024b, s.p.).

Portanto, na cidade de Rio das Ostras, ao longo de seus primeiros anos, observa-se a atuação de diversos agentes na construção de uma relação com o passado, que, por meio de elementos, como livros, símbolos e outros, replica em larga escala visões e perspectivas historiográficas consolidadas na história brasileira.

Trata-se de uma história marcada pelo desaparecimento do indígena da narrativa histórica e sua idealização em um passado remoto, distante da realidade e dos processos históricos que realmente moldaram essas localidades. Assim é o caso de Rio das Ostras. Essa

construção narrativa, muitas vezes desconectada das dinâmicas reais e contemporâneas, contribui para a perpetuação de uma memória seletiva, que negligencia o papel ativo e contínuo dos povos indígenas na formação das identidades locais (COELHO, 2009)

Nessa mesma conjuntura, durante a gestão do Governador Moreira Franco, a Secretária de Estado de Planejamento e Coordenação em conjunto com o Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro (CIDE), órgão do Estado do Rio de Janeiro responsável pelas pesquisas e informações geográficas (economia, ambiental etc.), lançou uma coleção de livros intitulada "Perfis Municipais". Era o ano de 1989, e um dos livros da coleção editada e publicada, contemplava o município de Araruama. Esse livro carrega um modelo de escrita local que possui uma longa tradição no Brasil (FERNANDES, 2009), sendo um apanhado de dados históricos, geográficos e econômicos locais. Inclusive, o livro não possui um autor específico, o que reforça esse caráter enciclopédico com dados diversos sobre a cidade.

Nessa linha, em sua parte inicial, o livro busca discorrer justamente sobre a origem da cidade, seguindo, assim, o padrão cronológico de povos originários, colonização e autonomia política. Portanto, na primeira parte, o texto busca situar o local. Dentro dessa perspectiva, segundo o texto, "Os primeiros habitantes do território que hoje compõe o município de Araruama foram os índios Mataruna, que, bem antes da chegada dos europeus, já conheciam os depósitos naturais de sal e exploravam-nos para consumo próprio" (CIDE, 1989, p. 9). Portanto, os indígenas são apresentados como os primeiros habitantes, em uma leitura consoante a uma historiografia tradicional, sendo a presença indígena situada sempre tendo como marco temporal a chegada dos europeus ao local.

Essa abordagem textual enfatiza a presença indígena em um período anterior à colonização europeia e, assim, somos levados a associar os indígenas a um período anterior à existência da cidade, em consonância às narrativas tradicionais da historiografia que associam os povos nativos ao período anteriores aos europeus e inseridos na "pré-história brasileira". No desenrolar dos parágrafos, a obra continua a descrição do processo de conquista portuguesa, bem como da luta contra os franceses na região dos Lagos.

> Nos séculos XVI e XVII, os franceses se estabeleceram em Cabo Frio, aliando-se aos índios Tamoios e, provavelmente, mantiveram algum ponto estratégico de defesa nas terras de Araruama. Na verdade, o que se sabe é que existiu em Cabo Frio, e não exatamente em Araruama, uma importante base francesa de operações e comércio, onde os índios participavam intensamente recebendo em troca armas e munições (CIDE, 1989, p. 9-10).

É uma construção narrativa na qual a iniciativa da ação pertence aos franceses, que são colocados em primeiro plano no texto em detrimento dos indígenas, estes que aparecem de forma passiva, recebendo a ação iniciada e executada pelos franceses na construção textual. Esse modelo narrativo tem, assim, uma narrativa em consonância a um discurso bem antigo na historiografia nacional, em que os indígenas sempre são retratados em uma posição secundária do processo, quase que como expectadores do desenvolvimento da colonização, como salienta Maria Regina Celestino de Almeida, ao chamar a atenção para o fato de os indígenas (denominado pela autora por "índios") terem tido "[...] participação inexpressiva em nossa história, na qual, em geral, aparecem como atores coadjuvantes, agindo sempre em função de interesses alheios" (ALMEIDA, 2013, p. 25).

No parágrafo seguinte, essa perspectiva é ampliada com os portugueses comandando as ações que levaram à morte, à fuga e ao consequente desaparecimento dos nativos da região. Aos indígenas, nesse cenário, só cabe uma ação, que é a de fuga da localidade, por consequência do restante da narrativa e também da própria história da localidade.

> Chegando à região, o Governador Antônio Salema determinou a destruição das fortificações e aldeias francesas, ordenando implacável perseguição aos indígenas fugitivos matando mais de dois mil e aprisionando outros quatro mil. Aqueles que escaparam aos combates e à chacina, fugiram para o interior (CIDE, 1989, p. 10).

No restante da obra, o autor discorre sobre os processos políticos, grandes personagens e a evolução econômica que culminaram com a criação do município no XIX, sem mais qualquer menção aos povos indígenas. Existe, assim, uma modelo narrativa comum aos outros já publicados na localidade ao longo dos tempos. São narrativas consolidadas localmente e que replicam uma visão da história atrelada a uma escrita histórica que vem de longa data no Brasil, sobre a origem do país e do lugar dos indígenas nesse passado nacional.

Nesse mesmo período, na cidade de Saquarema, durante a Gestão de Carlos Sampaio, em 1991, foi publicado o segundo volume do livro *Saquarema (sua gente, sua história)*, de autoria do morador, Alexandre Dias. O segundo livro não traz nenhuma referência aos povos indígenas, sendo um apanhado geral de eventos considerados históricos, aspectos da natureza local, dados gerais e personagens considerados importantes da localidade. Assim, os dois livros, em conjunto, formam uma narrativa sobre Saquarema na qual os indígenas sofreram o processo de esquecimento de suas ações, escolhas e práticas que ocorreram ao longo da formação e da história subsequente do município.

Alguns anos depois, a Igreja Matriz de Nossa Senhora de Nazaré passou por um processo de tombamento pelo INEPAC. E, pelo processo E-18/001.042/99[24], teve seu tombamento provisório efetivado em 14 de agosto de 2001 (INEPAC, 2024). Também nessa leitura patrimonial, em Araruama, no ano de 1992 ocorreu o tombamento definitivo através do processo E-18/001.171/90, pelo INEPAC (2024), de uma casa de veraneio construída em 1944. A casa em questão foi projetada, em estilo moderno, pelo arquiteto Lucio Costa, uma ação e uma leitura patrimonial que demonstram uma sintonia com a produção e com as leituras do passado da cidade, emanadas ao longo do tempo por diversos agentes públicos e privados.

Inserido nessa mesma conjuntura nacional e regional, floresceu na cidade de Araruama, no início dos anos 1990, políticas públicas relacionadas à história e à memória local. Era um contexto de fragmentações políticas com o surgimento de novos municípios, lutas políticas locais e a vinda de um fluxo de "forasteiros", com a construção da Ponte Rio-Niterói. Entende-se que, naquele momento, a Prefeitura de Araruama, por meio dessas ações diversas, buscou enaltecer e reforçar a unidade municipal e identidade local.

Nessa direção, a Prefeitura de Araruama, durante a gestão do Prefeito Altevir Vieira Pinto Barreto, implementou ações em relação à memória e à história do município. Segundo Cássio Ricardo Hipólito Silva Campos (2018), o grupo político encabeçado pelo prefeito tinha como objetivo estabelecer uma história e uma memória oficial para Araruama e acabar com as disputas entre políticas "locais" e "forasteiros". Tal governo,

> [...] contemporâneo das mudanças motivadas pela [construção da] ponte Rio-Niterói e do consequente aumento do fluxo de pessoas 'de fora' da cidade, é identificado como um tempo de transformações e de abertura do acesso ao poder a pessoas que não faziam parte das elites locais. Daí em diante, alternaram-se prefeitos 'filhos de Araruama' com esse mesmo 'forasteiro' (VIEGAS, 1997, p. 32).

Para tanto, executaram-se a configuração e a propagação de uma determinada leitura do passado local em um cenário das quase inexistentes narrativas históricas locais, como retrata Ana Claudia C. Viegas, Coordenadora do Centro de Memória Municipal na época: "A vontade de produzir esse trabalho se origina, primeiramente, da constatação da quase inexistência de registros históricos sobre nosso município" (VIEGAS, 1992, p. 13).

Foram ações que resultaram na criação, no dia 5 de Fevereiro de 1992, de um Centro de Memória Municipal e na edição e lançamento de três livros relacionados à história da cidade de Araruama (VASCONCELLOS, 1998). No rastro do desenvolvimento de políticas

[24] No site do INEPAC está a lista com os bens tombados a disposição do público http://www.inepac.rj.gov.br/

municipais, foi aprovada pela Câmara Municipal de Araruama, a lei de número 612, [25] em sete de Abril de 1989, durante o governo do Prefeito Altevir Barreto. Entre as várias medidas previstas na lei, duas delas fazem referência à questão patrimonial: o artigo "XVI – Proteger o patrimônio cultural, histórico e artístico e natural de Araruama." e o artigo "XXI – Organizar, manter e supervisionar o Museu Municipal." [26]Os artigos presentes na referida lei, validam o interesse do Poder Público em promover algum tipo de desenvolvimento de políticas locais relacionadas ao patrimônio, história e a memória local (CAMPOS, 2018).

Como resultado do desenvolvimento de políticas locais de memória e da aplicação da Lei 612, aconteceu a criação em 1992 do Centro de Memória Municipal (VASCONCELLOS, 1998). O mesmo foi instalado na Biblioteca Municipal, localizada na Praça Antônio Raposo e estava subordinada a Secretária de Educação e Cultura do Município. O Centro de memória está registrado no guia de museus do Instituto Brasileiro de Museus com a natureza administrativa: Público – Municipal e tipologia do acervo: História (IBRAM, 2011a).

Naquele período, o Poder Público incorporou os indígenas à narrativa oficial da cidade, porém de maneira a mantê-los presos a um passado remoto, construindo uma narrativa que refletia as "[...] crônicas da destruição e despovoamento[...]" (MONTEIRO, 2001, p. 142). Ao cruzar as informações do livro com as do relatório, observa-se que, na época, a exposição enfatizava a imagem dos índios como figurinhas de um passado distante e sugeria que a conquista resultou no extermínio das populações indígenas em toda a Região dos Lagos.

A partir de 1993, com a retomada das pesquisas arqueológicas em Araruama (BUARQUE, 2009), a temática indígena ganhou uma maior visibilidade local diante de uma ação mais incisiva dos arqueólogos junto à comunidade (BUARQUE, 2009). Identifica-se uma referência no relatório anual do Centro de Memória de 1994[27], a uma exposição temporária montada com o material arqueológico, para a Semana do índio com fotos, vídeos e cartazes. Essa semana é entendida como um lugar de apoio à memória (POLLACK, 1992). A partir da década de 1990, com o avanço de políticas nacionais relacionadas aos povos indígenas, supõe-se que essa exposição temporária possuía um discurso alinhado à perspectiva de se combater preconceitos e valorizar os índios (CHAGAS, 2003) de forma geral.

Em relação aos livros editados e publicados pela prefeitura local, dois deles são coletâneas de entrevistas com moradores da cidade. O intuito foi o de preservar as antigas

25 Lei Municipal Número 612 de 7 de Abril de 1989. Disponível no Acervo do Centro de Memória de Araruama.
26 Lei Municipal Número 612 de 7 de Abril de 1989. Disponível no Acervo do Centro de Memória de Araruama.
27 CENTRO DE MEMÓRIA. Relatório das Atividades realizadas no Centro de Memória Municipal do ano 1994. Disponível no acervo do Centro de Memória Municipal de Araruama.

memórias locais por intermédio da recuperação das lembranças desses moradores. O primeiro deles foi dedicado às mulheres, enquanto o outro aos moradores antigos. Vale pontuar que as obras apresentaram, em suas narrativas, completa ausência dos indígenas locais.

O terceiro livro editado nesse momento pela prefeitura foi o *Araruama: Panorama de Uma Cidade* (1992) de autoria da pesquisadora, Maria de Fátima Moraes Rodrigues. A proposta do livro se baseia em um modelo de escrita local de amplo uso e longa tradição no Brasil ao tratar de temas locais (FERNANDES, 2009), sendo uma narrativa geral sobre o lugar com dados históricos, geográficos e econômicos. Sendo assim, o livro possui sua primeira parte dedicada a situar o lugar no tempo, e a outra parte, com dados geográficos e econômicos sobre a cidade. Ao mesmo tempo, a autora busca construir um texto calcado em fontes históricas, como o relatório do Presidente da Província Antônio Nicolau Tolentino, de 1858 (RODRIGUES, 1992, p.74) e também com a utilização de outros autores que versaram sobre essa região, como por exemplo, Cortines Laxes.

A autora inicia seu texto explorando a origem do nome Araruama, utilizando como referência os estudos de Teodoro Sampaio e Pedro Guedes Alcoforado. A partir dessa análise, ela segue discutindo a presença dos indígenas, e nesse caso, inicia a jornada a respeito do passado com capítulo intitulado, “o Índio e o Sal”. Assim, tem se que “Bem antes dos europeus, os Mataruna, primeiros habitantes das terras que hoje formam o município de Araruama, já conheciam e utilizavam o sal, através das salinas naturais que existiam na região.”(RODRIGUES, 1992, p.15). É interessante notar que a autora nomeia os indígenas locais como pertencentes à etnia Mataruna, segundo Sylvio Vasconcellos (1998) esse grupo nunca existiu na região, afinal, com base na bibliografia, como Maria Regina Celestino, sabe-se que eram os Tupinambás o grupo étnico presente no momento da chegada dos europeus na região, em um domínio do território de longa data.

Ao mesmo tempo, a autora discute a questão do sal e de forma entrelaçada os indígenas locais em um plano diminuto, pois apesar de colocados como os primeiros habitantes em uma construção do texto que utiliza como referência o povoamento europeu. Essa construção narrativa proposta pela forma reforça uma visão colonialista e associa os indígenas ao passado local e por sua vez, a cidade e o desenvolvimento posterior, aos europeus. Na parte subsequente da narrativa, os protagonistas são os portugueses, que exercem de forma ativa uma conquista da região e no qual os indígenas e franceses são retratados de forma totalmente passiva ao serem dizimados sem qualquer ação ou reação (COELHO; ROCHA,2018),

As primeiras notícias sobre a exploração do território datam de 1575, quando se deu a expedição do Governador Antonio de Salema do Rio de Janeiro, a região de Cabo Frio, onde foram dizimados centenas de franceses e índios Tamoios (RODRIGUES, 1992, p. 16). O trecho citado reforça uma ideia propagada durante muito tempo pela historiografia, na qual o indígena aparece sempre agindo de forma secundária na narrativa e sempre de acordo com os interesses alheios (ALMEIDA, 2010). Ao mesmo tempo, o texto destacado carrega a visão historiográfica de "[...] as crônicas da destruição e despovoamento[...]" (MONTEIRO, 2001, p.142) e uma perspectiva de que a conquista levou ao extermínio dos indígenas em Araruama e em toda a Região dos Lagos. Uma ideia que é corroborada na parte seguinte, onde o autor se refere ao início da ocupação na região de Araruama como resultado da ação direta dos portugueses, "Pelas cartas de sesmarias, o primeiro proprietário das terras compreendidas no perímetro do atual município de Araruama foi Miguel da Silva Riscado." (RODRIGUES, 1992, p.16). Uma parte textual que reforça a visão de que os portugueses foram os responsáveis pelo início da "civilização" na localidade e onde os indígenas estão totalmente ausentes enquanto participantes da história local a partir daquele momento. Nas partes subsequentes do livro os indígenas não são mais citados e desaparecem da narrativa sobre Araruama.

Em um dos livros editados e publicados pela Prefeitura de Araruama, intitulado *Araruama: no tempo das histórias* (1992), há uma coletânea de entrevistas com moradores idosos da cidade, observando-se algumas lembranças da presença dos povos originários até o século XIX. O depoimento foi dado por um morador do distrito de São Vicente, o senhor Bráulio Quintanilha de Bragança, que, na época da edição do livro, possuía 67 anos de idade.

O atual distrito de São Vicente, em Araruama, era parte das terras do Aldeamento de São Pedro e, em 1854, uma parte delas foi transformada no Curato de São Vicente de Paula. Em seguida, o local foi elevado à categoria de Freguesia: "Em 1872, outro documento sobre a aldeia [de São Pedro] informa ela ter sido desmembrada, criando-se como parte do Conservatório dos Índios a Freguesia de São Vicente de Paulo no município de Araruama" (ALMEIDA, 2007, p. 227), sendo integrado ao município de Araruama em 1860, deixando assim de pertencer a Cabo Frio (VASCONCELLOS, 1998).

Nesse sentido, o senhor Bráulio Quintanilha de Bragança, ao prestar o seu depoimento, ressalta essa característica de memória familiar e informal: "O que eu sei é por tradição de família", pontua em seu relato (BRAGANÇA, 1992, p. 159) sobre a história do lugar. Tal morador também discorre sobre como a ocupação se processou e ficou marcado na memória, juntamente com a presença de indígenas na localidade: "é que havia, na época do

Império, uma divisão dos municípios (...). Uma parte de onde, hoje, está localizada a cidade era dos índios, e a outra parte estava sendo colonizada" (BRAGANÇA, 1992, p.159).

Em outro momento, ao discorrer sobre outros acontecimentos presentes em sua memória, o Senhor Bráulio destaca que "[...] houve uma epidemia, que morreu muita gente e ficaram as fazendas abandonadas. Então a civilização já estava misturada aí com os índios." (BRAGANÇA, 1992, p. 159). Como é possível notar, nesse trecho, evidencia-se na memória relatada a percepção de que, com o avançar da "civilização" marcada pela presença de fazendas, esses indígenas locais foram sendo misturados à população local. Certo também é que se trata de uma memória que carrega o processo em que esses sujeitos disputaram terras e sofreram pressões políticas e econômicas oriundas de diversos interesses em seu apagamento como indígenas (ALMEIDA, 2013).

Esse depoimento é importante no sentido de permitir a presença de indígena na localidade. Apesar de não serem incorporadas às memórias e histórias "oficiais" sobre as localidades, essa narrativa foi se infiltrando e integrando as memórias subterrâneas (POLLAK, 1989) que circulam entre as famílias e as pessoas mais antigas da cidade.

Esses livros foram escritos, editados e publicados por agentes subordinados à Secretaria Municipal de Araruama e, portanto, têm a aprovação do poder público local para a disseminação de uma determinada interpretação da história do município (CAMPOS, 2018). No caso, são leituras que buscam entender a história local a partir da perspectiva europeia em consonância com a historiografia nacional da época que replicava em larga escala essa perspectiva advinda ainda do XIX em relação à origem da nação e ao papel dos povos indígenas.

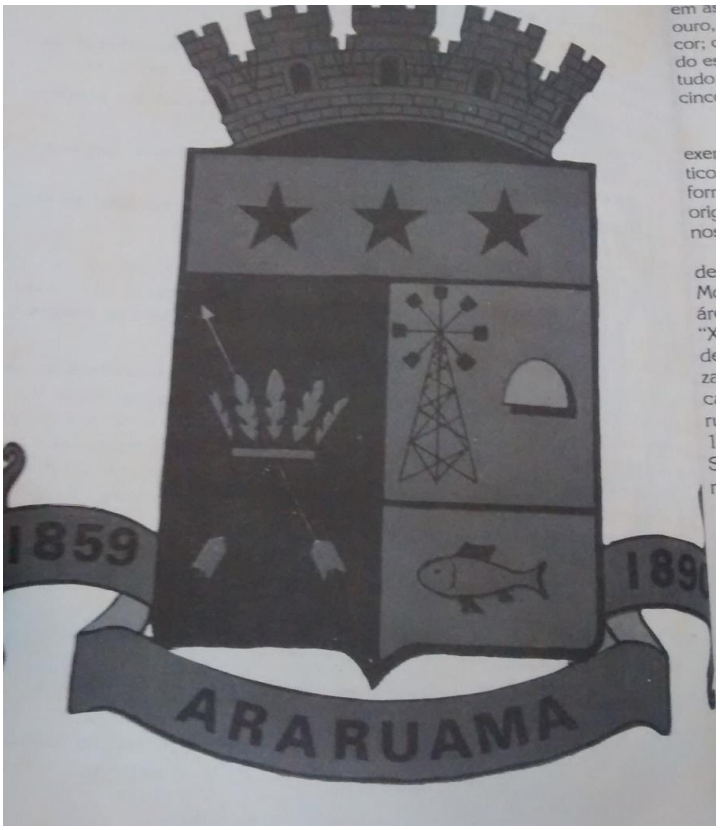
Assim, nesse movimento, o novo brasão incorporou referências a elementos da cultura indígena, refletindo esse acréscimo de conhecimentos e a maior presença dessas discussões na região. Como exemplo desse incremento, em 1982 aconteceu em São Pedro da Aldeia o Seminário de Arqueologia, Folclore e Ecologia da Região dos Lagos[28]. Foi um evento direcionado à discussão de questões relacionadas ao patrimônio arqueológico local, reunindo arqueólogos, ativistas, representantes das prefeituras e moradores. Essa iniciativa refletiu o incremento das pesquisas na região desde a década de 1970.

De certo modo, então, esse novo brasão dialogava com essas novas discussões que permeavam a região e ganhavam amplitude naquele momento. Era composto, em sua parte superior, por uma muralha com cinco torres, em estilo francês (RODRIGUES, 1992). Logo

28 ARARUAMA. Relatório do Seminário. São Pedro da Aldeia, 1982. Acervo do Centro de Memória de Araruama.

abaixo, apresenta três estrelas, simbolizando os distritos que compõem o município de Araruama na época (Sede, São Vicente e Morro Grande).

Figura 6 – Novo Brasão de Araruama



Fonte: RODRIGUES, 1992, p.28

Na parte central do escudo, existem três desenhos, simbolizando característicos locais. Na parte da direita, simbolizando as atividades econômicas tradicionais da cidade, a escolha foi pela representação da pesca e da atividade salineira. Do outro lado, o desenho do cocar, a flecha e o tacape, simbolizando os indígenas.

Essa representação dos indígenas, por meio de armas, nos remete a uma visão romântica e de um nativo guerreiro e valente. Ao mesmo tempo, o desenho indígena fica próximo à data mais antiga estampada no emblema, 1859, reforçando essa ligação com o passado mais distante da cidade. Entende-se que, com essa configuração, o brasão propaga uma leitura muito ligada às visões do século XIX, em torno de um indígena mítico e preso ao passado bem distante do desenvolvimento histórico da região e da atualidade da cidade.

Por fim, nesse segundo momento de desenvolvimento de trabalhos sobre a história da cidade de Araruama, destaca-se aquele que é o trabalho mais extenso e que virou referência na cidade (CAMPOS, 2018), o livro *Apontamentos sobre Araruama*, de autoria do Sylvio Lamas de Vasconcellos. Um livro dedicado à história de Araruama e no qual o autor, pertencente a uma tradicional família local (LOPEZ, 2004), resolveu registrar, e assim preservar a história de sua cidade.

Neste livro, o autor escreve sobre a história de Araruama em capítulos dedicados a diversos temas, como as fazendas, os casarões, a Câmara Municipal, a imprensa local e outros assuntos. Ao abordar a origem da localidade e a presença dos indígenas, o autor salienta que a sua atuação na região é muito antiga. Data de tempos imemoriais a retirada do sal em nossa região. Já os índios o obtinham, para seu consumo, dos depósitos naturais em depressões de terreno à beira da lagoa ou em áreas toscamente revestidas de conchas e tabatinga. (VASCONCELLOS, 1998, p.233).

O uso das palavras "tempos imemoriais" em conexão com os indígenas, reflete uma associação entre os nativos e o passado local. Ao mesmo tempo, nesse trecho os indígenas são colocados em uma cena descritiva, que [...] situa, o sujeito fora do tempo. Eles [o escritor] ocupam com a descrição dos sujeitos e não com suas ações e os desdobramentos." (COELHO; ROCHA, 2018, p.478). Neste mesmo capítulo, Sylvio Lamas de Vasconcellos cita os indígenas pela segunda vez ao relatar a origem do nome Mataruna, que era o nome da Freguesia que deu origem a cidade de Araruama. Um nome que traz algumas discussões pois segundo Marcel Jules Thieblot, a origem do nome é decorrente de uma tribo indígena denominada de Mataruna e que seriam os primeiros habitantes locais. Entretanto, Sylvio Lamas de Vasconcellos não concorda com essa afirmação e assim não confirma "[...] a existência de alguma tribo indígena com tal nome." (VASCONCELLOS, 1998, p.42). Para o autor, os primeiros habitantes locais eram os tamoios e na intenção de validar a sua ideia, se utiliza de outros escritores, como Alberto Ribeiro Lamego e Pedro Guedes Alcoforado, que sustentam que os primeiros habitantes locais foram os tamoios. (VASCONCELLOS, 1998).

Nesses trechos os indígenas sempre são colocados como os primeiros habitantes, uma concepção que reforça a sua presença em um tempo passado, o que leva a associação a um período anterior a existência da cidade em consonância com as narrativas tradicionais da historiografia que associam os povos nativos ao período anteriores aos europeus e inseridos na pré-história brasileira. Ao mesmo tempo, o autor se utiliza do termo "tribo" em referência aos povos indígenas. A partir das perspectivas da Nova História Indígena, que se espalhavam nos debates acadêmicos, muitos autores passaram a evitar o termo, pois consideravam que

essa abordagem refletia uma visão antiquada da história, frequentemente ligada à antropologia e arqueologia neoevolucionista, que classifica as sociedades de forma sequencial, desde o bando até o estado (FAUSTO, 2000).

Por fim, em outro momento do livro, os indígenas são arrolados quando o autor discute os topônimos locais. Nesse momento os indígenas não exercem qualquer tipo de ação e são meramente relacionados enquanto um aspecto linguístico sem qualquer relação a temporalidade. Em relação ao nome da cidade, Sylvio Lamas de Vasconcellos considera que o vocábulo Tupi, Iriruama ou Iraruama, com o passar do tempo e das influências, sofreu alterações e deu origem ao nome atual: "Tenho para mim que a palavra Araruama não é Tupi; é, sim, derivada do Tupi, tendo sofrido alterações fonética e gráfica." (VASCONCELLOS, 1998, p.22). Em outras partes do livro, os indígenas estão completamente ausentes.

Entende-se assim que nessas narrativas advindas das duas últimas décadas do século XX e materializados nos livros analisados acima, os indígenas têm lugares bem demarcados. São arrolados em uma posição de fósseis, naturalizados e presentes no momento dos "descobrimentos" e logo desaparecem dessas cidades da Região dos Lagos. Sendo assim, esses livros carregam uma linha narrativa em consonância com um discurso bem antigo na historiografia nacional, onde os indígenas sempre são retratados em uma posição secundária do processo, quase que como expectadores do processo de colonização, como salientam Helenice Rocha e Mauro Coelho, pois,

> Elas reiteram a compreensão corrente de que a História ensinada conforma uma narrativa cuja única função é remontar a memória da nação, reproduzindo as formulações construídas desde a segunda metade do século XIX acerca dos elementos estabelecidos que conformam a sociedade nacional, tendo o mito da democracia racial como baliza. (COELHO; ROCHA, p. 480, 2018)

Nesse sentido, esses autores construíram discursos que consolidaram uma história e uma memória para as cidades e para a região, além de construírem uma identidade para a região. Afinal, ressalta-se que esses escritos locais possuem um valor importante na formação identitária, pois "[...] ajuda a tomar consciência da comunidade através do conhecimento da sua gênese e da sua evolução por um lado, e do conhecimento da sua identidade específica, por outro [...]"(MATTOSO, 1988, pg. 180).

Nessas localidades, esses autores estavam atrelados ao poder político local ou eram das famílias tradicionais. Essas ligações conferiam a esses escritos um forte apelo junto à comunidade e, assim, tornava-se um espaço importante para a formação de identidades e

memórias coletivas entre os habitantes do município. Nesse intento, esses escritores com suas narrativas propagavam uma leitura do passado e ao lidar com o surgimento do município, reforçaram a ideia de que os acontecimentos fundadores foram a chegada portuguesa e a posterior ocupação com a fundação da cidade de Cabo Frio no século XVII. Uma visão historiográfica que entendia a história da nação e, no caso daquela localidade, como que iniciada com os portugueses, que ocuparam e trouxeram a civilização, ao fundar os diversos povoados espalhados pela Região dos Lagos,

> A nossa história tem sido sempre descrita como a história da colonização, como a narrativa da transferência de pessoas, instituições e conhecimentos para um novo cenário, não-europeu, sobre o qual estas vieram a estabelecer um progressivo controle, dando origem ao marco territorial atual. (FREIRE;OLIVEIRA, p. 17, 2006).

Segundo as narrativas propagadas na região, os indígenas "[...] quase não mereciam a atenção dos historiadores." (ALMEIDA, 2010, p.9) e quando ganhavam um lugar, era "[...] como força de trabalho ou como rebeldes que acabavam vencidos, dominados, escravizados, aculturados ou mortos. Suas ações não eram, absolutamente, consideradas relevantes para a compreensão dos rumos da história."(ALMEIDA, 2010, p.18-19).

No caso da Região dos Lagos torna-se necessário "[...] desfazer da invisibilidade forjada ao longo da história a respeito destas comunidades silenciadas pelo discurso oficial." (SANTOS; MANO, 2015, n.p.) e divulgado pelos escritores locais em sintonia com o poder político sobre o passado da cidade, como verificado nas análises realizadas nas páginas acima. É importante empreender uma escrita da história da região que conceba aos indígenas um lugar ativo na construção desses espaços ao longo dos séculos e não apenas enquanto espaço de ação de um único ator principal, os portugueses.

Nesse sentido, a história regional ainda carece de estudos para tentar entender a ação desses indígenas com o fim do aldeamento de São Pedro e as políticas de apagamento social impostas principalmente pelos poderes públicos locais e estaduais em fins do século XIX, bem como no XX. Dessa forma, ficam no ar muitas perguntas: O que aconteceu com esses indígenas da região? Perderam sua identificação étnica e se misturaram a população? Lutaram e mantiveram sua identidade indígena? Praticaram uma resistência passiva? Eles migraram para outras regiões?

Nos últimos anos, têm surgido alguns trabalhos acadêmicos a também voltados ao grande público, com o intuito de se redigir novas narrativas que recuperem o lugar dos indígenas como atores ativos na região. Em 2005, Silene Orlando Ribeiro defendeu, na UFF

(Universidade Federal Fluminense), uma dissertação de mestrado intitulada *De índios a Guerreiros Reais: A Trajetória da Aldeia de São Pedro do Cabo Frio – Séculos XVII-XVIII*. Em sua pesquisa, a autora estudou a formação do Aldeamento de São Pedro em 1617 e, somado a isso, os papeis e ações desenvolvidas pelos indígenas aldeados na região ao longo do tempo em que o aldeamento esteve em atividade. Trata-se de um estudo pioneiro e importante para recuperar as vozes e o agenciamento desses indígenas na região e que, historicamente, foram silenciados por uma historiografia que resultou em uma cultura histórica regional excludente aos nativos.

Nessa mesma perspectiva, outro trabalho importante foi o livro "*O Primeiro indígena universitário do Brasil: Dr. José Peixoto Ypiranga dos Guaranys (1824-1873)",* de autoria de Luiz Guilherme Scaldaferri Moreira e Marcelo Sant'Ana Lemos (2023). Nessa obra. publicada pela Editora Sophia em 2023, os dois autores buscam recuperar as ações de José Peixoto Ypiranga dos Guaranys, um indígena da Aldeia de São Pedro que se tornou o primeiro indígena formado em Direito no Brasil. Voltada ao grande público, mas redigida por historiadores e inserida em uma perspectiva da Nova História Indígena, a obra demonstra a vida e o agenciamento dos nativos na região, mesmo em uma sociedade como a brasileira do século XIX. Em 2023, o historiador Pierre de Cristo lançou o livro, *Cabo Frio na Rota da Escravidão*, onde o autor aborda o impacto histórico da escravidão nessa região e busca ampliar a compreensão da história local e das estratégias de resistência e agenciamento desses grupos na busca pela liberdade.

Nesse sentido, parte-se da hipótese de que, no contexto das décadas de 1980 e 1990, historiadores locais, agentes públicos e arqueólogos estavam envolvidos em diferentes abordagens na construção e propagação da história dessas localidades. Se, por um lado, agentes locais continuaram a enquadrar uma memória pautada na colonização, como os historiadores locais citados, por outro lado, novos agentes, no caso os arqueólogos, a partir da segunda metade da década de 1990, começaram a disseminar e enquadrar a história local sob uma perspectiva de uma história indígena de longa duração. Esses pesquisadores assumiram um papel ativo como agentes responsáveis por construir e difundir uma leitura específica do passado, e, por meio de diversas iniciativas, levaram à sociedade civil e ao poder público local suas reivindicações em relação ao reconhecimento e à valorização dos artefatos arqueológicos da região.

Entretanto, isso não significou uma adesão imediata entre historiadores locais e agentes públicos, nem uma mudança imediata na cultura histórica dessas localidades, como foram observados na parte final deste capítulo, dedicada aos anos de 1980 e 1990. Afinal,

somente lentamente e atrelado a contextos locais favoráveis, as razões científicas promovidas por esses arqueólogos, foram se desdobrando em razões políticas (MENESES, 1987 apud WICHERS, 2010), e, nesse processo de disputa (POLLACK, 1989), formou-se um consenso local (VASSALO; CICALLO, 2015).

Em face disso, no próximo capítulo partiremos de um contexto geral mais amplo para analisar o cenário local e a inserção das pesquisas arqueológicas que ocorreram na região. A partir dessa abordagem, buscaremos entender a atuação de diversos agentes, com ênfase nos arqueólogos e como as ações desses profissionais impactaram e contribuíram para a criação de museus locais voltados ao passado indígena dos municípios.

CAPÍTULO 2: A ERA DOS MUSEUS LOCAIS NA REGIÃO DOS LAGOS: ARQUEOLOGIA, PATRIMÔNIO E AS HISTÓRIAS LOCAIS.

Durante as décadas de 1980 a 1990, as diversas localidades da Região dos Lagos experimentaram uma segunda onda de pesquisas arqueológicas (GUIMARÃES, 2007), que se tornaram mais sistemáticas e integradas a projetos mais amplos, e não apenas escavações de salvamentos[29] ou pesquisas isoladas. Esse período coincidiu com a estruturação da Arqueologia no Brasil, resultando em um aumento significativo nas pesquisas e escavações (PROUS, 1992). Ao mesmo tempo, o retorno a democracia e o crescimento de movimentos sociais, especialmente o indígena, promoveu um diálogo mais profundo entre a Arqueologia e as Ciências Humanas (MONTEIRO, 2001; FAUSTO, 1994). Outra observação relevante é que a emergência da Nova História Indígena integrou várias áreas do conhecimento, como História e Arqueologia, permitindo uma ampliação das pesquisas e de narrativas sobre esses povos, e, em especial, nessas localidades (ALMEIDA, 2013; MONTEIRO, 2001; FUNARI, 2003).

Nessa perspectiva, na segunda parte desta pesquisa, procura-se pensar como essas mudanças nacionais se entrelaçam com conjunturas locais no sentido de assistirmos na Região dos Lagos, à formação de um conjunto patrimonial indígena e da emergência de lugares de memória destinados a evocar os indígenas na história local (OLIVEIRA, 2011). Nesse ponto, o foco principal está em entender principalmente o contexto local, e o papel de arqueólogos e demais agentes na formação dos patrimônios arqueológicos locais e na criação de museus na Região dos Lagos.

Assim, esses museus locais foram criados e pensados em uma perspectiva de que "As coleções arqueológicas nesse [s] espaço [s] servem para reforçar os laços [...] [dos habitantes] com uma identidade [...] [Araruamense, Riostrense ou Saquaremense], trazendo à tona a questão das origens [indígena], mas ao mesmo tempo abrindo [a possibilidade de ser um] espaço para as discussões sobre a alteridade cultural." (MELO, 2015, s.p.).

Com base nos dados levantados por Eduardo Siqueira, "Dos 5.564 municípios brasileiros, apenas 1.301 (36,27%) possuem museus. E do total de 3.586 museus existentes no país, 1.232 (34,36%) são de natureza administrativa municipal [...]" (PIMENTEL, 2016, p. 97). Simultaneamente, Eduardo Francisco Pimentel apresentou dados que indicam que a

[29] Que consiste em salvar os artefatos ou vestígios materiais de forma emergencial "[...] uma escavação total de um sítio já parcialmente destruído ou ameaçado." (SOUZA, 1997, p. 50).

maioria dos museus municipais inaugurados ao longo do tempo está concentrada nas décadas de 1990 e 2000, em um contexto que permite-se,

> [...] inferir que essa significativa quantidade de museus de natureza administrativa municipal foram impulsionadas pelas tendências de valorização das culturas locais, pela autonomia dos governos municipais e principalmente pelos resultados e efetivação das políticas públicas para museus implantadas no Brasil no início XXI. (PIMENTEL, 2016, p.100)

Ao mesmo tempo, a maior parte desses espaços são dedicados a museus históricos, e onde segundo dados coletados do Cadastro Nacional de Museus de 2015, correspondem a cerca de 50,32% e no caso da arqueologia, são cerca de 17,37%, e os demais espalhados entre outras temáticas como artes visuais, imagem e som, etc. (PIMENTEL, 2016). Essas preferências podem ser entendidas a partir da análise do contexto e das influências locais e sociais que guiaram os processos de criação desses museus. É nessa direção que caminha essa parte da pesquisa.

Vale mencionar que somente com uma confluência de fatores, em níveis mais amplos, como também em contextos específicos, ajudam a explicar a emergência dessa história local ampliada nos municípios mencionados. Sendo assim, considera-se que esta pesquisa, ao abordar essas dinâmicas, pode contribuir significativamente para o entendimento das relações entre memória, identidade e patrimônio nessas três localidades da Região dos Lagos.

2.1 1930/1960: O primeiro período da arqueologia regional: construindo narrativas desconectadas

No intuito de estudar a região, a arqueóloga Márcia Guimarães elaborou um quadro divisório das pesquisas arqueológicas desenvolvidas na região em três períodos distintos. Desse modo, a autora destacou que o primeiro momento foi,

> [...] iniciado na década de 30, apresentou características descontínuas nas décadas subsequentes de 40, 60 e 70. Caracterizou-se pelo desenvolvimento de escavações pontuais (salvamento) em sítios sambaquis, coordenados, primeiramente por Antonio Carlos Simões da Silva (Silva, 1932), seguido por Luis de Castro Faria (Faria, s/d), Maria Beltrão e Lina Kneip (Beltrão; Kneip, 1970; Beltrão, 1978) (GUIMARÃES, 2007, p. 103).

Naquele contexto regional das décadas de 1920 e de 1970, marcadas pelo nascimento de uma historiografia local, os municípios da Região dos Lagos vivenciaram os primeiros

trabalhos arqueológicos (BELTRÃO, 1978; GUIMARÃES, 2007). Esses primeiros trabalhos estavam inseridos em uma perspectiva de uma arqueologia mais destinada à prática de salvamento[30] e algumas poucas pesquisas de mapeamento e exploratórias.

No ano de 1931, ocorreu a primeira escavação registrada na localidade de Saquarema. Foi realizada pelo pesquisador Antonio Carlos Simões e Silva, um amador que se dedicou à arqueologia e à temática indígena ao longo de sua vida.

> Silva foi um dos responsáveis pela organização da Associação de Proteção e Auxílio aos Silvícolas do Brasil, em 1909, junto com Deolinda Daltro. No mesmo ano, apresentou o trabalho intitulado "Proteção aos índios e amparo aos seus artefatos e ossadas", publicado nos Anais do 1º Congresso Brasileiro de Geografia, realizado em 1911, do qual era segundo secretário da Comissão de Antropologia e Etnologia. Nesse trabalho reclamou o controle das coleções etnográficas, sendo um dos precursores da tese de controle do estudo sobre expedições estrangeiras e comércio de material indígena, juntamente com os congressistas (GUIMARÃES, 2007, p. 104).

A escavação contou com o apoio da prefeitura local e promoveu o salvamento de um sambaqui localizado entre a Lagoa de Saquarema e o canal que a liga ao mar. Esse sambaqui foi denominado de Sambaqui de Saquarema (GUIMARÃES, 2007). Nessa escavação, cabe pontuar, Antonio Carlos Simões e Silva retirou esqueleto humano dentre outros artefatos.

> El esqueleto humano, que aparécio, uma hora después de iniciar lãs excavaciones, yacia com la cabeza para El naciente, como se puede comúnmente observar entre lós primitivos habitantes del Continente y aún, hoy dia, com lós Araucanos de Sur de Chile[31] (DIAS *APUD* BELTRÃO, 1978, p. 181).

Segundo Guimarães (2007, p. 104), "[...] o material foi conduzido ao Museu Simoens e Silva, atualmente faz parte do acervo do Museu de Armas de Petrópolis.". Na década de 1960, a Professora Maria Beltrão retornou ao sítio arqueológico Sambaqui de Saquarema, e ele se encontrava praticamente destruído (BELTRÃO, 1978).

Já no ano de 1932, Fróes de Abreu publicou *A importância dos sambaquis no estudo da pré-história*, na Revista da Sociedade Geográfica Brasileira. Nesse artigo, o autor explana algumas de suas conclusões sobre o papel e a importância dos sambaquis como resultado de suas pesquisas realizadas na região de Cabo Frio (BELTRÃO, 1978). Um pouco depois, na

[30] Que consiste em salvar os artefatos ou vestígios materiais ao se realizar de forma emergencial "uma escavação total de um sítio já parcialmente destruído ou ameaçado" (Souza, 1997, p. 50).

[31] O trecho correspondente na tradução é: "O esqueleto humano, que apareceu, uma hora após o início das escavações, jazia com a cabeça voltada para o levantamento, como comumente se observa entre os primitivos habitantes do Continente e até, hoje, com os Araucanos do Sul do Chile.
" (tradução nossa)

década de 1940, o arqueólogo e diretor do Departamento de Antropologia e Etnologia do Museu Nacional, Luis de Castro Faria, planejou e executou, com objetivos preservacionistas, uma série de estudos arqueológicos na região.

> Forma uma equipe de naturalistas auxiliares com Eduardo Galvão, Nelson Teixeira e Pedro Lima e segue para uma curta visita ao município de Saquarema. O objetivo era avaliar e coletar material dos sambaquis existentes na região e iniciar um estudo etnográfico sobre a comunidade local. Realiza intervenção em dois sambaquis: sambaqui do Saco e Boqueirão (GUIMARÃES, 2007, p. 105).

E, assim alguns sítios arqueológicos na região foram identificados e escavados, como o Sambaqui do Gravatá, na margem do Rio São João, em Barra de São João, no ano de 1944, por Luís de Castro Faria (BELTRÃO, 1978). Já em Araruama, um pouco depois, no ano de 1961, o arqueólogo americano David A. Baerreis, em parceria com o arqueólogo do Museu Nacional, Luís de Castro Faria, efetuou uma escavação de salvamento em dois sítios que afloraram e trouxeram alguns artefatos que estavam sendo destruídos pelo avanço urbano (BELTRÃO, 1978). Esses artefatos indígenas salvos pelos pesquisadores foram classificados como de "provável filiação Tupinambá" (*op. cit.*, p. 9). Porém, o resultado da escavação de salvamento levada a cabo na década de 1960 nunca foi conclusivo e tampouco houve artigos e trabalhos publicados sobre o tema (BELTRÃO, 1978).

É relevante pontuar que o momento era de expansão urbana e da ocupação do solo na região do entorno de Cabo Frio. Nesse contexto, a maior parte dessas escavações foram de salvamento em sítios arqueológicos degradados ou em vias de destruição diante do avanço urbano. No primeiro momento, vale dizer,

> [...] as pesquisas na região de Saquarema caracterizavam-se por serem assistemáticas, pois envolviam apenas intervenções de salvamento sem que estivessem relacionadas a projetos de pesquisas específicos. Apenas três publicações (Silva, 1932; Beltrão; Kneip, 1970; Beltrão, 1978) descrevem as intervenções nos sambaquis da região. A maior parte do material documental (escrito e arqueológico) encontra-se, ainda, inédito, estando disponíveis informações nos relatórios de pesquisas arquivados no Departamento de Antropologia do Museu Nacional (GUIMARÃES, 2007, p. 104).

Nesse sentido, destaca-se que, ao longo das décadas de 1920-1960 e em alguns lugares até a década de 1980, a arqueologia desenvolvida nessas localidades e na região como um todo se resumiu a ações pontuais de salvamento de sítios arqueológicos parcialmente afetados e em vias de destruição total, como também com algumas escavações isoladas. Pode-se dizer, pois, que, nesse primeiro momento, a arqueologia nessas localidades agia em consonância

com a arqueologia nacional, carente de uma sistematização de suas bases teóricas – metodológicas, estando mais preocupada com a promoção de salvamentos locais do que na promoção e de sínteses arqueológicas tanto regionais como nacionais (PROUS, 1992).

Portanto, pode-se notar que esses arqueólogos desenvolviam suas atividades nessas cidades de forma esparsa e com poucos resultados publicados na academia, refletindo uma arqueologia ainda incipiente e carente de estudos sistemáticos (BARRETO, 1999-2000). Ao mesmo tempo concentravam-se em períodos mais remotos dessas localidades, sem estabelecer um diálogo com as comunidades, agentes e historiadores locais, e sem causar um impacto significativo na cultura histórica local.

2.1.1 1960-1970: A transição do primeiro para o segundo período da arqueologia na Região dos Lagos

Antes de qualquer abordagem, vale pontuar que PROUS (1992) dividiu a história da Arqueologia no Brasil em cinco períodos[32]. Os dois primeiros (Período Inicial – 1870/1910; e Intermediário – 1910/1950) foram marcados pelo nascimento e estabelecimento de uma ciência arqueológica no Brasil. Neles, a Arqueologia era marcada pela forte atuação dos museus, de amadores, além de ser influenciada pelas visões evolucionistas. As ideias de evolucionismo social e darwinismo social refletiam diretamente no estudo e na classificação dos artefatos e vestígios materiais encontrados pelos arqueólogos (SCHWARCZ, 1993; KODAMA, 2009). Nesses períodos iniciais, os profissionais da memória (POLLAK, 2009), no caso, os arqueólogos, privilegiaram os vestígios e os artefatos arqueológicos dos segmentos dominantes da sociedade (FUNARI, 2003; KODAMA, 2009; ALMEIDA, 2017). Importante mencionar que em relação aos vestígios e artefatos dos povos indígenas e afro-brasileiros, pesquisados pelos arqueólogos, eram descartados do discurso oficial e colocados como curiosidades ou vestígios de povos primitivos (LANGER, 2000).

Na segunda metade do século XX, começou o Período Formativo (1950-1965) da arqueologia nacional. As duas primeiras décadas da segunda metade do século XX foram marcadas por profundas mudanças, com a formação do cenário moderno da Arqueologia no Brasil (PROUS, 1992) e assim, "[...] passa por um momento bastante importante no que se

[32] A divisão consiste em: Período Inicial (1870-1910), Intermediário (1910-1950), Formativo (1950-1965), Pesquisa Recente (1965-1982) e atualidade (1982-Atualidade).

refere a sua estruturação em termos científicos. São contribuições importantes a Missão Francesa e a influência de pesquisadores americanos [...]" (GASPAR, 2003, p. 270-271). Nesse ponto, tivemos um período denominado por PROUS (1992) de formativo, em que ocorreu o "despertar das instituições oficiais", que procuraram "[...] criar centros universitários de pesquisa arqueológica, com a colaboração de profissionais estrangeiros, visando à formação de especialistas locais." (*op. cit.*, p. 11).

Nesse contexto histórico, em 1954 ocorreu na cidade de São Paulo o Congresso Internacional de Americanistas. Esse evento pode ser considerado um ponto de virada no estabelecimento da moderna arqueologia nacional, com a vinda de pesquisadores americanos e franceses, além de participação de brasileiros, como Paulo Duarte (da USP), Castro Faria do Museu Nacional e José Loureiro (da Universidade do Paraná). A partir desse fato, aconteceu a vinda de inúmeros especialistas estrangeiros, como Anette Emperaire, Wesley Hurt, que não apenas se debruçaram sobre o tema, como ainda colaboraram com a formação de especialistas brasileiros, trazendo novas metodologias e orientações técnicas (BARRETO, 1999-2000).

Tendo um forte intercâmbio entre arqueólogos estrangeiros e brasileiros, as pesquisas arqueológicas ganharam um novo espaço. Por exemplo, Joseph Emperaire e Annette Laming escavaram sambaquis de Paraná e de São Paulo e, pela primeira vez no Brasil, usaram a técnica de rádio carbono para datar com precisão a idade de artefatos arqueológicos. A partir daí, tivemos o início do desenvolvimento e do estabelecimento de uma arqueologia acadêmica com maior intensidade nas universidades brasileiras (PROUS, 1992).

No embalo da sua institucionalização, na década de 1960 o governo brasileiro determinou a criação do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA). Esse projeto, conforme PROUS (1992), foi criado no âmbito da Ditadura Militar e atrelado ao Governo Federal e marcou o início na arqueologia nacional, o período denominado de Pesquisa Recente (1965-1982), pois, a partir desse momento, a arqueologia brasileira se estruturou do ponto de vista institucional. Nesse período, ocorreram tentativas de padronização de terminologias, levantamento de sítios arqueológicos e a formação de uma geração de arqueólogos que ajudaram a mapear e sistematizar a arqueologia nacional (PROUS, 1992; MAGESTE, 2017).

Sendo assim, esse programa foi criado para promover o levantamento e a identificação organizacional, cronológica e sistemática da cultura material (arqueológica) e das principais culturas dos povos nativos que habitaram o território nacional (SOUZA, 1997). Esse programa foi fundamentado por uma combinação de diferentes perspectivas teóricas e metodológicas, destacando-se principalmente o Histórico-Culturalismo, o Difusionismo e os

determinismos culturais. Entretanto, salienta-se que nesse ponto existe um debate em relação às perspectivas teóricas e metodológicas que embasaram o programa, e até mesmo se discute a ausência de uma base teórica consistente na arqueologia pronapiana (MAGESTA, 2017; PROUS, 1992; GUIMARÃES, 2007; SYMANSKI, 2009).

Apesar desse debate acerca da diversidade teórica, a organização desse quadro geral proposto pelo PRONAPA ocorreu a partir da perspectiva de divisões dos elementos da cultura material em fases e tradições, próximo a determinadas visões atreladas à abordagem do Histórico-Culturalismo (SYMANSKI, 2009; TEIXEIRA, 2014). Esse modelo classificatório em fases e tradições ganhou amplitude ao longo do tempo, passando a ser adotado por grande parte dos arqueólogos, mesmos aqueles que estavam sintonizados em perspectivas teóricas diferentes dos pronapianos (GUIMARÃES, 2007; SYMANSKI, 2009).

Nesse sentido, com base no modelo que se popularizou a partir do PRONAPA, os arqueólogos, ao realizarem seus trabalhos, deviam seguir alguns critérios. Primeiro, separar, catalogar. Depois, tomando como referências alguns itens, precisavam classificar o material arqueológico em tradições, fases e subfases. Por conseguinte, estavam evidentes a distribuição espaço-temporal dos grupos humanos ao longo do território brasileiro (BARRETO, 1999-2000).

Na vigência do Programa, de 1965 até 1970, foram identificadas 125 fases, das quais 37 foram consideradas pré-cerâmicas e 88 cerâmicas (MAGESTE, 2017). Na Região dos Lagos, explica Lima (1999) foram mapeados e identificados, em relação aos grupos identificados pré-cerâmicos, as fases Macaé e Itaipu (A e B) e, posteriormente, a Tradição Itaipu (A e B) (Lima, 1999) e, com base no material cerâmico de grupos agrícolas, três tradições principais: Una, Tupiguarani e Neobrasileira (PROUS, 1992).

A execução do PRONAPA nos municípios da Região dos Lagos marca um momento de transição das pesquisas arqueológicas efetuadas na região. Se ao longo do primeiro período de pesquisas ocorreram escavações isoladas e ações de salvamento, a partir principalmente da efetivação do PRONAPA, ao longo da década de 1960, as pesquisas arqueológicas e escavações exploratórias na região ficaram mais consistentes, abrindo caminho para os projetos das décadas seguintes (GUIMARÃES, 2007). Cabe salientar que a efetivação desse segundo período obedeceu a temporalidades e a ritmos diferentes, com Saquarema vivenciando ao longo da década de 1980, e Araruama e Rio das Ostras, posteriormente, ao longo da década de 1990.

Nessa transição, durante os anos de 1960, na região de Cabo Frio e em seu entorno, “Ondermar Ferreira Dias Junior deu início à pesquisa científica, enfocando aspectos

arqueológicos nos sambaquis do estado do Rio de Janeiro, especificamente para a região de Cabo Frio (1963, 1967)" (ARAUJO, 2016, p. 36). Um dos fundadores do Instituto de Arqueologia Brasileira, o arqueólogo Ondemar Dias, promoveu a prospecção e a escavação do sítio arqueológico sambaqui da Duna Boa Vista, na Praia do Forte, em Cabo Frio, resultando na publicação de um artigo em 1963, *"Notas sobre a Arqueologia da Região de Cabo Frio"*, no Boletim do Instituto de Arqueologia Brasileiro (CARVALHO, 1988).

Nesse ponto, cabe realçar que, com a estruturação do PRONAPA ao longo da década de 1960, o IAB ficou responsável "[...] pelas pesquisas na região compreendida pelos Estados da Guanabara, Rio de Janeiro e Minas Gerais" (CARVALHO, 1988, p. 119). Como resultado, o litoral fluminense virou uma área de prospecção, mapeamento e identificação de sítios arqueológicos relacionados à ocupação nativa. Em Saquarema, para exemplificar, houve algumas visitas e escavações exploratórias que começaram a mapear com mais densidades alguns sítios arqueológicos, como exemplo, em 1969 Lina Kneip e Maria Beltrão localizaram o Sambaqui do Moa (GUIMARÃES, 2007).

Nessas pesquisas, na atual cidade de Rio das Ostras, pela equipe do IAB, durante a execução do PRONAPA em terras fluminenses, o sambaqui da Tarioba, em 1967

> [...] foi identificado e localizado no segundo ano do PRONAPA. Como eram visões extensivas, como foi visto anteriormente, o professor Ondemar Dias Jr., com sua equipe vindo de pesquisas do Município de Campos e Macaé passaram por Rio das Ostras sem nenhuma informação sobre a possibilidade arqueológica da cidade. Na ocasião, a equipe parou na praça São Pedro, que era, então, bem mais ampla, sem muitas das construções que hoje circundam a referida praça, contando comente com a casa que hoje abriga a Fundação Casa de Cultura. Verificaram neste local um monte de terra preta com muitas conchas e observaram que se tratava de um sambaqui. A equipe tratou de batizar o sambaqui, já que não havia um nome para identificar aquele local. Indagou-se sobre o nome daquela concha específica encontrada no sambaqui – Anomalocardia – que é conhecida pela população como Tarioba. Daí o nome Sambaqui da Tarioba (TRINDADE, 2001, p. 37-38).

Outro município, Araruama, como toda a região, vivenciou ao longo dessas décadas uma grande expansão urbana e, assim, surgiram "[...] relatos sobre achados arqueológicos da região e eram dos mais diversos: vasos e tigelas ricamente pintados, às vezes enfileirados. Os artefatos foram encontrados por moradores nos trabalhos de remoção de terra para plantio, construções e aberturas de estradas." (KNEIP, 1983, p. 46). Naquele momento, diante do incremento das pesquisas em Saquarema e em Cabo Frio, os arqueólogos circulavam por aqueles espaços e, com bases nesses relatos que chegaram aos seus ouvidos, em 1976 uma equipe do Museu Nacional foi enviada à cidade para realizar uma visita técnica. Tal visita

"[...] mostrou a necessidade urgente de desenvolver um projeto de pesquisa sistemática em Araruama." (KNEIP, 1983 p. 46).

Nesse cenário, foi montada uma equipe composta por membros do Museu Nacional e do Museu Paulista – USP. Foram realizadas escavações no sítio Três Vendas, entre julho e novembro de 1977. Esse local, registrado no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos[33] como Sítio de Venda Grande (RJ 00021), está situado atualmente no bairro de Três Vendas, em Araruama.

A escavação desse local revelou duas estruturas: uma aldeia datada do período pré-histórico e outra do período histórico (KNEIP, 1983). Na escavação, efetuaram coletas de peças cerâmicas que, analisadas, revelaram duas urnas do tipo escovado e duas tigelas pintadas. A partir de suas características tipológicas e morfológicas, foram enquadradas à tradição Tupiguarani e Neobrasileira[34].

Nesse sentido, as décadas de 1960 e 1970 foram marcadas pelos passos iniciais em direção a projetos de pesquisas mais extensivos que se desenvolveriam no final da década de 1970, e mais fortemente na década de 1980, em Saquarema. No caso de Araruama e Rio das Ostras, isso se desenvolveu mais ao longo da década de 1990. Marcou-se, assim, a projeção do segundo momento das pesquisas arqueológicas na região como um todo (GUIMARÃES, 2007).

Nesse processo, os arqueólogos, por meio de suas ações, foram gradativamente construindo uma interpretação do passado local. Essa narrativa se materializou não apenas nos projetos e nas escavações, mas também na seleção e montagem do acervo patrimonial (GUIMARÃES, 2012; COSTA, 2009). Portanto, tornaram-se personagens centrais nesse longo processo de enquadramento da memória local (POLLACK, 1989), ou, como configuradores de uma leitura do passado dessas localidades (COSTA, 2009), e, assim, construíram também um tipo de narrativa histórica para essas localidades.

No entanto, foi apenas com o avançar dos anos e o início de um segundo período de pesquisas que esses atores do enquadramento conseguiram materializar, por intermédio de museus na região, na década de 1990, essas leituras. Nesse sentido, torna-se válido pensar também que mesmo nessas duas décadas de 1960 e 1970, de transição do primeiro para o segundo período de pesquisas (GUIMARÃES, 2007), houve as primeiras tentativas de

33 Site com todos os sítios arqueológicos pesquisados e registrados no Brasil. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/sgpa/cnsa_detalhes.php?8627. Acesso em: 11 abr. 2022.

34 Tradição NeoBrasileira são artefatos que evidenciam trocas culturais resultados de contato e com características indígenas e europeias. (SOUZA, 1997)

formação e consolidação lugares de memória, ou seja, de museus para a materialização dessas leituras locais.

2.2 OS PRIMEIROS PROJETOS MUSEAIS: DESAFIOS À SUA IMPLEMENTAÇÃO

A região já vinha sendo observada e explorada por arqueólogos desde a década de 1920, mas somente a partir de 1960 foi contemplada com pesquisas exploratórias mais intensas nas suas inúmeras localidades. Nesse contexto histórico, de meados da década de 1960 até os anos 1970, em inúmeros municípios da região pontilharam-se algumas pesquisas arqueológicas, possibilitando o início da construção de um quadro de ocupação da região pelos povos nativos.

Em Araruama, no ano de 1977, a equipe do Museu Nacional da UFRJ, coordenada pela Prof. Lina Maria Kneip, realizou uma pesquisa arqueológica. Após as escavações, foram feitas recomendações não apenas para o tombamento do sítio arqueológico, mas também para a criação, ao longo do Sítio Arqueológico Tupinambá, um museu local. Sendo assim, em uma carta dirigida à Prefeitura de Araruama, no dia 23 de novembro de 1977, Lina Maria Kneip aconselhou a Prefeitura de Araruama sobre as ações a serem realizadas.

> A iniciativa da desapropriação tem que partir da Prefeitura e a solicitação deve ser encaminhada ao Diretor do IPHAN. No processo a Prefeitura tem que esclarecer que se responsabilizará pela manutenção e guarda do museu assim se terá recursos pela desapropriação. Caso não tenha deverá solicitar ao IPHAN e, se o mesmo não tiver, ao Congresso. Deverá acompanhar o processo, o ante-projeto, ou o estudo preliminar sobre o museu, assim como o relatório sobre a importância do sítio arqueológico.(KNEIP, 1977, s.p.)[35]

Esse documento é resultado das ações de Lina Kneip, que atuou junto aos agentes da Prefeitura de Araruama, no sentido de se buscar o tombamento e a preservação do referido sítio arqueológico em museu sítio arqueológico. Dentro dessa postura, demonstra a necessidade da atuação da Professora na região, a fim de desenvolver políticas museológicas e patrimoniais. São ações que se inserem em perspectivas preservacionistas advindas principalmente do Museu Nacional/UFRJ, com suas ações tradicionais nessa direção. Cabe observar que, no que tange "[...] ao campo preservacionista, os projetos arqueológicos coordenados por L. Kneip, para a área de Saquarema, retomaram a ideias de L. Castro Faria e

[35] KNEIP, Lina Maria. *Carta endereçada a Senhora Gracinha da Prefeitura de Araruama,* 23 de Novembro de 1977. Acervo do Centro de Memória de Araruama.

a ação preservacionista do Museu Nacional junto ao patrimônio arqueológico." (GUIMARÃES, 2007, p. 108).

Esse passado local indígena começou a se materializar por meio dos vestígios e artefatos recuperados. Isso permite que uma determinada leitura do passado consiga ser conservada, comunicada e compartilhada (COSTA, 2009). Nessa direção, Lina Kneip, acompanhada de Maria Lúcia Goulart, arquiteta do Museu Nacional (Ferreira, 2007), elaborou um estudo preliminar que visava à criação de um museu no local.

> As condições encontradas no "Sítio arqueológico de Três Vendas" não devem ser consideradas novas no contexto das pesquisas no Estado do Rio de Janeiro, elas sempre existiram e existem em sítios arqueológicos deste tipo apenas que elas foram evidenciadas com maior destaque graças ao método de escavação utilizado. Desta forma a Aldeia de Três Vendas, pode ser considerada, no Estado do Rio de Janeiro, a única no gênero e, conforme já observamos, constitui o último testemunho dos grupos de tradição cerâmica Tupiguarani no município. (GOULART; KNEIP, 1977, p. 20).

Segundo a pesquisadora Claudia Feierabend Baeta Leal (2016), o IPHAN, ainda durante a gestão de Rodrigo Melo Franco de Andrade, passou por algumas mudanças na condução de políticas ligadas ao patrimônio arqueológico, inclusive em sintonia com discussões que aconteciam no mundo acerca desses temas. No entanto, apesar desse avanço, a pesquisadora destaca que a temática do patrimônio arqueológico teve um espaço limitado dentro do instituto até a década de 1980, sendo que, nesse período, as iniciativas e políticas frequentemente surgiam de outros agentes, como arqueólogos e instituições especializadas, como o Museu Nacional. Inseridos em uma longa tradição preservacionista da arqueologia nacional (BARRETO, 1999-2000).

Ao mesmo tempo, segundo Maria Bruno (1999), era um contexto em que as relações entre a arqueologia e a museologia, que já estavam em declínio desde a década de 1930, ganharam maior amplitude. Com a institucionalização da arqueologia nas universidades e a criação de centros de arqueologia, observou-se que essas "[...] instituições, ao serem criadas, abandonaram a identidade de museu, sinalizando claramente que seu objetivo era produzir conhecimento e estabelecer comunicação com seus pares." (BRUNO, 1999, p.119). Nesse momento, a comunidade de arqueólogos se voltou mais para a pesquisa do que para a comunicação com a sociedade, e muitos se isolaram em seus próprios núcleos de pesquisa, com algumas instituições até criando seus próprios museus universitários (WICHERS, 2010). Essa separação foi perdendo intensidade ao longo das décadas de 1980 e 1990, com uma aproximação gradual entre as duas áreas, em um contexto marcado pela grande renovação da arqueologia nacional e também pela expansão e renovação da Nova Museologia no Brasil.

Portanto, o projeto do Museu do Sítio Arqueológico de Araruama se inseria nesse contexto de discussões sobre arqueologia e museologia. Não é, portanto, surpreendente que, na equipe responsável pelo projeto, não tenha sido localizado nenhum museólogo entre seus membros naquele momento (KNEIP; GOULART, 1977). Esse planejamento coube a equipe de arqueólogos e pesquisadores ligados ao Museu Nacional/UFRJ e instituições conveniadas. Sendo assim, o museu que estava sendo planejado em Araruama tinha entre os seus objetivos principais o de "[...] mostrar os aspectos da vida de uma aldeia pré-histórica [...]" (KNEIP; GOULART, 1977, p. 20). Ao mesmo tempo, buscava-se preservar o sítio arqueológico e demonstrar aspectos da pesquisa e da ciência arqueológica: "Mostrar as diversas fases de uma pesquisa arqueológica, desde o trabalho de campo (nível de observação), trabalho de laboratório (nível de descrição) à interpretação (nível de explicação)." (KNEIP; GOULART, 1977, p. 20)

O museu seria composto por três partes integradas: uma área coberta e duas ao ar livre. A coberta deveria ser destinada à exposição do acervo, apresentando diversos artefatos e vestígios materiais recuperados durante a pesquisa, além de mapas, fotografias e painéis que contextualizam o sítio arqueológico e a ciência arqueológica. Já a segunda e terceira partes ficariam em áreas externas. Na segunda, ficaria uma reconstituição da aldeia indígena, realizada com materiais típicos. Por fim, na terceira e última parte do museu, os visitantes teriam acesso a uma parte do sítio arqueológico escavado, sendo preparado para a sua exposição (KNEIP; GOULART, 1977).

Quanto à esquipe, esta seria formada por diversos profissionais, principalmente ligados ao Museu Nacional/UFRJ, tais como arqueólogos, geólogos. Na listagem descrita no estudo prévio, cumpre observar, não foi encontrado nenhum museólogo entre os profissionais ou pedagogo (KNEIP; GOULART, 1977).

Entretanto, mesmo em face de todo planejamento, o material arqueológico proveniente das escavações da Lina Kneip foi incorporado ao acervo do Museu Nacional, localizado a mais de 100 km de Araruama (KNEIP, 1983).

E, apesar das proximidades temporal e geográfica, em outro contexto local as professoras Lina Kneip e Maria Lúcia Goulart também atuaram em conjunto na elaboração e na criação do Museu Arqueológico de Itaipu, em Niterói, em fins da década de 1970 e início de 1980 (FERREIRA, 2017). Como é possível perceber, essas ações refletem a postura de diversos agentes ligados do Museu Nacional/UFRJ, em busca da implementação de políticas de preservacionistas diante do avanço urbano e eminente destruição de sítios arqueológicos. Foi, pode-se dizer, uma atuação ligada a um pensamento de longa duração em torno de

políticas preservacionista do Museu Nacional/UFRJ (GUIMARÃES, 2007), e que nas décadas seguintes, ajudaram na mobilização para a edificação dos museus na região.

Desse modo, essas ações buscavam sensibilizar a comunidade local e, concomitante a isso, se aproximar junto aos poderes públicos, promovendo a conscientização sobre a importância da preservação e incentivando ações que garantam a proteção desses locais históricos. Assim, Lina Maria Kneip, com sua

> [...] conduta firme e perseverante, salvou muitos sítios da destruição de tal forma que seu nome viria a se tornar, especialmente em alguns municípios do litoral fluminense, sinônimo de preservação e respeito aos testemunhos do nosso passado mais remoto (LIMA, 1999- 2000, p. 8).

E, inserido dentro dessa perspectiva preservacionista, em Saquarema, essa arqueóloga, ao longo da década de 1970, intensificou suas atividades de pesquisa. Naquele momento, no ano de 1975, o pescador Manoel Vencesláu, ao circular pelos descampados do bairro Barra Nova, em Saquarema, descobriu, entre a vegetação local, um grande sambaqui, denominado como Sambaqui da Beirada. Ele está localizado

> [...] nas coordenadas 22o 55'28. 43" S e 42o 32'40. 60" W na restinga externa da laguna de Saquarema, no ponto em que essa apresenta uma largura de 1.200 m. Uma ponta arenosa denominada Ponta da Mica aproxima muito a restinga da margem norte da laguna, onde afloram as rochas do Embasamento Cristalino Indiviso (Kneip *et. al*., 1988). Assenta-se sobre um cordão arenoso que se encontra a uma altitude de 2,85m. A laguna é o corpo d'água predominante, seguida do mar. A vegetação de restinga é característica do entorno imediato do sambaqui (GUIMARÃES, 2007, p. 135).

A sua descoberta levou Lina Kneip a montar e a coordenar um projeto destinado a seu estudo, o Projeto Saquarema, no ano de 1976. Tal proposta permitiu que fossem feitos os primeiros levantamentos sobre o Sambaqui da Beirada. (GUIMARÃES, 2007). Era um momento de transição da arqueologia na região, e, ainda assim, a professora Lina Kneip atuou de forma significativa com uma perspectiva preservacionista e educacional, junto aos poderes constituídos locais. Apresentou à Prefeitura Municipal de Saquarema, durante a gestão do Prefeito Jurandir da Silva Mello, um projeto de preservação arqueológica para o Sambaqui da Beirada e seu entorno.

> Este sítio foi amplamente estudado pela arqueóloga e professora Lina Kneip, grande especialista do Museu Nacional/UFRJ no estudo dos sambaquis. No período de 1975 a 1978, Lina apresentou, às autoridades municipais de Saquarema, um projeto sugerindo a criação de uma "Reserva Arqueológica e Ecológica de Barra Nova" que, no entanto, não foi outorgado na época (BERTOLOTO et al, 2005, p. 59).

Nas duas situações descritas, mesmo diante das inúmeras ações da Professora Lina Kneip, de arqueólogos e de pessoas da cidade ligadas à Secretária de Cultura e Educação (professores, etc.) junto ao poder público de Araruama e de Saquarema, não houve naquele momento as condições para a criação e o funcionamento de políticas relacionadas aos vestígios materiais indígenas. Isso, apesar de desde a década de 1960, os artefatos e vestígios materiais relacionados aos povos nativos serem protegidos por lei federal[36] e considerados patrimônio nacional.

Um exemplo da movimentação de arqueólogos e do aumento das iniciativas nessas localidades é o Seminário de Arqueologia, Folclore e Ecologia da Região dos Lagos, realizado em 1982, no município de São Pedro da Aldeia[37]. Esse evento esteve voltado para a discussão de questões relacionadas ao patrimônio arqueológico local, reunindo arqueólogos, ativistas, representantes das prefeituras e moradores.

Havia, inclusive, a tentativa de incentivar através da atuação de algumas políticas públicas desenvolvidas pelo Governo federal no sentido de estimular o envolvimento dos municípios na proteção do patrimônio nacional (KÖHLER, 2019), mas as conjunturas nacional e local, naquele momento, não permitiu que sua proposta fosse executada e acabou sendo arquivada pelas autoridades locais. Sob uma perspectiva local, destaca-se que a década de 1970 foi um período marcado por instabilidade política e crise econômica, com as prefeituras tendo pouca autonomia orçamentária (PROCOPIUCK; MACHADO; REZENDE; BESSA, 2007). Mesmo com a lenta abertura política, havia pouco espaço para ações mais efetivas nesse sentido, especialmente em temas relacionados aos povos nativos. Em consonância com a historiografia nacional, nessas localidades, a história começava com a colonização, e os indígenas, frequentemente propalados pelos arqueólogos em suas narrativas (livros, etc.), eram retratados como pertencentes a um passado muito distante da história (BRUNO, 1999; BARRETO, 1999-2000).

No caso de Araruama, ainda se destaca que a Prefeitura, na época governada pelo Prefeito Altevir Vieira Pinto Barreto, eleito em 1976, tinha suas atenções e orçamento voltados para outras demandas locais. O executivo havia iniciado uma série de obras por toda a cidade, culminando com a inauguração da nova sede da prefeitura local em 1981, entre outros equipamentos públicos (CAMPOS, 2018).

---

[36] Lei 3924, de 26 de Julho de 1961. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L3924.htm acesso em 21 de maio de 2023.

[37] ARARUAMA. Relatório do Seminário. São Pedro da Aldeia, 1982. Acervo do Centro de Memória de Araruama.

Por outro lado, inserida em outra leitura patrimonial advinda de uma longa permanência de valorização de aspectos da colonização (CHUVA, 2009) e da criação de museus regionais (FERREIRA, 2017), na década de 1960, iniciaram-se os estudos para a implantação de um museu de arte religiosa em Cabo Frio. Chegando ao fim daquela década, mais precisamente em 12 de março de 1968,

> [...] foi assinado, entre o governo federal (Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Dphan) e o Arcebispado de Niterói, um convênio prevendo a criação do Museu de Arte Religiosa e Tradicional nas ruínas do Convento Nossa Senhora dos Anjos (Convênio para a criação, 1968) (RIBEIRO, 2017, p. 129).

Esse museu é proveniente de uma articulação e a atuação de diversos agentes ligados a setores da Igreja Católica e técnicos e agentes do Iphan, com sua implantação ocorrendo ao longo dos anos de 1980. O Mart, como também ficou conhecido o empreendimento,

> [...] iniciou suas atividades em 15 de dezembro de 1982 com a exposição fotográfica de Márcio Werneck, jornalista e pesquisador da história de Cabo Frio, intitulada "Cabo Frio, Mar, Terra e Povo". Em agosto de 1983, o museu já contabilizava mais de seis mil assinaturas no livro de registro de público (RIBEIRO, 2017, p. 130).

Assim, tanto em Saquarema quanto em Araruama esses primeiros projetos planejados não se desenvolveram. Afinal, evidencia-se que, naquele contexto, o processo de preservação e musealização de patrimônios dos povos nativos ainda esbarrava em uma série de limitações (LEAL, 2016). Além da falta de apoio institucional, principalmente local, entende-se que o movimento indígena e as novas discussões na ciência história, patrimonial e arqueológica estavam apenas começando lentamente a trazer novos ares e discussões ao cenário brasileiro. Afinal,

> Os vestígios do passado, em seus mais diversos formatos, evidenciados em sua materialidade ou imaterialidade, persistem e são preservados por seu valor simbólico. Tal simbolismo se constitui pelos significados que grupos sociais atribuíram em diferentes circunstâncias históricas. Sua valoração (ou não) através dos tempos pode nos revelar muito sobre o próprio tempo, sobre as relações de poder que neles se processavam e que levaram , de um lado, à perenização de determinados vestígios e, de outro, ao apagamento de tantos outros, em um movimento que se altera permanentemente, conforme as dinâmicas mudanças na configuração histórica do tempo presente. (MELLO; BARRA, 2017, 139)

Portanto, o impacto dessas discussões nas regiões de Saquarema e Araruama foi sendo gradual, à medida que o contexto local e nacional criou as condições para avanços nessa

direção. Ao mesmo tempo, a década de 1970 ainda era um momento de transição, com a intensificação de pesquisas na região, que havia se tornado mais exploratória e abrangente na década de 1960 com o PRONAPA, que, ao longo de 1980, em Saquarema, e, 1990, em Araruama e Rio das Ostras, levaria a grandes projetos estudos nessas localidades.

2.3 1980-1990: O SEGUNDO PERÍODO DA ARQUEOLOGIA NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DOS LAGOS E A EMERGÊNCIA DOS MUSEUS ARQUEOLÓGICOS

O cenário político, social e acadêmico começou a mudar ao longo das décadas de 1970, 1980 e 1990. Nesse período, o Brasil vivenciou mudanças políticas, econômicas e sociais que trouxeram o retorno da normalidade democrática, a promulgação de uma nova Constituição democrática e a intensificação da luta do movimento indígena por igualdade. Ao mesmo tempo, tivemos profundas mudanças teóricas, metodológicas e institucionais que atingiram o ambiente da história, arqueologia e de questões envolvendo patrimônio e a museologia (PROUS, 1992; FUNARI, 2003; CHUVA, 2012).

Nesse cenário, ocorreram o aprofundamento e a efetivação de um segundo período de pesquisas arqueológicas da Região dos Lagos, inseridas em grandes projetos ao longo das décadas de 1980 em Saquarema, e posteriormente, ao longo da década seguinte, em Araruama e Rio das Ostras (GUIMARÃES, 2007; KNEIP, 2001; BUARQUE, 2009). Esse novo momento da arqueologia na região se desenvolveu em um novo contexto local e nacional marcado por mudanças em várias áreas do conhecimento, com a ampliação dos estudos locais e regionais e da cristalização do que foi denominado de uma Nova História Indígena (ALMEIDA, 2013).

No campo da Arqueologia, a década de 1980 marcou o início do período atual (1982-Atualidade) de desenvolvimento no Brasil, preconizado por Prouss (1992), em sua divisão da história da arqueologia. Essa nova fase da arqueologia foi marcada pelo advento de novas teorias e metodologias, e, assim, lentamente a partir da década de 1980, foram ganhando espaço à Nova Arqueologia, ou Arqueologia Processual, e posteriormente, a Arqueologia pós-processual ou contextual (FUNARI, 2003; SYMANSKI, 2009).

Ao mesmo tempo, a arqueologia se aproximou das demandas políticas e sociais do período democrático, momento em que desenvolveram novas leituras teóricas e metodológicas, que a aproximaram da temática indígena. Foi uma arqueologia voltada para o desenvolvimento de ações educacionais, de arqueologia pública e, assim, com a produção de

uma arqueologia na busca por efetivar a vida em uma sociedade amparada por valores democráticos em vários níveis.

É preciso realçar que essa

> [...] perspectiva que emergiu nos anos 1980, segundo a qual a arqueologia não deve mais favorecer os interesses nacionalistas e hegemônicos do Estado, mas sim as lutas políticas de empoderamento dos grupos minoritários que se veem como herdeiros de sítios arqueológicos (VASSALO; CICALO, 2015, p. 247).

Esse movimento se aprofundou ao longo da década de 1990 e início dos anos 2000 com a ampliação das "[...] vertentes das Arqueologias contemporâneas – que se preocupam com os aspectos sociais, políticos e simbólicos da investigação científica, representados pela Arqueologia Pública, Comunitária, Ativista, Colaborativa, pela descolonização da arqueologia [...] (TOLEDO, 2017, p.33). Muitos arqueólogos nesses últimos anos tem procurado direcionar seus esforços na inclusão de grupos e "[...] comunidades e as minorias, ausentes da narrativa historiográfica." (LINO; BRUHNS, 2011, p.96.). Possibilitando a ampliação de estudos de grupos marginalizados e "[...] conta[ndo] a história dos vencidos. Índios e franceses foram derrotados e esquecidos." (GASPAR, 2006, s.p).

Essas renovações também atingiram o campo das discussões patrimoniais, trazendo novas perspectivas e enfoques. É preciso dizer que, aqui, não se busca levantar uma ampla discussão sobre patrimônio ou a progressão da legislação referente, mas apenas aventar algumas discussões capazes de oferecer bases para as escolhas e opções museológicas que aconteceram nessas localidades e resultaram em museus arqueológicos. Afinal, entende-se que essas reflexões são importantes para se compreender como o patrimônio é interpretado, além de influenciar as estratégias de preservação e exposição que refletem a história indígena e local.

Nesse contexto, essas décadas foram marcadas por debates e decisões significativas que contribuíram para a ampliação do conceito de patrimônio, como mencionado anteriormente. Também inseridas nesse processo, outras questões foram levantadas, o que enriqueceu as discussões tanto nacional quanto internacional, que se desdobraram em conceitos, legislação e diretrizes para a preservação do patrimônio histórico e arqueológico.

Nesse ponto, destacam-se as Cartas Patrimoniais, que se inserem em debates internacionais e desdobraram-se em recomendações e, algumas vezes, orientaram políticas públicas e práticas de conservação, sendo incorporadas como diretrizes e leis em diversos países. Tratam-se de

> [...] documentos – em especial aquelas derivadas de organismos internacionais – cujo caráter é indicativo ou, no máximo, prescritivo. Constituem base deontológica para as várias profissões envolvidas na preservação, mas não são receituário de simples aplicação. (KÜHL, 2010, p. 287)

Os primeiros desses documentos foram redigidos na década de 1930, com as Cartas de Atenas I e II. São resultados de debates e discussões envolvendo a comunidade internacional. Neles, salienta-se que as negociações muitas vezes refletem conflitos de interesse entre diferentes grupos, como governos, comunidades locais e especialistas em patrimônio. São também resultados de negociações e conflitos.

Vale mencionar que a

> Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) é a instituição mundial reconhecida para lidar com as regulamentações e definição de procedimentos de identificação e proteção do patrimônio cultural em nível mundial. Novamente estamos aqui mencionando uma instância formal, pretensamente representativa das nações do globo, e onde os especialistas internacionais sobre o tema discutem assuntos correlatos e devem chegar a consensos possíveis que serão traduzidos em documentos patrimoniais. Claro está que ideias muitas vezes diametralmente opostas são colocadas na mesa de discussão e o resultado a que se chegará provavelmente será muito diferente das percepções originais. Por isso são consensos possíveis e por isso também a UNESCO publica documentos de características bastante diferenciadas e que muitas vezes são revistos de tempos em tempos (GRANATO, RIBEIRO, ARAÚJO, 2018, p. 206).

A Carta de Nova Delhi, de 1956, além de versar sobre patrimônio arqueologia, segundo Claudia Feierabend Baeta Leal (2016), incrementou as discussões e contribuiu para a aprovação da Lei nº. 3924/ 1961[38], em um contexto nacional marcado pela ação de diversos agentes na busca de preservação do patrimônio arqueológico nacional. Ao mesmo tempo, trouxe reflexões e recomendações acerca do papel da educação. E, interligado a esse contexto havia uma recomendação de que "Deveria ser criado, junto aos sítios arqueológicos importantes, um pequeno estabelecimento de carácter educativo – eventualmente um museu – que permita aos visitantes compreender melhor o interesse dos vestígios que lhes são mostrados." (UNESCO, 1956).

A temática sobre o papel dos museus e sua relação com a sociedade vinha ganhando intensidade também nesse período pós-guerra, inclusive resultou na criação do Conselho Internacional de Museus (ICOM), em 1946, no Museu do Louvre. E, em 1947, vinculou-se à

[38]Lei 3924, de 26 de Julho de 1961- Que reconhece como patrimônio e protege os materiais arqueológicos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L3924.htm

UNESCO. Trazia, naquele momento, como definição de museu o conceito de "[...] toda instituição permanente que conserva e apresenta coleções de objetos de caráter cultural ou científico, para fins de estudo, educação e de deleite" (ICOM, 1947, article 3, apud VALENTE, 2008, p. 23).

Na década de 1960, outra reunião importante aconteceu. Dessa vez, na cidade de Quito, no Equador. Teve, como resultado, o reconhecimento da importância do patrimônio americano do período pré-contato e, somado a isso, a busca do desenvolvimento de políticas para a sua proteção, inclusive com o turismo e outras atividades econômicas correlatas.

> As Normas de Quito (1967) são consideradas a carta patrimonial que melhor expressa uma visão "terceiro-mundista" sobre o patrimônio cultural. Ela é também a primeira que vincula diretamente o patrimônio monumental (americano) ao desenvolvimento econômico (da América Latina), por meio do turismo cultural. (KÖHLER, 2019, p. 147).

E, inserido nessas discussões, Köhler (2019) salienta que duas propostas redigidas no Brasil naquele contexto – o Compromisso de Brasília (1970) e o de Salvador (1971) – buscaram o envolvimento dos estados e municípios no processo de preservação do patrimônio nacional, bem como o uso do turismo nessas ações. Inclusive, essas recomendações envolvia o uso de verba pública, via Fundo de Participação dos Estados e Municípios e de outras dotações orçamentárias, para o desenvolvimento dessas políticas, tendo, ressalte-se, a proposta de criação e manutenção de museus. Por sua vez, o pesquisador salienta que essas ações de municipalização não obtiveram, considerando raras exceções, algum sucesso.

Na Região dos Lagos, que nessas décadas vivenciava o incremento de pesquisas arqueológicas (GUIMARÃES, 2007), o foco esteve para Cabo Frio. O município sediou o Encontro de Civilizações nas Américas, em comemoração aos 500 anos da vida de Cristovão Colombo na América. Esse encontro teve a participação do Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS)[39], e também contou com a participação de diversos agentes ligados à História, Arqueologia e a políticas patrimoniais de diversos países. As recomendações do seminário passaram pelo desenvolvimento de políticas de educação e de valorização da história indígena, como também da conservação de seus sítios arqueológicos e demais patrimônios (SILVA;SILVA, 2022)

Na direção do desenvolvimento de ações ligadas ao patrimônio, em especial ao arqueológico ligado aos povos nativos, destaca-se a Carta de Laussane. Esse documento foi

[39] ICOMOS (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios) é uma organização não governamental global associada à UNESCO.

redigido durante a 9ª Assembleia Geral do ICOMOS, realizada em Lausanne, no ano de 1990. Entre outras orientações, ressalta:

> O "património arqueológico" é a parte do nosso património material para a qual os métodos da arqueologia fornecem os conhecimentos de base. Engloba todos os vestígios da existência humana e diz respeito aos locais onde foram exercidas quaisquer atividades humanas, às estruturas e aos vestígios abandonados de todos os tipos, à superfície, no subsolo ou sob as águas, assim como aos materiais que lhes estejam associados (ICOMOS, 1990, p.2)

Além disso, o documento traz reflexões importantes sobre sua conservação, até porque o "[...] objectivo fundamental da conservação do património arqueológico deverá ser a manutenção "in situ" dos monumentos e sítios, compreendendo a sua conservação a longo prazo e o cuidado dispensado aos respectivos arquivos, colecções, etc." (ICOMOS, 1990, p.5). Ao mesmo tempo, reforçou uma recomendação recorrente nesses documentos, o seu papel educacional, ressaltando a necessidade da montagem de uma exposição compreensível ao público.

> A apresentação do patrimônio arqueológico ao grande público é um meio essencial para promover o acesso ao conhecimento das origens e do desenvolvimento das sociedades modernas. Simultaneamente, é o meio mais importante para a consciencialização da necessidade de proteção desse patrimônio. A apresentação ao grande público deve constituir uma exposição facilmente compreensível do estado dos conhecimentos científicos; por conseguinte, deve ser submetida a revisões frequentes. Deve ter em conta as múltiplas possibilidades que permitam a compreensão do passado (ICOMOS, 1990, p. 5).

Dentro dessa perspectiva, foi sendo construído, em nível internacional nas últimas décadas, debates e discussões sobre patrimônio (no caso, arqueológico) e sua proteção e difusão pela sociedade. Foi, em dúvida, um movimento mais amplo de conexão entre as pesquisas e o desenvolvimento de museus arqueológicos nas localidades pesquisadas. Pode-se afirmar, portanto,

> [...] que a pesquisa arqueológica esteve envolvida, direta ou indiretamente, nos distintos processos museológicos que surgiram ao longo deste século, acompanhando as sucessivas rupturas que foram necessárias para reaproximar a sociedade de seu próprio patrimônio (BRUNO, 1996, p. 306).

Assim, no bojo dessas mudanças que atingiram o Brasil e, em sintonia com as discussões internacionais, foram sendo aperfeiçoados novos mecanismos legislativos para a proteção do patrimônio arqueológico. Nesse momento,

> [...] uma mudança exógena altera a dinâmica institucional no que tange ao patrimônio arqueológico. O país, em crescimento orientado pela corrente neoliberal, expunha seu patrimônio ambiental a grande risco. No entanto, como signatário de recomendações internacionais em prol da preservação do patrimônio cultural e necessitando atrair financiamentos internacionais, o Brasil teve que, obrigatoriamente, aperfeiçoar o seu arcabouço legal e institucional, procurando se ajustar às normas ambientais das agências financiadoras de projetos de "desenvolvimento" (BASTOS, 2007, p. 17).

No decorrer do século XX, observa-se que os primeiros grandes debates sobre a formação do patrimônio nacional estavam predominantemente relacionados a monumentos arquitetônicos, especialmente do período colonial (CHUVA, 2009). Em linhas gerais, essas diretrizes se estenderam até a década de 1970/80 (MORAIS, 2014), quando esse contexto de mudanças alterou a condução das políticas patrimoniais, levando em conta o alargamento do próprio conceito de patrimônio cultural. Nesse contexto de mudanças variadas, a Constituição Federal de 1988

> [...] catalisa esse processo não apenas definindo o patrimônio cultural brasileiro como os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, como os afro-brasileiros e indígenas, mas, sobretudo, determinando a participação desses grupos, em parceria com o Estado, nas políticas de preservação do patrimônio considerando a democratização do acesso aos bens de cultura e a valorização da diversidade étnica e regional (BARBOSA; FERNANDES, 2016, p. 3).

Nesse perfil, ocorreu um processo que resultou na própria ampliação da variedade de bens tombados. Para isso, valeu-se de da inclusão de ritos religiosos, tradições e saberes dos povos indígenas e afro-brasileiros que, até então, eram negligenciados pelas políticas patrimoniais marcadas pela exclusão desses grupos sociais. Assim, aquilo que, comumente, é chamado de

> [...] 'ampliação' do conceito de patrimônio diz, pois, respeito a esse processo em que: primeiro, as políticas públicas nacionais passaram a contemplar não apenas o chamado patrimônio material calcado em critérios históricos e artísticos bem específicos, mas também as manifestações diversas das culturas encontradas num território nacional. Ou seja, a ideia de que um país é o resultado de sua diversidade cultural (ABREU, 2012, p. 28).

Vale, portanto, observar o que assevera Smith (2011). Para ela, no processo de formação do patrimônio, os agentes envolvidos excluíam de sua órbita o que não era considerado de interesse dos grupos dominantes:

> La primera es que el discurso patrimonial autorizado excluye aquellas coprensiones del patrimonio que se encuentran fuera de él o se oponen a él. Por lo tanto, las formas de patrimonio que no provienen de las élites,que son subnacionales, o que no son occidentales, son ignoradas y descartadas, y son defnidas como los alegatos especiales de los intereses de la minoría[40] (SMITH, 2011, p. 45).

Ao longo do processo de formação do patrimônio nacional, as ações de diversos agentes e instituições públicas privilegiaram e definiram, como bens patrimoniais, os vestígios e os artefatos dos segmentos dominantes da sociedade (CHUVA, 2009; FUNARI, 2003). Antes disso, tais vestígios e artefatos indígenas e negros eram descartados do discurso patrimonial oficial e colocados como simples curiosidades ou vestígios de povos primitivos (LANGER, 2000). Sendo assim, acontece um procedimento em que ocorre tanto a inclusão quanto a exclusão nos processos patrimoniais, considerando os agentes e ideologias envolvidos, como salienta Smith (2011).

> El patrimonio es el proceso de negociar los significados y valores históricos y culturales que ocurren en torno a las decisiones que tomamos de preservar o no ciertos lugares físicos, ciertos objetos o eventos intangibles, y la manera en que entonces los manejamos, exhibimos o llevamos a cabo[41] (SMITH, 2011, p. 46).

Por outro lado, uma memória hegemônica que, por intermédio de seus agentes, escolhe e valoriza determinados objetos (materiais ou imateriais), não significa dizer que ocorrerá o extermínio de outros discursos sobre o passado, como salienta Pollak (1989). Aliás, as memórias que não são parte integrante do discurso dito oficial não desaparecem, passam a ser transmitidas em grupos menores, como famílias, associações ou, no caso aqui estudado, materializadas (COSTA, 2009) em artefatos e vestígios associados à história local e nativa de longa datação. Nesse sentido, percebemos que a seleção e a negociação são essenciais para se pensar tanto a questão patrimonial e com também a museológica (MELLO; BARRA, 2017).

Afinal, é possível dizer que aquilo que é selecionado pelas políticas públicas representará as memórias que se deseja lembrar no âmbito nacional e no local. Assim posto,

---

[40]O trecho correspondente na tradução é: "A primeira é que o discurso patrimonial autorizado exclui aqueles co-entendimentos do património que estão fora dele ou que se opõem a ele. Portanto, formas de herança que não são de elite, subnacionais ou não-ocidentais são ignoradas e rejeitadas, e são definidas como reivindicações especiais de interesses minoritários." (tradução nossa)

[41]O trecho correspondente na tradução é: "Património é o processo de negociação dos significados e valores históricos e culturais que ocorrem em torno das decisões que tomamos para preservar ou não certos lugares físicos, certos objetos ou eventos intangíveis, e a forma como os gerimos, exibimos ou transportamos ou a cabo.." (tradução nossa)

nenhum patrimônio, museu ou local de memória, é isento ou livre de escolhas, ou seja, toda a memória é seletiva (POLLAK, 2009). Camila Wichers (2010), ao comentar os estudos de Ulpiano Meneses (1987), destaca suas contribuições para entender as motivações por trás das disputas e negociações entorno da preservação do patrimônio arqueológico. Meneses identificou três motivações principais que guiam essas escolhas: a razão científica, a razão afetiva e a razão política.

A razão científica está relacionada à arqueologia, pois envolve o uso dos vestígios do passado para entender as dinâmicas sociais, as transformações históricas e as formas de organização das sociedades humanas. Já as razões afetivas e políticas dizem respeito à maneira como o patrimônio arqueológico é ressignificado e representado nos museus, especialmente em exposições que buscam dar visibilidade às memórias locais e regionais. Sendo que essas três motivações podem se entrelaçar e atuarem em conjunto ou, a razão científica levar ao desenvolvimento das motivações afetivas e por pressão da política (MENESES, 1987; apud WICHERS, 2010).

Em relação aos bens arqueológicos brasileiros, a Lei nº 3.924, de 1961, já havia estabelecido a necessidade de preservação dos sítios arqueológicos, mas foi, com a Constituição de 1988 e com as novas regulamentações da década de 1980 e 1990, que se intensificaram as medidas de proteção e os debates sobre a relação entre desenvolvimento, educação e preservação (CHUVA, 2014; PROUS, 1992). Nessa direção, segundo Claudia Feierabend Baeta Leal (2016) passadas quase duas décadas da promulgação do referido instrumento legal, o patrimônio arqueológico somente ganhou mais atenção em 1980, quando foi criado o Núcleo de Arqueologia, tornando-se, tempos depois, Coordenadoria de Arqueologia no IPHAN.

Essas novas perspectivas estavam inseridas nesse contexto de mudanças que atingiram o Brasil ao longo dos anos 1970 e 1980. Assim, outras leis complementares foram sendo promulgadas, permitindo o incremento da legislação patrimonial e dos bens arqueológicos nacionais. Uma delas foi a Portaria nº 7[42], de 01/12/1988, da IPHAN, que estabeleceu as normas para autorização e permissão de pesquisas arqueológicas no Brasil, estabelecendo regulação e supervisão, por parte do IPHAN, dos procedimentos necessários para a realização de estudos e escavações arqueológicas (MIGLIACIO, 2002).

[42]IPHAN Portaria Nº 7 Disponivel em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria_n_007_de_1_de_dezembro_de_1988.pdf Acessp em 21 de Março de 2022

Nessa direção, o CONAMA, por meio de sua resolução de nº 001 de 22, de fevereiro de 1986, instituiu a obrigatoriedade dos Estudos de Impacto Ambiental e Arqueológico (EIA-RIMA)[43]. O crescimento de uma arqueologia profissional também encontrou um impulso diante do incremento da legislação ambiental, como a "[...] assinatura da Lei dos Crimes Ambientais (Lei 9.605/98[44]), regulamentada pelo Decreto 3.179/99[...] " (CALDARELLI; SANTOS, 1999-2000, p.56), documento legal que normatizou as punições por crimes ambientais, além inserir em suas orientações os crimes contra o patrimônio arqueológico decorrentes de grandes obras e construções.

Até os anos de criação dos museus na Região dos Lagos, outras normas e diretrizes foram sendo efetivadas, inclusive com relação à educação e sua interface com o patrimônio arqueológico (CHUVA, 2014). Nesse sentido, na parte final do século XX, houve um incremento de uma legislação voltada a proteção e preservação do patrimônio como um todo, e em especial, o arqueológico.

Ressalte-se que, nesse contexto, os interesses econômicos se juntam a esses debates, principalmente da chave do turismo. Afinal,

> [...] a associação entre patrimônio e desenvolvimento como projeto de Estado ocorre nos anos 1960, com a criação da Empresa Brasileira de Turismo – Embratur e do Conselho Federal de Turismo, assim como o Conselho Federal de Cultura. No Plano Nacional de Cultura datado de 1975, o incentivo ao turismo histórico e cultural fora, pela primeira vez, explicitamente apontado (CHUVA, 2020, p. 26).

Essas reflexões também dialogaram nos âmbitos do desenvolvimento de políticas museológicas no Brasil. Segundo Pimentel (2016), essas discussões resultaram a partir da década de 1970 e 1980, em diversas ações emanadas pelo Governo Federal que se desdobraram em políticas com impacto no desenvolvimento dos museus. Entre elas, estão as criações, durante o Governo Ernesto Geisel, da Política Nacional de Cultura (PNC) e do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC). Assim, ao longo da "[...] década de 1970 foram criados mais 187 museus, sendo 121 de natureza administrativa municipal." (PIMENTEL, 2016, p. 49).

Na década seguinte, a Secretaria de Cultura do MEC, Ministério da Educação e Cultura, lançou o Programa Nacional de Museus (PNM). Na oportunidade, apresentou "[...]

[43]Lei Federal disponível em: /http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=8902. Acesso em: 10 jun. 2020.

[44]Lei Federal Disponível em https://www.icmbio.gov.br/cma/images/stories/Legislacao/Leis/Lei__9605_98_Lei_de_Crimes_Ambientais.pdf Acesso em 25 de junho de 2024.

os fundamentos de uma nova proposta museológica para o país, priorizando os aspectos relativos à segurança, modo de exposição e preservação dos acervos." (PIMENTEL, 2016, p. 49). E, logo depois, já no Governo José Sarney ocorreu o lançamento do Sistema Nacional de Museu (SNM), numa época marcada pelos "os anos de abertura política, o retorno de parte da intelectualidade e a valorização do Brasil" (*op. cit.*, p. 52).

Assim, em fins da década de 1970 e ao longo da década de 1980, em um contexto de incremento dos movimentos sociais, abertura política e retorno da democracia, houve o incremento de ações não apenas de fomenta a novos museus, mas também de desenvolvimento de políticas de suporte e de conservação dos museus existentes no Brasil. Nesse plano, havia uma preocupação com o desenvolvimento de ações ligadas à formação de profissionais habilitados para lidar com essas demandas no âmbito nacional (MORAIS; SOUZA, 2013).

Se a área da museologia vivia tempos de mudanças em relação ao desenvolvimento de políticas públicas direcionadas aos museus, por sua vez, essas mudanças também atingiam as o campo museal. Nas décadas de 1970/1980/1990, o campo da museologia enfrentou transformações significativas em relação ao seu papel social, científico e educacional. Naquele contexto, surgiu a denominada Nova Museologia, que buscou aproximar os museus da sociedade.

Esse movimento teve como evento fundador, uma Mesa-Redonda que aconteceu em Santiago do Chile, e que foi organizada pela UNESCO e ICOM no ano de 1972 (MARTINS, 2011; PIMENTEL, 2016). Assim,

> Essas novas orientações afirmavam o compromisso do museu com uma concepção antropológica de cultura, de caráter abrangente, compreendida como um sistema de significações que permite comunicar, reproduzir, vivenciar um modo de vida global distinto, e que está envolvida em todas as formas de atividade social. A adoção deste conceito de cultura pressupunha abandonar alguns procedimentos que faziam tradição nos museus — a priorização de segmentos da cultura dominante, a valorização de tipologias específicas de acervo, a idéia de hierarquização da cultura — em favor da ampliação do patrimônio a ser preservado e divulgado. De lugares consagrados ao saber dogmático, os museus deveriam se converter em espaços de reflexão e debate, ajustados aos interesses e às demandas reais das comunidades. (JULIÃO, 2006, p.27-28),

Ao longo dos anos, novos encontros consolidaram as perspectivas museológicas emergentes, promovendo uma mudança profunda no arcabouço teórico do pensamento museológico em todo o mundo (MARTINS, 2011; PIMENTEL, 2016). No entanto, essas discussões tiveram um impacto muito lento no Brasil, especialmente na musealização da

arqueologia. Segundo Bruno (1999), a arqueologia nacional ao se institucionalizar nas universidades se afastou lentamente dos museus e do campo da museologia em um longo movimento que se acentuou com a formação da moderna arqueologia nacional nas décadas de 1950 e 1960 (PROUS, 1992). Uma arqueologia mais voltada para a pesquisa do que para a comunição com a sociedade (WICHERS, 2010). Uma separação que só foi perdendo intensidade principalmente ao longo das décadas de 1980 e 1990, com uma lenta aproximação das duas áreas em um contexto marcado pela grande renovação da arqueologia nacional, e também pela renovação e expansão da Nova Museologia no Brasil. (WICHERS, 2010; BRUNO, 1999).

Por outro lado, em detrimentos de políticas de austeridade fiscais implementadas a partir do Governo Fernando Affonso Collor de Mello, a década de 1990 foi marcada por um refluxo de políticas museológicas (PIMENTEL, 2016). Mesmo assim, acompanhando uma tendência verificada na década de 1980, houve um aumento do número de museus ao longo do território nacional na década, em grande parte de museus municipais.

Segundo Eduardo Francisco Pimentel, em grande parte essa expansão local foi resultado das políticas de descentralização advindas principalmente da Constituição de 1988, e que se desdobraram na criação de 377 museus, sendo que 306 eram ligados a administração municipal (2016, p.52). Assim,

> Seguindo a tendência internacional, o país viveu um verdadeiro boom de museus, na década de oitenta. A ampliação da noção de patrimônio e o processo de globalização, em escala mundial, e o movimento de redemocratização do país contribuem para que diferentes movimentos da sociedade passassem a se ocupar da questão do patrimônio, identificado como campo propício à afirmação de novas identidades coletivas. Resultado de uma crescente segmentação da sociedade, os museus se especializaram, se tornaram temáticos e biográficos, atendendo à demanda progressiva de segmentos e grupos sociais — indígenas, negros, imigrantes, ambientalistas, moradores de bairros, etc. — que reivindicavam o direito à memória. (JULIÃO, 2006, p.28),

Retornando nossa discussão ao município de Araruama, vale enfatizar que o contexto de criação do Museu, em 2006, era de uma nova conjuntura. Durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, foi lançada, em 2003, a Política Nacional de Museus (PNM) que se desdobrou em várias frentes, sendo a principal acontecendo em 2009, quando ocorreu a criação do Estatuto dos Museus. E, a partir desse documento, “O país ganhou um organismo próprio para os assuntos museológicos e uma regulamentação legal abrangente” (PIMENTEL, 2016, p. 56). Em face disso, tais políticas estiveram na perspectiva

> [...] de constituir uma ampla e diversificada rede de parceiros que, somando esforços, contribuíram para a valorização, a preservação e o gerenciamento do patrimônio cultural brasileiro, de modo a torná-lo cada vez mais representativo da diversidade étnica e cultural do país (TOLENTINO, 2007, p. 80).

Portanto, verifica-se que esses debates e a efetivação de políticas públicas foram resultados de profundos diálogos inseridos em um contexto internacional e nacional, em que diversos agentes, instituições, governos e interesses diversos (econômicos, científicos, turísticos, sociais etc.) disputaram e coagiram, possibilitando essas novas legislações referentes ao patrimônio arqueológico nacional, assim como seu desdobramento no desenvolvimento de políticas museológicas em diversas instâncias e abrangências. Dito isso, sobre essa perspectiva também é válido afirmar que

> [...] o exercício do governo, ou seja, a ação do Estado editando leis, formulando políticas públicas e cobrando sua execução, é eminentemente contraditória, mas isto não é surpresa nenhuma, já que a sociedade civil da qual ele depende é também contraditória, marcada por conflitos de todos os tipos (BRESSER-PEREIRA, 1995, p. 18).

Nesse ponto, cabe destacar que, de acordo com Poulot (2009, p. 12), "[...] a história do patrimônio é amplamente a história da maneira como uma sociedade constrói seu patrimônio". Sendo, pois, vale destacar que é

> [...] importante tecer algumas considerações sobre essa trajetória da história da construção, da atribuição de valor e dos sentidos políticos do patrimônio (em sua relação intrínseca com a memória) para perceber como ele exprime a experiência temporal das sociedades que empreendem (ou empreenderam) processo de patrimonialização de seus bens (materiais e imateriais) culturais. (KNACK, 2017, p. 75).

Nesse sentido, cabe aqui analisar as ações de diversos agentes, como arqueólogos e membros da sociedade civil, que contribuíram para a formação de patrimônios arqueológicos locais e com a criação de museus nessas cidades da Região dos Lagos. Afinal, após os processos de pesquisa, escavação, resgate, limpeza e de classificação dos inúmeros vestígios e artefatos encontrados, os arqueólogos promovem a construção de um patrimônio arqueológico. Dentro desse contexto, destaca-se que "[...] as coleções arqueológicas estão na gênese da história dos museus." (BRUNO, 1999, p. 36), haja vista que a pesquisa arqueológica, cabe aqui ressaltar, compreendida:

> [...] como prática de colecionamento seleciona parcelas da história humana transformando-as em patrimônio. Alguns objetos recuperados nas pesquisas arqueológicas desempenharam esse intercâmbio entre o visível e o invisível nas

> sociedades do passado. Outros teriam desempenhado funções associadas à sobrevivência material do grupo. Contudo, todos eles transformam-se em objetos semióforos, desvelados no presente (WILCHERS, 2011, p. 27-28).

Sendo o processo efetuado pelos arqueólogos considerado como "[...] a etapa inicial da cadeia operatória da Musealização da Arqueologia, a coleta/aquisição, é realizada no bojo da própria pesquisa de campo" (WILCHERS, 2011, p. 35), essa fase é fundamental para a construção do patrimônio arqueológico. Durante a pesquisa de campo, os arqueólogos realizam a coleta metódica de vestígios e artefatos, o que não apenas resulta na documentação do passado, mas também estabelece a base para todo o processo de musealização subsequente.

Nesse ponto, é importante refletir sobre os motivos que levaram, nas localidades da Região dos Lagos, o trabalho de escavação a ir além da coleta, culminando em processos de musealização que resultaram na criação de museus locais. No caso da musealização do patrimônio arqueológico, essa transformação abrange uma série de etapas fundamentais que vão além da simples exposição dos artefatos, uma vez que se organiza

> [...] a partir de estudos relativos à cadeia operatória de procedimentos museológicos de salvaguarda (conservação e documentação) e comunicação (exposição e ação educativo-cultural), aplicados à realidade arqueológica, constituída a partir de referências patrimoniais, coleções e acervos. Por um lado, estes estudos buscam o gerenciamento e preservação destes bens patrimoniais e, por outro, têm a potencialidade de cultivar as noções de identidade e pertencimento (BRUNO, 2007, p. 1apud; WICHERS, 2010).

Dessa forma, ao longo do processo arqueológico, a musealização se torna um imperativo posterior e importante, pois não apenas preserva, mas também apresenta, às comunidades locais, a possibilidade de conscientização sobre sua própria história e identidade cultural (BUARQUE, 2009; KNEIP, 2001). Por fim, na busca de uma compreensão do desenvolvimento de museus locais, leva-se em conta que, em uma perspectiva mais ampla,

> [...] o número cada vez maior de museus a partir dos anos de 1980 não foi uma peculiaridade brasileira. Esse fenômeno foi analisado em diversas regiões do mundo como sendo uma resposta a demandas mais localizadas e como parte de um movimento que tornou mais diversificado o processo de preservação do passado (SANTOS, M. 2004, p. 59).

Assim, o historiador francês François Hartog (2006) procurou explicar que esse movimento de expansão das políticas de patrimônio deve ser visto como algo bem característico do mundo atual e algo que se acelerou nas últimas décadas. Temos como resultado, a criação de lugares de memória, conceito que foi definido pelo historiador francês

Pierre Nora. Diante das inúmeras mudanças que o mundo sofreu ao longo dos últimos tempos, tivemos, segundo Nora (1993), o fim das sociedades-memória, que asseguravam a conservação e transmissão de valores e ideias.

Nesse novo cenário, acontece a necessidade de se criar os lugares de memória, porque a memória está se perdendo diante desse novo mundo no qual a ciência histórica assume o seu lugar e torna o passado cientifizado. “Se o que defendem não estivesse ameaçado, não se teria a necessidade de construí-los. Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que envolvem, eles seriam inúteis.” (NORA, 1993 p. 13), vale pontuar.

Por sua vez, Huyssen (2000) procurou explicar que esse movimento de expansão e valorização das memórias locais é algo característico do mundo atual. Esse pesquisador alemão considera que essa “volta ao passado” tenha ocorrido talvez pela tentativa de se combater o medo e o perigo do esquecimento com estratégias de sobrevivência de rememoração pública ou privada. E, nos casos aqui analisados, é importante salientar a complexidade da encruzilhada de elementos que explicam a criação desses espaços museológicos. Isso porque ainda que

> [...] não possuam a atribuição direta de legislar sobre o patrimônio arqueológico, os municípios enfrentam o desafio de complementar as normas de proteção do patrimônio cultural e estabelecer formas de responsabilização, especialmente em nível local. A efetiva promoção do patrimônio cultural se concretiza na capacidade de estruturação dos municípios para a aplicação das leis federais, estaduais e locais relativas ao patrimônio cultural (SIQUEIRA NETO, M. M. et al., 2024, p. 179).

Neste ponto, destaca-se que torna-se fundamental investigar como ocorreu o diálogo (ou a falta dele) entre pesquisadores e os agentes envolvidos na criação dos museus na região e as novas abordagens teóricas da museologia, arqueologia e patrimônio, e de que maneira essas teorias influenciaram as investigações na área.

Nesta pesquisa, parte-se do princípio de que o processo de musealização observado nessa região se desenvolveu em um contexto caracterizado pelo avanço da democracia e da luta e da temática indígena e de que essas novas abordagens teóricas tiveram um dialogo limitado com as pesquisas arqueológicas e o processo de patrimonialização e musealização desenvolvidos por diversos agentes em Araruama, Rio das Ostras e Saquarema. Afinal,

> Essa mudança de paradigma, entretanto, não significa uma transformação uniforme [...] Como toda alteração conceitual proposta pelos teóricos e uma disciplina, existe um tempo, mais ou menos longo conforme a área, para que a absorção desse novo arcabouço teórico transforme as práticas cotidianas. (MARTINS, 2006, p.19-20)

Em face disso, o foco principal desta parte da pesquisa é entender a interface entre o contexto local e geral, com ênfase no contexto local e no papel desempenhado por diferentes agentes, principalmente os arqueólogos, além de membros da sociedade civil e política, na formação dos patrimônios arqueológicos locais e na criação de museus nas cidades da Região dos Lagos. A partir de uma perspectiva interpretativa, considera-se que a principal motivação dos arqueólogos na Região dos Lagos foi atuar em consonância com a longa tradição preservacionista da arqueologia nacional. Assim, suas ações se inserem principalmente nesse contexto preservacionista de longa data (SIMÃO, 2009; LIMA, 2000; BARRETO, 1999-2000).

Afinal, nesse mesmo contexto geral, Lina Kneip e diversos agentes ligados ao processo de enquadramento da memória, buscaram na década de 1990, durante a gestão do Prefeito Alair Francisco Corrêa (1997-2004), efetivar um projeto de erguimento de um parque arqueológico no Morro do Índio, na Boca da Barra, em moldes semelhantes ao que foi erguido em Saquarema (DAMACENO, 2022, apud, ZOTICH, 2022, s.p.). Porém, a conjuntura local naquele momento não permitiu que sua proposta fosse executada e acabou sendo arquivada pelas autoridades locais, mesmo nesse contexto geral de retorno a democracia e renovação da arqueologia, do patrimônio e da museologia.

Assim, a musealização emerge como um fenômeno multifacetado, em que a relevância científica se entrelaça com outras dinâmicas que moldam a prática museológica, o que será mais detalhadamente explorado nos subcapítulos a seguir.

2.1 UMA PRÉ – HISTÓRIA OU HISTÓRIA INDÍGENA ANTIGA/PRÉ-COLONIAL?

No Estado do Rio de Janeiro, cidades como Araruama, Rio das Ostras e Saquarema têm se destacado por suas iniciativas no campo da arqueologia, com a criação de museus voltados para o estudo e a preservação do patrimônio local. E, quanto voltamos nossa atenção para o que ocorreu nessas localidades, verificou-se que, inicialmente, a ações dos arqueólogos foram direcionadas para os períodos mais antigos, denominado de pré-história e inseridos na formação de museus arqueológicos-tecnológicos nesses municípios (BRUNO, 1999). Agora, qual é o porquê das atenções desses arqueólogos se voltarem ao período mais antigo dessas localidades? O que motivou esse interesse específico pela história antiga local? Na busca por resposta, torna-se necessário salientar que esses pesquisadores que circulavam e escavavam

na região estavam atrelados a uma arqueologia (objeto, teoria e metodologia) que, como ciência, está profundamente ligada ao contexto geral, como salienta o arqueólogo Bruce Trigger, a discorrer que os

> [...] arqueólogos acreditam que, porquanto os achados de suas disciplinas são consciente e inconscientemente, vistos como tendo implicações quer para o presente, quer para a natureza em geral, as condições sociais variáveis influenciam não apenas as questões abordadas como também as respostas que os arqueólogos se predispõem a considerar aceitáveis (TRIGGER, 2004, p. 12).

Sendo assim, é possível observar que a arqueologia nacional, ao longo das décadas de 1950/1960, se estruturou teórica e metodologicamente atrelada aos estudos do período mais recuado, isto é, no pré-colonia, em parte como resultado do seu próprio desenvolvimento institucional e teórico-metodológico da Arqueologia nas universidades brasileiras (Barreto, 1999-2000; PROUSS, 1992). Vale lembrar que esse percurso institucional no Brasil, ao longo do século XX, se consolidou nas universidades a partir dos anos 1930 e 1940, em sintonia com a institucionalização dos cursos superiores e com a ciência histórica, marcando, pois, o fim de uma era dos museus na arqueologia (SCHWARCZ, 1993).

> Com a presença bastante expressiva de intelectuais europeus, e sobretudo franceses, a arqueologia foi inserida na universidade, seguindo o modelo francês, como o estudo do passado pré-histórico humano, isto é, como pré-história, herdando assim toda a ambiguidade e problemas envolvidos em se delimitar este período da história humana que, na Europa, tradicionalmente se definiu como aquele que antecede à escrita. Apresentavam-se ainda os problemas adicionais da transposição de tal conceito para terreno brasileiro que, de certa forma, foi hoje elegantemente corrigido por arqueólogos brasileiros com o uso da expressão "pré-colonial" ao invés de "pré-histórico". Sem o embasamento teórico da antropologia, a arqueologia desenvolveu-se em uma situação bastante paradoxal, uma vez que a maior parte da pesquisa feita no país se dedicava ao estudo do passado das sociedades indígenas. Assim, enquanto o campo da antropologia e o estudo das sociedades indígenas vivas floresceriam no Brasil a partir dos anos 40, com a vinda de pessoas como Lévi-Strauss ou alunos diretamente treinados por Radcliff-Brown, a arqueologia no Brasil ficou estagnada (BARRETO, 1999-2000, p. 41)

Nesse processo, ao se inserir nas universidades, a Arqueologia se aproximou da História. E, na divisão dos saberes, ficou atrelada aos estudos ligados aos povos indígenas no período pré-histórico, cabendo à Antropologia estudar os povos indígenas do período contemporâneo. Isso porque, no Brasil, cumpre enfatizar, a Antropologia,

> [...] ao sair dos museus, ressurgiria nas universidades com esses novos paradigmas, de certa forma abandonando de vez a arqueologia que, ainda moldada pelo cientificismo do século XIX, só seria integrada à universidade tardiamente, dissociada da antropologia e como um apêndice da História, isto é, como pré-

> História. Apesar de alguns poucos antropólogos continuarem a se interessar pela arqueologia, sobretudo na sua vertente biológica, como atestam os estudos raciais e craniométricos de vestígios arqueológicos ainda publicados na década de 1950 por antropólogos como E. Willems, E. Shaden e H. Baldus (Willems e Shaden 1951), de forma geral, não mais reconheceram a arqueologia como parte da antropologia (Baldus 1955). Essa dissociação da antropologia teria efeito decisivo na produção da primeira geração de arqueólogos acadêmicos no Brasil, na maioria desprovida de qualquer formação em ciências sociais ou mais especificamente em antropologia (BARRETO, 1999-2000, p. 40).

Entretanto, ao longo das décadas de 1950 e 1960, com a chegada de arqueólogos estrangeiros, a formação de uma geração de arqueólogos e com o fortalecimento de sua institucionalização, especialmente após a criação do PRONAPA (PROUS, 1992; BARRETO, 1999-2000), o campo foi se estruturando, tendo ênfase e preocupação teórica e metodológica voltadas para os períodos mais recuados da história brasileira e que foi denominado de período pré-histórico brasileiro (BARRETO, 1999-2000). Apesar dessa ênfase temporal, nesse período e de forma lenta, também se desenvolveu uma área da Arqueologia voltada para o período histórico em que:

> A definição de Arqueologia Histórica Brasileira é o campo de saber que pretende dar conta da introdução e do desenvolvimento no território que se transformou na nação brasileira de novas práticas políticas, sociais e econômicas que caracterizavam países europeus em seu processo de expansão territorial e ocupação das terras indígenas na América do Sul (GASPAR, 2003, p.270).

Desse modo, verifica-se que a Arqueologia vivenciou o seu período formativo (PROUS, 1992) seguindo suas atenções voltadas ao período pré-contato, com os estudos do período que foi tradicionalmente denominado de histórico, ligado à colonização portuguesa, aparecendo, mas de maneira subalterna e relegado a um segundo plano, nas investigações arqueológicas, como bem explicitado nas palavras de Gaspar (2003):

> No que se refere aos sítios cerâmicos, as pesquisas realizadas no âmbito do PRONAPA forneceram um panorama espaço-temporal das tradições arqueológicas encontradas no Brasil que ainda hoje é uma referência importante para a pré-história. No que se refere à análise de outros tipos de sítios, a fragilidade teórico-metodológica dessa linha de pesquisa fica extremamente evidente e este é o caso específico da abordagem de sítios históricos. Embora o período histórico também fosse considerado nas classificações, ele não recebia a mesma atenção. (GASPAR, 2003, p.270)

Assim, a arqueologia histórica brasileira se desenvolveu lentamente atrelada às concepções teóricas e metodológicas voltadas para períodos do pré-contato e que, aplicadas a ao período histórico, geravam estudos muitas vezes limitados e pouco condizentes com reflexões teóricas mais profundas. Como resultado: uma análise superficial e, em grande

parte, descontextualizada das influências e interações entre os povos indígenas e os colonizadores (SYMANSKI, 2009; GASPAR, 2003)

Ao mesmo tempo, essa desproporção na abordagem motivou uma compreensão desigual e que, durante muitos anos, não permitiu que os olhos se voltassem para determinados períodos e grupos sociais que estavam excluídos dos estudos e narrativas históricas, resultando em uma narrativa corriqueiramente centrada nos colonizadores. Ou seja, a,

> Arqueologia Histórica brasileira dedica-se ao estudo de prédios coloniais, incluindo igrejas, missões, conventos, fortificações e solares. Ela é fortemente influenciada pela ideologia prevalente nas esferas patrimoniais, que possui uma concepção elitista e arquitetônica do que constitui um bem cultural, priorizando monumentos de pedra e cal. Assim, a Arqueologia focou principalmente nos segmentos dominantes da sociedade brasileira, sendo frequentemente reduzida a uma técnica a serviço de outras áreas do conhecimento, como a História e a Arquitetura. Isso resultou em uma atuação em um nível meramente arqueográfico, sem explorar plenamente seu potencial interpretativo, permanecendo em uma posição de relativa marginalidade em relação à História, à Arquitetura e à Arqueologia Pré-histórica (GASPAR, 2003, p. 270).

As pesquisas dos povos nativos, nesse ponto, em contexto do período denominado de histórico, ou seja, após o contato, não recebiam grandes estudos, uma vez que, além de carências na perspectiva da Arqueologia (FUNARI, 2003; SYMANSKI, 2009) praticada nas décadas de 1970 e 1980, as influências europeias identificadas nos artefatos eram entendidas como resultado de um processo progressivo de “aculturação” frente ao colonizador. Esse enfoque reduzia a complexidade das interações culturais a uma narrativa de submissão e de transformação, refletindo diretamente na cultura material dessas populações (SYMANSKI, 2009; LINO; BRUHNS, 2011). Como exemplo, houve o estudo do sítio arqueológico de Três Vendas, Araruama, quando o material classificado de tradição Neobrasileira, em sintonia com a arqueologia nacional daquele contexto, entendia os elementos ligados à cultura material.

> Cabe ser colocado que o uso do modelo de aculturação em arqueologia tem sido severamente criticado nas últimas décadas devido à sua concepção de cultura material como um indicador passivo de etnicidade. Este modelo é baseado no pressuposto de que a adoção, por parte de um grupo étnico, de itens materiais de outro grupo, envolve também a adoção dos traços culturais, acarretando na gradual perda da identidade étnica original do grupo que está adotando a cultura material forânea. Trata-se, assim, de um modelo unidirecional, que considera somente a perspectiva do grupo politicamente dominante (Cusick, 1998; Singleton, 1998). Porém, deve ser considerado que a preocupação com os estudos de aculturação na arqueologia histórica brasileira estava em sintonia com os estudos da arqueologia histórica norte-americana do mesmo período (ver Cheek, 1974), os quais

> continuaram a ser desenvolvidos nos Estados Unidos ainda nas décadas de 80 e 90 (ver, por exemplo, Wheaton e Garrow 1985; Staski 1996) (SYMANSKI, 2009, p. 3).

Havia, entre a Arqueologia e a História, um diálogo sobre o lugar dos povos nativos na história e na memória nacional de longa data, em que "[...] integrados à colonização perdiam, junto a guerra, suas culturas, identidades étnicas e todas as possibilidades de resistência, passando a constituir massa amorfa e inerte à disposição de missionários, colonos ambiciosos." (ALMEIDA, 2013, p. 26). Diante disso, mais mudanças nos padrões e tipologias dos artefatos e vestígios da cultura material dos povos nativos após a chegada dos europeus era entendido "[...] como indicativos da assimilação de práticas europeias e perda de referenciais próprios" (SOUZA, 2017, p. 146).

A partir da década de 1990 e início dos anos 2000, novas leituras ganharam força na Arqueologia (PROUSS, 1999). Houve, de certo modo, novas abordagens, emergindo e desafiando paradigmas anteriores. Segundo Prouss (1999), essas mudanças estavam alinhadas à corrente pós-processual ou contextual, que, por sua vez, se conectou a elementos da Nova História Indígena. Essa nova perspectiva promoveu uma historicização do conceito de cultura, criticando as generalizações da arqueologia processual e a visão essencialista prevalente na arqueologia histórico-cultural, conforme discutido por Oliveira (2002) e Symanski (2009).

Posto isso, nas últimas décadas muitos arqueólogos, em sintonia com essas perspectivas teóricas, promoveram uma arqueologia que "[...] deixou de ter apenas o propósito de colecionar, descrever e classificar os objetos, para buscar o estudo da cultura material, compreendendo as relações sociais e as transformações na sociedade." (OLIVEIRA, 2009, p. 32). Nesse ponto,

> [...] a simples incorporação da cultura material dos colonizadores pelos colonizados não é um indicativo da adoção passiva das feições culturais daqueles, dado que estes têm a habilidade de se reapropriar desses itens a partir de referenciais próprios, atribuindo-lhes usos e significados que podem ter pouca ou nenhuma identificação com aqueles originalmente atribuídos pelos colonizadores (SYMANSCKI; GOMES, 2012, n.p.).

Observa-se, no entanto, que embora estejamos diante dessas mudanças teóricas no campo da Arqueologia, muitos arqueólogos ainda reproduzem as influências de paradigmas mais antigos, de longa duração na arqueologia nacional.

> Mesmo quando estudos arqueológicos se vincularam aos pressupostos da antropologia, se pensou em uma antropologia de "sociedades frias" de Lévi-Strauss. No Brasil, essa situação levou inexoravelmente a uma dissociação entre o registro arqueológico e as populações indígenas, como se não fosse possível realizar

> nenhuma conexão entre estes e os seus antepassados responsáveis pelo registro arqueológico existente para o período pré-colonial (CORRÊA, 2013, p. 26).

Por sua vez, Barreto (1999-2000), em sua análise sobre a História da Arqueologia nacional, destaca como essas perspectivas moldaram o entendimento e as abordagens adotadas pelos pesquisadores. Também ressaltou como isso se refletia no próprio desenvolvimento da arqueologia nacional. A maior parte, segundo ela,

> [...] do conhecimento arqueológico produzido no Brasil trata do período pré-cabralino. A arqueologia feita no Brasil é essencialmente uma arqueologia de sociedades indígenas extintas que viveram em um passado distante, deixando como testemunho de sua existência somente restos materiais (BARRETO, 1999-2000, p. 33).

É, cumpre dizer, por esse caminho que se busca compreender e explicar o porquê de grande parte dos arqueólogos se concentrarem no período mais antigo, pré-contato dessas cidades, em vez de se expandirem para estudos mais abrangentes, capazes de incluir a Arqueologia do período histórico e estudos ligados à cultura material da colonização. Nesse sentido, consegue-se inferir a ação dessas perspectivas da arqueologia na Região dos Lagos.

Para isso, foram consultados os relatórios arqueológicos e o estudo museológico preliminar elaborado por Kneip e Goulart (1977), na década de 1970, relacionados ao sítio arqueológico de Araruama. Afinal, essa inferência torna-se possível, pois no sítio arqueológico de Três Vendas, foram encontradas duas aldeias nativas: uma inserida no período pré-contato, enquanto a outra, no pós-contato. Quanto às áreas, a correspondente à aldeia histórica corresponderia às manchas[45] 7,8,9,10 e 11; já aquilo a do período pré-histórico, das 1,2,3,4,5,6 e 12.

> 1 - Duas aldeias foram identificadas “no sítio arqueológico de Três Vendas”. Uma histórica, correspondente às manchas 7, 8, 9,10 e 11; outra pré-histórica nas manchas 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 12 (prancha 1).
> 2 – Dados históricos permitem inserir a aldeia histórica entre os séculos XV e XVII, data para a ocupação, provavelmente, Tupinambá, na área. A aldeia pré-histórica, de acordo co a datação de Carbono 14 para sítios de tradição cerâmica Tupiguarani no Estado do Rio de Janeiro, pode situar entre os séculos X e XV (GOULART; KNEIP, 1977, p. 18).

[45] As manchas de solo de coloração negra indicadoras dos remanescentes de ocupação. (KNEIP, 1983,p.48)

Na área relacionada à aldeia do período histórico, foram encontrados materiais cerâmicos, classificados com "[...] uma cerâmica aculturada, a tradição Neobrasileira, associada a tipos de cerâmica de tradição Tupiguarani, ausência de artefatos líticos assim como ausência de 'urnas'." (KNEIP; GOULART, 1977, p. 18). Esse material cerâmico era classificado como da tradição Neobrasileira pelos conceitos arqueológicos da época, era entendido como aculturada, resultante da combinação de técnicas indígenas e técnicas europeias (Kneip, 1983). Nessa linha, como a própria Lina Kneip salienta em seu texto, a perspectiva arqueológica entendia que essa aldeia histórica seria marcada por indígenas que perderam parte de sua cultura devido à aculturação, como demonstrado pelo material cerâmico encontrado.

E, no estudo preliminar para a criação de museu, verifica-se que o objetivo seria o de "[...]mostrar os aspectos da vida de uma aldeia pré-histórica." (GOULART; KNEIP, 1977, p. 20). Portanto, a exposição consistia em evidenciar tais aspectos através da " Reconstituição das cabanas, em número de seis (manchas 1, 2, 3, 4, 5 e 6), a partir de critérios etnográficos e arqueológicos (utilizar-se-á material como varas, esteios, cipós, sapé, folhas de palmeiras etc), no próprio local em que foram evidenciadas arqueologicamente."(KNEIP; GOULART, 1977, p. 18).

Por conseguinte, a análise dessa documentação possibilitou entender o arcabouço teórico de uma arqueologia que, naquele período, se dedicava à reconstituição e à preservação de elementos da cultura indígena da aldeia pré-histórica. Tendo em detrimento da parte do sítio arqueológico relacionado à ocupação do período histórico, que trazia material cerâmico resultante de elementos que evidenciava um processo de aculturação dos povos indígenas locais diante do avanço do colonizador e consequente perda de referenciais identitários, ou seja, deixavam gradativamente de serem indígenas diante do avanço do colonizador (SYMANSKI, 2009; LINO; BRUHNS, 2011). Era uma cerâmica, classificada pelos conceitos arqueológicos e antropológicos da época, como aculturada, resultante da combinação de técnicas tanto indígenas quanto técnicas europeias (KNEIP, 1983).

A análise desse documento é relevante não apenas para exemplificar preferência teórica e metodológica desses arqueólogos que agiam na região por períodos mais antigos, mas também para demonstrar como esses pesquisadores atuavam e dialogavam com diversos agentes e instituições envolvidas em todo esse processo de configuração da história e da memória local (POLLACK, 1989; COSTA, 2009).

Nas pesquisas desenvolvidas na região, nas cidades de Rio das Ostras e Saquarema, os arqueólogos se dedicaram intensamente ao estudo dos períodos mais antigos da história

indígena local, com a maioria dos sítios arqueológicos pertencendo aos sambaquianos. Embora os sítios ligados ao grupo Tupinambá e Una estivessem presentes na localidade, eles não ganharam a mesma projeção nos estudos e visibilidade nas ações empreendidas pelos arqueólogos na região.

Em Araruama, as pesquisas acontecerem em um momento posterior, assim, verifica-se um maior entrelaçamento com as novas teorias advindas da história e da arqueologia em fins dos anos 1990. Os trabalhos realizados em Araruama ao longo dos anos resultaram na elaboração da tese de doutorado na França da arqueóloga Ângela Buarque, e defendida em 2009 na Université Paris 1 Panthéon – Sorbonne. Sua tese foi intitulada, *Étude de L'occupation Tupiguarani dans la région sud-est de l'État de Rio de Janeiro, Brésil* e teve como objetivo central, "[...] compreender o modelo de assentamento de grupos ceramistas Tupiguarani que ocuparam o Complexo Lagunar de Araruama, Região dos Lagos, sudestes do Estado do Rio de Janeiro, Brasil." (BUARQUE, 2009, p.XVIII).

Ao longo de sua tese e de outros trabalhos, a Prof.ª Ângela Buarque defendeu a ideia de que os vestígios materiais encontrados são pertencentes aos antepassados do grupo étnico Tupinambá. Existindo uma continuidade cultural entre os vestígios do período pré-colonial e do período colonial (histórico). A autora se utilizou da análise comparativa entre os dados obtidos a partir dos materiais escavados como a morfologia, tipologia e pictografia das cerâmicas e da descrição de cronistas e imagens do período colonial e outros dados históricos para embasar a ideia de que os vestígios materiais seriam dos antepassados dos tupinambás que habitavam a região:

> La distribution dês sites archéologiques correspond à la localisatin dês villages déscrits par lês chroniqueurs; la morphologie céramique, le type de décoration, qu'elle soit plastique ou oeinte, montrent une forte similarité avec la documentation iconographique existante, ET on note une correspondance entre lês estructures funéraires rencontrées ET lês récits faits par lês auteurs dês XV e ET XVI e siécles. Pour ces raisons, nous considérons qu'il est possible d1etablir dês relations entre lês manifestations archéologiques, em paticulier dês sites post contact, ET lês populations Tupinabás quis lês ont produites. (BUARQUE, 2009, p.1) [46]

A presença do grupo étnico Tupinambá possui em Araruama uma grande profundidade e continuidade temporal. Desde as ocupações mais antigas, como a obtida

[46]O trecho correspondente na tradução é: "A distribuição dos sítios arqueológicos corresponde à localização das aldeias escritas pelos cronistas; a morfologia cerâmica, o tipo de decoração, de plástico, mostram forte semelhança com a documentação iconográfica existente. E notamos uma correspondência entre as estruturas funerárias encontradas e as histórias feitas pelos autores dos séculos XV e XVI. Por esses motivos, consideramos que é possível estabelecer relações entre os materiais arqueológicos, principalmente nos locais de pós-contato, e as populações Tupinambás que os produziram." (tradução nossa)

dentro no sítio de Morro Grande de cerca de 2920 AP (BUARQUE, 2009) até as ocupações mais recentes, datadas dos séculos XVI e XVII, como os sítios arqueológicos do Serrano (BUARQUE, 2010, p. 155). Essa ocupação tupinambá foi intensa e no momento da chegada dos europeus no século XVI, havia em Araruama uma vasta ocupação tupinambá e que sofreram diretamente o impacto do contato nessa região. Esse contato é evidenciado pela retirada e análise de inúmeros artefatos e vestígios materiais dos sítios arqueológicos da Barba Couto, Santo Agostinho, Sítio São José, Bananeiras e Serrano. (MAGESTE, 2017).

No sítio arqueológico do Serrano foi encontrado "[...] contas, elementos indicadores de sítios de contato com o europeu". (BUARQUE, 2010, p. 156). O sítio começou a ser pesquisado pelos arqueólogos do Museu Nacional em 1997, como resultado das obras de duplicação da Rodovia Via Lagos. Durante os trabalhos de salvamento foram encontrados inúmeros artefatos e vestígios matérias em mais de trezentos metros quadrados de escavação, e além de contas e fragmentos de cerâmica europeia, uma cota de malha (MAGESTE, 2017).

A partir da chegada dos europeus efetuada por franceses e portugueses, há uma série de contatos entre os nativos e os europeus ao longo do século XVI. O que foi fortemente evidenciado pelos inúmeros achados arqueológicos em Araruama. Nesses contatos estabelecidos, os diversos grupos indígenas se associavam e buscavam alianças de acordo com seus interesses e objetivos. Naquele momento os tamoios ou tupinambás de Araruama se associaram aos franceses, o que foi fortemente evidenciado pelos vestígios materiais encontrados no sítio Serrano (BUARQUE, 2010). Essa narrativa vai ao encontro dos novos estudos indígenas no sentido de se perceber a ação dos nativos, não como mero reflexo das vontades europeias ou vítimas, e sim, desenvolvendo coligações e amizades de acordo com seus próprios interesses (ALMEIDA, 2013).

A narrativa arqueológica desenvolvida na região de Araruama tem, pelo menos de maneira parcial, recuperado a condição de protagonismo indígena na história local, e de uma forma que nunca havia sido exposta pela historiografia araruamense. A existência de perspectivas diversas e com permanências em relação ao lugar do índio, marca o próprio momento da arqueologia com os embates e a confluência de teorias (FUNARI, 2003; TRIGGER, 2004).

As pesquisas arqueológicas em Araruama aconteceram de forma concomitante ao desenvolvimento da Nova História Indígena, nas décadas de 1990 e início de 2000. Como se pode observar nas narrativas produzidas em Araruama, sua penetração na arqueologia foi acontecendo de maneira lenta e marcando uma nova preocupação da arqueologia em

recuperar o protagonismo indígena. (LINO; BRUHNS, 2011; OLIVEIRA, 2003; RIBEIRO; JACOMÉ, 2014).

2.3 **O Museu Arqueológico de Araruama**

No contexto da expansão e diversificação das pesquisas arqueológicas na região como um todo, na década de 1990, Araruama também foi impactada pelo segundo período de pesquisas na região (GUIMARÃES, 2007). Tornando-se assim, em um período posterior a Saquarema, alvo de projetos e pesquisas arqueológicas sistemáticos em seu território. Inseridas nesse contexto de mudanças, as pesquisas advindas da arqueologia proporcionaram uma visibilidade da história indígena também em Araruama.

Ao longo da década de 1990 e início dos anos 2000, uma série de escavações arqueológicas e salvamentos de sítios em vias de destruição, aconteceram em alguns pontos do território municipal de Araruama. Alguns desses sítios foram escavações de salvamento, diante de avançado estado de destruição causado pela atividade humana, pela extração de areia e terra (BUARQUE, 2010.). Nesse sentido, ao longo do ano de 1993 teve início em na cidade de Araruama o projeto, "Estudo da Colonização e Desenvolvimento das Sociedades Ceramistas do Litoral Centro-norte do Estado do Rio de Janeiro", com a coordenação da arqueóloga Ângela Buarque, ligada ao Museu Nacional (UFRJ) (MAGESTE, 2017). As pesquisas arqueológicas tinham objetivo inicial de "[...] estabelecer o padrão de assentamento e a área de captação de recursos das aldeias, através da análise espacial, a caracterização do espaço intra-sítio." (BUARQUE, 2010, p. 156).

Até o ano de 2015, foram identificados vinte sítios arqueológicos Tupinambás na cidade (MAGESTE, 2017 p.90). Um dos locais pesquisados e alvo de trabalhos arqueológicos foi a Escola Municipal Honorino Coutinho, que voltou a ser palco de novas escavações e que resultaram na recuperação de uma coleção de vestígios e artefatos tupinambás. Com as pesquisas, os arqueólogos em seus empreendimentos, agiram como configuradores de uma determinada leitura do passado e foram propagando a importância daquele patrimônio arqueológico.

A coordenadora do projeto na escola, Ângela Buarque, "[...] procurou fazer um trabalho de conscientização junto aos alunos e professores de se preservar o sítio, pois assim estarão preservando uma parte de sua história." (ANDRADRE, 2001, p 10), onde a própria "[...] presença da equipe de pesquisadores desperta [va] a curiosidade nos alunos e também o

interesse em saber sobre o povo tupi."(ANDRADE, 2001, p.10). Nesse processo de interação dos arqueólogos com os professores e alunos, lentamente a escola foi incorporando aqueles artefatos enquanto patrimônio e memória local. A narrativa arqueológica propagada pelos arqueólogos forneceu material para a consolidação de uma história local marcada pela presença indígena, algo que já vinha se desenhando no município desde as pesquisas da Lina Kneip.

Também alimentou a formação e a propagação de uma memória da própria comunidade escolar (POLLAK, 1989). A Escola Honorino Coutinho, apesar de estar subordinada à Rede Municipal de Araruama, possui uma autonomia política – pedagógica preconizada pela Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional[47]·. A partir dessa interface entre arqueólogos, a direção, os professores e a comunidade escolar "[...] desde o ano de 1997, [a escola] procurou destacar o sítio arqueológico de Morro Grande. [Assim] Mudamos o emblema do uniforme, fez-se uma bandeira com o indígena em destaque [...] (ANDRADE, 2001, p.11). Nessa interação, os professores se constituem como salienta Fernando Costa, "Un grupo destacado es el que forman los profesionales de la Historia."[48] (2009, p.279). Em uma palestra a arqueóloga Ângela Buarque ressaltou essa importância desse,

> [...] tipo de encontro [...] é extremamente importante, é mais importante ainda pelo fato de estar acontecendo no Honorino, porque é ali que eu tenho desenvolvido o meu trabalho e eu posso conscientizar os professores que lidam com as crianças [...] (BUARQUE, apud ANDRADE, 2002, p. 46).

Os trabalhos realizados em Araruama ao longo dos anos resultaram na elaboração da tese de doutorado na França da arqueóloga Ângela Buarque, e defendida em 2009 na Université Paris 1 Panthéon – Sorbonne. Sua tese foi intitulada, *Étude de L'occupation Tupiguarani dans la région sud-est de l'État de Rio de Janeiro, Brésil* e teve como objetivo central, "[...] compreender o modelo de assentamento de grupos ceramistas Tupiguarani que ocuparam o Complexo Lagunar de Araruama, Região dos Lagos, sudestes do Estado do Rio de Janeiro, Brasil." (BUARQUE, 2009, p.XVIII). A presença do grupo étnico Tupinambá possui em Araruama uma grande profundidade e continuidade temporal. Desde as ocupações mais antigas, como a obtida dentro no sítio de Morro Grande de cerca de 2920 AP (BUARQUE, 2009) até as ocupações mais recentes, datadas dos séculos XVI e XVII, como os sítios arqueológicos do Serrano (MAGESTE, 2017).

---

47 Lei disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm

[48]O trecho correspondente na tradução é: "Um grupo de destaque é aquele formado pelos profissionais de História." (tradução nossa)

E diante dessa importância acadêmica e científica, os arqueólogos ligados ao Museu Nacional agiram desde o início no sentido de viabilizar políticas locais de proteção aos vestígios e artefatos materiais dos povos indígenas. Em vários outros documentos identifica-se por diversas vezes que a equipe do Museu Nacional, responsável pelas escavações em Araruama, recomendava políticas públicas locais de proteção. Em um relatório endereçado ao Secretário de Cultura do Município, na época o Senhor Ricardo Adriano da Silva, a arqueóloga do Museu Nacional, responsável pelos trabalhos em Araruama, a Prof. Dr. Ângela Buarque, denunciava as ameaças aos sítios arqueológicos e ressaltava a importância dos mesmos perante a comunidade científica:

> Para ressaltar ainda mais a importância do patrimônio arqueológico de Araruama, destaco que alguns desses sítios, já datados, estão entre os mais antigos da tradição ceramista Tupi-guarani, grupo de origem amazônica que ocupava densamente o litoral brasileiro antes da chegada dos portugueses. Esse é o caso da Aldeia de Morro Grande, datado do século III de nossa era. [49].

Com o avançar das pesquisas em Araruama Ângela Buarque, direcionava seus esforços no sentido de mobilização do governo local para que "[...] esse Museu de Araruama fosse instalado e esse material possa retornar para a comunidade [...]" (BUARQUE, 2002 apud ANDRADE, 2002, p. 47). Em um fax enviado para a Secretária de Educação Professora Vera Pinto Figueiredo, datada de 27 de novembro de 1995, a arqueóloga do Museu Nacional se colocava como intermediária no processo de criação do museu arqueológico: "Em dezembro voltarei a Morro Grande, para levar um museólogo da USP que vai fazer o projeto do Museu." (BUARQUE, 1995)[50].

Os arqueólogos foram se portando como agentes e emissores de uma determinada leitura do passado e que através de diversas ações levaram ao poder público local as suas demandas com relação ao reconhecimento efetivo dos artefatos arqueológicos locais. Alguns membros da localidade, como professores, agentes da Secretária de Cultural, etc., atuaram a favor das demandas dos arqueólogos, destaca-se a diretora do Centro de Memória na época, Claudia Maia (ANDRADE, 2001). Ressalta-se como as políticas públicas podem sofrer as interferências de grupos e demandas específicas, como no caso de Araruama:

> Um conjunto de ações e omissões que manifestam uma modalidade de intervenção do Estado em relação a uma questão que chama a atenção, o interesse e a mobilização de outros atores da sociedade civil. Desta intervenção, pode-se inferir

[49]BUARQUE, Ângela. Relatório sobre a Destruição do Patrimônio Arqueológico de Araruama, 2001. Acervo do Centro de Memória Municipal de Araruama.

[50] BUARQUE, Angela. Fax enviado a Secretária de Educação de Araruama Senhora Vera Pinto Figueiredo. 1995. Acervo do Centro de Memória de Araruama.

> uma determinada direção, uma determinada orientação normativa, que, presumivelmente, afetará o futuro curso do processo social desenvolvido, até então, em torno do tema. (OSZLAK; O'DONNELL 1976 apud LIMA; MEDEIROS, 2012, n.p.)

A Prefeitura de Araruama através do decreto 036 de 30 de março de 1998[51], durante o mandato do prefeito Vilmar José Dias de Oliveira, criou o Museu Arqueológico de Araruama. Suas considerações iniciais no decreto demonstra como os agentes do governo local passaram a reconhecer oficialmente a importância cultural desses vestígios materiais:

> [...] Considerando que a ação cultural contribui para as grandes transformações sociais e históricas do povo. Considerando que o Município de Araruama reúne todas as condições para a instalação do Museu Arqueológico, sendo hoje o berço de vários sítios arqueológicos, cujo material de origem Tupinambá, tem sido utilizado em pesquisas não só no setor de arqueologia, mas também, na área de antropologia. Considerando que a criação do citado Museu representará um grande avanço na preservação do Patrimônio Cultural do Município [...] (1998)[52],

Esta lei municipal deve ser entendida como um comunicado oficial do poder público no reconhecimento de que esses artefatos e vestígios são uma patrimônio local, como também reconhecem o seu papel fundamental na preservação e divulgação desse passado indígena. Contudo, os anos passaram e o Museu Arqueológico acabou não sendo implantado. Entretanto, a ação dos arqueólogos, não se encerrou naquele momento, pois era necessária a efetivação do Museu Local, como pode ser verificado nas palavras da própria Ângela Buarque e suas ações junto ao poder público no sentido de restaurar o prédio da antiga prefeitura (Casa de Cultura) e colocar em funcionamento o referido museu naquele local:

> Quando eu vim fazer o salvamento, eu gostei tanto que eu carreguei tudo comigo e levei para o Museu Nacional, entendeu? Eu levei todo o material recuperado aqui, com cópia para o Museu Nacional no momento que Araruama conseguir restaurar a Casa de Cultura e colocar em funcionamento o Museu que já foi criado, esse material terá chance de vir prá cá voltar pra cá, porque eu acho que é o lugar que ele tem que ficar, não tem porque ele ficar no Rio a gente tem tanto material lá e é aqui que...mas para isso é necessário se preparar. (BUARQUE, apud ANDRADE, 2002, p. 47)

Em Araruama, no início dos anos 2000, as narrativas antes presas a determinados grupos (arqueólogos, etc.) interagiu com diferentes agentes e principalmente da Prefeitura Municipal de Araruama. Diante de novas condições "[...] moldadas e definidas [também] por condições locais." (MORAES, 2009, p.55), houve por parte do poder público e seus diversos agentes a "[...] apropriação do passado e ao desejo de sua transmissão.[...]" (MENESES,

[51] Lei Municipal Número 036 de 30 de março de 1998. Disponível no Acervo do Centro de Memória de Araruama.

[52] Lei Municipal Número 036 de 30 de março de 1998. Disponível no Acervo do Centro de Memória de Araruama.

2018, p.31). E a partir de uma fundamentação científica para a preservação do sítio, uma série de ações foram na direção do envolvimento da comunidade, estabelecendo assim conexões com os moradores. Ao mesmo tempo, essas ações ajudaram a despertar o interesse do poder público, garantindo assim o apoio necessário para a preservação e valorização do sítio (MENESES, 1987 apud WICHERS, 2010).

Em 07 de Junho de 2000, ainda durante a gestão de prefeito Vilmar José Dias de Oliveira, houve a assinatura do Termo de Cooperação Técnica [53]entre a Prefeitura de Araruama e o IPHAN para a implantação do Museu Arqueológico de Araruama no antigo Paço Municipal, prédio da primeira sede da Prefeitura e Câmara Municipal. No ano seguinte, durante a gestão do prefeito Francisco Carlos Fernandes Ribeiro, que governou a cidade entre 2001 e 2008, agentes da Prefeitura promoveram inúmeras políticas públicas relacionadas à história local e que também impactaram a memória e a identidade da cidade. Interligando diversos interesses políticos e econômicos, que foram ao encontro das antigas demandas por parte dos arqueólogos do Museu Nacional e outros profissionais ligados ao processo de enquadramento da memória local.

Em uma mensagem publicada na *Revista Municípios em Destaque*, de fevereiro de 2006, o Prefeito delineou sua política de "[...] resgate da história e da cultura." (RIBEIRO,2006, p.06) da cidade. Verifica-se que um dos objetivos do governo fora justamente à implantação de ações no sentido de se configurar e propagar uma determinada leitura do passado local em que as pesquisas arqueológicas realizadas, forneceriam narrativas para a apropriação do passado local pelos grupos políticos e econômicos (POLLACK, 1989).

Durante os seus dois mandatos, houve diversas políticas públicas e onde destaca-se que "Al proponer uma determinada lectura de la história, lós dirigentes sociales promueven uma noción concreta de la comunidad, de sus límites y SUS características (de su identidad, em el fondo)."[54](COSTA, 2009, 279). No caso das memórias em Araruama, os indígenas sofreram um processo de esquecimento, onde somente nas últimas décadas essas memórias subterrâneas ganharam espaço e passaram a ser acessadas de forma indireta, nas mãos dos arqueólogos e ganhando amplitude local (POLLACK, 1992, p.3.). Nesse processo a atuação dos arqueólogos ligados à mais antiga instituição científica do Brasil, deve ser vista também dentro do contexto de que "La Universidad, más independiente con respecto a las políticas de

[53] Termo de Cooperação entre o IPHAN e Prefeitura de Araruama de 7 de junho de 2000.. Disponível no acervo do Centro de Memória Municipal de Araruama.

[54]O trecho correspondente na tradução é: "Ao propor uma leitura particular da história, os líderes sociais promovem uma noção concreta da comunidade, seus limites e suas características (de sua identidade, em segundo plano." (tradução nossa)

memoria oficial.” [55] (COSTA, 2009, p. 278). Por isso, os arqueólogos tem mais autonomia no sentido de buscar e valorizar esses grupos nativos e difundir determinada representação do passado para a sociedade, seja através de suas exposições nas galerias do Museu Nacional ou da ação pública de arqueólogos, historiadores, etc.

Ao mesmo tempo, essa leitura do passado divulgada pelos agentes da Prefeitura Municipal de Araruama, foi ao encontro dos interesses econômicos. No inicio do seu governo, foi organizado um estudo para a implantação do Museu Arqueológico de Araruama[56], e nele consta que o projeto se justifica “[...] pelo fomentam à pesquisa, pela divulgação do conhecimento, pelo fortalecimento da auto-estima da população e pela contribuição ao turismo cultural do município.” (ARARUAMA, s.d., p.2). E sendo beneficiados “ [...] População local, população flutuante (turistas e veranistas), economia local, professores e alunos, poder público.” (ARARUAMA, s.d., p.2).

O museu virou um ponto turístico na cidade e um local para “[...] o visitante [que] aprecia o turismo cultural [...]. O grande atrativo é o Museu Arqueológico.”(MUNICÍPIOS EM DESTAQUE, 2006, p.11). Da mesma forma a Escola Honorino Coutinho foi integrada ao Circuito do Turismo Rural, que foi criado em 2005. (BRITO, 2009). Entende-se que os agentes econômicos ligados ao turismo na cidade também compactuaram ao propagarem uma leitura do passado local com vistas ao incremento turístico.

Nesse jogo de disputa em torno do passado e da memória local, um lento consenso foi sendo produzido em torno dos artefatos e vestígios arqueológicos indígenas encontrados na cidade. (VASSALO; CICALLO, 2015). A partir das narrativas arqueológicas emanadas pelos arqueólogos, principalmente os agentes ligados ao poder público local, realizaram “[...] uma prévia operação de escolhas e de leituras da história [...]” (MENESES, 2018, p.31). Nessas novas leituras, os tupinambás tornaram-se símbolo da ancestralidade araruamense como frisou o Prefeito Francisco Ribeiro no editorial da *Revista Municipios em Destaque,* “[...] viu renascer do útero de sua terra a cultura de um povo esquecido guardado sob seu chão e que ganha um altar que mostrará ao mundo que a história de nossos ancestrais sobreviveu ao tempo.” (RIBEIRO, 2006, p.6). Assim, o indígena ganhou espaço não apenas nas narrativas acadêmicas, mas, também nas ações da Prefeitura, que procurou propagar a visão de um índio símbolo da identidade araruamense e parte da história e também da memória da cidade.

[55]O trecho correspondente na tradução é: “A Universidade, é mais independente em relação às políticas oficiais de memória.” (tradução nossa)

[56] Estudo para Implatação do Museu Arqueológico de Araruama. Prefeitura de Araruama. S.d.Disponível no acervo do Centro de Memória Municipal de Araruama.

A principal política visando propagar uma narrativa histórica local e memória social, implantada pela Prefeitura de Araruama foi a criação do Museu Arqueológico. Em 17 de outubro de 2003, foi editado o decreto de número 067[57], em que promoveu a desapropriação de um casarão centenário a beira de uma importante via regional, a Rodovia Via Lagos, a fim de ser incluído junto a uma escola formando com outros equipamentos um Complexo Cultural. Esse casarão era sede de uma antiga fazenda e ficou conhecido como Fazenda Aurora e sua sede é tombada pelo INEPAC com processo de número E-18/000.251/2000[58]. Diante disso, foi elaborado um Termo de Referencia Nº/2014[59] para a efetuação do processo de restauração do casarão da fazenda. Com esse adendo, os agentes do INEPAC passaram a acompanhar e fiscalizar a restauração do casarão. No Centro de Memória, existem vários ofícios, memorandos e outros documentos trocados entre a Prefeitura e o INEPAC sobre o projeto e as obras de restauração.

No decorrer do projeto houve uma alteração no local do Museu Arqueológico do antigo Paço Municipal para a sede da Fazenda Aurora. Em 2006, depois de alguns anos de reforma e restauração, o Museu Arqueológico de Araruama foi inaugurado no dia 27 de Março e aberto ao público no dia 16 de Abril. Em seu discurso de inauguração, o Prefeito da cidade de Araruama, Francisco Carlos Fernandes Ribeiro, ressaltou:

> Ao inaugurarmos esse museu, estamos passando para as mãos da população toda a riqueza e importância da cultura do nosso município, que engrandece o nosso Brasil, pois aqui estamos falando da segunda mais importante história arqueológica indígena desse país, que é a Tupinambá. (RIBEIRO, 2006, apud QUINTANILHA, 2006, p.8)

As palavras proferidas na inauguração do Museu Arqueológico, se constituem em um material importante no entendimento do passado, pois, "[...] os discursos públicos [...] nos permitem observar a sua natureza ideológica e as escolhas, mas, sobretudo as exclusões explícitas." (FREIRE, 2016, p.35). Pelo discurso entende-se de forma implícita que o prefeito reconheceu um passado indígena local e do qual a população local deveria não apenas se orgulhar, mas reconhecer como parte da história e da memória do município. Apesar da sua inauguração em 2006, o museu nunca recebeu os vestígios e artefatos encontrados nas

[57] Decreto Municipal de Número 067 de 17 de Outubro de 2003. Disponível no Acervo do Centro de Memória de Araruama.
[58] Tombada pelo processo de Número: E-18/000.251/2000**.** No site do INEPAC estão a lista com os bens tombados a disposição do público http://www.inepac.rj.gov.br/
[59] Termo de Referencia Nº/201417 . Disponível no Acervo do Centro de Memória de Araruama.

pesquisas arqueológicas realizadas na cidade pela equipe do Museu Nacional. Em um ofício[60] enviado à Prefeitura no dia 23 de março de 2006, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), não autorizou a exposição das peças em poder do Museu Nacional, em função de questões técnicas variadas. O museu passou a funcionar de forma parcial, com uma exposição composta por quadros, telas e alguns artefatos arqueológicos que estavam sob a posse da Prefeitura, adquiridos como resultado de escavações locais de salvamento.

No ano de 2013, durante a gestão do Prefeito Miguel Alves Jeovani, a Prefeitura Municipal de Araruama, motivada pela de falta de segurança no local entre outras alegações, fechou o museu que estava instalado em um casarão do século XIX (conhecido como Fazenda Aurora), a beira da Rodovia Via Lagos. Assim, com o museu fechado, parte de sua exposição foi transferida para o Centro de Memória Municipal de Araruama, que está instalado em uma sala da Casa de Cultura (antigo prédio da Prefeitura). Atualmente, a exposição sobre a história da cidade está inserida no Centro de Memória e conta com alguns elementos vindos da exposição do museu enquanto funcionava na Fazenda Aurora.

2.4 **O Museu Arqueológico Sambaqui da Tarioba em Rio das Ostras**

Nesse mesmo contexto nacional que envolveu a criação do Museu Sambaqui da Beirada, desenrolaram-se os debates e a criação de outro museu dedicado aos povos nativos em uma localidade próxima Saquarema: o Museu Sambaqui da Tarioba, em Rio das Ostras. Esse espaço está no cadastro nacional de museus, mantido pelo IBRAM. O sítio arqueológico, denominado Sambaqui da Tarioba, foi identificado e nomeado em 1967, pela equipe do IAB, durante a execução no segundo ano do PRONAPA. Sendo,

> [...] visões extensivas, como foi visto anteriormente, o professor Ondemar Dias Jr., com sua equipe vindo de pesquisas do Município de Campos e Macaé passaram por Rio das Ostras sem nenhuma informação sobre a possibilidade arqueológica da cidade. Na ocasião, a equipe parou na praça São Pedro, que era, então, bem mais ampla, sem muitas das construções que hoje circundam a referida praça, contando comente com a casa que hoje abriga a Fundação Casa de Cultura. Verificaram neste local um monte de terra preta com muitas conchas e observaram que se tratava de um sambaqui. A equipe tratou de batizar o sambaqui, já que não havia um nome para identificar aquele local. Indagou-se sobre o nome daquela concha específica

[60] FIGUEIREDO, Maria Cristina. Fax enviado a Prefeitura de Araruama em 23 de março de 2006. Acervo do Centro de Memória de Araruama.

> encontrada no sambaqui – Anomalocardia – que é conhecida pela população como Tarioba. Daí o nome Sambaqui da Tarioba (TRINDADE, 2001, p. 37-38).

Por ser um sítio arqueológico, seus elementos são protegidos pela lei federal de 1961, sendo cadastrado nos registros do IPHAN de CNSA: RJ00373[61]. Naquele momento, não houve condições para sua efetiva escavação e, apesar de registrado e protegido por lei, foi abandonado, caindo na invisibilidade local e "Com o avanço do processo urbano, toda a porção localizada fora daquela propriedade acabaria por ser ocupada por construções diversas, ocasionando a virtual destruição de aproximadamente 2-3 do sítio." (DIASJR, 2001, p. 37).

Assim, ao longo do tempo aquela região passou por mudanças importantes. Vale dizer que a região vivenciou um boom populacional e de desenvolvimento provocado tanto pelo turismo quanto pela exploração do petróleo. No mesmo período, o Brasil voltou à normalidade democrática embasada por uma nova Constituição e, considerando esse contexto regional, o resultado foi uma luta pela emancipação do lugar, uma vez que fazia parte do município de Casimiro de Abreu. Como resultado, em dez de abril de 1992, houve a criação do município de Rio das Ostras.

Nessa nova conjuntura local, tornou-se importante para a cidade recém-emancipada se legitimar historicamente. Nesse ponto, destaca-se o papel da história/memória na construção e consolidação de identidades (POLLAK, 1992), como ainda na formação das comunidades imaginadas (ANDERSON, 1987). Para tanto, logo após a sua emancipação, os diversos agentes públicos envolvidos no processo de estabelecimento do novo município promoveram a criação de uma secretaria específica destinada a pensar e a organizar os aspectivas relacionados a educação e a cultura daquela localidade. Essa nova organização, envolvendo aspectos culturais em sua alçada, já evidenciava uma perspectiva com a formação e a propagação de uma história e memória para recente localidade. Por sinal,

> [...] a iniciativa de criar esta secretaria surgiu como uma contrapartida à realidade econômica municipal, voltada majoritariamente para o mercado de trabalho petrolífero. Um dos principais objetivos quando da criação do órgão era organizar uma secretaria que articulasse cultura e educação e que integrasse turismo e cultura local (SILVA, 2009, p. 37).

Nesse intuito, o segundo prefeito eleito na localidade, Alcebíades Sabino dos Santos, diante da jovialidade do município e com uma população em crescente expansão (SILVA,

[61] Site do CNSA - IPHAN. Disponível em http://portal.iphan.gov.br/sgpa/cnsa_detalhes.php?8979. Acesso em 14 de maio de 2022.

2009), decorrente principalmente da exploração do petróleo, criou a Fundação Rio das Ostras de Cultura, a partir da Lei 0275/97[62], de 9 de outubro de 1997. Trata-se de uma entidade que, apesar do seu status legal de autarquia, é mantida com recursos da prefeitura, sendo operacionalizada para atuar nesse setor de cultura, história e patrimônio da cidade. Nesse sentido, essa fundação veio para

> [...] preencher a falta de uma instituição cultural abrangente que sistematizasse e enfatizasse os sinais da presença humana em nosso município. Objetivando a preservação do patrimônio histórico – cultural, paisagístico e ambiental, a Fundação vem desenvolvendo inúmeros projetos que incitam o conhecimento e promove o resgate da identidade cultural (FRÓES, 2004, p. 9).

Ao mesmo tempo em que se buscava fomentar a implantação de ações voltadas aos aspectos culturais da localidade, sua criação demonstrava a preocupação com a criação, a consolidação e a propagação de uma história e memória local. Por sinal, a lei que comunica a criação da fundação determina que seus objetivos fossem de acordo com a legislação vigente, destacando, entre outros, a seguinte diretriz: "II - Pugnar pela efetiva criação de centros culturais, onde serão instalados museus, videotecas, pinacotecas, cursos de teatro, música, dança, artes plásticas, centro de cultura étnica, capoeira, artesanato e similares" (Rio das Ostras, 1997, p. 1) e também o de "VII - Resgatar e zelar pela memória do patrimônio, cultural, paisagístico e ambiental de Rio das Ostras, propondo medidas que assegurem a proteção, conservação, e valorização do acervo cultural." (RIO DAS OSTRAS, 1997, p. 2).

Vale observar que a utilização do verbo "pugnar" destaca uma ênfase importante nesse ponto, ao destacar a necessidade de se promover ações de formação de uma identidade cultural. E, imbuídos dessa perspectiva, outras ações foram implementadas. Como exemplo, durante a gestão do Prefeito Alcebíades Sabino, uma figura nascida na localidade e que atuou fortemente na luta pela emancipação (OLEGÁRIO, 2003, s.n.), ocorreu, pela Prefeitura, a desapropriação e a compra de um imóvel antigo próximo à praia do centro e junto à Praça São Pedro, na região central da cidade.

O casarão serviu para inúmeras atividades ao longo de sua história, incluindo o armazenamento de sal, um produto importante na história da cidade e da região. Trata-se da Casa da Cultura Bento Costa Júnior. Esse imóvel,

[62] Lei 0275/97 Disponível em //transparencia.fundacaoriodasostrasdecultura.rj.gov.br/arquivos/58/Leis%20Municipais_0275_1997_0000001.pdf Acesso em 15 de Maio de 2024.Acesso em 23 de março de 2024.

> [...] foi construído no final do século XIX para abrigar material de pesca e, posteriormente, se transformou em depósito de sal, sendo transformada em residência somente em meados de 1940, quando foi comprada pela família do médico Bento Costa Júnior. O imóvel, considerado uma das mais antigas construções de Rio das Ostras, guarda em seu interior diversas histórias e memórias da cidade (OLIVEIRA, 2011, p. 64).

Esse espaço se coloca nesse processo de enquadramento da memória local, como um símbolo da evolução da cidade, refletindo seu crescimento. Teve seu valor histórico referenciado por agentes do Governo Estadual lotados no órgão responsável por políticas de memória do Estado do Rio de Janeiro, o Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC). Assim, "seu valor histórico e cultural foi avaliado e estimado pelos técnicos do Instituto Estadual do Patrimônio Artístico e Cultural do Rio de Janeiro – INEPAC" (Trindade, 2004, p. 37). Pode-se dizer, portanto, que a aquisição do imóvel demonstra a preocupação e as diretrizes dos agentes municipais na edificação de um lastro histórico para o jovem município.

O imóvel, dentro dessa óptica,

> [...] foi entregue à comunidade por ato oficial, pelo EXMº Sr. Prefeito Municipal de Rio das Ostras, Sr. Alcebíades Sabino dos Santos, no dia 14 de abril de 1997, sendo a Sra. Mara Moreira Fróes, a presidente da Fundação Rio das Ostras de Cultura a partir do dia 10 de outubro do mesmo ano. Hoje, a Casa da Cultura é a sede da Fundação. (TRINDADE, 2004, p. 37).

Registrada no guia de museus do IBRAM, com a natureza administrativa: Público – Municipal e tipologia do acervo: Artes Visuais; História; Imagem e Som (IBRAM, 2011), a Casa da Cultura Dr. Bento Costa Jr. Passou por reformas e melhorias. Como era prevista sua expansão, nas obras o referido sítio arqueológico foi redescoberto.

> Nesse local onde hoje está o museu, a gente tinha a ideia de construir um palco, porque era o ponto mais alto do quintal da casa. A ideia era montar um palco para promover algumas atividades nos finais de semana, como teatro, música... Aí, enquanto estávamos pensando em como seria esse palco, apareceu uma pessoa que encontrou uma lâmina de machado. Ela chegou com uma pedra, dizendo que era uma lâmina de machado que ela encontrou na raiz de uma árvore na Rua da Jaqueira, uma jaqueira antiga em uma rua que fica aqui atrás. Fui então procurar os institutos de arqueologia e o museu histórico, para entender a procedência e saber o que realmente era aquilo, se seria um objeto pré-histórico. Visitei alguns lugares e entrei em contato com o pessoal do Instituto de Arqueologia Brasileira. Eles enviaram um técnico aqui para Rio das Ostras e, para nossa surpresa, ele chegou com um mapa na mão e nos contou que naquele local, no quintal da casa, já estava registrado um sítio arqueológico desde 1967, ou seja, já havia 30 anos de registro de um sítio arqueológico ali. (FRÓES , 2004, n.p.)

Com o passar dos anos, o referido sítio arqueológico havia caído no esquecimento, ou seja, na invisibilidade perante à comunidade local. Afinal, como resultado de um pensamento

de longa duração sobre os povos indígenas, os elementos da cultura material ligado aos povos nativos são tratados por determinados segmentos como sem valor ou apenas como curiosidades ligadas aos povos indígenas (FUNARI, 2003). Não havia, digamos, uma conexão identitária direta. Afinal,

> [...] o fato de as culturas indígenas terem sido desprezadas, marginalizadas e, em grande parte, exterminadas pela etnia branca que a partir do século XVI tornou-se a classe dominante, marcou profundamente a relação do Estado brasileiro com seu patrimônio arqueológico, caracterizada pelo interesse na preservação da memória dos vencedores, reservando-se aos vencidos, índios e negros, o paternalismo ou o esquecimento. Como agravante, além da questão dos neobrasileiros não se identificarem etnicamente com as culturas indígenas pré-históricas, os seus restos, sem qualquer traço de monumentalidade, raramente suscitam admiração, com algumas poucas exceções (LIMA, 1988, p. 24).

Segundo a legislação patrimonial vigente, nesses casos as autoridades competentes, no caso o IPHAN, tem que ser comunicadas para a avaliação técnica do referido achado. Diante disso, a presidente da Fundação na época, a Sra. Mara Moreira Fróes, buscou ajuda técnica e acabou entrando em contato com o Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC). Como resposta, chegaram a Rio das Ostras vários agentes, entre eles o técnico de arqueologia Juber de Decco. Logo depois, o contato ocorreu com Instituto de Arqueologia Brasileira (IAB) (FROES, 2001).

Consequentemente, a descoberta do sambaqui gerou uma série de ações por parte dos agentes públicos envolvidos na Fundação e outros órgãos governamentais, como o INEPAC e IPHAN. Ademais, a descoberta chamou a atenção da comunidade e dos agentes de outras esferas do poder municipal, segundo Oliveira (2011). Assim, a partir desse momento, foi firmando um Termo de Cooperação entre a Prefeitura de Rio das Ostras e o Instituto de Arqueologia Brasileira, com a autorização do IPHAN por meio da Portaria nº 4, de 9 de fevereiro de 1999 (DIASJR, 2001).

Os avanços dessas ações aconteciam em sintonia com as ações e decisões emanadas dos agentes do principal órgão nacional ligado ao patrimônio, o IPHAN, pois o prosseguimento dessas ações dependia de autorização, uma vez que a promoção de uma pesquisa desse tipo deve passar "[...] pela autorização prévia do IPHAN [e] a fundamentação de um projeto deve seguir os termos da Portaria SPHAN 07/88 para obter o licenciamento, que tem de ser publicado no Diário Oficial da União." (PARDI, 2007, p. 323).

A partir desse momento, com autorização e acompanhamento dos técnicos do IPHAN e com a supervisão do Professor Ondemar Dias e de Juber de Decco, o IAB e sua equipe técnica efetivaram e foram responsáveis pela escavação e pesquisa no Sambaqui da Tarioba.

Com a articulação e o início do processo de escavação arqueológica, o referido professor atuou no sentido de transformar aquele espaço em um museu arqueológico.

> Então nós definimos na época, o Ondemar achou a melhor lógica e eu posso dizer que ele que definiu e eu fiz assim ó: tá bom, tá ótimo! Que poderia a gente fazer um museu de sítio, deixar a escavação aparente. Eu consegui na época dinheiro prá fazer uma cobertura porque eles não trabalhavam fora da cobertura, o pessoal me mata também, arqueólogo é fogo na roupa (FRÓES, 2011, p. 98, *apud* Oliveira, 2011).

Nesse entendimento, o projeto e a escavação foram direcionados em prol de se adequar aquele espaço (sítio arqueológico) para a edificação de um museu.

> A escavação foi praticada pela decapagem do solo em níveis artificiais de dez centímetros de espessura, mas sendo respeitadas as camadas estratigráficas culturais que constituíam. Como um dos objetivos do trabalho era o da organização de um museu de sítio, deixou-se "in situ" não só pisos característicos de cada camada, como os enterramentos articulados que se logrou encontrar e outras evidencias culturais de importância (DIASJR, 2001, 39).

Esse trabalho de pesquisa revelou aos arqueólogos um sambaqui com 4 camadas estratigráficas resultantes de uma longa ocupação humana no local. A datação absoluta obtida por radiocarbono modelou a probabilidade de início da ocupação da localidade entre 3.417-3.266 a 3.793-3.713 e A.P. (OLIVEIRA, 2011). Ao longo da escavação, os pesquisadores conseguiram recuperar inúmeros artefatos e vestígios materiais ligados a essa população de caçadores, pescadores e coletores, inclusive enterramentos.

Assim, à medida que a pesquisa foi se desenvolvendo, um lento consenso foi se formando em torno do sambaqui, o que promoveu uma articulação entre diversos agentes envolvidos no sentido de não apenas preservar aquele patrimônio, mas também transformá-lo em um espaço museológico. E suma, quando o que está em discussão é o bem como valor de patrimônio, "[...] qualquer que seja sua natureza, tem menos a ver com as interpretações de historiadores, etnólogos, arqueólogos, arquitetos e etc." (MENEZES, 2016, p. 329). Defronte disso, emergiram-se negociações, conflitos e interesses de grupos e pessoas (POLLAK, 1989), considerando que, cumpre notar, "[...] as políticas públicas [são] moldadas e definidas por condições locais" (MORAES, 2009, p. 55) e nacionais.

Nesse sentido, os agentes ligados à Fundação e sua presidenta, Sra. Mara Moreira Fróes, também se articularam no sentido de preservação do sítio arqueológico e na edificação de um museu para a exposição do patrimônio arqueológico. Esse empreendimento deveria ser a materialização de uma história local e, desse modo, poder-se-ia, a partir da exposição museológica, emanar uma narrativa local de longa duração para o jovem município de Rio das

Ostras. E, em um depoimento, a presidenta ressaltou o interesse do poder público perante as escavações.

> Tava falando do próprio chefe de pesquisa, ele falou isso, ah, da importância, o Ondemar emendou, ele falou que nunca viu na época pessoas assim tão interessadas e até o próprio Prefeito na época interessado, porque eram pessoas que gostavam da história de Rio das Ostras, queriam descobrir a história, entendeu? (FRÓES, 2011, apud, OLIVEIRA, 2011, p. 233).

Esse reconhecimento do seu papel na história local se expressou não apenas com o apoio institucional, mas também pelo Decreto Municipal nº 078/99[63], emitido na gestão do Prefeito Alcebíades Sabino.

> Art. 1º - Fica tombado o Sítio Arqueológico denominado Sambaqui da Tarioba catalogado e registrado pelo IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, com área descrita no parágrafo único deste artigo, para ficar sobre a proteção especial do poder público municipal, tendo em vista o seu valor histórico e cultural para o povo riostrense (RIO DAS OSTRAS, 1999).

Dito isso, romper-se-ia como uma perspectiva de uma cidade sem memória ou história, ou de um lugar de passagem e conexão entre as cidades vizinhas. Por sinal, essa foi uma percepção ressaltado pela presidente da fundação na época.

> Sabendo que em Araruama tinha cento e tantos sítios, Saquarema tem mais não sei quantos sítios catalogados e de repente Rio das Ostras a gente faz um achado desse achando que o lugar era um local de passagem. Mesmo você pensando a que é super aprazido, não ia ter população aqui? Mas assim, nem historicamente você tinha índio que pudessem comprovar os índios daqui, né? Assim índios que estavam aqui... Você via Goitacazes ali em Campos, Tamoios prá lá e aqui a gente ficou em um local meio neutro, assim, estranho. Então isso veio comprovar tudo, né? Tinha ocupação, a ocupação vinha, acontecia aqui, aconteciam em vários lugares aqui do município, na zona rural, entendeu? Então isso foi importantíssimo prá isso (FRÓES, 2011, p. 229, 2011, apud OLIVEIRA, 2011).

Assim, a árvore genealógica da cidade (Trindade, 2001) foi estendida com uma narrativa museológica do passado local, que percorria milhares de anos até o presente momento. Essa abordagem permitiu a construção de uma história local mais abrangente, indo ao encontro do desenvolvimento de políticas de enquadramento da história local promovidas por diversos agentes durante a gestão do Prefeito Alcebíades Sabino.

Havia, pode-se dizer, um diálogo entre essas diversas efetivadas por diversos agentes ligados ao poder público municipal, como a edição do livro de história local, escrito pela

[63] Disponível em: https://transparencia.fundacaoriodasostrasdecultura.rj.gov.br/arquivos/98/Decretos_078_1999_0000001.pdf aceso em 15 de Janeiro de 2023

Professora Maria da Gloria DAlmeida Lima. Na mesma época, a Prefeitura local também promoveu a reconstrução do Poço de Pedras do Largo de Nossa Senhora da Conceição, uma obra que remete ao período colonial e à criação do Centro Ferroviário de Cultura Guilherme Nogueira indicando a modernidade local e o progresso.

Essas políticas patrimoniais dialogavam entre si e estavam em consonância com o processo de enquadramento da história local, efetuado por diversos agentes públicos em ações que refletiam o esforço em construir leituras patrimoniais que se alinham a uma visão de progresso contínuo e integrado da história local. Trata-se de uma visão que pode ser percebida ao se passear pela cidade e declarada pelo próprio Prefeito, Alcebíades Sabino dos Santos, na introdução do livro sobre a história local redigido em seu governo.

> A história de Rio das Ostras é História do Brasil, berço e ninho de todas as etapas, testemunha viva de todos os passos: dos índios aos sesmeiros, dos sesmeiros aos monarcas, dos monarcas aos escravos, dos escravos aos pescadores. (SANTOS, 1998, p.7,)

Uma linha narrativa definida por etapas rumo ao progresso. No início os indígenas, no Museu Sambaqui da Tarioba, depois o Poço de Pedras do Largo de Nossa Senhora da Conceição, marco da colonização e inicial da cidade, e o trem, no Centro Ferroviário de Cultura Guilherme Nogueira, marca do progresso e a casa do médico Bento Costa Jr, morador antigo já no século XX, e onde fica a atual Casa de Cultura de Rio das Ostras.

Por sua vez, o museu está localizado aos fundos da Casa de Cultura e, portanto, para acessá-lo, é necessário atravessar esse espaço que serve como um ponto de conexão entre diferentes temporalidades locais. Por esse olhar, pode-se pensar que a integração entre esses dois espaços também simboliza um diálogo contínuo entre o passado e o presente, incentivando reflexões sobre a identidade local e o papel do patrimônio na edificação de uma história local. Logo, promove-se uma continuidade fluída entre os diferentes espaços e tempos de Rio das Ostras.

Nesse ponto, salienta-se que diversos interesses foram se entrelaçando na busca por estruturar um museu local e, ao mesmo tempo, emanar uma narrativa local de longa duração para o jovem município de Rio das Ostras. Não é demasiado reafirmar que os museus e os centros de memória são essenciais para entender e explicitar como uma localidade pensa sua história, sua identidade e sua memória coletiva. Os museus, por exemplo, “[...] especialmente de pequenas cidades, se inserem na paisagem da cidade como uma instituição relevante para

representar a história, a cultura, o patrimônio, a memória e a identidade da região ou do lugar" (PIMENTEL, 2016, p. 77).

Em Rio das Ostras, a redescoberta gerou uma movimentação na sociedade (Trindade, 2001). Um dos motivos é o fato de o sítio arqueológico estar localizado em uma área nobre e privilegiada da região central da cidade, uma região que, naturalmente, era alvo de moradores e curiosos que acabaram se envolvendo com os trabalhos ali efetivados pelos arqueólogos.

> Com o decorrer das escavações, a comunidade local foi sendo atraída, tornando-se gradativamente parceira na defesa do sítio arqueológico como patrimônio histórico da cidade. Para isto contribuíram as inúmeras evidências de estruturas ocupacionais tais como pisos com marcas de estacas, fogueiras, restos alimentares e enterramentos. Especialmente no que se refere aos contextos funerários, por seus conteúdos eminentemente simbólicos, percebe-se que despertam particular interesses das populações locais, induzindo a uma aproximação entre pesquisadores /comunidades no sentido de vislumbrar o passado e na necessidade de preservá-lo (MACHADO; SENE, 2001, p. 51).

Afinal, as escavações promoveram uma ampla divulgação nas mídias locais e regionais, virando mais uma atração (TRINDADE, 2001). Por conseguinte, aquele espaço foi se tornando uma atração turística local para os visitantes.

> Durante todo o trabalho de escavação dos pesquisadores na Casa de Cultura houve a divulgação da pesquisa pelos meios de comunicação, muitas notícias saíram nos jornais da cidade e a emissora de rádio prestigiou com entrevistas os profissionais e pequenas notas a toda hora, e a TV local mostrava imagens da escavação. Essas notícias foram reforçadas pelo fato da Casa de Cultura estar localizada no centro da cidade, com suas protas abertas, promovendo cursos, exposições, concursos [...] o que proporcionava a visita de muitos turistas e principalmente a presença de moradores da comunidade local, que se mostrou interessada com questionamentos para os pesquisadores e também orgulhosa pelo seu patrimônio arqueológico (TRINDADE, 2001, p. 41).

Assim, esses arqueólogos, por meio de conversas, entrevistas, artigos e outros meios de divulgação, foram forjando uma narrativa relevante para o lugar. E a partir de uma fundamentação científica para a preservação do sítio, uma série de ações foram na direção do envolvimento da comunidade, estabelecendo assim conexões com os moradores. Ao mesmo tempo, essas ações ajudaram a despertar o interesse do poder público, garantindo assim o apoio necessário para a preservação e valorização do sítio (MENESES, 1987 apud WICHERS, 2010).

Promoveu-se, em face disso, uma configuração ou enquadramento da história de Rio das Ostras que, por meio de negociações, foi sendo inserida na história da cidade. Além disso, outros agentes também se inseriram nesse processo (afinal, o uso do patrimônio e museus

associa-se a múltiplos interesses econômicos, no caso, principalmente àqueles ligados ao turismo).

E essa perspectiva não era inédita na cidade, pois a Lei Orgânica promulgada em 1994, durante a Presidência da Câmara Municipal, de Carlos Augusto Carvalho Balthazar, determinou a ação efetiva dos agentes públicos na promoção dessas políticas ligadas ao turismo, inclusive com o desenvolvimento de ações de preservação do patrimônio cultural local. Segundo o documento:

> Art. 254 - O Município promoverá e incentivará o turismo, como fator de desenvolvimento econômico e social, bem como de divulgação, valorização e preservação do patrimônio cultural e natural, cuidando para que sejam respeitadas as peculiaridades locais, não permitindo efeitos desagregados sobre a vida das comunidades envolvidas, assegurando sempre o respeito ao meio ambiente e a cultura das localidades onde vier a ser explorado. [...] 3º - Para cumprimento do disposto no parágrafo anterior, caberá ao Município, em ação conjunta com o Estado, promover especialmente: I - O inventário e a regulamentação do uso, ocupação e função dos bens naturais e culturais de interesse turístico (RIO DAS OSTRAS, 1994, p. 40).

Vale lembrar que o turismo é uma atividade econômica importante nos municípios da região, e a presença de turistas e seus usos para esses fins, demonstra a possibilidade do envolvimento de agentes e interesses econômicos na preservação desse espaço cultural. A utilização de bens patrimoniais na construção de políticas turísticas remonta a um dialogo importante estabelecido entre políticas patrimoniais e o desenvolvimento econômico (CHUVA, 2020). Logo, em um depoimento sobre a criação do espaço, esses interesses ficam evidenciados, como explica Fróes (2011, p. 233): “Quer dizer, hoje se você hoje quiser fazer um roteiro turístico na cidade, o sítio arqueológico é uma princesa. Inclusive, hoje é uma das atrações turísticas que consta na home page da prefeitura local”.

Nesse sentido, durante a gestão do prefeito Alcebíades Sabino, o Museu Arqueológico Sambaqui de Tarioba foi inaugurado no dia 23 de abril em 1999 (Trindade, 2001). Em 2004, a partir do Decreto 080/2004[64], de 9 de setembro de 2004, o terreno vizinho foi desapropriado pela Prefeitura, com o objetivo de pesquisa ou mesmo a expansão do museu arqueológico. Cabe mencionar que, até o presente momento, o terreno está em compasso de espera.

Esse museu foi pensando para ser um dos poucos de arqueologia “in situ” do Brasil, ou seja, o material que está exposto permanece da forma como foi encontrado à disposição do visitante. Além disso, o empreendimento está vinculado à sede da Fundação Rio das Ostras de

[64] Disponível em: https://transparencia.fundacaoriodasostrasdecultura.rj.gov.br/arquivos/110/Decretos_080_2004_0000001.pdf

Cultura, o que reforça sua posição dentro do circuito cultural da cidade, o que, sem dúvida, pode facilitar sua utilização para fins turísticos.

Por fim, o que ocorreu em Rio das Ostras demonstra que a história e a memória das diversas localidades da Região dos Lagos, ao longo do tempo, foram construídas tendo como referências fundadoras a colonização portuguesa, em um cenário de esquecimento da história indígena local, ratificando que somente nas últimas décadas essas memórias subterrâneas emergiram (POLLAK, 1992) e passaram a ser acessadas, de modo indireto, a partir das mãos dos arqueólogos. À vista disso, foi se constituindo uma nova narrativa local, sendo propagada por meio do patrimônio arqueológico recuperado, selecionado e exposto.

Em vista disso, intermediada pelo patrimônio arqueológico, a sociedade tem a oportunidade de conhecer o seu passado, bem como afirmar sua identidade. Afinal de contas "[...] una de las funciones de la narrativa historica es delinear los límites de la comunidad.[65]" (COSTA, 2009, p. 278). Assim, esses museus locais dedicados aos povos nativos se inserem numa perspectiva de que "As coleções arqueológicas nesse espaço servem para reforçar os laços [...] [dos habitantes] com uma identidade [...] [Araruama ou Rio das Ostras ou Saquarema], trazendo à tona a questão das origens [indígena], mas ao mesmo tempo abrindo espaço para as discussões sobre a alteridade cultural." (MELO, 2015, s.p.).

Como consequência, mediante a uma determinada leitura do passado se constroem os elementos de pertencimento do indivíduo ou não a um determinado grupo, assim como o possibilita manter sua coesão interna e a formação de uma determinada identidade, o que, no caso desta pesquisa, se alinha com o que preceitua Funari (2003, p. 101), ou seja, "[...] a criação e a valorização de uma identidade nacional ou cultural relacionam-se, muitas das vezes, com a arqueologia.".

Entende-se, desse modo, que pensar a identidade de uma pessoa ou de um grupo leva-nos necessariamente a pensar questões ligadas ao passado, ocorrendo, assim, uma relação direta entre memória e identidade como aqui já salientado. Não há dúvida de que esse tema gera debates não apenas sobre o seu papel identitário, como ainda sobre a formação e os usos do passado por meio da construção de narrativas, haja vista que a memória também se constitui em um elemento para se pensar cultura histórica, pois ela "[...] não é história, mas um dos seus objetos e simultaneamente um nível elementar de elaboração histórica." (Le Goff, 1990, p. 49).

[65]O trecho correspondente na tradução é: "Uma das funções da narrativa histórica é delinear os limites da comunidade[...]". (tradução nossa)

Recorrendo a Pollak (1992; 1989), observamos que a memória social é um elemento de disputa entre diferentes concepções, devendo, pois, atentarmos para a atuação do que se pode definir como o enquadramento da memória, na qual uma determinada leitura do passado é consolidada e disseminada para atender a determinados interesses. Trata-se de uma memória alimentada pelas narrativas advindas principlmente das pesquisas arqueológicas e por onde essas memórias subterrâneas foram ganhando o espaço público, entrando em conflito com as memórias hegemônicas dessas localidades. Posto que "Ninguna cultura histórica está determinada por uma única narrativa."[66](Costa, 2009, p. 283), cabendo assim um determinado contexto político e social para que essas narrativas ocultas emergissem, prossegue o autor, "[...] la condiciones sociales y culturales em las que estos discursos emergen[67]" (op. cit., p. 283)

Portanto, esses arqueólogos assumiram um papel ativo como agentes responsáveis por construir e difundir uma leitura específica do passado, e, por meio de diversas iniciativas, em associação com ações também oriundos da sociedade civil e do poder público local, promoveram em contextos locais suas reivindicações em relação ao reconhecimento dos artefatos arqueológicos da região (MENESES, 1987 apud WICHERS, 2010). Afinal, "[...] há casos em que a possibilidade de preservação in situ existe e nem sempre o arqueólogo que atua no Brasil a percebe ou luta por ela." (CALDARELLI, 2007, p. 155). Ao mesmo tempo, "A grande questão é fazer acreditar que primeiro é necessário investir (proteger) para depois ter o direito de receber os dividendos. Tendencialmente os gastos com outras rubricas acabam sempre se sobrepondo àqueles destinados à preservação do patrimônio." (GUIMARÃES; NASCIMENTO, 2006, p.3).

Apesar do aprofundamento dos debates sobre o patrimônio e a própria arqueologia na década de 1990, entende-se que, no que tange a esse processo envolvendo os arqueólogos, destaca-se a longa tradição preservacionista da arqueologia nacional (GUIMARÃES, 2004; BARRETO, 1999-2000). Em especial, os agentes ligados ao Museu Nacional/UFRJ e ao IAB, que foram fundamentais nesse contexto. Assim, grande parte das perspectivas preservacionistas que permeiam essas ações realizadas por esses agentes na Região dos Lagos pode ser compreendida dentro dessa tradição.

Apesar dessa linha mestra interpretativa, entende-se que houve um diálogo limitado com as novas orientações renovadas da história e museologia, algo comum em momentos de

[66]O trecho correspondente na tradução é: "Nenhuma cultura histórica é determinada por uma única narrativa". (tradução nossa)
[67]O trecho correspondente na tradução é: "[...] as condições sociais e culturais em que esses discursos emergem [...]". (tradução nossa)

transição epistemológica decorrentes dos inúmeros debates que a cometeram os anos 1980 e 1900 (MARTINS, 2011). E evidenciado por ações como uma arqueologia preocupada com seu papel social e educacional (LIMA; SILVA, 1999), e uma museologia igualmente focada em seu papel educacional e na valorização da diversidade cultural (BRUNO, 2008; MARTINS, 2011; WICHERS, 2019).

Ao mesmo tempo, imersos em um ambiente democrático, os agentes públicos locais, em sintonia com legislações que lhes conferiam mais autonomia política, buscaram se inserir nos processos arqueológicos locais. Imbuídos de diversos interesses, tornaram-se peças fundamentais na edificação de museus locais. Essa integração com as novas legislações sobre o patrimônio permitiu que os agentes públicos assumissem um papel ativo na preservação e na da história local e indígena, refletindo uma mudança na gestão e na percepção do patrimônio arqueológico local.

Em Araruama, onde as pesquisas ocorreram em um momento posterior, esse diálogo foi mais intenso, com uma arqueologia mais conectada a outras áreas e com a perspectiva de uma longa história Tupinambá, fruto de estudos multidisciplinares (BUARQUE, 2009). Destaca-se, também, a recuperação do agenciamento indígena nos estudos sobre o período de contato (século XVI). Exemplos disso são estudos materiais arqueológicos provenientes de sítios de contato, como o Sítio Arqueológico Serrano, onde foram encontrados uma cota de malha europeia e diversos artefatos de origem europeia (MAGESTE, 2017).

Como resultado, um consenso narrativo foi se formando nessas localidades, envolvendo diferentes agentes imbuídos de diversos interesses nesse patrimônio. Aliás, sobre esse envolvimento, vale observar o que ressaltam Vassalo e Cicalo (2015, p. 243-244), a partir de pensamento atribuído a Fabre (2009): “[...] os monumentos são objetos ventríloquos, ou seja, possuem vozes e significados que variam em função de quem os observa: moradores, turistas, gestores, entre outros atores, não compartilham necessariamente os mesmos entendimentos a seu respeito”.

Em contextos favoráveis, esses esforços contribuíram para o surgimento de museus, nos quais, juntamente com outros atores sociais, os arqueólogos participaram da edificação e da configuração das narrativas e das práticas educacionais desses espaços. Nesse sentido, conclui-se que os museus indígenas da Região dos Lagos se constituem como formas de narrativas sobre o passado da região. Nesse ponto, os museus arqueológicos forjam, por meio da sua exposição, uma narrativa que se utiliza (para contar sobre o passado dessas localidades) de outros meios (COSTA, 2009) que fogem dos meios historiográficos tradicionais.

Por outro lado, entende-se que a adoção de novos meios e formatos narrativos, assim como uma maior visibilidade, não implicam, por si só, a criação de novos discursos sobre o a história dessas localidades. Afinal, os museus portam em suas exposições e galerias o que aquela comunidade considera como simbólico e importante, para eles, como grupo social (FUNARI, 2003). Portanto, algumas perguntas continuam sem respostas: Que história se afirma com esses museus arqueológicos? Que lugar os povos originários possuem nessa história? Esse lugar está em consonância com os debates promovidos pela Nova História Indígena e os debates mais atuais sobre história local?

Exposto isso, um dos objetivos no próximo capítulo é justamente pensar não apenas o papel dos museus, mas também os discursos emanados por esses patrimônios que sofreram um processo de musealização, bem como sua articulação com o ensino de história local e seu entrelaçamento com a história indígena nessas localidades.

2.5 O Museu Arqueológico Sambaqui da Beirada

A cidade de Saquarema vivenciou, ao longo dos anos de 1980 e 1990, um quadro de mudanças intensas, com o retorno da democracia e das eleições livres. Em outras palavras, um novo papel político desenhado pela Constituição de 1988 promoveu uma maior participação popular e a descentralização do poder a favor dos estados e municípios. Inserida nesse contexto, Lina Kneip, que já estava alocada como professora assistente no Museu Nacional – UFRJ, intensificou seus trabalhos em Saquarema, realizando diversas ações e projetos. Seu envolvimento com a região remonta às décadas de 1960 e 1970, quando iniciou algumas escavações em locais como Saquarema e Araruama.

Já, a partir de 1980, iniciou, de fato, um segundo período de pesquisas arqueológicas na cidade (Guimarães, 2007). Até o ano de 1987, relata Kneip (1999),

> [...] quando iniciamos um projeto de pesquisa arqueológica na região de Saquarema (Projeto Saquarema, Rj: Pré-história e Paleoambiente), a literatura especializada para o município contava apenas de duas comunicações (Simões da Silva, 1932; Beltrão & Kneip, 1970), que pouco informavam do contexto cultural, e de duas propostas de pesquisa em sambaquis (Kneip, 1976) e de preservação do patrimônio pré-histórico (Kneip, 1978). De 1987 até o presente foram pesquisados seis sambaquis: Beirada, Moa, Pontinha, Saquarema, com os Sambaquis do Saco e Madresilva em fase de estudos e dois sítios de grupos hosticultores-ceramistas, Tradição Tupiguarani, com sambaquis posicionados de 4.520 ± 190 a 1.790 ± 50 anos AP (Quadro 3). O projeto é interdisciplinar e integra especialistas no campo da Arqueologia (Museu Nacional/UFRJ), Antropologia Biológica (Instituto de Arqueologia Brasileira), Botânica (Fundação Estadual de Engenharia e Meio

> Ambiente), Geologia-Geomorfologia (Museu Nacional/UFRJ; Universidade do Estado do Rio de Janeiro) e Zoologia (Museu Nacional/UFRJ; Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro) (KNEIP, 1999, p. 223).

Com o adensamento das ações na cidade ao longo dos anos 1980, o sítio arqueológico Sambaqui da Beirada, que já havia sido descoberto na década de 1970 e está registrado como CNSA: RJ00279[68], foi contemplado com o projeto "Saquarema-Rio de Janeiro: Pré História e Paleoambiente". Contou com Lina Kneip, Filomena Crancio e outros membros do Museu Nacional – UFRJ e instituições de pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Kneip, 1999). Assim,

> O estudo do sambaqui da Beirada, no município de Saquarema faz parte do projeto interdisciplinar - Saquarema: Pré-História e Paleoambiente" – em desenvolvimento no litoral do Município de Saquarema, Estado do Rio de Janeiro. Escavações sistemáticas realizadas em 1987 numa área toral de 160 m² e com profundidade máxima de 1.75 n apresentou camadas de ocupação com vestígios de pedra, osso e conchas. Foram classificadas um total de 398 peças de pedra, 269 de osso e 208 de conchas (KNEIP; CRANCIO; FRANCISCO, 1988, p. 41).

Ao longo dessas pesquisas, foram identificados mais de vinte sítios arqueológicos na área do referido município, segundo Guimarães (2007). A maior parte é composta de sítios arqueológicos sambaquis, tendo, como minoria, os sítios arqueológicos pertencentes à tradição Una e à tradição Tupiguarani. Dos sítios arqueológicos sambaquianos identificados e pesquisados, somente quatro conseguiram resistir à depredação e à expansão urbana e imobiliária que a cidade vivencia nas últimas décadas, isto é, os sambaquis da Manitiba, Pontinha, Beirada e Jaconé (GUIMARÃES, 2007).

Nesse cenário, pelos seus trabalhos desenvolvidos em Saquarema, no ano de 1987, Lina Kneip recebeu uma Moção de Aplausos e Congratulação dado pela ALERJ (Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro) (LIMA, 1999-2000). No caso de Saquarema, a postura de iniciativa na defesa desses vestígios materiais e sítios arqueológicos relacionados aos povos nativos, tornou-se uma marca registrada dessa pesquisadora. Suas ações provocavam reportagens e entrevistas sobre as escavações (MOTTA, s.p, 2019). Ressalta-se o papel desempenhando pela Professora em vários municípios da Região dos Lagos, na sua luta pela preservação desse vasto patrimônio ligado às populações nativas, sempre atuando junto à comunidade e aos poderes públicos locais. Afinal, "[...] sua conduta firme e perseverante

[68] Site do CNSA - IPHAN. Disponível em http://portal.iphan.gov.br/sgpa/cnsa_detalhes.php?8979. Acesso em 14 de maio de 2022.

salvou muitos sítios da destruição de tal forma que seu nome viria a se tornar, especialmente em alguns municípios do litoral fluminense, sinônimo de preservação e respeito aos testemunhos do nosso passado mais remoto." (LIMA, 1999-2000, p. 8).

O final da década de 1980 foi um momento marcado pelo avanço da temática indígena e pela ampliação na noção de patrimônio. E, inserida nessas discussões, na própria região, a cidade de Cabo Frio sediou o Encontro de Civilizações nas Américas em 1989. Esse encontro de repercussão internacional teve a participação do Comitê Brasileiro do ICOMOS[69], e também contou com a participação de diversos agentes ligados a história, arqueologia e políticas patrimoniais de diversos países e que resultou na edição da Carta de Cabo Frio (LEAL; BORGES, 2012).

Esse encontro teve como tônica justamente o envolvimento das comunidades, a educação, a preservação e o desenvolvimento de políticas ligadas aos povos originários. Nesse dialogo entre um contexto geral e local, no mesmo ano, a Prefeitura Municipal de Saquarema, por intermédio de seus agentes, publicou o Decreto 188/89 (GUIMARÃES, 2007), o que possibilitou o tombamento do Sambaqui de Manitiba I. Esse foi o primeiro tombamento local de um sítio arqueológico nativo.

Publicado durante a gestão do Prefeito Carlos Campos da Silveira, esse processo consistia no tombamento de uma área de 7.200 m² pela prefeitura local (GUIMARÃES, 2007). Um pouco depois, durante a gestão do Prefeito João Alberto Teixeira de Oliveira, no ano de 1993, os diversos agentes municipais envolvidos levaram ao tombamento, a partir do Decreto Municipal 043/93, dos sambaquis de Jaconé, Pontinha e Beirada (GUIMARÃES, 2007). Assim, por intermédio desses instrumentos legais, os quatro sítios arqueológicos sambaquis foram tombados e estão protegidos legalmente pela prefeitura local.

A partir da perspectiva de Fernando Sanchez Costa, os arqueólogos ligados ao Museu Nacional/UFRJ, ao delinearem uma narrativa sobre o passado a partir de suas ações, participam como configuradores dessas representações. Agindo nessa direção, salienta-se que:

> La Universidad, más Independiente com respecto a lãs políticas de memoria oficial, es también um telar central em le moldeo de La cultura histórica. La aproximación acadêmica al pasado tiene, habitualmente, unos rasgos peculiares. Se trata de uma lectura del passado menos existencial y más cognitiva, más científica y menos identitaria, más orientada al contenido del passado em si mismo que a su uso em El presente[70](COSTA, 2009, p. 279).

[69] ICOMOS (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios) é uma organização não governamental global associada à UNESCO.

[70]O trecho correspondente na tradução é: "A Universidade, mais independente das políticas oficiais de memória, é também um tear central na moldagem da cultura histórica. A abordagem acadêmica do passado geralmente apresenta algumas características peculiares. É uma leitura do passado menos existencial e mais cognitiva, mais

Diante disso, diversos agentes ligados aos poderes políticos e agentes da sociedade civil e escolar foram mobilizados pelos pesquisadores ligados principalmente ao Museu Nacional-UFRJ, tanto em torno da questão da preservação dos sítios arqueológicos como ainda na defesa da efetivação de políticas públicas de efetivação sobre esses espaços. Assim, Lina

> [...] promoveu inúmeras exposições de caráter educativo, realizou vídeos de divulgação, foi incansável proferindo palestras para o público em escolas, agremiações, associações e órgãos municipais, basicamente nos municípios litorâneos em que atuava, conscientizando e educando o público sobre a importância do patrimônio arqueológico de suas comunidades, mostrando-lhes seu significado cultural e ensinando-os a protegê-lo (LIMA, 1999-2000, p. 8).

Ao longo da década de 1990, com o avanço das pesquisas arqueológicas no território saquaremense, inclusive com novas escavações no Sambaqui da Beirada, diversas ações foram executadas. Entre elas, destacam-se as que envolveram as comunidades escolares desse o município. Durante as atividades, os arqueólogos procuraram envolver as escolas, com os alunos e professores, no mundo da arqueologia de Saquarema, haja vista que

> [...] tanto a museologia quanto a arqueologia têm percebido que o patrimônio só passa a ser uma herança quando as pessoas passam a apropriá-lo na sua realidade cotidiana, dessa apropriação e da consciência acerca desta herança é que resulta em última instância a preservação do patrimônio (DA SILVA, 2008, p. 52).

E, assim, desenvolveu-se uma interação entre os professores, os alunos. As múltiplas ações com esses arqueólogos permitiram a amplificação das representações do passado construídas pelos arqueólogos em seus trabalhos no município. Inclusive, nessa interação, os professores de História se constituem, como salienta Costa (2009, p. 279), "Un grupo destacado es el que forman los profesionales de la Historia. La escuela es uma frágua intensiva em La que se ponen lós fundamentos de La consciência histórica de lós ciudadanos"[71].

Ações educativas, é preciso enfatizar,

> [...] dentro e fora da escola, forjam um conjunto de procedimentos que viabilizam essa operação que transforma vestígios em patrimônio, que cria sentidos para as

---

científica e menos identitária, mais orientada para o conteúdo do próprio passado do que para a sua utilização no presente". (tradução nossa)

[71]O trecho correspondente na tradução é: "Um grupo de destaque é aquele formado por profissionais de História. A escola é uma oficina intensiva onde são lançadas as bases da consciência histórica dos cidadãos". (tradução nossa)

> reminiscências históricas. A educação propicia um exercício constante e rotineiro de reflexão sobre o passado, visando à transformação de vivências em experiências, construindo sentidos para a nossa ação no mundo atual. O processo educativo possibilita a reelaboração permanente de nossas identidades (REZNIK, 2010, p. 91).

Além das palestras e outras atividades nas escolas sobre a história local e os sítios arqueológicos, os arqueólogos do Museu Nacional procuraram realizar outras ações com a comunidade local, como exemplo, em 1995, uma exposição ao ar livre dos achados do Sambaqui da Beirada (MOTTA, 2019). Os resultados de diversas ações nesse sambaqui, até aquele momento, atraíram curiosos e estudantes, como salienta Vanderleia Maria da Silva em suas lembranças: “Na verdade eu conheci ela [Lina] um tempo antes na minha adolescência época de escola né com um grupo de amigos que veio para ver a pesquisa que estava sendo feita aqui no bairro que a gente soube na escola e de curiosidade” (SILVA, 2024).

Com ações como essa, buscava-se romper o distanciamento desses materiais arqueológicos com as pessoas do tempo presente. Até porque

> [...] sobre esses vestígios pré-coloniais acumularam-se várias camadas de interpretações sobre mais de 500 anos de ocupação estrangeira deste território e, apesar de mais de um século de institucionalização da pesquisa e dos acervos, ainda são raras as abordagens que vinculam esses vestígios às nossas tradições e rupturas. Consolidou-se uma estratigrafia do abandono que isolou as fontes arqueológicas e as circunscreveu ao terreno das memórias exiladas (BRUNO, 2005, p. 237-238).

Outros agentes da sociedade civil também atuaram no processo de propagação de representações do passado indígena local, como a APACS (Associação de Preservação Ambiental e Cultural de Saquarema), uma organização civil que tinha, como representante naquele momento, Raquel Maria Thramm (GUIMARÃES, 2007). Além do apoio institucional, uma das arqueólogas do Museu Nacional que estava envolvida nas pesquisas locais, Filomena Crancio, envolveu-se ainda mais, tornando-se a 1ª secretária da Associação de Preservação Ambiental e Cultural de Saquarema (APACS) entre os anos de 1994 a 1999 (MOTTA, 2019).

Essas ações foram mobilizando não apenas a sociedade local, mas também chamaram a atenção dos veículos de comunicação, com reportagens e entrevistas sobre as escavações, inclusive com veículos de grande circulação, como a TV e o Jornal O Globo:

> - Jornal O Globo, "Ossos Humanos em Saquarema têm 1.700 anos". Rio de Janeiro, RJ, 4 de julho de 1987.
> - Jornal O Fluminense, "Pesquisadores acham vestígios de Tribo - Esqueletos de 2.500 anos encontrados em Jaconé". Região dos Lagos, {SIC[RJ, 11 de julho de 1987, páginas 1 e 11.

> - Jornal O Globo, "Ossadas de Saquarema têm mais de 4.520 anos". Rio de Janeiro, RJ, 16 de junho de 1989, página 16.
> - Jornal El Diario, "Nuestro Mayor Descubrimiento Arqueologico" - Hallan "Paraguayos" De Hace 4.000 Años". Assunción, Paraguay, 26 de julio de 1989, páginas 1 e 8.
> - Jornal Tribuna da Região, "Arqueólogos trabalham no sambaqui". Saquarema, RJ, 16 de abril de 1993, página 7 (Ano XI, Edição nº 128).
> - Jornal Rio de Norte a Sul. "Os três mil anos de pré-história de Saquarema deverão ser mostrados ao público". Saquarema, RJ, novembro de 1994, página 2 (Ano II – nº 8).
> - Jornal O Globo. “Esqueleto de 4.300 anos achado em Saquarema”. Rio de Janeiro, RJ, 3 de abril de 1995, página 11.
> - TV GLOBO. Jornal Hoje. Noticiário Nacional. “Sambaqui da Beirada, Saquarema, RJ”, em 10 de abril de 1995 (MOTTA, s.p., 2019).

Nesse cenário, nos anos de 1995 e 1997, a Professora Lina Kneip recebeu duas Moções de Aplauso da Câmara Municipal de Saquarema, pelas pesquisas e serviços prestados ao município, em prol do seu patrimônio arqueológico e ações no âmbito da cultura (Lima, 1999-2000). Esses reconhecimentos públicos oficiais demonstram os impactos de suas ações de preservação e da visibilidade que foram além das fronteiras municipais. Além disso, suas ações reverberaram para além das fronteiras estaduais, sendo, em 1995, indicada para concorrer ao Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade, pelo trabalho "Culturas Pré-Históricas do Município de Saquarema, RJ". Apesar de não ter sido contemplada com o prêmio, somente sua indicação demonstra a magnitude e repercussão de suas ações em prol da preservação do patrimônio em nesse município fluminense, pois é o maior prêmio nacional organizado pela instituição oficial do Estado, o IPHAN.

> O Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade, de caráter nacional, é promovido pelo Iphan desde 1987, como mecanismo de fomento às ações de preservação e salvaguarda do Patrimônio Cultural brasileiro que, em razão da sua originalidade, relevância e caráter exemplar, mereçam registro, divulgação e reconhecimento público (IPHAN, s.p.).

Nessa direção, suas ações também foram reconhecidas pelo principal órgão representativo dos arqueólogos brasileiros, a SAB (Sociedade de Arqueologia Brasileira). E, no ano 2000, a Professora Lina Kneip tornou-se à primeira arqueóloga a receber o Prêmio João Alfledo Rohr, um prêmio nacional e bienal, concedido pela SAB, aos profissionais que tenham se destacado na pesquisa e no desenvolvimento de ações de proteção e preservação dos bens arqueológicos brasileiros. Assim, os trabalhos de pesquisa e preservação realizados em Saquarema ganharam uma notoriedade na academia e em outros círculos, tanto por meio de matérias em veículos de imprensa quanto por prêmios e honrarias recebidos pela professora Lina Kneip em níveis local, estadual e nacional.

Figura 7 – Lina Kneip no Sambaqui da Beirada

Fonte: O SAQUA, 2022, s.p.

Desse modo, os arqueólogos foram agindo como configuradores da história local, disseminando, por meio de artigos, entrevistas, palestras e outras ações, uma leitura do passado (SALADINO; COSTA; WICHERS; RIBEIRO, 2020). As práticas, é preciso realçar, buscavam mobilizar uma rede de agentes e agências de poder, principalmente local, como o Museu Nacional/UFRJ, escolas, professores, moradores, entre outros agentes locais em prol da preservação e musealização dos vestígios materiais ligados aos povos nativos de Saquarema. Como desdobramento, lentamente um consenso foi se formando em torno da temática indígena local. Essas iniciativas também despertaram o interesse do poder público, assegurando o apoio necessário para a conservação e valorização do sítio (MENESES, 1987 apud WICHERS, 2010). E, como resultado primário, em 1995, com retomada das pesquisas no Sambaqui da Beirada, o Prefeito João Alberto Teixeira Oliveira, por meio da Lei 162/95[72], de 20 de março de 1995, mudou o nome da rua onde está localizado o Sambaqui da Beirada, passando a ser denominada Rua dos Índios.

Ao mesmo tempo, a Professora Lina Kneip também se tornou moradora e parte da comunidade saquaremense, atuando diretamente na política local, como membro do Fórum de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável de Saquarema, do Conselho Municipal de Turismo e do Conselho Municipal de Meio Ambiente de Saquarema, órgãos colegiados dos quais participam pessoas das três esferas de poder e membros da sociedade civil (LIMA,

[72]Lei 162/95. Disponível em: https://www.transparencia.saquarema.rj.leg.br/arquivos/1023/162.pdf

2000; GUIMARÃES, 2007). Dessas instituições, voltamos nossa atenção para aquele que trata diretamente dos temas de cunho turístico no município, instituído durante a gestão do Prefeito João Alberto Teixeira Oliveira, a partir da Lei 166/95[73], de 15 de maio de 1995.

> Art. 1º. – Fica criado o Conselho Municipal de Turismo, objetivando o seu incentivo como fator de desenvolvimento econômico e social, bem como de divulgação, valorização e preservação do patrimônio cultural e natural da cidade; assegurando sempre o respeito ao meio ambiente, às paisagens notáveis e à cultura social (SAQUAREMA, 1995, p. 1).

Aqui, no Brasil, essa interligação entre o turismo e o patrimônio foi, lentamente, ganhando força a partir da década de 1960 (CHUVA, 2020), seguindo uma tendência de outros países.

> A preservação do patrimônio histórico, cultural e paisagístico da humanidade e o reconhecimento da pluralidade de valores e diversidade cultural da sociedade moderna têm tomado espaço na mídia e no cenário político mundial. Agências internacionais vêm incentivando a formulação de projetos voltados para o fomento do turismo cultural e do desenvolvimento sustentável em diversas regiões do planeta, inclusive no Brasil, que destacam o potencial turístico de centros históricos e parques ecológicos ((BERTOLOTO et al., 2005, p. 58)

E, em Saquarema, a discussões locais sobre questões patrimoniais envolvia, entre outros aspectos, também interesses econômicos e seus usos, bem como a viabilidade turística pelos agentes do poder político local e demais agentes do setor que compunham o conselho, somados a outros interessados no setor município. Estando, pois, a política local inserida nessa perspectiva de outros países, buscou reforçar a ideia, publicando, em 2001, por meio do prefeito Antonio Peres Alves, a Lei 495/2001[74], instituindo o componente curricular "Estudos Turísticos" no Ensino Fundamental.

Ações como essa em Saquarema demonstram como o setor do turismo foi ganhando importância, de modo que seus agentes e interesses passaram também a pautar e a mobilizar ações da prefeitura local. Esse papel e apelo turístico foi observado e ressaltado por Lima (1999-2000), que, ao apresentar uma homenagem, escreveu que "[...] os municípios vizinhos passaram a cobiçar programas semelhantes, em vista do apelo despertado junto à comunidade e aos turistas, e aos quais ela já se preparava para começar a atender" (LIMA, 1999-2000, p. 10).

[73]Lei 162/95. Disponível em: https://www.transparencia.saquarema.rj.leg.br/arquivos/1002/166.pdf Acesso em 12 de Outubro de 2024

[74]Lei 162/95. Disponível em: https://transparencia.saquarema.rj.leg.br/arquivos/1331/495.pdf Acesso em 12 de Outubro de 2024

Interligando a temática, ressalta-se que esse também foi um período marcado pelo avanço na educação de novas discussões sobre novas temáticas e currículos, e que já se refletiam com a divulgação dos Parâmetros Curriculares Nacionais[75] (PCN)(BITTENCOURT, 2005), e na própria movimentação em modificações nos currículos escolares. Assim, muitas prefeituras diante dessas mudanças e novas legislações, tiveram que articular novas demandas sociais e projetos educacionais. Nesse sentido, durante a gestão do Prefeito Carlos Campos da Silveira, foi criado no âmbito municipal, o Conselho Municipal de Educação (Lei 258/97[76]), e a Biblioteca Municipal denominada Poeta José Bandeira (Lei 277/97[77].). Houve também, nessa conjuntura, o projeto de instalação de um complexo universitário na cidade por intermédio de convênios com instituições de ensino, com a edição da Lei municipal 259/97[78].

Portanto, verifica-se uma série de ações e decisões emanadas pelo poder público local na direção de políticas culturais. Porém, salienta-se que esses agentes públicos estão continuamente influenciados por diversos fatores, como as dinâmicas locais, as pressões regionais e as orientações nacionais, além de estarem sujeitos a disputas e a negociações entre diferentes grupos e interesses. Até porque, é relevante pontuar,

> [...] o exercício do governo, ou seja, a ação do Estado editando leis, formulando políticas públicas e cobrando sua execução, é eminentemente contraditória, mas isto não é surpresa nenhuma, já que a sociedade civil da qual ele depende é também contraditória, marcada por conflitos de todos os tipos (BRESSER-PEREIRA, 1995, p. 18).

Ao mesmo tempo, essas ações políticas estão em diálogo com uma série de legislações, o que faz com que as iniciativas da Prefeitura de Saquarema também se entrelacem com diversas demandas legais e jurídicas locais e nacionais sobre o tema. Nesse contexto, a Lei Orgânica de Saquarema, em seu artigo relacionado à área cultural, estabelece uma série de obrigações legislativas que o município assumiu em relação ao seu patrimônio.

> Art. 171 - O Município estimulará desenvolvimento das ciências, das artes, das letras e da cultura em geral, observando o disposto na Constituição Federal.
> § 1º - Ao Município compete suplementar, quando necessário, a legislação federal e estadual dispondo sobre a cultura.
> § 2º - A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de ata significação para o Município.

[75] Disponível em http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf
[76]Lei Lei 258/97. Disponível em:. https://www.saquarema.rj.gov.br/wp-content/uploads/2024/07/Lei-258-97-Dispoe-sobre-a-criacao-do-Conselho-Municipal-de-Educacao.pdf Acesso em 12 de Outubro de 2024
[77]Lei 277/97. Disponível em: https://transparencia.saquarema.rj.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/LO-277-1997.pdf Acesso em 12 de Outubro de 2024
[78]Lei 259/97. Disponível em: https://transparencia.saquarema.rj.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/LO-259-1997.pdf Acesso em 12 de Outubro de 2024

> § 3º - À administração municipal cabe, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.
> § 4º - O Município protegerá os bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis, observando a legislação e a ação fiscalizadora Federal e Estadual (*).
> (*) Nova Redação dada pela Emenda 01/92.
> § 5º - Incentivo municipal às festas populares locais folclóricas e religiosas. Apoio municipal às atividades artísticas locais, festivais e feiras de artesanato.
> § 6º - Estudo de áreas de preservação da história da cultura local, observada a ação fiscalizadora federal e estadual.
> § 7º - Estudos para obtenção de recursos financeiros, através de imposto de renda, para atividades culturais. (SAQUAREMA, 1990, p.44)

Como desdobramento, em 1990 foi criado, por meio da Lei 21/90[79], de 29 de outubro de 1990, pelo Prefeito Carlos Campos da Silveira, o Conselho Municipal de Cultura, que, em seu artigo 5º, determina que o Conselho deva "Participar ativamente de todos os movimentos de [sic] visem os atos de tombamento de imóveis ou sítios arqueológicos de relevante valor para o patrimônio artístico ou cultural do Município" (SAQUAREMA, 1990, p. 3). Nesse mesmo contexto foi crido via Lei 30/90[80], de um Fundo Municipal da Cultura com vista a destinar uma parte do orçamento para ações como a "[...] Conservação e preservação dos Museus Municipais" (SAQUAREMA, 1990, p. 1).

Os avanços dessas ações aconteciam em paralelo ao aprofundamento de ações efetivadas pelo principal órgão nacional ligada ao patrimônio, IPHAN, bem como às discussões e debates sobre legislações e ações voltadas ao patrimônio arqueológico em vários níveis de abrangência. Assim, essas ações não apenas de escavação e pesquisa, mas também de musealização, aconteciam em ações coordenadas também com os agentes ligados ao IPHAN, de acordo com os interesses e com a legislação vigente.

> Dependendo da visibilidade do sítio ou da área escolhida, o projeto já deverá considerar a possibilidade de musealização in situ dos vestígios a serem encontrados, o que altera os procedimentos e métodos, incorporando também cuidados de conservação e profissionais de outras especialidades (PARDI, 2007, p. 323).

Diante disso, como desdobramento dessas ações efetuadas, ao longo da década de 1990, por uma série de agentes e interesses envolvidos, o Sambaqui da Beirada sofreu uma intervenção. Foi transformado em um museu a céu aberto.

---

[79]Lei 21/90. Disponível em:. https://www.transparencia.saquarema.rj.leg.br/arquivos/3640/_0000001.pdf
[80]Lei 30/90. Disponível em: https://www.transparencia.saquarema.rj.leg.br/leis/3641

> Trata-se do primeiro museu de arqueologia ao ar livre no Brasil. Com área de 7.000 m^2 e cercado por tela aramada, abriga um conjunto arqueológico e paisagístico de grande importância científica, cultural e turística, expondo e preservando in situ, em espaço aberto à visitação pública, testemunhos de um sítio arqueológico pré-histórico do tipo sambaqui (BERTOLOTO, Alícia et al., 2005, p. 59).

E, à medida que o conhecimento e as narrativas propaladas por esses arqueólogos e outros agentes sobre a história local se disseminavam na cidade, novas ações foram executadas. Como exemplo, em 1997, houve nova alteração na denominação da rua, que deixou de ser a Rua dos Índios, uma forma genérica para designar os povos originários (FREIRE, 2016). O novo nome evidencia a circulação desses conhecimentos; daí, Rua Sambaqui da Beirada. Essa decisão ocorreu ainda durante a gestão de Carlos Campos da Silveira (Lei 271/97[81]).

Portanto, ao longo da década de 1990, os arqueólogos que em Saquarema estavam, liderados por arqueólogos do Museu Nacional/UFRJ, como também em sintonia com outros agentes da sociedade civil e da política, foram promovendo um lento consenso no entorno do Sambaqui da Beirada (VASSALO E CICALO, 2015). Nesse processo, desenvolveram uma série de ações que culminaram na transformação do patrimônio arqueológico, previamente protegido por lei, em um espaço museológico municipal.

Aliás,

> [...] se pensarmos que a Museologia trata dos destinos das coisas (Bruno, 2009), enquanto a interpretação das coisas cabe às áreas básicas de pesquisa, que por sua vez não se interessam em garantir a passagem destas coisas a legado, a condução do processo que faz estas coisas chegarem às gerações futuras como herança por meio da salvaguarda e da comunicação é que seria específico da Museologia (*idem*), incluídos aí práticas, procedimentos, técnicas, metodologias, pesquisas e teorias (CÂNDIDO, 2019, p. 156).

Dentro desse entendimento, o espaço transformou-se no primeiro museu arqueológico da cidade de Saquarema, sendo administrado e mantido pela Prefeitura Municipal. E, quanto à gestão técnica, conta com a orientação da equipe do Museu Nacional do Rio de Janeiro e com a averiguação dos agentes do IPHAN.

Em 2002, com o falecimento de Lina Kneip, quem passou a supervisionar os trabalhos no Sambaqui da Beirada, foi Filomena Crancio, também do Museu Nacional. Depois. com a aposentadoria da segunda, uma funcionária do Museu, Vanderleia Maria da Silva, passou a

[81]Lei 271/97. Disponível em: https://www.transparencia.saquarema.rj.leg.br/arquivos/1109/271.pdf

supervisionar o Sambaqui. Inaugurado em 1997, o Sambaqui da Beirada já tinha recebido, até novembro de 2024, cerca de 41.461 visitantes registrados[82].

Figura 8 - Rua Lina Kneip

Fonte O autor, 2024.

Após a sua morte, Lina Kneip foi homenageada de forma póstuma, pela Câmara de Vereadores, com o título de Cidadã Saquaremense. Esse tributo ocorreu, por meio da Resolução 607/2002[83], durante a presidência do Vereador Valci Bernardo Vignoli. Por parte do Poder Executivo, o Prefeito Antônio Peres Alves, a partir da Lei 603/2002[84], estabeleceu que a rua em frente ao Sambaqui da Beirada passasse a ser denominada de Rua Arqueóloga Lina Maria Kneip.

[82] Livro de visitas disponível para consulta no Museu.
[83] Disponível em: https://transparencia.saquarema.rj.leg.br/arquivos/3136/_0000001.pdf
[84] Lei 603/2002Disponível em: https://www.transparencia.saquarema.rj.leg.br/arquivos/1437/603.pdf

3 NARRATIVAS E DISCURSOS EXPOSITIVOS NOS MUSEUS DE ARARUAMA, RIO DAS OSTRAS E SAQUAREMA

Os museus municipais de Araruama, Rio das Ostras e de Saquarema foram constituídos ao longo das últimas décadas com acervos e exposições voltados para a história e arqueologia das respectivas localidades onde estão situados. Esses espaços surgiram no mesmo contexto geral, no final da década de 1990 e início dos anos 2000, porém inseridos em contextos locais bem específicos. Nessas cidades, as pesquisas arqueológicas resultaram não apenas em artigos, palestras e recuperação de elementos materiais, pelo contrário, a ação desses arqueólogos em sintonia com os contextos locais, resultou na efetivação de uma "[...] cadeia operatória de procedimentos museológicos de salvaguarda (conservação e documentação) e comunicação (exposição e ação educativo-cultural) aplicados à realidade arqueológica [local][...]" (BRUNO, 2021, p. 4).

Esses processos resultaram na formação de lugares de memória, que, nas palavras de Nora, são os [...] museus, arquivos, cemitérios, coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos, santuários, associações [...] (1993, p. 13-15). As memórias locais submersas, que emergiram por meio do trabalho dos arqueólogos, exigiam ações para mantê-las presentes nas comunidades. Assim, essas cidades não apenas preservaram, mas também integraram os lugares de memória aos contextos locais, transformando-os em instituições públicas municipais. Mas, o que são esses museus presentes nessas cidades? Por que museus arqueológicos? Qual história eles contam?

O IBRAM possui uma plataforma, a Museusbr[85](IBRAM, s.d.), criada através da Portaria IBRAM nº 215[86], de 4 de março de 2021, que tem como objetivo identificar e disponibilizar dados sobre os museus de todo o território nacional. No Brasil o registro dos museus é previsto em lei e foi normatizado pelos Decreto nº 8.124/2013[87], e a Resolução Normativa IBRAM nº 17[88], de 22 de março de 2022. Esses procedimentos são recentes e resultam dos avanços nas políticas públicas voltadas para os museus, ocorridos nas últimas

[85] Home Page da plataforma: https://cadastro.museus.gov.br
[86] Portaria do IBRAM - Disponível em: </ https://www.gov.br/museus/pt-br/assuntos/legislacao-e-normas/portarias/portaria-ibram-no-215-de-4-de-marco-de-2021> Acesso em: 10 de junho de 2023.
[87] Portaria do IBRAM - Disponível em: </ https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D8124.htm> Acesso em: 10 de junho de 2023.
[88] Portaria do IBRAM - Disponível em: https://www.gov.br/museus/pt-br/assuntos/legislacao-e-normas/outros-instrumentos-normativos/resolucao-normativa-ibram-no-17-de-22-de-marco-de-2022> Acesso em: 10 de junho de 2023.

duas décadas. Nesse banco de dados, encontra-se o cadastro dos três museus estudados, todos institucionalmente vinculados às prefeituras municipais.

Segundo os dados levantados pelo IBRAM e divulgados no livro *Museu em Números* (IBRAM, 2011), em 2010 existiam no Estado do Rio de Janeiro 254 museus. Desses, 28 foram criados na década de 1990 e 23 entre 2001 e 2009 (IBRAM, 2011). São justamente essas duas décadas que abrangem o período de criação dos museus aqui estudados: o de Saquarema e o de Rio das Ostras, ambos na década de 1990, e o de Araruama, criado em 2006.

Desse número total de museus fluminenses, 68,8% são de História, e 16,9% de Arqueologia (IBRAM, 2011). Aproximadamente 22,6% estão vinculados a prefeituras, sendo que apenas 19,2% possuem Regimento Interno, enquanto 23,1% possuem Plano Museológico registrado (IBRAM, 2011). Esses dados indicam que, embora os museus municipais desempenhem um papel na preservação da história, há desafios em termos de regulamentação e planejamento institucional, com muitos deles carecendo de uma estrutura formal e de um planejamento museológico adequado (PIMENTEL, 2016).

Nesse sentido, Tamanini (1994) destaca que, em geral, esses pequenos museus enfrentam diversos desafios, como "[...] problemas de infra-estrutura, recursos humanos, baixos salários, amadorismo, diletantismo, trabalha-se quase de graça por respeito à ciência e por resistência histórica e ausência de definição política." (TAMANINI, 1994, p. 138). Por fim, não havia, pode-se dizer, "[...] uma metodologia definida sobre a organização do Museu como um todo." (*op. cit*., p. 138) naquelas décadas. Essas condições se refletem até os dias atuais na própria organização de muitos desses espaços. Segundo Eduardo Pimentel (2016), o grande percentual de ausência de regimentos e planos museológicos fragiliza o desenvolvimento de ações, assim como apresenta a fragilidade dessas instituições no âmbito da organização municipal.

Entre os museus estudados, o Museu de Araruama está registrado no IBRAM com a natureza administrativa "Público – Municipal" e tipologia de acervo "arqueologia", possuindo o Código Identificador 9.28.70.1864 (MUSEUBR, 2024). O Museu de Rio das Ostras também está registrado, com a natureza administrativa "Público – Municipal", tipologia de acervo "arqueologia", e o Código Identificador 1.05.98.9290 (MUSEUBR, 2024). Por fim, o Museu de Saquarema consta com o Código Identificador 6.01.87.6822, com a natureza administrativa "Público – Municipal" e tipologia de acervo "arqueologia" (MUSEUBR, 2024).

Aqui, no Brasil, as primeiras referências teóricas ao termo "museu municipal" (dedicado a um lugar) podem ser atribuídas à década de 1930, com Mário de Andrade (PIMENTEL, 2016), mesmo período em que começaram a ser sistematizados os primeiros museus dedicados a história nacional. Nesse contexto, as ideias e perspectivas que guiavam essas instituições locais partiam de uma "[...] composição, e a tipologia de acervo dos museus municipais, esses deveriam "conter de tudo" e estar de acordo com a identidade local. O acervo deveria expressar o valor identitário que representasse a comunidade local e a valorização que a mesma atribuísse a eles." (PIMENTEL, 2016, p. 81).

Nesse sentido, ao longo das décadas de 1940/1950 ocorreu o crescimento de museus dedicados a contar a história de localidades (PIMENTEL, 2016; MARINS; SCHPUN, 2022,), Esses espaços geralmente seguiam uma linha narrativa articulada de acordo com as intenções de seus criadores ou administradores, alinhando-se à maneira como os acervos eram montados e adquiridos. Geralmente, esses acervos eram montados "[...] *por meio dessas doações, [assim] estes museus estabeleceram a hipervisibilidade não apenas das elites, mas dos legados culturais europeus aqui apropriados e reelaborados – lançando à opacidade ou à radical ausência" de indígenas, negros e até mesmo imigrantes*." (MARINS; SCHPUN, 2022, p. 4). Portanto, destaca-se que a montagem e organização dos acervos não são neutras, mas refletem um processo mais amplo de construção de narrativas históricas e identitárias.

Ao mesmo tempo, muitos desses espaços museológicos são montados, em sua maior parte, em casarões antigos ou edifícios públicos históricos, o que contribui para estabelecer uma relação simbólica entre o patrimônio e o discurso que se visa disseminar naquele espaço (PIMENTEL, 2016). E, no que concerne à escolha desses locais, não devem ser entendidos como casuais, pois esses espaços físicos também carregam em sua arquitetura, corredores, janelas, marcas da história local em uma leitura que pode reforçar determinadas narrativas sobre o passado, e muitas vezes em sintonia com a ideologia dos grupos dominantes naquela determinada sociedade. Sendo assim, salienta-se que a "musealização" não só preserva objetos e relatos, mas também os insere em contextos específicos que podem afirmar ou legitimar determinadas visões da história.

> No contexto dos museus municipais, frequentemente o discurso museológico é moldado pela identidade local, tal como é concebida pelos próprios habitantes, mediada por concepções hegemônicas relacionadas ao seu contexto histórico. Além disso, esses museus, muitas vezes, são mantidos por grupos pertencentes às elites locais, que doam acervos de suas famílias, em uma tentativa de imitar os museus de costumes europeus. Dessa forma, constrói-se uma narrativa "inventada", que reflete uma sociedade desigual, onde o apagamento histórico se faz presente. (VIEIRA RIBEIRO e*t. al.*, 2023, p. 151).

Esse modelo de museu municipal ou local que foi se popularizando ao longo das décadas de 1940/1950 ainda é comum em muitos locais do país. Em se tratando daqueles que se desenvolveram nas cidades citadas, a arqueologia local desempenhou um papel fundamental na formação dos acervos dessas instituições. Por sinal, essa relação entre museus e arqueologia é antiga, isto é, a origem de museus se relaciona com o próprio desenvolvimento das coleções arqueológicas (BRUNO, 1999).

E, apesar de uma relação antiga, a arqueologia indígena no Brasil foi, ao longo da nossa história, marginalizada e tratada como algo distante, situado em um "espaço-tempo" desconectado da narrativa nacional. Desse modo, desenvolveu-se uma "estratigrafia do abandono" em relação aos artefatos e vestígios materiais ligados aos povos nativos ao longo de nossa história.

Vale dizer que

> [...] sobre esses vestígios pré-coloniais acumularam-se várias camadas de interpretações sobre mais de 500 anos de ocupação estrangeira deste território e, apesar de mais de um século de institucionalização da pesquisa e dos acervos, ainda são raras as abordagens que vinculam esses vestígios às nossas tradições e rupturas. Consolidou-se uma estratigrafia do abandono que isolou as fontes arqueológicas e as circunscreveu ao terreno das memórias exiladas (BRUNO, 2005, p. 237-238).

No caso em questão, ao longo do tempo, uma série de fatores convergiu para a emergência desse patrimônio arqueológico e sua subsequente "musealização". Esses espaços passaram a organizar seus acervos arqueológicos com base em objetos materiais antigos e retrabalhados no presente (WILCHERS, 2010) em pesquisas locais recentes, realizadas ao longo desses territórios. Isso ocorreu em uma conjuntura regional caracterizada pelo aparecimento de fatores científicos, afetivos e políticos (MENESES, 1987 apud, WILCHERS, 2010) que, agindo em consonância, possibilitaram a emergência desses espaços museológicos voltados para a história local e indígena. Esse processo reflete não apenas o esforço acadêmico e científico de preservar e interpretar o patrimônio arqueológico, mas também a mobilização de setores da sociedade civil e questões políticas locais na construção de uma história indígena e sua inserção como parte da história local.

Portanto, na composição dessas narrativas expográficas, verifica-se que a musealização do patrimônio arqueológico envolve uma série de negociações e mediações, nas quais diversos atores e seus diferentes interesses e perspectivas entram em jogo. Assim, emergiram ações entre esses diversos agentes locais, que agiam inseridos e em dialogo com

uma rede de relações e agências nas quais se conectavam os agentes ligados ao IPHAN, em diálogo com diversos interesses e legislação vigente.

Afinal, o conhecimento produzido, é preciso dizer,

> [...] necessita ser interpretado para garantir a comunicação com diferentes tipos de público, assim como o sítio ou a área não podem prescindir de sinalização adequada para possibilitar a fruição desses bens. Além da interpretação e da sinalização, em geral outras obras são requeridas para construir passarelas sobre os sítios, colocar cercas vivas ou de alvenaria, guaritas, casas de visitantes, toaletes, cantinas, estruturas para acessibilidade – sejam elas sobre o sítio ou em seu entorno, precisam ser projetadas e previamente autorizadas. O impacto sobre o sítio ou a área também deve ser estimado em função da mudança de uso do local; dessa forma, é necessário que se elaborem projetos em que estejam previstos e avaliados todos os impactos e as medidas de controle, conservação e monitoramento necessários (PARDI, 2007, p. 232).

Como museus históricos e arqueológicos, essas instituições utilizam suas exposições como o principal meio para comunicar suas coleções e narrativas com a sociedade, construindo, assim, legitimidade (SCHEINER, 2003).

> Sem as exposições, os museus poderiam ser coleções de estudo, centros de documentação, arquivos; poderiam ser também eficientes reservas técnicas, centros de pesquisa ou laboratórios de conservação; poderiam ser ainda, centros educativos cheios de recursos, mas não museus (SCHEINER, 2003, p. 6).

Desse modo, esses espaços expositivos são instrumentos cruciais para a mediação entre o acervo museológico e o público. É a partir desse mecanismo que as pessoas têm acesso aos elementos museológicos.

> O museu historicamente constituiu-se em fala autorizada sobre o passado; fala construída por uma narrativa visual composta por imagens e objetos dispostos num dado cenário expositivo. O museu, dessa forma, escreve sobre o passado, prescrevendo o que pode ser considerado digno de ser visto e ser mostrado; elege; seleciona a partir de um olhar que dita normas e regras teórico-metodológicas de compreensão dos tempos pretéritos e da cultura (POSSAMAI, 2010, p. 38).

Ao longo do século XX, os museus arqueológicos passaram por mudanças significativas em sua expografia. Os artefatos, que antes eram o centro das exposições, passaram a ser contextualizados, pois [...] os artefatos só fazem sentido quando contextualizados em estudos [...] (BRUNO, 2008, p.147). A partir dessa perspectiva, pode-se pensar como os espaços oferecem, ao patrimônio, múltiplas formas de exercer uma projeção narrativa no ambiente social no qual esteja inserido, uma vez que "[...] o que é produzido em seus espaços deve alcançar o público por meio de suas formas tradicionais de

comunicação, como exposições e ações educativas" (POSSAMAI, 2010, p. 38). Dessa maneira, entende-se que a maneira como o patrimônio, no caso arqueológico, é apresentado, não é apenas uma questão de exibição de artefatos, mas uma forma de construir e comunicar uma determinada organização narrativa e, no caso, sobre o passado dessas localidades.

Sendo assim, essas narrativas advindas das exposições museológicas, também contribuem para forjar uma determinada relação com o passado nessas cidades. Afinal, dentro de uma determinada relação com o passado, há leituras sobre ele também realizadas por outros meios e que perpassam os historiadores. Essas diferentes narrativas e formas pelo qual o passado se apresenta perante a sociedade podem ser trabalhadas dentro do conceito de cultura histórica e são denominadas como "[...] *los médios de La cultura histórica* [...]" por Costa (2009, p. 280).

Para esse autor, a compreensão do passado precisa se materializar de alguma forma, como palavras, textos, imagens ou objetos, para que grupos e indivíduos possam recordá-lo. Essa materialização não só facilita a conservação e a comunicação da leitura do passado, como ainda permite que ela seja compartilhada entre diferentes membros de uma determinada sociedade.

E, no caso aqui estudado, os museus locais, esse processo ocorre principalmente por meio das suas exposições. Sendo assim, esses espaços forjam um modo narrativo, que se utiliza de outros meios (COSTA, 2009), que fogem dos meios historiográficos tradicionais, para contar sobre o passado dessas localidades. Em resumo, o museu, por suas exposições, "[...] geralmente apresenta objetos, textos, desenhos, figuras, fotografias, vídeos formando um discurso complexo." (ALMEIDA; VASCONCELLOS, 2004, p. 108).

Portanto, inserida nesse debate, compreende-se que a produção do discurso expográfico vai além de uma mera reprodução do conhecimento histórico ou arqueológico. Assim, como afirmado, "[...] a ciência [história ou arqueologia] não é apresentada nos museus em seu estado puro, destacando-se os processos de transformação que o conhecimento científico sofre ao ser exposto nesses locais." (MARANDINO, 2004, p.101)Isso implica que, ao ser transformado em exposição, o conhecimento científico passa por uma transposição. A Professora Martha Marandino se aproxima do campo da educação para refletir sobre o tema dentro da museologia e, nessa busca, entende a utilidade do conceito de **"**recontextualização**"**, proposto por Bernstein (1996). Pois,

> "[...] percebeu-se que, no processo de constituição desse discurso, outros discursos e outras práticas sociais estão presentes e entram no jogo de relação entre eles. A forma pela qual estes discursos se relacionam para a constituição do discurso

> expositivo depende diretamente de elementos como: a) a história da instituição "museu" e de cada instituição estudada em particular; b) as concepções científicas, museológicas, comunicacionais e educacionais envolvidas na elaboração das exposições – logo, a formação das equipes responsáveis também é fator relevante; c) a história dos acervos e coleções; e d) os tipos de objetos expostos, além de outros aspectos. (MARANDINO, 2004, p.105)

Esse modelo citado por Martha Marandino se aproxima da transposição didática de Yves Chevallard (1991), mas vai além, pois leva em consideração outras variáveis sociais no contexto de produção do saber. Assim, a transposição efetuada nos museus vai além de uma reprodução/adaptação do conhecimento produzido, no caso pelos arqueólogos, mas envolve negociações**,** influências e interações em contato com contextos políticos, sociais, econômicos e também diferentes campos científicos com suas próprias demandas e modos de produção do conhecimento.

Nesse ponto, destacamos que o conceito de patrimônio também abrange questões que envolvem a memória e a história. Isso porque, conforme enfatizado pelo Professor Manuel Salgado, "[...] é também uma escrita do passado, sujeita a uma gramática e uma sintaxe específicas" (GUIMARÃES, 2012, p. 98). Cabe notar que a referência à "gramática e à sintaxe", sugerida pelo Professor, evidencia que há uma linguagem específica na construção do patrimônio, envolvendo escolhas curatoriais, narrativas históricas e políticas de memória que afetam e desenham determinadas visões, discursos e compreensões coletivas sobre o passado. Desse modo, percebemos que a seleção e a negociação de memórias são essenciais para se pensar a questão patrimonial.

> A memória coletiva, assim como a memória individual, se transforma à medida que novos interesses e acontecimentos estimulem novas formas de apreender e construir significados para as experiências do passado. Portanto, nem todo vestígio se transforma em patrimônio. Especial atenção, portanto, deve ser dado á atribuição de valor simbólico que inclui os vestígios do passado na categoria de patrimônio histórico (REZNIK, 2010, p. 91).

É necessário, é preciso dizer, um olhar crítico, pois esses lugares de memória e patrimônios não são criações espontâneas e naturais (BRAGA, 2016). O mesmo autor explica que tal forma de ensinar,

> [...] por meio dos museus, desperta a curiosidade, abrindo reflexões sobre a monumentalização das fontes históricas, nesse caso, a sacralização dos objetos nas exposições e os litígios presentes nos museus. Sob esse ângulo, o professor pode pensar o museu a partir da salvaguarda e da perda, pois o que está exposto é sempre fruto de uma escolha arbitrária, vestígios de como a sociedade quer ser lembrada. A narrativa museal é um recorte, uma seleção de rastros materiais e legendas em cenários propostos para a construção de um argumento (BRAGA, 2016, p. 36).

Nesse sentido, a seleção dos vestígios e a montagem devem ser vistas como um tipo de operação historiográfica, haja vista, que na sociedade, não podemos esquecer,

> [...] existem inúmeros usos do passado e que envolvem operações historiográficas das mais extraordinárias. A gente não se dá conta, não é? O que é o trabalho de preservação do patrimônio? É o tempo todo você selecionar um bem para ser tombado. É organizar uma operação historiográfica. É praticar um tipo de pensamento histórico que valorize um tipo de objeto ou de bem simbólico e não outro. É claro que não é a mesma historiografia, a mesma operação historiográfica que essa gente realiza na universidade quando ensinamos História Moderna ou fazemos uma tese (KNAUSS, 2011, n.p.).

Destacam-se, então, os museus e, principalmente, os arqueológicos, que, em suas exposições, desempenham um papel nesse processo de formação e disseminação de uma história e memória local, em suas narrativas e discursos provenientes de seus patrimônios e exposições. Em uma determinada cultura histórica, mesmo o patrimônio arqueológico e as exposições devem ser entendidos como "estruturado[s] pelos discursos que enunciamos" (GONÇALVES, 2002, p. 112).

> Quando me refiro, portanto, aos discursos do patrimônio, estou na verdade referindo-me ao conjunto de concepções de patrimônio, às concepções de tempo, espaço, subjetividade etc. Em outras palavras, na medida em que o pensamento não é anterior às palavras, frases e nem mesmo à entonação com que escrevemos ou falamos (GONÇALVES, 2002, p. 112).

Sendo assim, esses museus locais são considerados por Dias (2006, p. 353) como ferramentas importantes na "[...] na formulação de uma determinada representação [...]" nessas localidades. Até porque como interpretamos o passado local contribui para a construção dos elementos que definem a pertença a um grupo, ajudando a manter a coesão interna e a formar uma identidade específica (COSTA, 2009). Logo, dentro dessa perspectiva, esses museus arqueológicos locais acabam desempenhando um papel em que permite

> [...] identificar que a Arqueologia tem servido, enquanto instrumental científico, para a construção de identidades, por meio dos recursos museológicos. As identidades locais, regionais e nacionais têm se valido e muito dos museus arqueológicos. As últimas décadas assistiram à proliferação destas instituições, em espaços construídos ou a partir da reconstituição de sítios arqueológicos. Também neste tipo de musealização é possível reconhecer uma multiplicidade de formas, mas sempre em íntima relação com o local do desenvolvimento das pesquisas (BRUNO, 1996, p. 306).

O patrimônio arqueológico e, no caso, os museus arqueológicos, oferecem a essas localidades oportunidade de conhecer seu passado e afirmar sua identidade. Essas narrativas sobre o passado dessas localidades são enquadradas pela historiografia como uma narrativa local (GOUBERT, 1988). Como salientado mais acima, tais narrativas, em sintonia com outros elementos, desempenham um papel importante, haja vista que a partir delas "[...] entendemos que o exercício da história local vincula-se a processos de identificação, relacionados a um determinado sistema cultural, que enfatiza as relações de vizinhança, contiguidade territorial e proximidade espacial." (REZNIK, s.d., p. 3).

Assim, parte-se da importância de se analisar e refletir sobre tanto do papel quanto do lugar dos museus e centros de memória nesses municípios, considerando que são essenciais para entender e explicitar como aquelas localidades pensam e projetam a sua história, sua identidade e sua memória coletiva (PIMENTEL, 2016, p. 77).

E como um dos pontos levantados no capítulo anterior, inferiu-se um dado importante, onde identificou-se que os arqueólogos que atuaram nessas cidades voltaram-se predominantemente para a história indígena ancestral, ou seja, o indígena do período pré-colonial. Essas pesquisas estavam embasadas em concepções teóricas e metodológicas que refletiam um contexto acadêmico em que as abordagens de uma arqueologia interessada nos períodos mais recuados da história nacional e os estudos voltadas para o período colonial ou mais recentes, ainda estavam em processo de consolidação (BARRETO, 1999-2000).

Assim, naquele cenário, os indígenas que despertavam maior interesse eram os do período pré-colonial, e isso se refletiu nos próprios museus erguidos nessas cidades, que centravam suas exposições e pesquisas nas culturas indígenas anteriores ao contato com os colonizadores. Essa abordagem reforçava uma visão do indígena como pertencente a um passado distante e "inalterado", muitas vezes desvinculada das complexas dinâmicas sociais e culturais que se seguiram após a chegada dos europeus. (BARRETO, 1999-2000).

Em Araruama, por sua vez, houve um cenário mais diverso, com estudos também direcionados ao período de contato com os portugueses. Em alguns sítios arqueológicos, foram elaborados trabalhos voltados para entender as trocas e as influências mútuas entre os povos nativos e os europeus. Esses estudos buscavam compreender as trocas e as influências mútuas entre os povos nativos e os europeus (BUARQUE, 2020).

Agora, por outro lado, na hipótese aqui levantada, esses museus, com suas narrativas e discursos sobre a história dessas localidades, possibilitam incorporar milhares de anos a historicidade da cidade (uma longa história local), e assim romper com a visão predominante sobre o papel preponderante da colonização portuguesa na ocupação e origem desses

municípios da Região dos Lagos (FILHO; SALLES, 2021). Resultando em narrativas conflitantes de uma longa história local, que abrange a presença e os legados dos povos indígenas, contra uma visão hegemônica de curta história, moldada pela perspectiva colonial portuguesa, que tende a minimizar ou apagar as complexas trajetórias e contribuições das populações nativas ao longo do tempo. Fazer, portanto, uma retomada do tema

> [...] da Paleo-História/Pré-História no Brasil é crucial para as crises políticas que afetam não apenas o nosso regime educacional como nosso patrimônio. É fundamental o vislumbre de uma antiguidade americana (Brasil, 1998, p. 58) que consiga tecer memória, História e representatividade dos povos nativos. Para essa possibilidade, deve haver uma evidente aproximação desse passado, seus elementos mais pertinentes para se questionar a realidade, para que não flutue como um sonho onírico de uma vivência pré-humana, já entendida como pré-escrita e alcunhada de pré-História (LIMA, 2020, s.p.).

Desse modo, por meio da inclusão de novas perspectivas e fontes, serão possíveis contestar e ampliar as histórias que foram anteriormente dominadas por uma visão centrada e iniciada com a colonização portuguesa nessas localidades. No caso desses três municípios, a histórias e memórias hegemônicas construídas ao longo do século XX, não é demasiado reiterar,

> [...] tem sido sempre descrita como a história da colonização, como a narrativa da transferência de pessoas, instituições e conhecimentos para um novo cenário, não-europeu, sobre o qual estas vieram a estabelecer um progressivo controle, dando origem ao marco territorial atual (FREIRE; OLIVEIRA, 2006, p. 17).

Dizemos, então, que esses museus municipais não apenas desempenham um papel importante na propagação de leituras sobre essas histórias locais. No entanto, para além disso, possibilitam localmente "[...] estabelecer seus próprios marcos temporais, encontrando alternativas em relação àqueles hegemonizados pela história nacional, marcadamente marcos mais políticos." (FILHO; SALLES, 2021, p. 3).

> Em suma, pode-se dizer que há a necessidade de "revigorar" o uso do museu como espaço que pode trazer diferentes fontes históricas, que remontam a diferentes grupos culturais. E isso é cada vez mais comum no Brasil, espaços museais que trazem as particularidades das culturas regionais, com as memórias de grupos culturais, de artefatos e cerâmicas, de danças e folclores, enfim, que ampliam as noções de patrimônio cultural (ZARBATO, 2018, s.p.).

No caso da Região dos Lagos, verificou-se que os povos nativos, quando mencionados nos livros de história redigidos sobre essas localidades, têm suas presenças naturalizadas naqueles espaços. E, quando são citados, isso geralmente ocorre apenas no

contexto do contato com os portugueses, e, logo em seguida, desaparecem das narrativas à medida que a colonização avança. Nesse cenário, a história desse período pré-colonial fica em segundo plano, com a ênfase na história dessas localidades apenas a partir dos séculos XVI e XVII, como resultado da chegado dos europeus a região (FREIRE; OLIVEIRA, 2006).

Aqui, na Região dos Lagos, a história humana é resultado de uma primeira colonização do território atual do Brasil pelos povos originários. Em contraponto, a segunda colonização foi promovida pelos europeus e, no caso, os portugueses. Nesse sentido, a partir da perspectiva de colonização definida pelo historiador Fernando Novais, pensaremos a ocupação originária do território dessas cidades como resultado de um processo de colonização promovida pelos povos originários há milhares de anos atrás, ou seja, pelos ancestrais dos povos indígenas atuais, considerando que

> [...] a colonização se apresenta como uma modalidade de migrações humanas, como uma forma evoluída de elaboração do ecúmeno. Nesse plano, os deslocamentos populacionais se inscrevem no processo de humanização da paisagem humana, na ampliação da área de expansão da espécie humana; este crescente alargamento do espaço da habitação do homem no globo envolveu sempre povoamento e valorização de novas regiões (NOVAIS, 1969, p. 244-245).

Sob a perspectiva desse conceito de colonização, a análise da ocupação humana na Região dos Lagos permite entender a complexidade das interações humanas com o território ao longo do tempo. Ao partir desse pressuposto, deve-se entender que a primeira ocupação dessa parte do litoral fluminense foi realizada primeiramente pelos povos originários e, portanto, deve ser vista como resultado de um processo de colonização em si, caracterizado pela adaptação e transformação do ambiente, estabelecendo formas de vida, culturas e sistemas sociais que também promoveram a territorialização do espaço. Sobre o território, vale destacar que este

> [...] se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator "territorializa" o espaço (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

E, a partir desse prisma, observa-se que, com a chegada dos portugueses, essa dinâmica sofreu um impacto profundo, resultando em conflitos, deslocamentos e um processo de aculturação forçada. Portanto, ao considerarmos a história dessa região, é fundamental reconhecer a longínqua presença e ocupação humana na região, bem como as consequências

das duas formas de colonização – a originária e a europeia (BUENO, 2019; CORRÊIA, 2013; BUARQUE, 2009).

Diante disso, segundo Guimarães (2007), a partir das pesquisas, os arqueólogos construíram um panorama da colonização originário da Região dos Lagos, e que até o presente momento demonstra que o começo da presença humana aconteceu por volta de cinco mil anos antes do presente. Essa marcação temporal foi definida a partir das pesquisas que aconteceram no município de Saquarema, e que trouxeram as datações absolutas mais antigas da presença humana na Região dos Lagos: 5.740±70 anos AP[89] (GUIMARÃES, 2007).

Assim, a partir dos séculos XVI e XVII se processou no território brasileiro uma segunda colonização advinda da Europa, a portuguesa, e que possui elementos distintos da primeira colonização e, consequentemente, com suas particularidades históricas. "Assim, na colonização da época mercantilista, a ocupação e valorização das novas áreas a europeização do Novo Mundo – se processa dentro dos quadros do "[...] sistema colonial" que informa todo o movimento" (NOVAIS, 1969, p. 247). Os povos oriundos da primeira colonização, em sua maior parte, foram mortos e subjugados pelos portugueses em um violento processo de dominação associado à colonização portuguesa no continente.

Nesse cenário, pode-se ressaltar que a presença indígena na região não chegou ao fim com a conquista e a colonização portuguesa, a qual se levou a cabo ao longo dos séculos XVI e XVII. Onde,

> [...] os povos indígenas incorporados à colonização através do ingresso nas aldeias coloniais, longe de terem desaparecido, diluindo-se entre os despossuídos da colônia ou entre os escravos, como costuma ser sugerido pela historiografia, transformara-se e misturaram-se, mantendo-se porém como índios aldeados, condição com o qual se identificavam e eram identificados até o século XIX. (ALMEIDA, 2007, p.219)

No Aldeamento de São Pedro, ocorreu a participação dos indígenas tupinambás ou tamoios remanescentes e indígenas de outras etnias e localidades como evidência Maria Regina Celestino, "A maior parte deles veio da Aldeia de Reritiba e, entre eles, com certeza, havia muitos goitacazes, aos que se juntaram os seguidores de Constantino Menelau, que deviam incluir alguns tamoios [...]" (2013, p.94). A criação da Aldeia de São Pedro se deu dentro da perspectiva de garantir a defesa da região, ainda ameaçada por grupos hostis e estrangeiros, e também para fornecimento de mão de obra para o projeto de colonização (ALMEIDA, 2013).

[89] Em Arqueologia, a sigla AP significa Antes do Presente e é utilizada como marco referencial nas datações arqueológicas. Usa como base o ano presente de 1950.

Com a progressiva consolidação e estabilização do controle político sobre a região iniciou-se, de forma sistemática, um processo de efetiva ocupação dessa parte do litoral e o surgimento de diversos núcleos de povoamento e colonização portugueses. Inseridos no contexto econômico, os indígenas se constituíam como uma mão de obra importante, principalmente, nos anos iniciais e continuaram sendo até mesmo depois do estabelecimento de uma forte rede de tráfico negreiro no Brasil:

> O trabalho dos gentios, entre os séculos XVI e XIX, sempre foi muito importante, mesmo após a introdução maciça dos negros africanos. Embora os índios aldeados fossem considerados livres e senhores de suas terras (aldeamentos), podiam ser requisitados, e eram, para trabalhar para os colonos, mediante ao pagamento de salários e com bom tratamento. (CARNEIRO; MOREIRA, 2010, p.53).

Em seus estudos sobre os aldeamentos indígenas no Rio de Janeiro, a Professora Maria Regina mostrou como os indígenas aldeados eram fundamentais como força de trabalho no Rio de Janeiro até o século XIX. Por outro lado, não apenas se constituíam como mão de obra local, como também circulavam e ocupavam aqueles espaços. Portanto, esses indígenas mesmo aldeados e misturados à população local, permaneciam se identificando como indígenas e: [...] importa constatar que os grupos diminutos de índios, por mais misturados que estivessem, mantiveram-se, até meados do século XIX, vendo-se e sendo vistos como índios." (ALMEIDA, 2013, p.108).

Ao longo do século XIX, verifica-se que "[...] o processo de apagamento dos indígenas no território fluminense constará na pauta do governo central e de políticos regionais."(SILVA, 2018, p.103). Compreende-se que esses discursos oficiais estão atrelados aos interesses econômicos locais, pois:

> É interessante notar o discurso de "pobreza" e decadência indígenas, constantes nesses relatórios. Juízo que somado à ideia de "extinção e perda "identitária" serão fortes argumentos utilizados por autoridades, foreiros contra os índios para, entre outros objetivos, negar-se e garantir seus direitos, principalemente a posse de seus territórios. "(SILVA, 2018, p.93)

A região de Cabo Frio e seu entorno, não passou incólume a esse processo de extinção e apagamento da presença indígena no território fluminense. Inserido nesse longo movimento, ocorreu ao longo do século XIX, o desmembramento da Aldeia de São Pedro com a criação da Freguesia de São Vicente (atualmente parte de Araruama) e a sua extinção em 1876 (MOURA; MOREIRA, 2020). Nesse processo, nas últimas décadas do século XIX, de forma paulatina, a longa presença indígena na região foi sendo invibilizada e sua presença foi

apagada das narrativas históricas e memoriais oficiais produzidos ao longo do tempo sobre o passado local. Um passado submerso e que durante muito tempo fora ignorado por amplos setores da população e tratado de forma superficial pelas interpretações patrimoniais e narrativas históricas oficiais e não oficiais produzidos sobre o passado da Região dos Lagos.

Durante muito tempo, esse período da primeira colonização indígena foi colocado no campo conceitual denominado de pré-história brasileira (BARRETO, 1999-2000; FUNARI, NOELLI, 2022). Porém, dentro de novas perspectivas teóricas, busca-se incorporar como história da América, do Brasil e dos povos indígenas contemporâneos, o período anterior à chegada e à colonização portuguesa. Essa divisão, segundo o Souza (2017, 2017, p. 145), "coloca a identidade indígena em outro campo discursivo, associado a tudo aquilo que diz respeito aos momentos anteriores ao contato e, dessa forma, destacados da realidade colonial". Nesse sentido,

> [...] advogam a favor de uma arqueologia menos colonizadora, identificando os vestígios arqueológicos americanos com antepassados das sociedades atuais. Com esta perspectiva, politicamente mais consciente, se entende os grupos indígenas como partícipes da história americana (CORRÊA, 2013, p.26).

Esses novos trabalhos entendem a história indígena dentro da ótica de uma longa duração, ou longa história indígena. Para Corrêa (2013, n.p.), "[...] os trabalhos que utilizam os pressupostos da longue durée em arqueologia são inseridos em um movimento ainda maior, denominado por alguns como [nova] história indígena.". Assim, dentro dessas novas perspectivas teóricas, apresentam o desenvolvimento de uma história indígena, "partindo dos vestígios arqueológicos para escreverem uma história profunda dos grupos indígenas atuais" (*op. cit.*, n.p.), o que é reforçado pelas palavras de Brochado (1984).

> A arqueologia do leste da América do Sul deve ser vista como a pré-história das populações indígenas históricas e atuais, pois se não forem estabelecidas relações entre as manifestações arqueológicas e as populações que as produziram, o mais importante terá se perdido. (BROCHADO 1984, p. 565 *apud* LINO; BRUNHS, 2011, p. 98).

Essa dicotomia que foi construída ao longo de décadas entre uma denominada pré-história e história, e acabou perpetuando a percepção dos povos indígenas deslocados do período colonial, o que acabou reforçando os velhos discursos de povos sem história e fósseis humanos, recorrentes em um modelo de historiografia brasileira de longa duração (KODAMA, 2009; ALMEIDA, 2013). Essa perspectiva nos remete ao entendimento da

presença indígena como um processo naturalizado na região e no Brasil, e não como resultado do agenciamento dessas populações (KODAMA, 2009).

Nesse caso, torna-se necessário desconstruir essas narrativas e incorporar, aos estudos sobre essas localidades, a história antiga indígena, o período anterior ao contato, estabelecendo, assim, uma longa história local e indígena (BUENO, 2019; CORRÊIA 2013). Ao mesmo tempo, busca-se entender a trajetória desses povos nativos ao longo do tempo, e a recuperar o agenciamento dessas populações, principalmente por intermédio do estudo dos artefatos e vestígios materiais. Por essa perspectiva, então, é possível,

> [...] a reconstrução de processos históricos temporalmente extensos e diacronicamente lentos, representados por expansão populacional, territorialização, continuidade, mudança, abandono, ruptura e migração, resultando em uma história cultural dos povos indígenas (CORRÊA 2013, p.27).

Nos municípios da Região dos Lagos, os livros de história, os patrimônios e outros elementos da cultura histórica que foram elaborados ao longo das últimas décadas, reforçaram essa dicotomia entre os períodos pré-colonial e pós-contato, ao promoverem a ênfase no período colonial e, consequentemente, reforçarem um esquecimento da história local indígena antiga, do período pré-colonial. Por isso, torna-se válido efetivar ações públicas no intuito de se "[...] desfazer da invisibilidade forjada ao longo da história a respeito destas comunidades silenciadas pelo discurso oficial" (SANTOS; MANO, 2015, n.p.). É, pode-se dizer, uma invisibilidade construída ao longo do tempo por diferentes agentes, resultando em uma narrativa que frequentemente reduz essas populações a uma categoria genérica de "índios", expressão que, segundo Freire e Malheiros (2009, p. 11) "[...] esconde centenas de nações independentes, que falam línguas diferentes."

É essencial, portanto, reconhecer a perspectiva de que a história dessas localidades é resultado de uma longa ocupação humana, e não simplesmente da ação da colonização europeia do século XVI. Ao mesmo tempo, é importante reconhecer que esses povos continuaram a desempenhar papéis ativos após a colonização portuguesa, durante o processo de segunda colonização e conquista portuguesa, que envolveu não apenas a subordinação, mas também a resistência e a adaptação dos povos nativos. Nesse ponto, faltam estudos principalmente da arqueologia para o melhor entendimento do agenciamento dos indígenas nos séculos subsequentes a conquista portuguesa até os dias atuais na Região do Lagos.

Apesar disso, no campo da história, alguns estudos mais recentes têm aberto novas trilhas que possibilitam uma renovação do entendimento sobre a história indígena nessa

região. Se, por um lado, os estudos recentes têm incentivado os historiadores a voltar o olhar para os indígenas locais, rompendo com a antiga historiografia que os marginalizava ou estereotipava, por outro lado, torna-se essencial que os arqueólogos não apenas continuem a estudar os indígenas do passado, mas também adotem uma nova perspectiva. É crucial que os arqueólogos ampliem seu foco, olhando não apenas para o passado distante, mas também para o presente, estabelecendo um diálogo contínuo com as perspectivas emanadas pela Nova História Indígena e os povos indígenas atuais.

Em face disso, os museus podem desempenhar um papel importante. Afinal de contas,

> [...] os povos indígenas merecem espaço em qualquer museu, porque eles são cidadãos desta terra, do Brasil. Se a arqueologia e a antropologia são fundamentais para se entender a história indígena neste território, a longo prazo devemos prever uma participação museal maior. Contudo, em 2010 e até muito recentemente, a grande concentração da abordagem sobre as culturas, aos povos indígenas, ainda estava muito circunscrita aos museus de arqueologia e antropologia/etnologia no Brasil (CURY, 2024, s.p.).

Agora, se por um lado, essas novas narrativas museológicas para a história das localidades da Região dos Lagos possibilitam uma nova reflexão acerca das narrativas locais estabelecidas, por outro lado vale dizer que novas narrativas não significam automaticamente novos discursos acerca do objeto explicitado, considerando a narrativa da indígena, muitas vezes, "[...] tem sido objeto de estudo escolar, preservando, no entanto, os mesmos pressupostos norteadores da história nacional." (BITTENCOURT, 2005, p. 169). Logo, valendo-me das palavras de Guimarães (2012), pretendo, nesta parte da pesquisa,

> [...] sugerir que uma reflexão em torno do patrimônio [musealizado] pode ser compreendida, e acredito mesmo que deva ser feita, em suas estreitas vinculações com o trabalho de produzir narrativas sobre o passado, ofício a que certamente os historiadores, mas não somente e também não exclusivamente, se dedicam (GUIMARÃES, 2012, p. 98).

Nesse contexto, as discussões contemporâneas sobre arqueologia e museologia, especialmente no que diz respeito à temática indígena, têm avançado consideravelmente ao longo das primeiras décadas do século XXI. Segundo Bruno (2008), a atualidade é marcada por discussões que refletem um período de emergência de uma terceira dimensão de trabalho patrimonial nos museus. Esses novos caminhos agora incorporam pautas e demandas que destacam a necessidade de abordagens decoloniais e pós-coloniais, as quais buscam questionar a própria arqueologia e sua musealização, frequentemente associadas a modelos

colecionistas herdados de uma prática museológica do século XIX, ainda centrada em perspectivas coloniais e distantes das realidades e saberes indígenas. Assim, como aponta Wichers (2019), "[...] essa persistente negação também pode ser visualizada no Brasil. Nos museus, raramente vemos a história das coleções, no que tange às formas de coleta e inserção desses vestígios nos museus, tantas vezes marcadas por saques e espólios" (2019, p.60).

Nesse sentido, busca-se promover uma mudança "[...] epistêmica, teórica e política – para compreender e atuar no mundo, marcado pela permanência da colonialidade global nos diferentes níveis da vida pessoal e coletiva" (BALLESTRIN, 2013, p. 89 apud WICHERS, 2019, p.60). Essa reflexão questiona a configuração desses espaços museológicos, a montagem de seus acervos e as próprias práticas de musealização, desafiando as estruturas herdadas da colonialidade e propondo novas formas de abordagem e representação que incluam as vozes e os saberes indígenas.

No processo de musealização, que transforma o artefato arqueológico em patrimônio e herança, surge uma questão fundamental: "para quem" se está produzindo esse patrimônio? Esse questionamento reflete todo esse movimento de debates e questionamentos sobre a quem serve a musealização e onde:

> [...] os museus têm sido cada vez mais interpelados a responder a quem esse processo de musealização beneficia, para quem essa herança está sendo construída, quais os agentes envolvidos na seleção dessas parcelas de patrimônio e como esses sistemas estéticos têm sido construídos (WICHERS, 2019, p.58).

Nessa direção, atualmente, dentro da museologia e também da arqueologia, existe um debate sobre a participação dos próprios indígenas nos processos arqueológicos, e na elaboração e no agenciamento desses espaços de memória, possibilitando que eles contem suas histórias a partir de suas vivências, podendo ainda acessar seus patrimônios e de seus antepassados. No Brasil, essa primeira experiência museológica indígena (FREIRE, 2018) foi o Museu Magüta, inaugurado em 1998 e pertencente à etnia Ticuna, na cidade de Benjamin Constant (AM). A sua inauguração,

> [...] possibilitou que os índios e não índios entrassem pela primeira vez em um museu. Mostrou às lideranças indígenas de todo o Brasil a força que pode ter um museu para reafirmar a identidade de uma etnia e para modificar a imagem que os brasileiros tem sobre os índios. E despertou em muitos grupos indígenas, que tomaram conhecimento de sua e existência, a vontade de criar novos museus [...] (FREIRE, 1988, p.14)

Possibilitando, o que

> [...] estava falando: a visibilidade de uma exposição mas, sobretudo a visibilidade que o museu é capaz de ter e é capaz de assumir foi entendida pelos indígenas que, então, começaram a criar os seus museus. E estes museus são peças estratégicas do processo interno, fundamental para a questão da transmissão cultural entre várias gerações. Mas estes museus têm também um papel muitíssimo importante no esforço constante dos povos indígenas de estabelecer comunicação com a sociedade, a sociedade da qual eles fazem parte, mas, ao mesmo tempo, os segrega, os discrimina, os persegue (CURY, 2024, s.p.).

Portanto, os debates da Nova Museologia vão além de uma política de respeito à diversidade, buscando também incorporar os indígenas e seus saberes na construção e promoção de sua própria história, memória e patrimônio (WICHERS, 2017).

3.1 **Um olhar geral sobre os museus de história indígena da Região dos Lagos**

A museólogo Maria Cristina Oliveira Bruno com base nos trabalhos de Krzysztof Pomian salienta a divisão dos museus arqueológicos em dois modelos:

> Os museus “arqueológico-artísticos” são aqueles que expõem obras de arte e objetos preciosos que se impõem pela sua grandiosidade e, portanto, são apresentados isoladamente, sem as respectivas referências de contexto. Objetos esses que, desde sua origem, foram criados como semióforos (estátuas, afrescos, relíquias etc.). Já os museus “arqueológicos-tecnológicos” preservam objetos que, antes de se transformarem em vestígios, foram resíduos (restos) de atividades humanas, e sua inserção no universo do colecionismo e posteriormente dos museus traz uma nova realidade à questão museológica, ou seja, o tratamento museográfico de objetos desprovidos a priori de atributos estéticos. Se o museu artístico floresceu em função da preservação e divulgação dos então considerados grandes momentos civilizatórios, marcados, por exemplo, pelos processos culturais egípcios, gregos e romanos, os tecnológicos mostram um recuado passado pré-histórico, norteado por objetos com formas e funções consideradas obsoletas no presente (BRUNO, 1999, p. 57).

A autora destaca que essa divisão não se refere apenas a questões expográficas[90], mas também a períodos distintos da história humana. O primeiro modelo está relacionado a uma perspectiva em que objetos de arte e itens preciosos “[...] expõem obras de arte e objetos preciosos[...] ” que “[...] são apresentados isoladamente sem as respectivas referências de contexto. Objetos estes que, desde sua origem, foram criados como semióforos (estátuas,

[90]O termo "expografia" refere-se ao conjunto de práticas, estratégias e recursos utilizados para a concepção e montagem de exposições, ou seja, a maneira como o conteúdo é apresentado ao público.

afrescos, relíquias, etc.).” (BRUNO, 1999, p. 57). Portanto, carregam significados e símbolos próprios.

Por sua vez, o segundo modelo, ligado à Arqueologia, parte de uma ação de atribuição de significado ao artefato e que “[...] foram resíduos (restos) de atividades humanas e sua inserção no universo do colecionismo e posteriormente dos museus traz uma nova realidade à questão museológica, ou seja: o tratamento museográfico de objetos despossuídos a priori de atributos estéticos.” (BRUNO, 1999, p. 57). Nesse contexto, os artefatos são contextualizados com o auxílio de mapas**,** desenhos**,** textos, entre outros recursos, para que o público compreenda seu significado histórico e cultural. Esse modelo de museu está cercado de profissionais ligados à temática, como arqueólogos, geólogos etc., sendo eles os responsáveis por pensar esses espaços.

Nesse sentido, destaca-se que a própria montagem do acervo e da expografia nas exposições de Arqueologia não se limita a um simples aspecto estético ou funcional. Ela também desempenha um papel fundamental na construção do conhecimento e da percepção do público sobre o passado. Afinal, o discurso museológico, como explica Mello “[...] é produto de uma seleção feita com objetivos políticos e estéticos específicos, permeado por interesses particulares de determinados grupos.” (2013, p. 44).

Seguindo essa perspectiva de Maria Bruno (1999), os museus de Araruama, Rio das Ostras e de Saquarema, podem ser classificados como museus arqueológicos-tecnológicos (BRUNO, 1999), não apenas pela abordagem expográfica adotada, mas também pelo período histórico ao qual estão dedicados. Ademais, são museus cercados principalmente por arqueólogos, que foram os responsáveis por suas organizações e estão inseridos até hoje na pesquisa e na preservação desses espaços. Como aponta Maria Bruno (1999), ao longo das primeiras décadas do século XX, à medida que a arqueologia se institucionalizava nas universidades, ela foi se afastando dos museus, criando uma separação entre os processos arqueológicos e museológicos.

Assim, a arqueologia consolidou-se nas universidades e programas de pesquisa, enquanto as exposições, quando aconteciam, eram realizadas sem seguir um diálogo com a museologia e muitas das vezes sem a participação direta de museólogos, distanciando-se da dimensão museológica e de sua função educativa e interpretativa. Essa separação resultou em uma fragmentação do conhecimento e da prática, onde a arqueologia e a museologia seguiram caminhos distintos. Assim, Camila Azevedo de Moraes Wichers salienta que,

> Devemos notar também a ausência de trabalhos que envolvam a interface com os processos museológicos deflagrados a partir da Nova Museologia, revelando uma

> certa miopia dos arqueólogos em relação às inovações teóricas e metodológicas que já marcavam o campo museológico há mais de três décadas (WICHERS, 2010, p.184).

A separação entre arqueologia e museologia no Brasil foi diminuindo nas décadas de 1980 e 1990, com a renovação da arqueologia e a expansão da Nova Museologia, promovendo uma maior integração entre as áreas (WICHERS, 2010; BRUNO, 1999). No caso dos museus da Região dos Lagos, essa separação se refletiu na própria origem, formação e organização dos acervos e exposições. Esses museus tiveram a participação central dos arqueólogos, que desempenharam papéis preponderantes nesse processo, o que resultou em certa ausência de sintonia entre a musealização nessas cidades e as novas tendências museológicas em desenvolvimento. Em Saquarema, Lina Kneip comandou o processo de musealização e, juntamente com sua equipe, foi responsável pela escolha das peças e pela redação dos painéis desses espaços e sua organização.

Em Rio das Ostras, os arqueólogos do IAB desempenharam um papel central e onde os museólogos envolvidos estavam imersos no campo da arqueologia e até mesmo um dos um dos principais nomes, Denise Chamum Trindade, era arqueóloga de formação e membro do IAB. Já em Araruama, o processo envolveu uma equipe mais extensa e se desenvolveu em um momento histórico mais amplo, no qual os debates sobre museus, patrimônio e arqueologia estavam em plena expansão. Além disso, novas demandas surgiram com o impulso de políticas públicas, como a criação da Política Nacional de Museus em 2003, durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, que visavam fortalecer a institucionalização e a democratização dos museus no Brasil.

Em Saquarema e Rio das Ostras, os sítios arqueológicos foram o centro do processo de musealização, com o acréscimo de exposições e painéis de apoio. Já em Araruama, o museu seguiu um projeto mais tradicional, com peças e artefatos expostos em um ambiente controlado, acompanhados de painéis e outros dispositivos expositivos de apoio. Segundo Janaina Cardoso de Mello e Cristina de Almeida Valença Cunha Barroso essas diferenças entre museus in situ e ex situ se referem ao modo como os artefatos são tratados e conservados para a apresentação ao público. Assim,

> Entende-se por “Musealização” a aquisição, conservação, pesquisa, documentação e comunicação e por “Musealização in situ” um recurso metodológico de comunicação da pesquisa arqueológica procurando evitar a descontextualização dos sítios arqueológicos e propiciando acesso ao público. (MELLO;BARROSO, 2011, p.8)

Pensado assim, como um modelo que, inclusive, não era muito comum em nosso território, esse tipo de museu local reflete uma mudança nas concepções de patrimônio. Tradicionalmente, o conceito de patrimônio no Brasil estava centrado na valorização de grandes edifícios ligados à colonização (MELLO;BARROSO, 2011). Assim, os acervos e as exposições desses espaços foram montados em um profundo diálogo entre as concepções arqueológicas e as demandas oriundas dos agentes civis e públicos, incluindo os poderes municipais aos quais esses arqueólogos estavam institucionalmente subordinados, bem como as exigências dos agentes ligados aos órgãos reguladores, como o IPHAN e as legislações vigentes.

E, na direção de pensar esses espaços é necessário realizar uma análise discursiva dos painéis expositivos e, ao mesmo tempo, utiliza-se a proposta de Wichers (2010, p. 252-253), que elaborou um modelo de abordagem visando flexibilizar a compreensão dos arranjos expositivos dos museus. Seguindo suas ideias, pode-se, assim, dividir as exposições arqueológicas em 3 modelos,

Arranjo estético
- Objeto metonímico
- Objeto metafórico
- "Homo Artifex" que aponta o triunfo técnico e artístico do homem
- O significado dos artefatos está na sua estética imediatamente perceptível

Arranjo tipológico
- Objeto fetiche
- Perspectiva taxonômica
- Artefato como suporte para o sistema classificatório do arqueólogo
- Artefato como um objeto cronológico
- História de mudanças tecnológicas
- Suposta harmonia entre o passado e o presente
- Os objetos foram simplesmente 'descobertos'
- O significado dos artefatos está na sua objetividade abstrata

Arranjo contextual
- Objeto no contexto
- Objeto metafórico
- Reprodução do contexto enquanto aparência visual
- Informações contextuais (diagramas, mapas)
- Artefatos utilizados para autenticar as narrativas
- Passado vivo no presente: "uma janela para o passado" – ilusão de sincronismo
- Museus de sítio: podemos "visitar o passado"

Arranjo meta-arqueológico
- Trabalho e descoberta: o arqueólogo como herói
- O passado foi descoberto e recuperado por meio da pesquisa (WICHERS, 2010, p. 252-253)

A autora enfatiza que esses modelos não são rígidos ou fechados, mas sim, são passíveis de combinação, permitindo novas formas de leitura e interpretação das exposições.

Isso implica que, dependendo dos objetivos do museu, dos públicos e dos conteúdos apresentados, diferentes modelos expográficos podem ser misturados para oferecer uma experiência diversificada ao visitante.

> O arranjo estético é típico dos museus arqueológico-artísticos, enquanto os arranjos tipológicos, contextuais e o meta-arqueológico são comuns em museus arqueológico-tecnológicos. A perspectiva contextual é a que apresenta maior variabilidade interna, sendo marcada por uma ampla gama de potencialidades e perigos. O arranjo meta-arqueológico raramente ocupa sozinho uma exposição, mas é frequentemente associado aos arranjos tipológicos e contextuais. Ele consiste basicamente na apresentação do fazer arqueológico, sendo bastante comum a recriação de escavações e até mesmo de atividades de laboratório. Esse arranjo poderia expor as condições e contradições do processo de construção das narrativas arqueológicas. Contudo, apesar de esforços nesse sentido, frequentemente resulta na ideia de que existe um passado literalmente enterrado, aguardando ser descoberto pelo arqueólogo, que, com 'dedicação' e 'paciência', realiza esse 'importante trabalho (WICHERS, 2010, p. 253).

Assim, neste primeiro momento, tratando-se de museus locais, busca-se compreender aqui como esses espaços se inserem na história dessas localidades? Qual linha narrativa-histórica-discursiva esses espaços contam em suas exposições? Qual história local e indígena emana desses espaços? Dessa forma, busca-se compreender como a história local, principalmente ligada aos povos nativos e em larga escala negligenciado pela historiografia local e do discurso oficial, foi abordado pelos museus mencionados, que desempenharam um papel significativo na formação da cultura histórica, especialmente por meio do processo de seleção e montagem de seus acervos e exposições (COSTA, 2009, p. 278).

3.2 **O Museu Arqueológico de Araruama/Centro de Memória Municipal: narrativas e discursos sobre a história local**

Em um contexto marcado por diversas conjunturas e juntamente atrelado à atuação de diversos agentes vinculados a diferentes instâncias, como os ligados ao Museu Nacional – UFRJ e à Prefeitura Municipal de Araruama, entre outros, foi possível estabelecer o Museu Arqueológico na cidade no início do século XXI. O município contava com um Centro de Memória Municipal desde o início da década de 1990 e, com base na análise do primeiro relatório anual dessa entidade, guardado em seus arquivos, pode-se inferir informações acerca do seu acervo e alguns detalhes de sua exposição.

> Além desse material para pesquisa, numa das salas destinadas ao Centro de Memória Municipal, montou-se uma exposição permanente, com os seguintes objetos:
> - um armário de aço fechado, contendo livros e documentos antigos e raros, álbuns de fotografias, plantas do plano de urbanização de Araruama (1941), partituras do Hino de Araruama para o canto e piano e para a banda e um disco contendo a gravação do Hino;
> - dois fichários com o material resultando do projeto "Memória nas Escolas";
> - seis quadros emoldurados e suspensos em trilhos de cortina, sendo: dois mapas das ruas do 1 Distrito, duas plantas do plano de urbanização de Araruama (1941), um mapa do município do IBGE escala 1:50.000 e a ata de inauguração do serviço de canalização de água potável de Araruama (1935).
> -material arqueológico originário de Morro Grande: restos cerâmicos fragmentados e uma urna contendo ossos humanos bastante fragmentados;
> -cinco pôsteres de fauna e flora brasileiras, contendo espécies típicas da região. (CENTRO DE MEMÓRIA,1992, s.p.)[91]

A sua parte expositiva consiste em um emaranhado de elementos temáticos diversos e dispersos, como mapas da cidade, fotos antigas, pôsteres. E, com relação aos povos nativos, alguns materiais cerâmicos, uma urna. Isso, sem a indicação de painéis explicativos ou qualquer tipo de contextualização ou problematização em relação ao acervo exposto. Trata-se de um modelo e arranjo do acervo e exposição em sintonia com a tradição antiquaria e os museus de curiosidades e de história natural do século XIX, em que elementos naturais, mapas e os artefatos ligados aos povos nativos eram exibidos de forma concomitantes e como curiosidades exóticas (SCHWARCZ, 1993).

No caso, esse material arqueológico era proveniente do salvamento do sítio arqueológico da Escola Honorino Coutinho (ANDRADE, 2002), realizado em 1987, no Distrito de Morro Grande. A presença de elementos ligados aos povos nativos na exposição, sob guarda do Centro de Memória Municipal, é resultado das primeiras ações dos arqueólogos em Araruama.

Assim, gradativamente essas memórias submersas ao longo dos séculos foram emergindo de forma materializada pela ação dos arqueólogos (COSTA, 2009). E, no final da década, em 1998, pelo Decreto 036[92], de 30 de março de 1998, estabeleceu-se a criação do Museu Arqueológico de Araruama, com o propósito de preservar e exibir o material arqueológico proveniente das pesquisas regionais, destacando a função do museu não apenas como um espaço de conservação, mas também como um centro para promover e divulgar o patrimônio arqueológico à comunidade.

[91] CENTRO DE MEMÓRIA. Relatório das Atividades realizadas no Centro de Memória Municipal do ano 1992. Disponível no acervo do Centro de Memória Municipal de Araruama.
[92] Decreto 036 de 30 de março de 1998. Disponível no acervo do Centro de Memória Municipal de Araruama.

Inicialmente, a proposta era estabelecer o museu no antigo Paço Municipal, um edifício e com uma relevância histórica reconhecida pelo poder público local. Esse prédio, datado de 1871 e localizado na Praça São Sebastião, é tombado pela Prefeitura Municipal de Araruama desde 1996. Diante disso, em um ofício[93] datado de 1º de outubro de 1996, a Secretária de Educação, Dona Vera Maria Pinto Figueiredo, solicitou o tombamento do edifício, ressaltando sua importância histórica e valor para a memória local. Em resposta, o prédio foi oficialmente tombado pela Prefeitura Municipal a partir do Decreto 120[94], de 26 de dezembro de 1996, assinado pelo Prefeito Henrique Carlos Valladares.

Figura 9 - Casa de Cultura

Fonte: O Autor, 2023

Considerando o ano de sua construção, 1871, o edifício é um exemplar raro do estilo neoclássico na cidade de Araruama. Com dois amplos salões principais e várias salas distribuídas em dois andares, o prédio abrigava, na época da instalação do Museu, o Centro de Memória Municipal e a Pinacoteca Municipal de Araruama. Portanto, esse local foi escolhido como sede do Museu Arqueológico da cidade. Nesse ponto, é importante salientar que a escolha do edifício não é isenta de leituras interpretativas, sendo um patrimônio vinculado ao período imperial e, por mais de um século, símbolo do poder político local. Cumpre, pois, ressaltar que se trata de um edifício patrimonializado dentro dessas leituras conservadoras e alinhado com uma perspectiva da história da cidade que estava em sintonia com as famílias

[93] Ofício de 1996. Disponível no acervo do Centro de Memória Municipal de Araruama.
[94] Decreto 120 de 26 de dezembro de 1996. Disponível no acervo do Centro de Memória Municipal de Araruama.

tradicionais e a narrativa dos grandes heróis e personagens ilustres da região (VIEIRA RIBEIRO *et. al.*, 2023).

Para alcançar esses objetivos, o decreto previu a formação de convênios e cooperações técnicas entre a Prefeitura Municipal de Araruama e diversas instituições envolvidas na área. Em continuidade a essa iniciativa, em 07 de junho de 2000 foi assinado um Termo de Cooperação[95] entre o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e a Prefeitura Municipal de Araruama, firmado pelo Prefeito Municipal Vilmar José Dias de Oliveira e pelo representante do IPHAN, José Simões de Belmont Pessoa. O Termo de Cooperação foi renovado e ampliado em 2002 pelo Prefeito Francisco Carlos Fernandes Ribeiro. Segundo o acordo firmado, a Prefeitura passou a ter "[...] as atribuições de elaborar o projeto de implantação, definir o perfil e elaborar o projeto museológico e museugráfico, selecionar e contextualizar o acervo a ser exposto, definir e estabelecer as demais atividades a serem desenvolvidas no Museu" (IPHAN, 2000, p.1)

É relevante também pontuar que, no momento de criação desses espaços na Região dos Lagos, o Brasil ainda não havia elaborado o Estatuto dos Museus, que foi criado apenas em 2009, e assim, não havia ainda um documento normativo padrão para a criação e ordenamento desses espaços.

> A Lei nº 11.904/2009, que institui o Estatuto de Museus, traz dispositivos voltados para a organização do setor museal brasileiro e para a proteção do patrimônio cultural musealizado e passível de musealização. Até a edição dessa Lei não havia legislação específica para o setor, embora houvesse normas que versavam de modo fragmentado (IBRAM, 2016, p.26.).

Uma das normas fundamentais para a criação e o gerenciamento de museus exigia a presença de profissionais qualificados. Nesse ponto, com a aprovação do projeto para o novo museu, a Prefeitura local contratou a Professora Maria Cristina Oliveira Bruno, da Universidade de São Paulo para desenvolver um plano museológico. Esse plano é uma parte essencial de qualquer museu,

> [...] no sentido de colocar em prática esse novo olhar da gestão museológica, essa nova forma de planejar. Trata-se de um instrumento de fundamental importância, pois fornece o aporte necessário para que as ações a serem executadas levem em consideração um fim previamente estabelecido e coerente com a concepção adotada (SANTOS, 2014, p. 99).

[95] Termo de Cooperação entre o IPHAN e Prefeitura de Araruama de 7 de junho de 2000.. Disponível no acervo do Centro de Memória Municipal de Araruama.

No que tange à parte da Arqueologia, artefatos e acervos, salienta-se o papel de cooperação técnica com o Museu Nacional. No caso, representada principalmente pela arqueóloga Angela Buarque. Esses arqueólogos, no processo limpeza, classificação e seleção dos inúmeros vestígios e artefatos encontrados, delinearam uma história marcada e construíram uma linha narrativa e discurso sobre a história local. De acordo com a perspectiva adotada, atuaram como "Configuradores de la cultura histórica" (COSTA, 2009, p. 278), contribuindo para a definição e a disseminação das interpretações do passado.

Nesse ponto, salienta-se que um documento presente no arquivo do Centro de Memória torna-se uma peça importante para a averiguação dos responsáveis pela arqueologia do museu e para o mapeamento da origem das peças e artefatos do acervo. O documento em questão é uma Ata[96]de uma reunião realizada em 21 de março de 2006, entre representantes da Prefeitura de Araruama e do INEPAC. Nele, menciona-se que o museólogo Cássio Murilo Ferreira Consoli e a arqueóloga Angela Buarque eram os responsáveis pela arqueologia do museu. Além disso, o documento destaca que as peças do acervo e da exposição seriam provenientes do Museu Nacional, por meio de um regime de comodato.

Assim, pelo o projeto apresentado, a parte expositiva do museu deve ocupar um dos dois salões frontais e principais, bem como mais duas salas anexas do edifício do antigo Paço Municipal. As outras salas devem ser destinadas a diferentes funções: uma para reserva técnica, uma para banheiro e cantina, além da uma sala dedicada a atividades educativas que não foram especificadas no programa. A segunda sala principal é destinada à memória e história do Paço Municipal, além de ser usada para exposições locais e artísticas. Por fim, duas salas do prédio devem ser destinadas ao Centro de Memória Municipal, enquanto o segundo andar deve ser reservado para a Pinacoteca Municipal, ambas instituições culturais vinculadas à Prefeitura Municipal de Araruama.

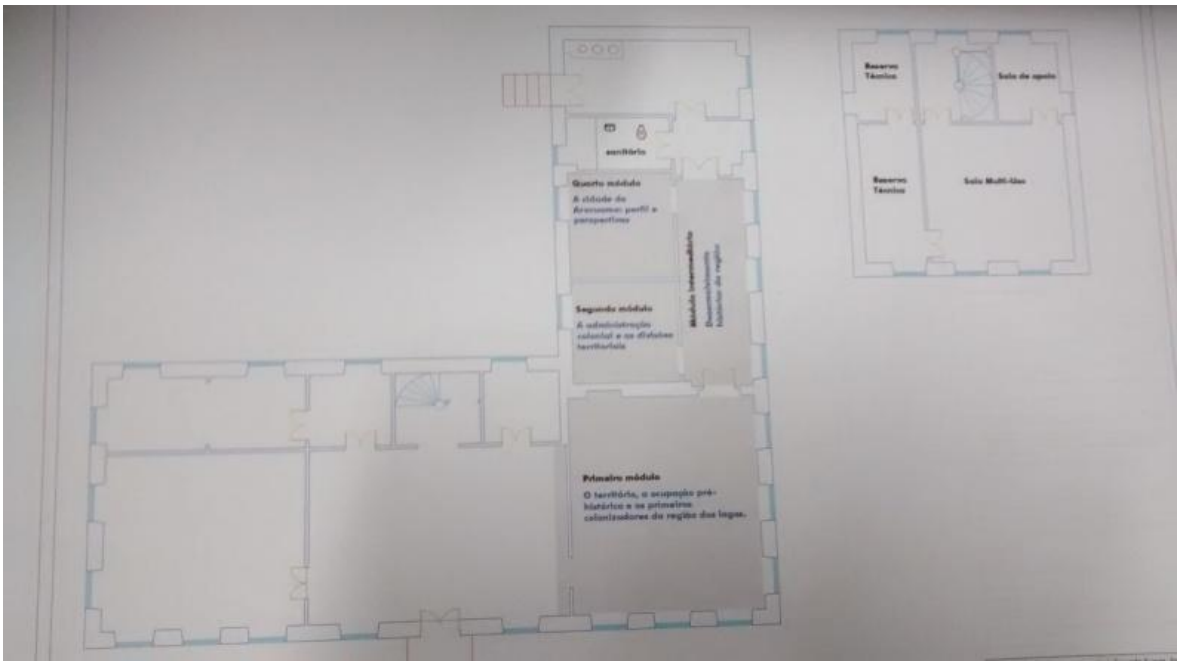
No decorrer do processo de erguimento do museu, em 17 de outubro de 2003, foi editado o Decreto 067[97], promovendo a desapropriação de uma fazenda à beira de uma importante via regional, a Rodovia Via Lagos. E por razões atreladas a mudanças nas prioridades administrativas, a Prefeitura tomou a decisão de transferir o museu para a Fazenda Aurora, uma antiga fazenda de café do século XIX, tombada pelo INEPAC processo E-

[96] Ata de reunião entre o IPHAN e a Prefeitura de Araruama, de 21 de março de 2006. Disponível no Acervo do Centro de Memória de Araruama.

[97] Decreto Municipal 067, de 17 de Outubro de 2003. Disponível no Acervo do Centro de Memória de Araruama.

18/001.042/99[98]. Com a mudança do local, o acordo de cooperação técnica com o IPHAN foi estendido[99], visando à instalação do museu. No documento, havia a solicitação de novos documentos referentes ao plano diretor e ao plano de segurança a Prefeitura de Araruama. Desse modo, o plano museológico idealizado pela Professora Maria Cristina Oliveira Bruno, da Universidade de São Paulo, sofreu uma pequena alteração na disposição da parte expográfica para adequação da nova arquitetura, com a mudança da localização do museu para a Fazenda Aurora. Todavia, sua linha narrativa e organizacional foi mantida por Mauricio Candido da Silva, responsável técnico pela adaptação do Plano Museológico[100] para a nova sede do museu.

Figura 10 -Planta do Plano Museológico: Primeiro Andar



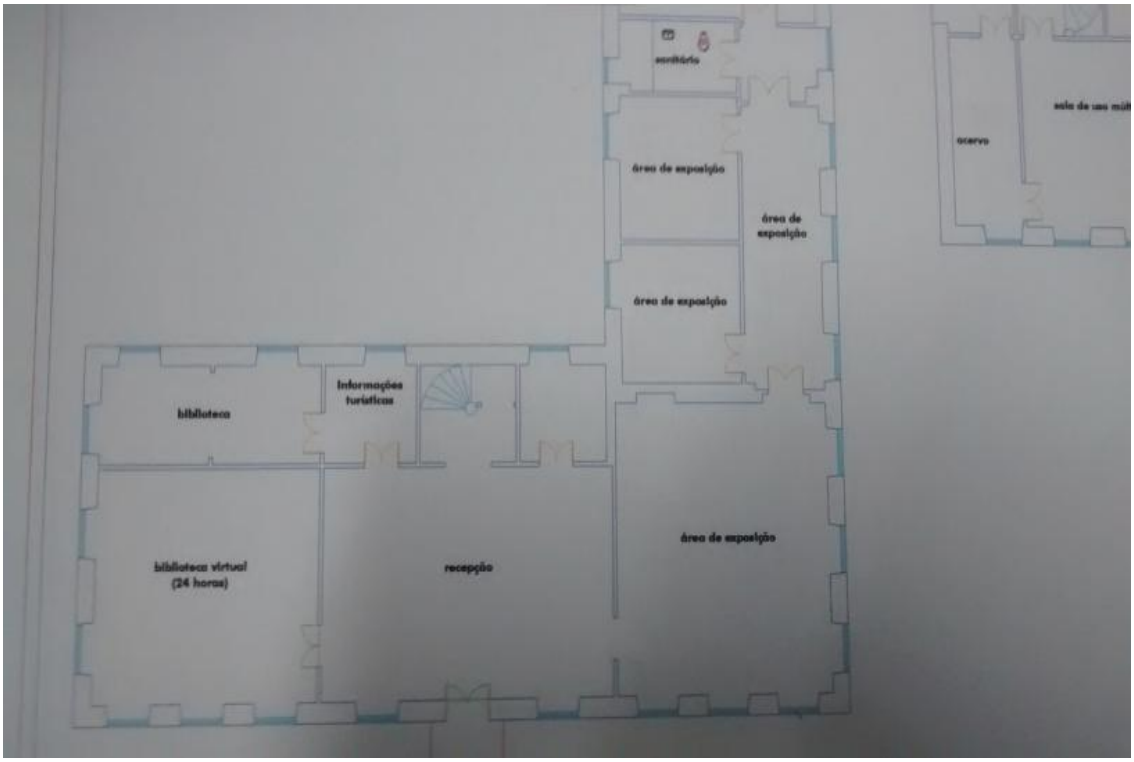
Fonte: SILVA, M.C., 2004, s.p.

[98] Tombada pelo processo de Número: E-18/000.251/2000. No site do INEPAC estão a lista com os bens tombados a disposição do público http://www.inepac.rj.gov.br/

[99] Termo de Cooperação Aditivo, entre o IPHAN e Prefeitura de Araruama de 7 de junho de 2002. Disponível no acervo do Centro de Memória Municipal de Araruama.

[100] SILVA, M.C. Programa Museológico do Museu Arqueológico de Araruama Versão Modificada. 2004. Disponível no Acervo do Centro de Memória de Araruama.

Figura 11-Planta do Plano Museológico: Segundo Andar



Fonte: SILVA, M.C., 2004, s.p.

O responsável técnico é formado em História pela USP e cursando Mestrado em Arquitetura[101] na mesma instituição quando foi contratado pela Prefeitura de Araruama para readequar o projeto expográfico. Na ocasião, ele já havia atuado como assessor em projetos de consultoria da própria museóloga Maria Bruno, conforme registrado no ofício CEM94402/MAE[102] dirigido ao Secretário de Cultura, Ricardo Adriano.

O plano tem como principal meio narrativo, os artefatos arqueológicos como consta no Plano Museológico. Segundo o Plano Museológico da Professora Maria Cristina Oliveira Bruno, adaptado, o conceito gerador da exposição visa mostrar "[...] as evidências culturais que consolidaram o município de Araruama, as características das sociedades nativas, os

[101] Dados disponíveis no Currículo Lattes. Disponível em http://lattes.cnpq.br/1815661296333220 Acesso em 12 de Junho de 2023.
[102] BRUNO, M. Ofício N.º CEM94402/MAE de 19 de Abril de 2002. Disponível no acervo do Centro de Memória Municipal de Araruama.

diferentes contatos étnicos do período colonial e os registros da emancipação política e da constituição do município [...]" (BRUNO, 2002, p. 4)[103].

A exposição foi concebida para seguir uma ordem cronológica, estruturada em três módulos distintos, conforme delineado no referido plano. O primeiro módulo, intitulado "O território, a ocupação pré-histórica e os primeiros colonizadores da Região dos Lagos", aborda a formação geográfica da região, as evidências de ocupação pré-colonial e a chegada dos primeiros europeus. O segundo módulo, ou seja, "A administração colonial e as divisões territoriais", explora o sistema administrativo colonial e as mudanças nas divisões territoriais ao longo do tempo. Por fim, o terceiro, "A cidade de Araruama: perfil e perspectivas", oferece um panorama detalhado sobre a evolução da cidade de Araruama, destacando seu desenvolvimento e outras características atuais[104].

Ao analisar o plano museológico e a maneira como o museu estava sendo planejado, observa-se que a temática indígena é abordada no primeiro módulo intitulado, "O território, a ocupação pré-histórica e os primeiros colonizadores da Região dos Lagos"**.** Nesse sentido, pode-se inferir que o processo de construção da exposição e seus discursos reproduziu, em grande medida, a forma tradicional de inserção do indígena na história nacional, ou seja, sempre no início (KODAMA, 2009; ALMEIDA, 2010). Isto estabelece e evidencia, portanto, uma continuidade entre os modelos narrativos nacional e local sobre a origem, o papel e o lugar do indígena e da colonização portuguesa.

Ao mesmo tempo, verifica-se também um certo diálogo com as pesquisas arqueológicas desenvolvidas por Ângela Buarque, com o intuito de entender essas ocupações sob a perspectiva da longa duração. No entanto, apesar da extensão temporal, sua presença se limita ao período de contato e, por consequência, ao módulo inicial da exposição planejada. Não há um aprofundamento sobre a presença nativa ao longo da história local. O indígena representado é o mítico e idealizado, conforme a perspectiva política que envolveu a criação do espaço pela Prefeitura de Araruama (FERREIRA, 2019).

Dessa forma, a narrativa museológica segue predominantemente uma linha cronológica e triunfalista, conforme observado por BRAGA (2014, p. 104) que, ao mesmo tempo, inviabiliza se pensar o indígena e o seu agenciamento ao longo dos períodos subsequentes da história da cidade. Sendo assim, a partir da classificação de Wichers (2017), pode-se visualizar que a exposição planejada pelo Plano Museológico (2004) tem uma

[103] SILVA, M.C. Programa Museológico do Museu Arqueológico de Araruama Versão Modificada. 2004. Disponível no Acervo do Centro de Memória de Araruama.
[104] SILVA, M.C. Programa Museológico do Museu Arqueológico de Araruama Versão Modificada. 2004. Disponível no Acervo do Centro de Memória de Araruama.

perspectiva de uma expografia que associa o arranjo tipológico e o arranjo contextual. Com as peças expostas e organizadas segundo o tipo material e funcionalidade acompanhado uma exposição com mapas, fotografias e texto explicativos buscando contextualizar o cenário.

Em 2006, após vários reformas e restaurações, o Museu Arqueológico de Araruama foi inaugurado em 27 de março e abriu suas portas ao público em 16 de abril do mesmo ano. Em seu discurso de inauguração, o Prefeito da cidade de Araruama, Francisco Carlos Fernandes Ribeiro, ressaltou:

> Ao inaugurarmos esse museu, estamos passando para as mãos da população toda a riqueza e importância da cultura do nosso município, que engrandece o nosso Brasil, pois aqui estamos falando da segunda mais importante história arqueológica indígena desse país, que é a Tupinambá (RIBEIRO, 2006, *apud* QUINTANILHA, 2006, p. 8).

As palavras proferidas na inauguração do Museu Arqueológico constituem um material importante no entendimento do passado, se levarmos em consideração que "os discursos públicos [...] nos permitem observar a sua natureza ideológica e as escolhas, mas, sobretudo as exclusões explícitas" (FREIRE, 2016, p. 35). O discurso sugere implicitamente que a memória indígena está sendo integrada ao processo de construção da história e da memória do município. Esse processo está inserido em um contexto de interesses e projetos políticos que se alinham com conjunturas regionais e nacionais favoráveis às políticas de valorização da memória dos povos nativos (FERREIRA, 2019).

Apesar da sua inauguração em 2006, o museu não recebeu os vestígios e artefatos encontrados nas pesquisas arqueológicas realizadas na cidade pela equipe do Museu Nacional. Em um ofício[105] enviado à Prefeitura no dia 23 de março de 2006, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) não autorizou a exposição das peças em poder do Museu Nacional, em função de questões técnicas variadas. Ao mesmo tempo, em outro ofício[106] enviado pelo Museu Nacional e assinado pelas professoras Maria Dulce Gaspar e Angela Buarque, e dirigido ao Secretário de Educação e Cultura, Senhor Ricardo Luiz Adriano da Silva, solicitava-se a não vinculação do nome do Museu Nacional ao Museu de Araruama diante da negativa do primeiro quanto ao atendimento das normas técnicas e às exigências previstas para a cessão de peças ao acervo e exposição.

---

105 FIGUEIREDO, Maria Cristina. Fax enviado à Prefeitura de Araruama em 23 de março de 2006. Acervo do Centro de Memória de Araruama.

106 GASPAR, Maria Dulce; BUARQUE, Angela. Fax enviado à Prefeitura de Araruama em 15 de março de 2006. Acervo do Centro de Memória de Araruama.

Assim, mesmo com essas restrições, o Museu de Araruama foi inaugurado e passou a funcionar de forma parcial. Do plano museológico proposto, apenas o módulo inicial foi parcialmente implementado, com sua seção dedicada aos povos indígenas, enquanto o restante do projeto, que incluía módulos dedicados a outros períodos e aspectos da história local, foi praticamente descartado. Isso reforça a perspectiva de um caráter e identidade predominantemente indígena no Museu de Araruama. No entanto, não há informações detalhadas sobre as demais atividades e exposições realizadas ao longo dos anos, como observa a antiga museóloga do Centro de Memória, Aline Cardozo Vecchi:

> A memória institucional não foi levada em consideração por anos, e com isso a dissociação de documentos faz com que lacunas de informação ainda estejam abertas em relação ao funcionamento do Museu, às atividades que aconteceram; existem alguns memorandos, mas nenhum dos documentos menciona um inventário dessas peças, nenhuma ficha catalográfica ou documento de doação ou entrada de alguma peça no Museu Arqueológico de Araruama (VECCHI, 2018, p. 38).

Apesar da ausência de dados consistentes, foi possível inferir, de modo geral, a perspectiva narrativa e os discursos promovidos pelo Museu em seus anos de funcionamento, por meio da análise das imagens do documentário sobre essa instituição, produzido pela equipe do Projeto Museus do Rio[107], dos painéis originais remanescentes que ainda existem e de alguns documentos esparsos presentes no Centro de Memória.

Com base no Plano Anual de Atividades de 2010/2011[108] (2010, p.3-4). o museu estava assim dividido:

a) 1º Andar
- Hall principal – apresentação da exposição (painéis de apresentação)
- Salão de Baile – sala de informática
- Quartos de Hospedes – administração
- Hall da escada – afrescos
- Quarto de banho – hall do elevador,
- Sala principal – exposições com painéis e vitrines
- Corredor – afrescos
- Quarto da Filha – exposição com painéis e vitrine. Presença de afresco.
- Quarto de Hospedes ou costura – exposição com painéis.
- Dispensa – exposição com painel e vitrine.
- Cozinha – sala de exposição temporária.
- B) 2º andar
- Escada – afrescos
- Quarto de banho – Hall do Elavador
- Quarto do proprietário – afrescos

[107] O Projeto "Museus do Rio" é do Grupo de Pesquisa - CNPq "Memória, Cultura e Patrimônio" sob a liderança da Prof. Dr. Regina Abreu e tem como objetivo consiste na realização de pesquisas e documentações impressas, fotográficas e audiovisuais dos museus e da história do Estado do Rio de Janeiro que contribuam para o conhecimento e a visibilidade das instituições museológicas, seus agentes e suas narrativas.

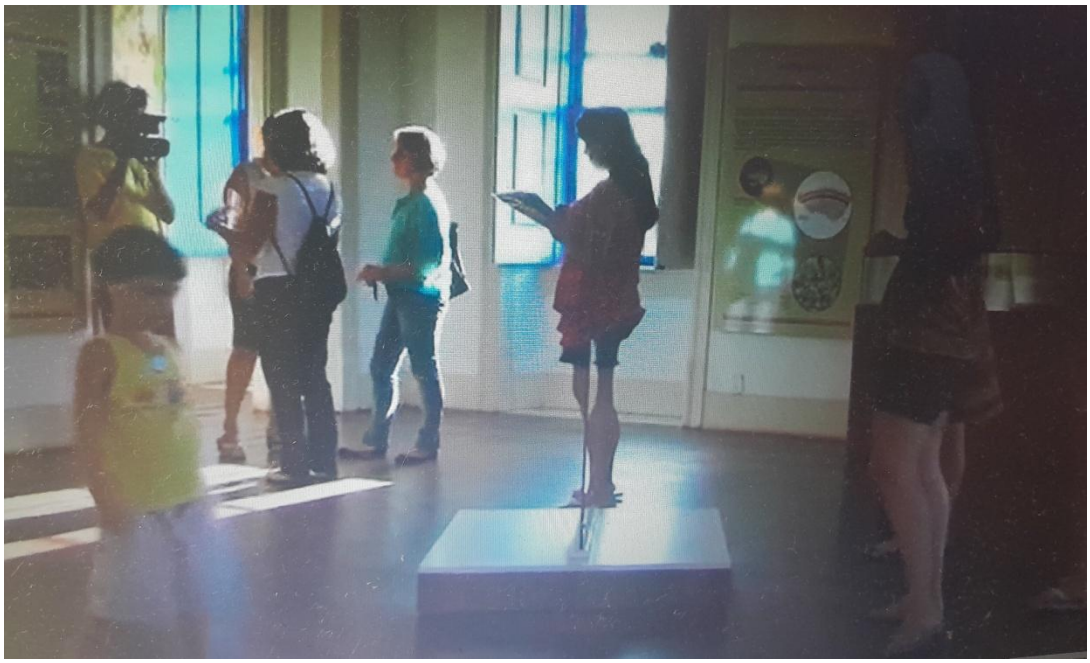
[108] Plano Anual de Atividades de 2010/2011. Disponível no acervo do Centro de Memória Municipal de Araruama.

- Escritório – sem acervo
- Anexos
- Senzala – sala de conferências
- Sala de guarda de material – Laboratório de Restauração Cerâmica
- Local da antiga casa de farinha – sala, banheiros e cozinha (MUSEU ARQUEOLOGICOARARUAMA, 2010, p.3-4)

Essa configuração espacial do Museu era ocupada por uma pequena exposição formada por painéis e peças arqueológicas que, até então, estavam expostos no Centro de Memória Municipal. Com base nesses dados, pode-se inferir que a exposição adotou uma perspectiva expográfica temática, com arranjos mistos, estético, tipológico e contextual. As peças cerâmicas foram valorizadas esteticamente, destacando suas características visuais, enquanto os fragmentos foram organizados em bancadas, agrupados de acordo com a tipologia e o material cerâmico. Além disso, a exposição dialogava com o arranjo meta-arqueológico, incorporando fotografias e dados sobre as pesquisas arqueológicas realizadas na região. A exposição foi enriquecida com imagens das escavações, peças restauradas, mapas da área e diversos painéis informativos, organizados de forma contextual para contar a longa história dos indígenas Tupinambá na região até o século XVI (WICHERS, 2010).

Com o fechamento do casarão da Fazenda Aurora, os painéis e os artefatos cerâmicos do museu foram então transferidos para o Centro de Memória Municipal, localizado na Casa de Cultura, o antigo prédio da Prefeitura, e, em seguida, integrado à exposição existente nessa instituição. Dessa forma, o estudo foi realizado com base nos painéis que sobreviveram e continuam a ser utilizados na exposição do Centro de Memória. E, quanto à exposição original, previa a utilização de onze painéis, que tinham os seguintes títulos: “A ocupação nativa no Território Brasileiro,” “Mapas,” “Sambaqui,” “O Guerreiro Goitacá” “Tupinambá,” “Tupinambá em Araruama,” “Antropofagia,” “A Cerâmica,” “Cotidiano segundo cronistas do século XVI,” “Relatos,” e “A População Original” (VECCHI, 2018, p. 38).

Figura12 – Museu Arqueológico de Araruama



Fonte: Museus do Rio. Grupo de Pesquisa - CNPq "Memória, Cultura e Patrimônio". S.d.,s.p.

No Centro de Memória, apenas alguns foram reutilizados na nova mostra e eles são importantes para se verificar qual linha narrativa era adotada no museu pois eles contextualizavam os artefatos e fotos exibidas na mostra. O estudo desses painéis ajuda a identificar a linha narrativa adotada no museu em relação à temática antes do seu fechamento.

No painel intitulado “Tupinambá em Araruama”, há um texto introdutório que descreve em poucas palavras os Tupinambás na região.

> Através da arqueologia sabemos que a ocupação Tupinambá teve longa duração e sua chegada e expansão, no que é hoje o município de Araruama, teve início há cerca de 2.000 anos, até a sua extinção, alguns anos após a chegada dos europeus, resultado de guerras travadas e doenças (MUSEU ARQUEOLÓGICO DE ARARUAMA, 2006, n.P.).

O primeiro parágrafo utiliza palavras que atribuem uma longa história aos indígenas, como sua expansão e o estabelecimento na região, estendendo a história local a milhares de anos atrás. Dessa forma, promove-se uma longa história tanto local quanto indígena. Porém, no restante do texto, os indígenas são retratados em uma posição de passividade diante da ação dos principais protagonistas, os europeus. Estes, por sua vez, assumem um papel ativo no processo de conquista e, conforme o texto, na 'extinção' dos tupinambás.

Figura13 – Painel da primeira exposição em uso

Fonte O autor, 2023.

Figura 14 – Painel da primeira exposição em uso

Fonte: O autor, 2023.

O uso de termos como "extinção dos tupinambás" pode ser problemático, pois apaga os processos de resistência, negociações e agenciamento indígena diante do avanço europeu. Além disso, contribui para a invisibilidade da continuidade das culturas indígenas na Região dos Lagos, reforçando uma visão de passividade e sugerindo uma ausência de conflitos com a chegada dos europeus à região. Nesse sentido, o trecho do painel destacado utiliza-se de palavras que reafirmam a continuidade da visão historiográfica denominada de “as crônicas da destruição e despovoamento” (MONTEIRO, 2001a, p. 142). A historiografia mais em recente da região tem mostrado que, apesar do contato e do conflito com os europeus, os indígenas se reorganizaram, buscaram formas de resistência e rearticularam suas identidades ao longo dos séculos de presença na região, tanto sob o domínio português quanto após a independência (BUARQUE, 2009; ALMEIDA, 2013; CRISTO, 2023; MOREIRA,LEMOS; 2023; RIBEIRO, 2005).

No trecho final, são descritos aspectos de suas vidas, como suas atividades diárias de “pesca, da caça e da coleta de vegetais, [...] a agricultura, sendo a mandioca a base de sua alimentação” (MUSEU ARQUEOLÓGICO DE ARARUAMA, 2006, n.p.). Oo foco está na descrição de costumes a atividades diversas, em uma linha narrativa que situa os indígenas fora do tempo e a margem de qualquer ação na história (COELHO, 2009).

O segundo painel, intitulado simplesmente “Tupinambá”, faz um pequeno resumo sobre os indígenas tupinambás, relatando sua origem e expansão ao longo do território brasileiro. “Na época de chegada dos europeus no século XVI, os Tupinambás ocupavam uma grande faixa litorânea desde o estado de São Paulo até o Nordeste e os Guaranis haviam se espalhado na parte sul do continente sul-americano.” (MUSEU ARQUEOLÓGICO DE ARARUAMA, 2006, n.p.). Esse trecho carrega uma citação ativa por parte dos Tupinambás, mas essa ação é colocada como ponto de referência a chegada dos europeus. Na parte seguinte do mesmo painel, o texto continua:

> Os Tupinambás eram populações agricultores e ceramistas que formavam uma sociedade que se organizava a partir da guerra e da vingança aos inimigos e podem ter sido responsáveis pela desestruturação dos sambaquieiros que, durante milhares de anos tinham sido os soberanos da costa (MUSEU ARQUEOLÓGICO DE ARARUAMA, 2006, n.p.).

Em um paralelo com o primeiro painel citado, enquanto a extinção dos tupinambás é retratada como um processo quase naturalizado diante dos europeus, a extinção dos sambaquianos é fruto de um ato violento e vingativo por parte dos tupinambás. Compreende-se que, mesmo quando os indígenas são portadores de uma ação deliberada, essa é colocada sob a égide da vingança e da belicosidade como indutores de suas atitudes. Esse caráter selvagem e primitivo é reforçado pelo painel intitulado de “Antropofagia”. Ele (figura 8) traz uma alusão à prática de antropofagia por parte dos Tupinambás, como pode ser observado a seguir.

> A prática de guerra e antropofagia era um costume importante na sociedade Tupinambá e foi descrita com riqueza de detalhes pelos cronistas, desde a captura até o momento da execução. Os indícios de canibalismo nos sítios arqueológicos são tênues, mas podem ser encontrados nas tigelas que eram especialmente preparadas para os rituais (MUSEU ARQUEOLÓGICO DE ARARUAMA, 2006, n.p.).

Nesse painel, em especial, se configura uma linha narrativa que traz imbuída, em seu discurso, uma construção de uma alteridade. Explicita uma prática religiosa exótica e descrita pelos cronistas, implicitamente civilizados e cristãos, capaz de evidenciar uma descrição que reforça uma percepção de selvageria. Essa “[...] própria decisão de caracterizar os indígenas em sua alteridade na confrontação com os europeus deve ser considerada como a produção deliberada de um efeito de sentido que potencializa a diferença entre personagens (COELHO; ROCHA, 2018, p. 478).

Apesar de indígenas aparecem como os atores nos painéis, o indígena que interessava era o mítico guerreiro tupinambá imóvel e idealizado. Nesse ponto, entende-se que, ao lidar

com o passado local, o Museu Arqueológico direcionava seus olhares para o indígena do passado distante, "[...] sob a condição subalterna, fossilizada e mítica no âmago da invenção da comunidade nacional e regional [e da cidade de Araruama]" (NETO; PEREIRA, 2007, p. 153).

Aliás, a narrativa montada sobre os tupinambás não abria espaço para seu agenciamento ou qualquer tipo de destino, a não ser a aniquilação física e cultural. Apesar de dar visibilidade aos tupinambás, rompendo com uma visibilidade ausente na historiografia local, ainda carregavam em seus discursos antigas visões e perspectivas acerca dos indígenas, em que estes estavam presos no passado e configuram-se como os derrotados pelos colonizadores (ALMEIDA, 2010; MONTEIRO, 2001). E, pensando bem, qual é o desafio dos museus de história contemporaneamente senão o de o "[...] romper com uma narrativa cronológica e triunfalista, abrindo possibilidades e reflexões em percursos de visitação que se oriente por problemas, perguntas, temas e recortes de conteúdos e temporalidades" (BRAGA, 2014, p. 104).

Assim, os painéis, em conjunto com a exposição, revelam um debate parcial com os trabalhos de Angela Buarque, pois suas pesquisas enfocaram com ênfase os contatos entre indígenas e europeus. Inclusive, em 2008, foi realizada no Museu Nacional uma exposição sobre os contatos entre indígenas e franceses, intitulada, "Entre Dois Mundos" Buarque, (BAUMANN; BARBOSA-GUIMARÃES; CORDEIRO,2020). Nessa exposição,

> O acervo exposto — artefatos de remanescentes pré-coloniais e coloniais (pós-invasão) — era o resultado de anos de pesquisas em sítios arqueológicos de antigas aldeias tupis na Região dos Lagos, no município de Araruama, Estado do Rio de Janeiro. O objetivo da exposição era buscar elementos que permitissem refletir sobre as continuidades e permanências culturais em ambos os grupos ao longo do tempo, em decorrência do contato. Como o próprio título sugere, a exposição abordava as evidências do escambo, da troca e do intercâmbio entre as duas culturas. (BAUMANN; BARBOSA-GUIMARÃES; CORDEIRO,2020, p.25)

Em 2013, o casarão que abrigava o museu encontrava-se em más condições estruturais e foi fechado ao público. O INEPAC, em suas visitas de inspeção, já vinha alertando sobre as condições do casarão há alguns anos, cobrando providências da Prefeitura de Araruama. Um ofício[109], de 11 de junho 2010, enviado por Maria Regina Pontin de Mattos, Diretora Geral do INEPAC, alertava sobre as condições estruturais do Casarão da Fazenda Aurora e, em 2014, o

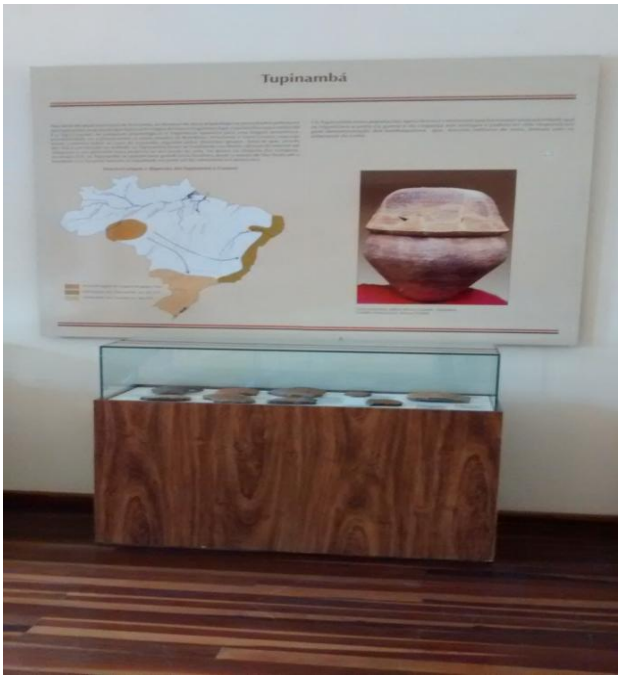
109 Ofício de 11 de junho 2010. Acervo do Centro de Memória de Araruama.

Ofício[110] nº 505, de 06 de novembro de 2014, solicitou um plano de restauração enviado por Paulo Eduardo Vidal Leite Ribeiro, Diretor Geral do INEPAC.

Ao herdar os painéis do Museu Arqueológico, o Centro de Memória assumiu o papel de um espaço dedicado a narrar à história do local. Atualmente funciona com exposições temporárias e permanentes sobre a história da cidade, assim como temas de interesse geral. Atualmente, a exposição exibida contém materiais provenientes do Museu Arqueológico (painéis etc), estando dividida em dois blocos, um dedicado aos indígenas, e o outro à evolução administrativa de Araruama. Nessa exposição, temos alguns artefatos arqueológicos que foram recuperados em Morro Grande, na década de 1980, como alguns fragmentos cerâmicos e duas urnas funerárias que ficam em destaque no salão. E, ainda compondo a exposição do Centro de Memória, temos os painéis provenientes do acervo do Museu Arqueológico e que, reaproveitados, estão expostos na parede do salão. Pode-se afirmar que os painéis descritos não apresentam uma conexão direta com os artefatos exibidos pela exposição. Cabe aqui uma menção de que os artefatos estão expostos sem quadros ou textos informativos diretos, ou seja, estão apenas com etiquetas identificando a tipologia e compondo o cenário da exposição. Não há qualquer tipo de contextualização, estudo ou análise (SCHWARCZ, 1993, p. 92). Sem uma problematização ou uma reflexão, corre-se o risco de se continuar a utilizar o mesmo discurso antigo que naturaliza um papel secundário dos indígenas na história.

Figura 15 – Painel da primeira exposição em uso

[110] Ofício nº 505 de 06 de novembro de 2014. Acervo do Centro de Memória de Araruama.



Fonte O autor, 2023

A outra parte da exposição, dedicada a contar a história política da cidade, é composta de uma galeria de fotos dos prefeitos de Araruama e dois painéis com fotografias antigas e atuais da cidade. Esse segmento da exposição visa ilustrar a trajetória política local e a evolução da cidade ao longo do tempo. No entanto, a ênfase exclusiva em retratos individuais pode limitar a compreensão mais ampla das dinâmicas políticas e sociais que influenciaram cada administração. Não é demais pontuar que a falta de contextualização sobre as políticas implementadas, desafios enfrentados e acerca dos impactos das decisões desses prefeitos pode resultar em uma narrativa superficial que não captura a complexidade da administração local.

Sem uma análise crítica das imagens e uma explicação detalhada sobre o contexto das mudanças representadas, eles podem fornecer uma visão fragmentada da evolução de Araruama. Finalmente, a ausência de uma narrativa que vincule as transformações urbanas e sociais à administração política e econômica pode deixar lacunas na compreensão de como as essas mudanças conectadas aos diversos contextos influenciaram o desenvolvimento do espaço do município. Sendo uma linha narrativa calcada nos grandes eventos e personalidades políticas locais em uma perspectiva muito comum em museus locais do século XX (PIMENTEL, 2016). Por fim, vale pontuar que, de acordo com a classificação Wichers (2017), é possível identificar que a exposição atual se enquadra nos arranjos estético **e** tipológico, organizando-se dentro de uma expografia temática dividida em dois blocos**.**

Diante dessa descrição, seguida de uma breve reflexão a respeito, é possível dizer que a exposição poderia se beneficiar de uma abordagem mais integrada, capaz de conectar as decisões políticas e os eventos históricos com os aspectos visuais apresentados. Proporcionaria uma análise crítica que explorasse as interações entre os diversos eventos e contextos sociais. No entanto, a falta de tal integração pode limitar a capacidade da exposição de fornecer uma compreensão profunda e contextualizada da evolução da cidade.

3.3 **O Museu Arqueológico Sambaqui da Tarioba em Rio das Ostras: narrativas e discursos sobre a história indígena local**

Na cidade de Rio das Ostras, em 1999, aconteceu a inauguração do segundo museu arqueológico destinado a contar a história de um local da Região dos Lagos. Está localizado em uma área nobre da região central, estrategicamente posicionado próximo à praia e ao lado da Casa de Cultura. Tudo isso, devido às próprias características intrínsecas, é um sítio arqueológico mantido em seu lugar de origem.

Durante as pesquisas, a equipe do Instituto de Arqueologia Brasileira, responsável pela escavação e pesquisa no sambaqui da Tarioba e coordenada pelo arqueólogo Ondemar Dias, conseguiu recuperar uma coleção de artefatos e vestígios materiais relacionados à população que habitava a região. De acordo com a perspectiva adotada, esses profissionais atuaram como "Configuradores de la cultura histórica" (COSTA, 2009, p. 278) em Rio das Ostras, contribuindo para a definição e disseminação de interpretações do passado ligados a essa cidade.

A integração dos achados arqueológicos ao contexto museológico deu origem a um museu arqueológico. Nesse processo, a colaboração entre o IAB e outras instituições locais foi fundamental para a criação do Museu Sambaqui da Tarioba, que se tornou um centro de exposição e também de preservação. Seu projeto seguiu o exemplo do Museu Sambaqui da Beirada, preservando a estrutura do sítio arqueológico em seu estado original e integrando-a diretamente à experiência museológica. Assim, o Museu Sambaqui da Tarioba é classificado como um museu arqueológico “in situ”.

> É um dos poucos museus considerados “in situ” no país, ou seja, o material que está exposto permanece da maneira como foi encontrado. Estão expostas no sítio arqueológico restos humanos dos grupos sambaquieiros que viveram na região e

> carapaças de moluscos que contam um pouco da pré-história local. Além da exposição principal, existem também mapas que representam algumas teorias que tentam desvendar como esses povos chegaram à América do Sul, maquetes que representam como deveria ser a paisagem do território na pré-história e objetos que foram encontrados na região e estão expostos em vitrines (OLIVEIRA, 2011, p. 48).

Neste contexto, é importante destacar que diversos interesses, agentes e instituições se entrelaçaram para criar e estruturar o museu naquela localidade. Como evidenciado no capítulo anterior, o projeto do museu foi ganhando contornos com o avanço das pesquisas arqueológicas. Do ponto de vista institucional, o avanço ocorreu com a assinatura de convênios e parcerias entre o IPHAN, a Fundação Rio das Ostras de Cultura e o Instituto de Arqueologia Brasileira para a musealização daquele sítio arqueológico e sua transformação no Museu Sambaqui da Tarioba.

Cabe destacar que o processo de montagem do acervo e organização do espaço, assim como de partes da exposição, ocorreu de forma concomitante à escavação e à pesquisa do referido sítio arqueológico, como salienta um dos arqueólogos que atuaram no processo e ligado ao IAB, Juber Decco: "Desde o início, foi planejada a posição dos elementos, onde seriam realizadas as escavações, onde seriam colocadas as vitrines e como tudo seria disposto. Todo esse planejamento foi feito como um projeto anterior à escavação." (Decco, 2004, apud, OLIVEIRA, 2011, p.100).

Esse processo integrado de pesquisa e musealização também é reforçado pelas palavras do coordenador do IAB e da própria pesquisa, Professor Ondemar Dias, em entrevista: “Desde o principio já havia essa intenção de deixar o sítio em exposição” (DIASJR, 2004, apud, OLIVEIRA, 2011, p.98).

Do processo de escavação, limpeza, seleção do material a ser exposto, organização e disposição cuidadosa dos objetos no espaço expositivo e o desenvolvimento de painéis informativos participaram os membros do IAB.

> A mesma equipe do IAB elaborou o projeto de estruturação do Museu, orientou a sua construção rústica, analisou todo o material recolhido, separou aquele destinado à exposição e estabeleceu o sistema de visitação, confeccionando também, os painéis explicativos, as vitrines e os quadros de orientação aos visitantes (DIASJR, 2001, p. 39).

Assim, a escavação e a estruturação do sítio arqueológico foram efetuadas para sua exposição, e artefatos provenientes do local foram selecionados para a exibição ao longo do circuito expositivo pelos pesquisadores. Ao longo do tempo, o acervo do museu e da

exposição foi enriquecido com itens provenientes de diversas escavações e pesquisas realizadas na região de Rio das Ostras.

Nesse sentido, foi incumbida à arqueóloga e também museóloga Denise Chamum Trindade, pertencente ao IAB e uma das pesquisadoras envolvidas em Tarioba, a elaboração do plano museológico do Sambaqui da Tarioba. Apesar da ausência do documento, pode-se inferir em linhas gerais seus objetivos através da publicação do seu livro, Arqueologia & Memória: O caso da Musealização do Sambaqui da Tarioba (2001) que foi resultado do trabalho de conclusão de curso em Museologia com orientação do Prof. José Ribamar Bessa Freira. Assim, com base nesse trabalho, infere-se que o objetivo geral do museu seria de: "[...] apresentar o cotidiano do grupo do Sambaqui da Tarioba, através dos principais traços bio-culturais, com ênfase para os padrões de subsistência, tratamento dispensado aos mortos e os seus objetos usados no cotidiano[...]" (TRINDADE, 2001, p.50). Nesse sentido,

> Pode-se observar que os arqueólogos mapearam e quadricularam o local, realizando escavações em unidades de 1 m x 1 m. A equipe analisou os materiais encontrados e ajustou o perímetro da área a ser explorada conforme necessário. Para destacar o tamanho das cascas de ostras, que são bastante grandes, alguns quadrantes foram deixados mais altos. A escavação foi dividida em cinco camadas distintas para facilitar a análise e interpretação dos achados. A areia encontrada no fundo é semelhante à areia da praia, enquanto a argila identificada foi transportada de outros lugares pelos sambaquianos que habitavam a região (OLIVEIRA, 2011, p. 99-100).

Como resultado do avanço dessas medidas, Denise Chamum Trindade, responsável pelo desenvolvimento do plano museológico, em colaboração principalmente com Juber Decco, selecionou e registrou os artefatos considerados significantes para a montagem da exposição, da redação dos painéis e do arranjo do sítio arqueológico (DECCO, 2024[111]). Para refletir sobre o espaço do museu, deve-se considerar sua organização, observando como os diferentes elementos e áreas foram dispostos para comunicar e preservar a cultura local. Esse lugar foi estruturado e pensado a partir do espaço ocupado pelo sítio arqueológico, uma vez que se trata de um museu que mantém os materiais expostos da forma como foram encontrados.

Considerando esse contexto, foi estruturada uma exposição, contendo a seguinte composição:

- Proteção do piso – com conchinhas sobre o solo protegido por plástico preto (proteção do piso que ainda não foi escavado)
- Três vitrines orientando a circulação dos visitantes (com os artefatos – batedores, raspadores em lítico, pontas de conchas e outros)
- Uma urna Tupiguarani, num local de evidencia (TRINDADE, 2001, p.54)

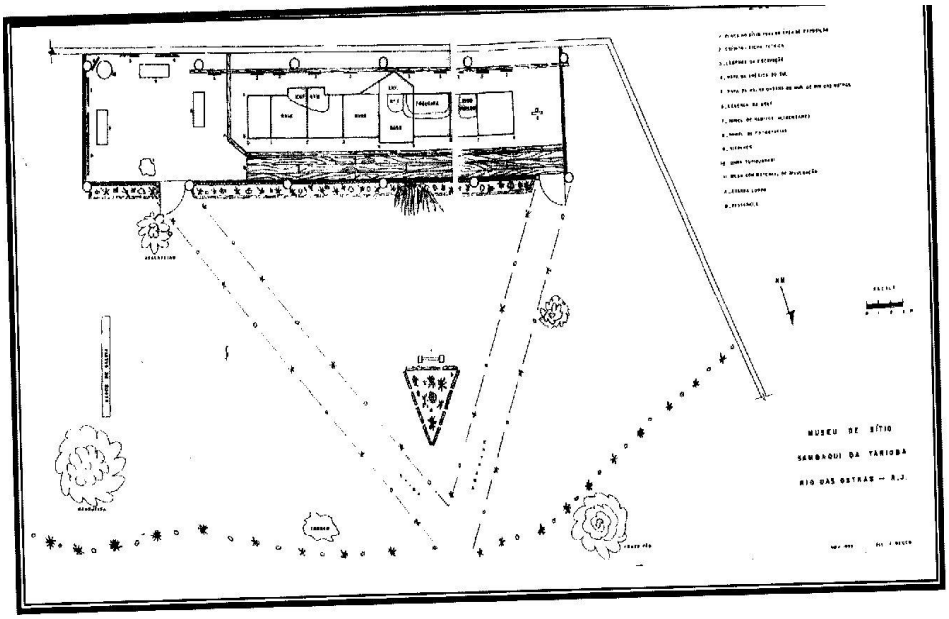
[111] Entrevista efetuado em 2024. Acervo Pessoal.

Esse arranjo expositivo foi completado pela presença de painéis informativos nas paredes e vitrines, com os seguintes elementos:

- Um mapa das Américas com rotas de povoamento Pré-Histórico
- Um mapa do Estado do Rio, com a localização do Sambaqui da Tarioba – com a localização dos Sambaquis Fluminenses
- Fotos ampliadas da escavação
- Desenho do fabrico das peças (TRINDADE, 2001, p.54)

E, quanto ao circuito principal, a visitação inicia-se em uma pequena sala de entrada, seguindo para o sítio arqueológico in situ, preservado em seu perfil estratigráfico.Na parte final do percurso, há um espaço com os painéis, mapas e vitrines contendo os artefatos separados por: a) tipologia (lítico e Conchas); b) temático (artefatos funerários). Esses painéis e placas informativas foram escritos pela Museóloga Denise Chamum Trindade e o arqueólogo Juber Decco com a colaboração de especialistas diversos (DECCO, 2024[112]). Além disso, o lugar apresenta uma urna Tupiguarani encontrada no Sítio Serramar, doada à Casa de Cultura (TRINDADE, 2001). Sendo assim, pode-se perceber como a organização do espaço museológico não é apenas funcional, mas também um reflexo das narrativas que o museu deseja transmitir (CAVALCANTI; VELOSO; 2007; CURY, 2022).

Figura 16 - Planta do Museu 1999



Fonte: TRINDADE, 2001, p.78

[112] Entrevista efetuado em 2024. Acervo Pessoal.

Os artefatos estão organizados em três bancadas, agrupados de acordo com sua tipologia e funcionalidade: uma bancada com artefatos malacológicos, outra com material lítico e uma terceira com artefatos funerários, acompanhados de placas indicativas e cercada por alguns painéis e fotos que ajudam a contextualizar o acervo (TRINDADE, 2001).

Além do próprio sítio arqueológico, que é o ponto principal da exposição, essa organização evidencia uma exposição mista, com arranjos tipológicos e contextuais (WICHERS, 2010). Ademais, há um diálogo com o arranjo meta-arqueológico, com fotos e dados das escavações, e um arranjo estético, com destaque para a urna Tupiguarani na exposição. (WICHERS, 2010).

A partir da observação da distribuição do espaço (presença de vitrines com artefatos, painéis com temas como mapas do povoamento da América do Sul e de Rio das Ostras, fotografias e legendas dos objetos expostos, assim como informações sobre as escavações), verifica-se uma linha narrativa que reforça essa conexão com o passado distante, como no cartaz que ilustra o povoamento da América, um fato ocorrido há milhares de anos, próximo às bancadas com material lítico, entre outros. Nota-se que, nesse momento inicial, o espaço propõe uma expografia que abarca sua proposta temática, voltada para a cultura sambaquiana, em sintonia com uma perspectiva teórica e metodológica focada no passado mais profundo da localidade.

Essa pespectiva é observada pela própria inserção do museu no espaço que o circunda. O sambaqui está localizado na parte traseira do terreno da Casa de Cultura, e, portanto, sua entrada só é possível ao se passar pelo edifício da Casa de Cultura, que atua como um ponto de conexão entre um prédio do período histórico, e um sítio arqueológico do período pré-colonial. A própria estrutura do museu, planejada inicialmente com uma arquitetura rústica, reforça essa dicotomia temporal entre as épocas distantes no tempo, com elementos como madeira, chão de conchas, entre outras características construtivas (DIASJR, 2001). Afinal, o edifício do museu também é incorporado ao discurso museológico (PIMENTEL, 2016).

> Parte desse sítio arqueológico encontra-se no terreno do imóvel mais antigo do município – que hoje é a Casa da Cultura de Rio das Ostras – e, graças à conservação desse imóvel, o sambaqui foi preservado. Fora do terreno dessa propriedade, imputa-se ao processo de urbanização a destruição de dois terços do sítio (FRÓES, s.d., p. 40).

Figura 17 - Casa de Cultura

Fonte: O autor, 2024

Após sua inauguração, em 1999, o museu, com o objetivo de manter e aprimorar suas instalações, passou por diversas intervenções e reformas. A primeira grande intervenção ocorreu em 2003, durante a gestão municipal de Alcebíades Sabino, com uma reforma abrangente. Em linhas gerais, o museu assumiu as características expositivas e estruturais que se mantêm até os dias de hoje. A exposição foi ampliada, e novos painéis foram criados, com mais dados e informações sobre o sambaqui, em uma nova configuração expográfica. Pode-se, então, pensar em um segundo momento do museu, que vai de 2003 até o presente, caracterizado pela consolidação de sua narrativa e pela continuidade de sua parte expográfica. A reforma de 2003 teve como impulso inicial os resultados de uma pesquisa realizada pela Fundação Rio das Ostras junto à população local e aos visitantes, na qual ficou constatada a importância e a amplitude do espaço perante os moradores. Assim, “A gente viu através de pesquisas que o sítio merecia porque pelo valor histórico 4 mil anos de história de rio das ostras por esse valor histórico merecia uma revitalização.” (FRÓES, 2004, n.p.).

Figura 18 - Museu Sambaqui da Tarioba

Fonte: O autor, 2023

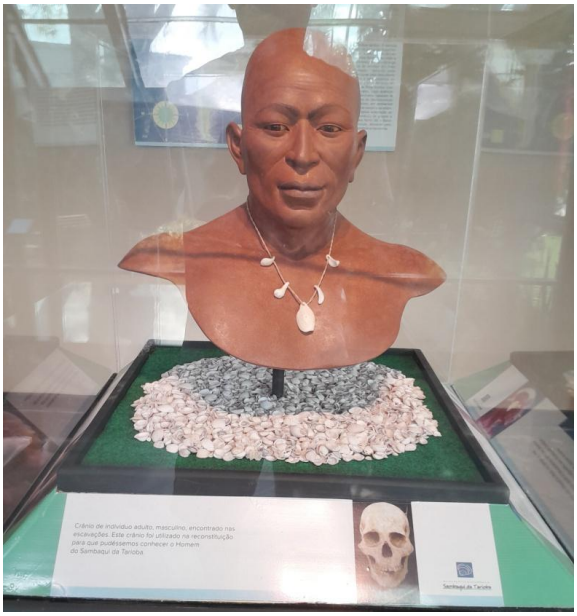
Essa reforma promoveu a manutenção do sítio arqueológico e melhorias significativas no sistema de som e na iluminação do museu. Na obra, houve a instalação de um deck de madeira, e o espaço passou a ser envolto por uma construção em vidro, projetado para envolver e proteger o sítio arqueológico contra as intempéries e os efeitos do tempo. Em seu acompanhamento, a assessoria técnica seguiu as diretrizes em concórdia com os agentes do IPHAN, mobilizada pelos coordenadores Denise Chamum Trindade e Juber Decco.

> Logo no início das obras, lá estavam dois esqueletos (um adulto e uma criança) em atitude de sepultamento. O "achado" passou a integrar a mostra do museu. A parceria entre a Fundação de Cultura e o IAB é outra prova de um trabalho gratificante. Artistas plásticos da Fundação respondem por algumas das novidades que estão no museu hoje. O rosto de uma sambaquiana foi modelado a partir de um crânio de uma mulher adulta encontrado durante as obras. Uma maquete, resultado de pesquisas e estudos, recompõe mapas das rotas pré-históricas. A nova iluminação realça as escavações e os painéis, até então prejudicados pela fraca iluminação natural. Novos painéis incluem textos mais didáticos e material gráfico totalmente refeito. Agora o Sambaqui tem um tom mais didático e menos misterioso (FRÓES, s.d., p. 41).

Essas ações resultaram em algumas modificações importantes na parte expográfica. Uma delas foi a instalação de um busto de um sambaquieiro, esculpido pela artista local, Clara Arthaud, que passou a ocupar uma posição central na exposição do museu. A obra

refere-se ao “rosto de uma sambaquiana”, sendo “[...] modelado a partir de um crânio de uma mulher adulta encontrado durante as obras.” (FRÓES, s.d., p. 41).

Figura 19 - Busto do Homem do Sambaqui



Fonte: O autor, 2024

Além do busto, outra grande intervenção no arranjo da exposição foi a instalação, junto ao sambaqui, de uma grande pintura retratando aspectos da natureza do local. O autor, o artista plástico local Valdemar Francischetti, seguiu os rascunhos e as orientações técnicas do responsável is técnico, Juber Decco., “Essas pinturas na parede foram feitas sobre óleo por um artista local por orientação nossa minha [Juber] e Denise retratando um pouco do ótimo climático que seria a época que esses povos viveram aqui[..] ” (DECCO, 2016, n.p.). Desse modo, a sua instalação tinha o objetivo de proporcionar uma reconstrução visual do ambiente do qual esses povos viveram, levando em consideração o clima, a vegetação, a fauna e outros elementos do cenário natural.

Essa perspectiva foi complementada pela instalação de uma maquete que também reproduzia aspectos da geologia, hidrologia, fauna e flora do local nos tempos dos povos sambaquianos. A obra ajudava a contextualizar ainda mais o ambiente físico, oferecendo ao visitante uma compreensão mais profunda das condições naturais que influenciavam o cotidiano e as práticas desses povos. Foi produzida por Roberto Sá, com a orientação de Juber Decco, que explica como as ideias foram montadas: “[...] peguei o mapa mais antigo que eu

encontrei na prefeitura na época foi 1940 alguma coisa assim levei para Roberto Sá ele estava fazendo a baleia e começamos a trocar ideia e foi de onde saiu a maquete" (DECCO, 2023, n.p.).

Além das adições desses elementos, foram também instalados novos painéis informativos na exposição e outras reformas estruturais, higienização e manutenção do sítio arqueológico. Nessa reforma também foi instalado um sistema de som que transmitia uma narrativa sobre os sambaquis. Essa narrativa durava cerca de 10 minutos e ficava no modo repetição para que todos os visitantes ao circular pelo espaço pudessem ouvir. Segundo as explicações de Juber de Decco, essa narração "[...] dizia a história toda do museu falava sobre sambaqui como foi encontrado como foi trabalhado e uma historinha boa [...] [...] Foi Denise que escreveu e passou por rapaz que fazia a transmissão, que falava." (DECCO, 2024, n.p.[113])

Além disso, essa reforma trouxe novas placas e painéis informativos, redigidos pela museóloga Denise Chamum e pelo arqueólogo Juber Decco, juntamente com a equipe de apoio. Algum tempo depois, um guia foi introduzido na visitação, sendo treinado pelos mesmos profissionais, e sua função era basicamente auxiliar os visitantes, fornecendo informações baseadas nos painéis expostos (DECCO, 2024,n.p.[114]).

Por fim, durante as obras, foi encontrado um enterramento, que acabou sendo integrado à exposição, com a sua alocação no solo envolto por uma proteção de vidro. "Esse enterramento foi encontrado durante a obra de revitalização no ano de 2003. Foi feito uma vitrine, e ele está exposto com alguns artefatos." (DECCO, 2016). Essas ações resultaram em algumas modificações importantes na parte expográfica, com várias intervenções e novos dispositivos textuais e visuais.

Em 2011, durante a gestão do prefeito Carlos Augusto Balthazar, o espaço foi fechado a fim de passar por uma grande reforma, que durou quatro anos. Foi reaberto em 2015, já sob a gestão de Alcebíades Sabino. Essa reforma basicamente não trouxe grandes alterações no Museu na parte expográfica, e consistiu basicamente em melhorias estruturais e serviços de manutenção (DECCO, 2024[115]). E, quanto à assessoria técnica, esta seguiu as diretrizes em concórdia com os agentes do IPHAN, mobilizada pelos coordenadores Denise Chamum Trindade e Juber Decco (DECCO, 2024[116]).

Verifica-se, portanto, que, de 2003 até hoje, existe uma continuidade no discurso expográfico. A reforma de 2015 não trouxe alterações no discurso expográfico e, assim, a

[113] Entrevista efetuado em 2024. Acervo Pessoal.
[114] Entrevista efetuado em 2024. Acervo Pessoal.
[115] Entrevista efetuado em 2024. Acervo Pessoal.
[116] Entrevista efetuado em 2024. Acervo Pessoal.

visitação atual permite recuperar a linha narrativa do Museu desde 2003 até o presente momento.

Figura 20 – Sambaqui da Tarioba

Fonte: O autor, 2024

A exposição, de maneira abrangente, inclui o sítio arqueológico musealizado, acompanhado de artefatos, maquetes, pinturas, esculturas e painéis informativos no salão. Esses elementos trabalham em conjunto para detalhar as pesquisas arqueológicas, os artefatos encontrados e a importância dos sambaquis. Os painéis, em particular, oferecem uma interpretação específica sobre o passado local, focando na história dos sambaquis e, por extensão, na história da região.

Conforme Gonçalves (2002, p.112), cada discurso reflete visões de mundo distintas, que são inseparáveis dos discursos que as transmitem. Assim, torna-se essencial analisar as diferentes perspectivas presentes nessas narrativas, que são moldadas pelos vários agentes envolvidos no museu.

A exposição incluindo o sítio arqueológico e demais elementos, pode ser dividida em três partes distintas, mas que se complementam na dispersão do discurso expográfico, elaborado pelos diversos agentes envolvidos. Na primeira parte do museu, está a seção de recepção dos visitantes, um espaço inicial composto por quatro painéis informativos. Esses painéis têm a função de introduzir o público ao contexto da exposição.

Na entrada, há dois painéis, um de agradecimento a instituições e a empresas, onde se destaca o IAB. O outro apresenta o quadro institucional no qual o museu está inserido. Logo em seguida, mais um painel de destaque, em que se dedica à apresentação do museu, fornecendo uma introdução essencial aos sambaquis, ao próprio museu e ao sítio arqueológico em destaque. O texto deste painel merece uma análise mais detalhada devido ao seu papel crucial na apresentação do museu, e na condução mestra da narrativa museológica.

> O Sambaqui é um tipo de Sítio Arqueológico formado pela ocupação de um local por gerações indígenas americanos antes da chegada do europeu. É originário pela sucessiva habitação, num mesmo lugar, por grupos de caçadores, pescadores e coletores de moluscos. Os restos de sua alimentação, sobretudo as conchas abandonadas no acampamento, acabaram por formar camadas que se sobre-punham e construíam os montículos do tipo aqui observados (MUSEU SAMBAQUI DA TARIOBA, s.d.,).

Nesse direção, esse texto logo nas suas linhas inicias apresenta ao público uma explicação sobre o que é um sambaqui, tema central do museu. Ao mesmo tempo, estabelece uma ligação geracional entre aquelas populações e os indígenas americanos ao destacar a ancestralidade indígena, que é marcada por muitas gerações, e relaciona essa cultura com a longa história dos povos indígenas das Américas. Essa perspectiva dialogava com setores da arqueologia que, naquele momento, já buscavam efetivar estudos dentro da ótica de uma longa história indígena, cuja ancestralidade também se liga, de algum modo, a esses grupos sambaquianos (BROCHADO, 1984; BUENO, 2019; CORRÊA, 2013).

No entanto, ao utilizar a chegada dos europeus como ponto de inflexão, o texto acaba reforçando a ideia de um passado remoto, restringindo a abrangência do museu aos períodos mais antigos, conforme proposto pela temática de ser um sítio arqueológico in situ de populações sambaquianas. E essa pespectiva temporal é reforçada na parte seguinte, onde

> Desde a mais remota antiguidade, povos pré-históricos faziam objetos cerâmicos, instrumentos que lhes dariam condições básicas para que usufruíssem de grande potencialidade do meio ambiente dessa região. Os antigos povos sambaquianos foram substituídos por outros mais recentes, horticultores tribais, que enfatizavam a pesca, e fizeram deste lugar um paraíso na terra (MUSEU SAMBAQUI DA TARIOBA, s.d., n.p).

Através dessas palavras, se delimita ainda mais a temporalidade desse espaço como um lugar dedicado aos sambaquis, que pertencem ao passado longínquo da cidade. Inclusive, reforçando essa dicotomia, utiliza-se o termo 'pré-história', que, no contexto da criação dos museus na região, na década de 1990, ainda era muito utilizado para se referir a esse período

da história indígena, mesmo entre especialistas (FUNARI, 2003; PROUS, 1992; GASPAR, 2000; LIMA, SILVA, 1999). Nos últimos anos, esse tema tem sido revisitado e ampliada na academia, especialmente com o surgimento de novas abordagens sobre o tema. No entanto, autores contemporâneos, como Bueno (2019), Wichers (2019) e Lima (2020), defendem o uso de termos alternativos, como 'pré-colonial' ou 'história antiga indígena', ao se referirem aos períodos mais antigos da história indígena

No entanto, mesmo atualmente, o termo "pré-história" continua a ser amplamente utilizado, principalmente no âmbito escolar e no senso comum, por ser mais familiar e facilmente compreendido pelas pessoas, além de ter uma longa tradição no discurso educacional e museológico (LIMA, 2020). Essa preocupação com textos simples e claros advém de uma longa data na museologia nacional, mas as discussões provenientes da Nova Museologia intensificaram essas preocupações pedagógicas dos museus (MARTINS, 2006, 2011).

Agora, na parte final, ao citar a substituição dos povos sambaquianos por outros e a construção de um paraíso na terra, toca-se em uma discussão sobre um processo complexo.. A construção textual leva a uma percepção de transição abrupta e unidirecional é importante destacar que essa "substituição" nem sempre foi um processo linear ou sem intercâmbio cultural. Embora não seja o objetivo de um painel introdutório entrar profundamente nesses debates, é importante destacar que a arqueologia contemporânea discute intensamente como essas interações interétnicas ocorreram, e se elas resultaram em uma verdadeira assimilação, destruição, ou se houve uma dinâmica mais complexa na transformação mútua entre os grupos na região (GUIMARÃES, 2007; GASPAR,2000; LIMA,1999).

Por sua vez, a perspectiva de um paraíso na terra promovida por esses povos passa muito por uma visão romântica e idealizada sobre os povos nativos. Isso ainda ecoa em muitas produções, inclusive em livros didáticos e com um sentido de envolver o público e cativar sua simpatia em contrapartida à violência da colonização portuguesa (COELHO, 2009)

No trecho seguinte do painel, consta:

> O colonizador europeu assimila todas as antigas tradições acumuladas, construindo uma nova sociedade híbrida, variada e rica em sua cultura. A pesquisa regional em arqueologia resgatou através dos sítios da Tarioba, do Salgado, Serramar, Remando, Itapebussus, Massangana, parte dessa trajetória do homem, tanto para um melhor conhecimento desse rico patrimônio do passado, como para a conscientização da necessidade de sua preservação para o futuro ((MUSEU SAMBAQUI DA TARIOBA, s.d., n.p).

Na parte seguinte, a partir de duas expressões, "assimila" e "antigas tradições", o texto, mesmo que de forma não intencional, acaba dialogando com uma perspectiva de longa duração na construção da história nacional. Essa abordagem faz um paralelo com a visão descrita por Von Martius (1845), em que práticas e tradições de uma cultura dominante são incorporadas a outros grupos. Esse tipo de narrativa, embora presente no imaginário popular, tende a obscurecer a continuidade cultural e a resistência dos povos indígenas ao longo do tempo, além de reforçar a ideia de uma separação nítida na temporalidade entre a "pré-história" e a história local (CORRÊA, 2013; KODAMA, 2009). Ao enfatizar essa divisão, a narrativa contribui para a construção de um recorte histórico que desconsidera as interações e a persistência das culturas indígenas, alinhando-se à perspectiva de uma "história interrompida" pelo processo colonial, o que limita a compreensão mais complexa e fluida das dinâmicas culturais e sociais ao longo do tempo (ALMEIDA, 2010).

Aqui, cabe ressaltar um diálogo com a autora do livro sobre a história de Rio das Ostras, Maria da Gloria DAlmeida Lima, uma vez que em seu livro também entende que esse processo "[...] se desenvolveu no decorrer desses quinhentos anos" restando "uma cultura com fronteiras sutis, que entrelaça os valores europeus e os indígen*as* na formação da sociedade brasileira*[...]"* (op. cit., p. 20). Essa perspectiva se entrelaça com a visão construída da história da cidade, em sintonia com outras ações, numa perspectiva linear e progressista, que avança por etapas: indígena, pescador, ferrovia, até os dias atuais (LIMA, 2004).

Portanto, esse painel introdutório carrega uma linha narrativa temporal e progressista e que situa históricamente o próprio museu na história da cidade. Essa linha começa logo nas primeiras frases, com os sambaquis, marca da antiguidade local. A partir daí, a narrativa avança para os horticultores indígenas, passa pelos colonizadores que conquistam e formam uma nova sociedade, e segue até a arqueologia dos tempos atuais, que resgata esse passado antigo e as origens desse processo histórico local. Dando origem ao Museu Sambaqui da Tarioba.

Na entrada do museu, próximo ao painel introdutório, foi instalada urna Tupiguarani encontrada no Sitio Serramar. Ao ser posicionada dessa maneira, a urna, da etnia Tupinambá pode ser imediatamente associada aos sambaquianos. Essa disposição cabe realçar, é capaz de gerar uma confusão conceitual, visto que essas duas etnias, apesar de compartilharem algumas semelhanças culturais, pertencem a contextos históricos e sociais distintos.

Após a entrada, o visitante segue um circuito expositivo que coloca o sítio arqueológico no centro da experiência. O sambaqui é o ponto focal, situado na parte central do edifício e dividido em cinco quadrantes distintos para uma apresentação estruturada e

compreensiva. Cada quadrante possui perfis diferentes e representam as diversas temporalidades do sambaqui, proporcionando uma visão detalhada e estruturada da evolução ao longo do tempo. A escolha de exibir o sítio em cinco quadrantes distintos, acompanhados de pequenos painéis que explicam os dados arqueológicos exibidos, busca fornecer uma visão segmentada da evolução do sambaqui.

Ao fundo e acompanhando o sambaqui, tem-se o painel do artista plástico Francischetti, retratando a paisagem natural de Rio das Ostras de quatro mil anos atrás. A orientação técnica para a pintura do painel partiu do arqueólogo Juber Decco, e a pintura visa contextualizar o sítio arqueológico, oferecendo uma visão do ambiente natural em que vivia o povo sambaquiano (DECCO, 2023).

Após os visitantes percorrerem a extensão do sítio arqueológico que foi escavado e preservado para a exibição, chega-se à terceira e última parte da exposição. Nessa área final, situada logo após o sítio arqueológico, a exposição é complementada pela presença de diversas bancadas que exibem artefatos arqueológicos, um busto representando o rosto de um sambaquiano, uma maquete ilustrando o ambiente natural. Tudo é complementado por mapas e painéis com informações sobre os sambaquis e seus habitantes. Chegando à parte próxima da saída, encontra-se um enterramento in situ, protegido por um vidro espesso para a sua exibição aos visitantes.

Na parede, existem vários painéis: Quadro com a descrição das camadas estratigráficas, “Mapa de Rio das Ostras”, Quadro "Rotas prováveis de expansão no paleo-índio 18.000 – 13.000 A.P”. Já na parte central da sala, em destaque encontra-se o busto de um sambaquieiro, esculpido pela artista Clara Arthaud, e a maquete do local construída por Roberto Sá. Essas duas obras estão em destaque e possuem, em seu corpo, textos explicativos (DECCO, 2023).

As vitrines expõem os artefatos separados por tipologia e tema e, assim, existem as bancadas dedicadas aos artefatos funerários, à dieta alimentar e aos artefatos líticos lascados e polidos. Nessa parte da exposição, ainda se encontra uma tigela tupinambá sinalizada e exposta em um canto e, com a urna encontrada no início, sua presença de forma aleatória pode levar o público a leituras erradas.

A organização da exposição culmina na bancada dedicada aos artefatos do período histórico, localizada próxima à saída. Pela sua posição, ela se torna a parte final da visita, sendo destinada a exibir artefatos arqueológicos do período denominado "histórico", provenientes de outros sítios arqueológicos do município. São duas bancadas: uma destinada

aos materiais arqueológicos encontrados ao longo da cidade e intitulada “Sítio Arqueológico Histórico” e a outra, chamada “Material histórico associado ao Sambaqui da Beirada”.

Ao mesmo tempo, a composição do texto informativo na bancada citada salienta que “Os sítios históricos são os vestígios materiais de ocupação humana posteriores ao ‘descobrimento’ até os dias atuais” (MUSEU SAMBAQUI DA TARIOBA, Rio das Ostras, 2024, s.p.). A referência ao “descobrimento” é particularmente problemática. Esse termo pode ser interpretado como eurocêntrico e desatualizado, ignorando as múltiplas perspectivas históricas e culturais sobre a chegada de colonizadores europeus.

Essa bancada, com elementos do “período histórico”, acaba sendo vista como um fechamento da narrativa do tempo histórico local em uma exposição organizada de maneira a construir um entendimento linear e progressivo da história. Nessa disposição, a exposição culminaria justamente no período considerado "histórico", ou seja, pós-chegada dos europeus. A utilização do conceito de "histórico" e "colonial", muitas vezes em oposição ao material ligado aos povos nativos, reforça uma dicotomia de longa tradição na historiografia e na arqueologia brasileira.. Assim, ao final, a narrativa segue uma lógica que coloca o período colonial e pós-colonial como o ponto culminante e final da história local, reforçando uma visão eurocêntrica e linear da trajetória histórica. O arqueólogo responsável, Juber identificou esse problema relacionado à disposição dos objetos históricos na exposição. Segundo ele,

> [...] Na hora de fazer essa exposição em 2003 nos inserimos esse material no museu ai ela [Denise] fala não ficou legal não. Não ficou legal [disse Juber]. A gente tem noção disso porque ficou material histórico material cerâmico no museu do sambaqui mas como a gente não tinha outro local então nos colocamos ali. (DECCO, 2024[117])

Ao mesmo tempo ressaltou que, em um futuro momento de expansão do museu, esses objetos seriam transferidos para um local mais apropriado e contextualizado, onde poderiam ser mais bem interpretados, dentro de seu contexto histórico e cultural (DECCO, 2024[118]).

Além do próprio sítio arqueológico, que é o ponto principal da exposição, essa organização evidencia uma exposição predominantemente com arranjos tipológicos e contextuais (WICHERS, 2010). Os artefatos estão organizados em diversas bancadas, agrupados de acordo com sua tipologia e funcionalidade: dieta alimentar, artefatos e adornos, acompanhamento funerário, artefatos líticos e sítios históricos. As bancadas de exibição são

[117] Entrevista efetuado em 2024. Acervo Pessoal.
[118] Entrevista efetuado em 2024. Acervo Pessoal.

acompanhadas de textos e desenhos explicativos contextualizando os artefatos. (WICHERS, 2010).

Em uma posição de destaque no cenário, fica um busto reproduzindo o homem do sambaqui e, próximo, um grande diorama mostrando o cenário natural no qual viviam essas populações. Estes possuem textos explicativos contextualizando e explicando aos visitantes os seus detalhes e ao redor, alguns painéis, placas indicativas e fotos que ajudam a contextualizar o acervo (TRINDADE, 2001; OLIVEIRA, 2011). Ademais, há um diálogo com o arranjo meta-arqueológico, com fotos e dados das escavações, e um arranjo estético, com destaque para a urna Tupiguarani na exposição evidenciada com destaque na entrada (WICHERS, 2010).

A organização do acervo, acompanhada dos painéis, compõe um arranjo contextualizado em torno da temática do sambaqui. A disposição do acervo, juntamente com os painéis e textos de apoio, reflete o recorte temporal proposto pelo museu, e essas inserções constroem uma linha narrativa inserida na própria perspectiva de ser um museu dedicado aos povos sambaquianos. Assim, a narrativa museológica evoca as origens da localidade, em sintonia com a arqueologia que se desenvolveu institucionalmente a partir do PRONAPA, voltada para os estudos dos períodos pré-contato e mais remotos da história local (BARRETO, 1999-2000). Dessa forma, a narrativa museológica rompe com a perspectiva de uma história local curta e promove uma longa história indígena local, voltando-se para o passado mais distante

Portanto, um espaço de memória voltado ao indígena do passado e imerso em uma cidade do presente. Uma combinação que é resultado de um enquadramento da história local em busca de uma linearidade progressiva através da fruição do tempo: indígenas, colonizadores, escravos, o trem e o presente formando a narrativa da história local. E, por sua vez, esse processo de enquadramento da memória se inseriu no projeto de criação de uma história e memória oficial para Rio das Ostras, e o museu se insere, compondo parte da cronologia local (antiguidade) local.

3.4 **O Museu Arqueológico Sambaqui da Beirada em Saquarema: narrativas e discursos sobre a história local**

Na década de 1990, a cidade de Saquarema inaugurou o primeiro museu arqueológico in situ do Brasil: o Praça Museu Sambaqui da Beirada. Esse projeto foi pioneiro ao optar por manter o sambaqui em seu estado original, integrando-o diretamente à experiência museológica. Nesse sentido, a estrutura do museu foi construída no entorno do sítio arqueológico, cuja estrutura arqueológica foi preservada e exposta.

> Trata-se do primeiro museu de arqueologia ao ar livre no Brasil. Com área de 7.000 m² e cercado por tela aramada, abriga um conjunto arqueológico e paisagístico de grande importância científica, cultural e turística, expondo e preservando in situ, em espaço aberto à visitação pública, testemunhos de um sítio arqueológico pré-histórico do tipo sambaqui. Este sítio foi amplamente estudado pela arqueóloga e professora Lina Kneip, grande especialista do Museu Nacional/UFRJ no estudo dos sambaquis (BERTOLOTO, 2015, p. 59).

Em relação ao museu, salienta-se que, em Saquarema, os documentos e outras referências foram perdidos ou extraviados, o que ocasionou ao longo do tempo a perda de uma memória documentada da instituição. Mesmo faltando o plano museológico e outros documentos, inferiram-se em linhas gerais a perspectiva narrativa e os discursos propagados pela instituição, a partir da análise dos painéis expostos e na exposição arqueológica.

Ademais, uma base de dados importante para a compreensão do funcionamento, das estratégias e da história da instituição foi a entrevista com Vanderleia Maria da Silva, funcionária do museu desde sua fundação. Ela ofereceu informações sobre o funcionamento e a evolução da entidade. Sua experiência contribuiu com informações detalhadas sobre a administração do espaço, as estratégias adotadas ao longo do tempo e do modo como a instituição interage com os visitantes.

Extensivamente estudado pela arqueóloga Lina Kneip ao longo da década de 1980, o Sambaqui da Beirada foi transformado em museu na década seguinte. Cabe mencionar que a Prefeitura de Saquarema tem uma parceria com o Museu Nacional/UFRJ, responsável pelo suporte técnico e desenvolvimento das pesquisas, seguindo as normas efetivadas pelo IPHAN.

Quanto à sua estrutura, O Sambaqui da Beirada foi estruturado e pensado a partir do espaço ocupado pelo sítio arqueológico.

> Trata-se do próprio sítio arqueológico cujo material encontrado e estudado está exposto in situ através de projetos de exposição permanente, devidamente sinalizada e interpretada de forma didática, permitindo não só a apresentação da cultura da

> população que habitava o local como também a compreensão dos achados que ali foram encontrados (CAVALCANTI; VELOSO, 2007, p. 160-161).

Ancorado no depoimento da agente administrativa local Vanderleia Maria da Silva, inferiu-se que o Plano Museológico, em linhas gerais, foi resultado da colaboração entre a Prefeitura local e o Museu Nacional/UFRJ. Nesse ponto, a Professora Lina Kneip desempenhou um papel central, na seleção e na montagem do acervo, das peças e da exposição dos artefatos e da preparação do sambaqui. Sendo assim, o acervo e a exposição foram planejados para a "Apresentação de vestígios in situ, para o público em geral, através de uma mostra arqueológica modular que expõe as evidências no plano vertical (pequenos perfis) e no plano horizontal (solos expostos pela decapagem)" (CAVALCANTI; VELOSO, 2007, p. 162). Sua primazia na atuação da organização do museu demonstra o afastamento entre a museologia e a arqueologia levantada pela Prof.ª Maria Bruno (1999).

Após o falecimento de Lina Kneip, a Professora Filomena Crancio assumiu a responsabilidade pela assessoria técnica do Sambaqui da Beirada. Além disso, desempenhou um papel no treinamento de Vanderleia Maria da Silva (2024). A atuação de Kneip e de outros profissionais nesse processo exemplifica o conceito de "Configuradores de la cultura histórica" (Costa, 2009, p. 278), influenciando diretamente a definição e a disseminação das interpretações históricas presentes no museu por intermédio do seu acervo, da exposição e, no caso, também do treinamento de outros profissionais.

> Segundo Kneip (1999), procurou-se mostrar aos visitantes que o sambaqui é um antigo local de moradia de sociedades pescadoras, coletoras e caçadoras pré-históricas, onde o homem desenvolvia uma série de atividades domésticas, artesanais e cerimoniais (CAVALCANTI; VELOSO, 2007, p. 162).

Na elaboração do espaço museológico, os pesquisadores José Euclides Alhadas Cavalcanti e Tânia Porto Guimarães Veloso (2007), no estudo sobre o Sambaqui da Beirada, aplicaram uma perspectiva de zoneamento para identificar a forma de ocupação e de utilização do espaço. Essa perspectiva possibilitou identificar a ocupação da área do sambaqui.

> O desenvolvimento de um plano de manejo que categorizou sua área interna (esta está dividida em três espaços, a saber: Zona 1, que corresponde à zona arqueológica; Zona 2, que abarca a zona primitiva ou original do sambaqui; e Zona 3, de uso intensivo), além de visitas guiadas e mediante agendamento e controle de visitantes, que é feito através de registro em livro contendo nome, procedência e profissão (CAVALCANTI; VELOSO, 2007, p. 162).

A partir da perspectiva adotada pelos autores, a ocupação do espaço do museu pode ser compreendida em três formas distintas. A primeira delas é a zona 1**,** correspondente à área do sítio arqueológico, no caso o Sambaqui da Beirada. Essa zona é claramente delimitada e protegida, estando exposta diretamente ao público para apreciação e estudo. Uma segunda zona (2) refere-se à área ao redor do sítio arqueológico. Esse espaço já passou por alguma forma de intervenção humana e abriga a reserva ecológica de Mata Atlântica. Já a terceira zona (3) abrange áreas que sofreram grandes modificações e onde estão localizadas construções modernas e de uso comum, como o banheiro, o prédio do museu, entre outros (CAVALCANTI; VELOSO, 2007).

A entrada principal consiste num pequeno portão de madeira com um pequeno papel impresso, com informações gerais sobre funcionamento e telefones de contato. Todo o perímetro é cercado para evitar invasões e depredações. Logo após a entrada, os visitantes têm acesso ao único e pequeno prédio da Praça Sambaqui, que tem múltiplas funções, como recepção, administração, sanitários e o pequeno museu. Por fim, a sala principal do edifício é denominada de Sala Arqueológica Lina Kneip, em homenagem a idealizadora do projeto e principal nome das pesquisas arqueológicas realizadas em Saquarema.

Nos anos iniciais, o museu consistia apenas no sambaqui preservado. No entanto, por volta dos anos 2000, o pequeno prédio passou a ser utilizado como um espaço complementar ao museu, segundo a funcionária Vanderleia Maria da Silva (SILVA, 2024).[119] Ali, os visitantes têm acesso a um modelo museológico similar a muitos museus arqueológicos e históricos espalhados pelo Brasil.

No espaço, há exposição de artefatos e vestígios materiais, bem como de painéis pendurados na parede, com informações e fotos. As peças expostas, resultados dos trabalhos de escavação no próprio sambaqui da Beirada, estão em uma pequena bancada de vidro e madeira. As peças estão agrupadas segundo um misto de arranjo tipológico e contextual, em agrupamentos de artefatos por matéria prima e funcionalidade expostos ao longo da bancada. Todas as peças estão identificadas e com pequenos textos contextualizando sobre o seu uso. Vale lembrar que a seleção dos artefatos expostos foi coordenado pela Lina Kneip.

[119] Entrevista efetuado em 2024. Acervo Pessoal.

Figura 21 – Prédio Principal do Sambaqui da Beirada

Fonte: O Autor, 2024

Além desses artefatos, essa parte da exposição é composta por cinco painéis que ficam pendurados na parede, trazendo informações e dados referentes à pesquisa e aos sambaquis. Os textos são de autoria de Lina Kneip e estão presentes desde a inauguração do prédio. Eles estão nomeados nessa sequência: “Sambaqui da Beirada: Pesquisa e Preservação”, “A pesquisa”, “Os caçadores e pescadores pré-histórico”, “Os ritos funerários” e “A Preservação”.

Esses painéis compõem uma determinada leitura sobre o passado local. Nesse sentido, são narrativas sobre os sambaquis locais. Nesse ponto, torna-se necessário analisar as visões que circundam essas narrativas produzidas pelos diversos agentes ligados ao museu de Saquarema (GONÇALVES, 2002, p. 112).

O primeiro desses painéis está intitulado como, “Sambaqui da Beirada: Pesquisa e Preservação”. Nele, a autora, resumidamente explica os sambaquis e realiza um histórico das pesquisas na região de Saquarema.

> Os sambaquis que na paisagem tem a forma de uma pequena elevação, foram locais de moradia temporária de povos pré-históricos que viviam da pesca, da coleta e da caça. A palavra é de origem indígena e significa tambá (conchas) e *ki* (amontoado). Resultam do acúmulo sucessivo de restos alimentares animais como concha de moluscos, ossos de peixes, de aves, de répteis e de mamíferos, vestígios de vegetais, artefatos, evidências de antigas fogueiras e esqueletos humanos. O Sambaqui da

> Beirada, datado pelo método de carbono 14 em 4520 anos antes do presente representa a ocupação humana mais antiga de Saquarema (KNEIP, s.d., s.p.).

Na parte inicial do texto, destaca-se a utilização da palavra pré-história, ao se referir aos povos indígenas ancestrais. Essa percepção advém do próprio referencial teórico da Arqueologia, com uma ênfase nas pesquisas de períodos mais recuados. A professora Lina Kneip fez parte de uma geração de arqueólogos formados ao longo das décadas de 1960 e 1970, sendo fortemente influenciada pelos referenciais teóricos e conceitos predominantes na arqueologia da época (LIMA, 1999-2000). Ao longo da década de 1990, a arqueologia ainda estava aprofundando os debates sobre a construção de uma Nova História Indígena, que buscava integrar uma longa e profunda história indígena, incluindo discussões sobre ancestralidade e a continuidade dessas culturas ao longo do tempo (BUENO, 2019; BARRETO, 1999-2000; CORRÊA, 2013).

Ao descrever o sambaqui como a mais antiga ocupação humana da cidade, a narrativa museológica rompe com a historiografia local ao estender a história da localidade para mais de quatro mil anos. A citação de uma data específica, 4520 anos, é fundamental não apenas por seu valor factual, mas também pelo seu simbolismo. Essa data ajuda a ordenar o tempo, criando uma narrativa que antecipa a ocupação da região e permite um novo olhar sobre o passado. Ao fazer isso, o museu desafia a visão tradicional de que a história da cidade começa com a colonização portuguesa, que, durante muito tempo, foi considerada a origem da identidade e da formação da sociedade local.

Por sua vez, o uso do termo pré-história reforça uma percepção de indígenas locais imersos em um período longínquo, cujas culturas e práticas ficaram fossilizadas nos artefatos e vestígios dos sítios arqueológicos. Atualmente, segundo Márcia Guimarães (2007), o colapso da sociedade sambaquieira é um tema de estudo e debate entre pesquisadores que investigam os contatos interétnicos.

No painel seguinte, intitulado “A pesquisa”, a autora Lina Kneip busca explicar o funcionamento das diversas etapas de uma pesquisa arqueológica, e se utiliza da frase “Reconstituir o passado das sociedades exige uma série de procedimentos metodológicos de campo e de laboratório” (KNEIP, s.d., s.p.). Nesse ponto, ressalta-se a problemática da utilização do conceito de “reconstituir o passado” pela autora. A recorrência ao termo “reconstituir” remete, cumpre salientar, a uma questão levantada Barros (2012), sobre a qual os historiadores dos Annales se debruçaram no início do século XX. Isso se deve à

impossibilidade de se reconstituir o passado como de fato aconteceu, e sim, apenas reconstruí-lo a partir de fragmentos e de questões levantadas no presente.

Trata-se, portanto, de uma crítica direta a um modelo de historiográfico do século XIX, que imaginava ser possível, a partir da análise das fontes de forma imparcial, reconstituir as ações humanas passadas na forma que aconteceram. Tal

> [...] configuração tradicional, aliás, corresponderia de resto ao mesmo modelo e aquela palavra – "reconstituir" ou "reconstruir" – não são que postulava "reconstituir" , ao passo que a história – problema dos Annales propõe, ao contrário, " reconstruir" o passado- e reconstruí-lo em cada presente, conforma veremos mais adiante. Esta e aquela palavra "reconstituir" ou "reconstruir" – não são gratuitas, nem isentas de implicações. O "problema", é esta ideia que está por trás desta última expressão, é precisamente o elemento em torno do qual se dá a reconstrução (BARROS, 2012, p. 317).

Nos dois painéis seguintes da exposição, intitulados "Os caçadores e pescadores pré-histórico" e "Os ritos funerários", a autora Lina Kneip descreve de forma sucinta diversos aspectos sociais, econômicos, políticos e religiosos dessas populações. Abarcando assim a temática proposta pelo museu que é voltada para cultura sambaquiana.

Por fim, temos o último painel exposto, nomeado de "A Preservação". Neste destaca-se o seguinte trecho:

> O povo brasileiro conhece muito pouco de seu passado, suas raízes, ignorando mesmo que existe uma pré-história no Brasil. Para conhecer suas origens é preciso preservar os sítios arqueológicos. O conhecimento do passado cultural do homem faz parte da memória coletiva e da identidade de um povo. Saber que o homem pré-histórico desenvolveu estratégias próprias de sobrevivência ajuda a entender o presente e prever o futuro. Na praça Sambaqui da Beirada é possível conhecer um pouco dessa pré-história. O conhecimento do processo de evolução das sociedades deve-se às pesquisas arqueológicas. A arqueologia estuda a trajetória do homem na terra desde o seu surgimento (arqueologia pré-histórica) até os dias atuais (arqueologia histórica). Divulgar a cultura do homem pré-histórico brasileiro constitui a principal finalidade das pesquisas arqueológicas atualmente em desenvolvimento no país. Afinal, as descobertas científicas são antes de mais nada um patrimônio público. Saquarema tinha 24 (vinte e quatro) sítios arqueológicos. Hoje possui apenas 4 (quatro). Vamos ajudar a preservar os últimos sambaquis de Saquarema. (KNEIP, s.d., s.p.).

Esse painel traz algumas informações sobre a inserção do Museu e do Sambaqui da Beirada na história local. A autora associa as palavras "raízes", "pré-história" e "sítio arqueológico". Essa associação reforça a perspectiva de que o Sambaqui da Beirada e os outros sambaquis de Saquarema são as raízes locais de um passado acessível apenas pela arqueologia. Além disso, ao utilizar o termo "evolução", a autora acaba reforçando a ideia de

uma história linear e progressiva, que tende a associar os sambaquis a uma espécie de "passado remoto", ou seja, à pré-história. Embora a proposta de alongar a temporalidade local seja colocada em prática, essa abordagem também perpetua a dicotomia entre os períodos pré-colonial e colonial. Vale notar que uma das facetas da arqueologia atual é justamente a tentativa de estabelecer uma longa história indígena (CORRÊA, 2013).

Ao mesmo tempo, a autora destaca a abordagem preservacionista ao associar as palavras "conhecer" e "preservar", criando uma conexão entre a compreensão do espaço e sua conservação. Essa relação é observada no contexto do Sambaqui da Beirada através do desenvolvimento de ações preservacionistas e educacionais ao longo de sua criação. Uma perspectiva de longa data na arqueologia nacional e também reproduzida na atuação dos inúmeros arqueólogos que atuaram na região ao longo das décadas de 1970 e 1990 (SIMÃO, 2009; LIMA, 2000; BARRETO, 1999-2000). Essa visão é reforçada pela última frase do painel, que faz um chamado à luta pela preservação do patrimônio arqueológico bem característico dessa característica preservacionista da arqueologia brasileira.

Por fim, esse painel destaca o papel do estudo dessa materialidade, através da arqueologia, na formação da memória, história e da identidade de um grupo social. Afinal, o arqueólogo em suas atividades assume a responsabilidade de produzir conhecimento sobre os vestígios materiais ou artefatos escavados e que, a partir daí, assumem um papel importante na formação identitária e memorial dos grupos ou indivíduos envolvidos (FUNARI, 2003). Esse debate sobre o papel social da arqueologia se intensificou no contexto de renovação das décadas de 1980 e 1990, período em que a arqueologia passou a se envolver mais profundamente com questões sociais e políticas.

Além desses pequeno espaço introdutório, a espaço físico do Museu ainda conta com uma pequena reserva florestal representando a vegetação de restinga, também usada nas visitas guiadas. Com espécies nativas, o pequeno bosque tem árvores numeradas e pequenas trilhas onde os alunos e visitantes podem se sentir no ambiente nativo da região. Esse espaço é agregado na exposição como uma forma de imersão e contextualização profunda do sambaqui ao ser o cenário natural na qual essas populações viviam em Saquarema. Sua presença também reforça o caráter interdisciplinar do sítio arqueológico, pois são abordados temas de cunho ecológico, biológico, assim como geológico.

O sítio arqueológico Sambaqui da Beirada se encontra próximo ao prédio e é delimitado e protegido por uma cerca de madeira em todo o seu redor. O sítio arqueológico foi dividido em duas partes, tendo alguns metros uma da outra. Ao ar livre, o visitante pode observar vestígios de fogueira, restos alimentares, artefatos de pedra e três enterramentos-

sepultamentos humanos. Em volta do sambaqui, estão dispostas algumas placas informativas que detalham os artefatos expostos, fornecendo contextos e informações adicionais sobre a história e significado desses achados arqueológicos.

Um dos aspectos mais destacados do sambaqui são os enterramentos. Os restos ósseos encontrados nos enterramentos são protegidos por placas de vidro, cuja função principal é resguardá-los das condições climáticas adversas. Essa medida de proteção visa preservar os ossos ao longo do tempo, impedindo que sejam danificados pela ação do vento, chuva e outros elementos naturais. Essa parte do museu demonstra uma abordagem expográfica in situ, ao preservar e expor o sítio arqueológico em seu meio natural (WICHERS, 2010).

Figura 22 – Sambaqui da Beirada

Fonte: O Autor, 2024

Assim, identifica-se que o discurso expositivo presente no museu está diretamente ligado à cultura sambaquieira, resultado das pesquisas realizadas no local ao longo dos anos. É essa temática que recebeu atenção na montagem do discurso museológico, tendo o sambaqui como alvo central da exposição. No caso de Saquarema, as pesquisas arqueológicas possibilitaram a percepção de que os inúmeros sítios arqueológicos (MAGESTE, 2017 p. 90) encontrados na cidade são resultados de uma longa ocupação indígena, mantendo-se na região por milhares de anos até o momento da conquista e efetivação de uma segunda colonização, a europeia nos séculos XVI e XVII.

Por fim, identifica-se que além dos meios tradicionais de propagação de representações do passado por meio de livros etc., esses museus locais também se constituem como um dos "lugares de memória" (NORA, 1993) dessas cidades:

> Essa expressão tem sido utilizada para referenciar suportes de memória, locais aos quais vinculamos referências que nos são importantes; lugares capazes de guardar lembranças e permitir o acesso a elas sempre que se fizer necessário ou conveniente; são lugares ou espaços em que a memória pode ser revivida ou recriada para a construção de uma memória coletiva (TONINO, 2013, n.p.).

Afinal, segundo Costa(2009), os lugares de memória são fundamentais para se pensar nos meios pelos quais o passado pode se apresentar para as pessoas inseridas em uma determinada cultura histórica. Assim, "Entre los elementos que arquitraban una cultura histórica se encuentran, sin duda, los lugares de memoria, tan bien descritos por Pierre Nora[120] (*op. cit*., p. 205), pois esse passado necessita se materializar em um lugar, palavra, objeto, vídeo etc., para que ele possa ser comunicado e compartilhado entre os membros de uma sociedade (Costa, 2009).

Assim, nesses museus locais, o passado local estava materializado nos vestígios e artefatos recuperados pelos arqueólogos, nos textos e painéis. Dessa forma se "posibilitan la interacción de la sociedad com su historia[121]" (Costa, 2009, p. 280). Remontando as perguntas iniciais do capítulo. O que são esses museus presentes nessas cidades? Qual história eles contam?

As narrativas museológicas e arqueológicas, ao destacar as raízes indígenas dessas cidades, visam evidenciar a história dessas localidades, permitindo, assim, fortalecer os laços dos moradores com suas identidades locais, seja de Araruama, Rio das Ostras ou Saquarema. Isso é refletido nos discursos proferidos pelos agentes públicos envolvidos na criação desses espaços, que entrelaçaram diferentes interesses para alcançar um consenso local sobre esse passado distante, promovendo uma compreensão compartilhada da história dessas cidades, reconhecendo os indígenas como suas origens. Nesse contexto, a história desses lugares foi ampliada ao integrar os povos nativos à sua própria historicidade, criando assim uma narrativa que abrange tanto a história local quanto a indígena, estabelecendo uma longa história local e indígena.

---

[120]O trecho correspondente na tradução é: "Entre os elementos que estruturam uma cultura histórica estão, sem dúvida, os lugares da memória, são bem descritos por Pierre Nora". (tradução nossa)

[121] O trecho correspondente na tradução é: possibilitar a interação da sociedade com sua história". (tradução nossa)

Indígenas com participação de longa data nessas cidades ainda estavam, em grande parte, presos às fases iniciais da história desses municípios (KODAMA, 2009; ALMEIDA, 2013). Isso é, em parte, resultado de uma arqueologia da década de 1990, ainda muito influenciada por concepções teóricas e metodológicas focadas nos períodos mais remotos. Esse enfoque resultava na preferência temática dos arqueólogos que atuaram na região nas décadas finais do século XX, priorizando estudos sobre os períodos pré-coloniais e afastados, o que limitava uma abordagem mais abrangente da história local, incluindo a presença e a continuidade indígena em tempoalidades mais próximas da atualidade (BARRETO, 1999-2000; BUENO, 2019; CORRÊA, 2013).

Portanto, constatou-se que as narrativas promovidas pelos museus desempenharam um papel importante na construção de uma longa história local e indígena. Por outro lado, ao se concentrarem nos períodos mais remotos, limitando sua abordagem temporal, esses museus deixaram de explorar os séculos XVI a XXI, o que se alinha à historiografia local que, muitas vezes, silencia a história dos povos indígenas nesses períodos mais recentes. Diante disso, é fundamental que os arqueólogos direcionem suas pesquisas para o período histórico mais recente, abrangendo temporalidades mais próximas (XVI-XXI). E que essas ações também se desdobrem em processos de musealização.

Da mesma forma, é imprescindível que os historiadores locais incorporem os povos indígenas em suas investigações, abordando-os em toda a sua complexidade. Assim, será possível construir uma leitura da história local que seja verdadeiramente inclusiva, refletindo a diversidade e a pluralidade da sociedade.

Em Araruama, embora as pesquisas tenham incluído grupos em contexto de contato, as narrativas museológicas predominantes se concentraram em períodos mais remotos. Dessa forma, as narrativas arqueológicas refletidas nos discursos expográficos frequentemente ignoram ou minimizam a presença contínua das populações indígenas durante e após a conquista portuguesa, frequentemente retratando os indígenas como vítimas do processo de colonização (COELHO, 2009; MONTEIRO, 2001, ALMEIDA, 2013). Essas representações tendem a apresentar os povos nativos como figuras fossilizadas e míticas, afastadas da história contemporânea, e muitas vezes contribuindo para a construção de uma narrativa nacional e local que os marginaliza, como observam Neto e Pereira (2007). Dito isso, entende-se que a construção dos discursos expositivos nesses museus estava alinhada com muitas das perspectivas preservacionistas persistentes na arqueologia nacional, (BARRETO, 1999-2000). Nesse sentido, a Prof. Dra. Maria Cristina Oliveira Bruno, ao escrever durante o mesmo período em que ocorreu a criação desses espaços estudados, destacava os dilemas enfrentados

pelos museus e pela Arqueologia, que, naquele contexto, ainda estavam imersos em antigas concepções e visões, especialmente no que se refere aos períodos mais remotos da história nacional e à temática indígena. Para ela, a

> Arqueologia Brasileira ainda aguarda uma discussão, uma revisão e um planejamento, referentes aos problemas da musealização dos indicadores da memória do passado pré-colonial, sobretudo, para conseguir integrá-los na dinâmica da sociedade deste país (BRUNO, 1999, p. 128).

Apesar dessa linha mestra interpretativa, entende-se que houve um diálogo limitado com perspectivas renovadas advindas da arqueologia, história e da museologia, algo comum em momentos de transição epistemológica decorrentes dos inúmeros debates que a cometeram os anos 1980 e 1990 (MARTINS, 2006; 2011). Assim, essas ações e abordagens museológicas se alimentaram de debates e polítcias relacionadas ao reconhecimento da importância dos povos indígenas, na defesa da diversidade cultural, na busca pelo envolvimento ativo da comunidade. Esses princípios ganharam força nas últimas décadas, impulsionados pelo retorno à democracia, mas também, em certa medida, pelos novos debates originados da arqueologia, da história e, também, pela Nova Museologia, que reforçou a necessidade de um olhar mais inclusivo e plural sobre o patrimônio cultural.

A partir disso, surgem questões que resultam desse diálogo limitado, como uma arqueologia preocupada com seu papel social, envolvendo as comunidades e voltada para a educação, e uma museologia também voltada para o lado educacional. A partir de narrativas que buscaram integrar os indígenas como parte da história local, houve um esforço para envolver a comunidade no reconhecimento desses artefatos como elementos integrantes de sua história e patrimônio. Nesse ponto, no próximo capítulo, busca-se justamente entender as ações de acolhimento e divulgação dessas narrativas museológicas por meio de práticas e ações entendidas como educacionais.

CAPÍTULO 4: A INTERAÇÃO ENTRE MUSEUS, HISTÓRIA LOCAL E ENSINO EM ARARUAMA, RIO DAS OSTRAS E SAQUAREMA

Até o presente momento, esta pesquisa buscou compreender os processos que levaram a emergência de narrativas ligadas à história/memória dos municípios pertencentes à região turística da Costa do Sol, por meio da patrimonialização de um conjunto de artefatos e vestígios materiais dos povos nativos, e do posterior processo de criação de três museus ligados à história local e indígena.

Esses espaços foram criados em uma sinergia entre uma conjuntura conexão local/regional/nacional e a ação de agentes públicos e privados, no sentido de se edificar um espaço de história e de memória dedicado à história local e aos povos indígenas. Como consequência, foram criados o Museu Tupinambá (em Araruama), o Museu Sambaqui da Tarioba (em Rio das Ostras) e o Museu do Sambaqui da Beirada (em Saquarema). Entende-se que esses empreendimentos estão alinhados à perspectiva de museus, uma vez que são:

> [...] lugares por excelência de objetos, são locais de guarda do que se pretende deixar de exemplo para as gerações que estão por vir, pois se caracterizam prioritariamente pelas coisas materiais que preservam e pela possibilidade de explorá-los cognitivamente e afetivamente (Menezes, 1993, p.211) e, nesse sentido, tornam-se lugares de transmissão e, portanto, de educação (CAMPOS, 2014, p. 62).

Dentro dessa expectativa, essas instituições museológicas devem ser pensadas a partir de uma dupla perspectiva, ou seja, são lugares de memória e lugares de ensino (ZARBATO, 2021). E, nesse ponto, sublinha-se não só o papel do museu como guardião do patrimônio, mas também a sua dimensão pedagógica.

Essa ligação, como sugerido por Chagas (2002), tem atraído nos últimos anos investigadores das áreas histórica e educacional, que têm desenvolvido esforços na reflexão sobre a interface entre museus, bens patrimoniais e seus usos no ensino. Eles têm se dedicado a explorar como os museus e os bens patrimoniais podem ser integrados no ensino e na aprendizagem intermediados pelas experiências museológicas.

Sendo assim, neste capítulo, busca-se inferir alguns aspectos da história desses espaços, a fim de entender os agentes responsáveis e as concepções, abordagens pedagógicas e históricas que nortearam a criação das abordagens/atividades educativas. Somado a isso, busca-se observar se, de fato, existe um diálogo desses espaços com a Secretaria de Educação de cada um dos mencionados municípios e, naturalmente, com os respectivos currículos

escolares. A partir de uma análise, será permitido compreender, com mais profundidade, como esses museus locais desempenham um papel educativo nesses municípios, e, portanto, como esses espaços contribuem para a construção e a disseminação da cultura histórica nessas localidades da Região dos Lagos.

4.1 **Diálogos entre o museu e o ensino: Araruama, Rio das Ostras e Saquarema**

As últimas décadas foram marcadas no campo da arqueologia fluminense pelo incremento e desenvolvimento de inúmeras pesquisas que proporcionaram uma maior compreensão das sociedades indígenas que habitaram o Estado do Rio de Janeiro e, em especial, a Região dos Lagos. Nesse sentido, verificou-se que o aprofundamento das pesquisas arqueológicas não só ampliou o conhecimento sobre essas sociedades, mas também foi um dos elementos que contribuíram para o desenvolvimento de políticas patrimoniais, o que acabou gerando o desenvolvimento de museus locais portadores de ações educativas, narrativas e discursos sobre a história dessas localidades em seus acervos e exposições.

Ao longo do século XX, o conceito foi sendo abordado e debatido por meio de diversos termos, como "educação não formal", "educação extraescolar" e "educação em museus". E, mais recentemente, "educação patrimonial", "pedagogia dos museus", entre outros. O IBRAM, por exemplo utiliza o conceito de "educação museal" em suas ações, tanto para se referir a uma modalidade educacional quanto a uma área científica, a fim de descrever as diversas atividades relacionadas a museus, patrimônio e à educação (COSTA; CASTRO; CHIOVATTO; SOARES, 2018).

Ao mesmo tempo, o processo de educação museal envolve ações integradas e contínuas, não sendo composto apenas por atividades isoladas, como visitas. Isso a diferencia da mediação e da comunicação, mesmo que haja conexões entre essas práticas. Por outro lado, para alguns autores, a própria exposição e mesmo ações isoladas, por si mesmas, também envolvem processos educativos, ainda que nem sempre de forma explícita e, portanto, também devem ser entendidas como educação museal. Afinal, em qualquer experiência oferecida ao público nesses museus, há sempre uma intenção educativa, seja ela delimitada por educadores e explícita ou mais sutil e implícita (LUCKESI, 1994). É por essa perspectiva educacional que se guia a presente pesquisa ao se analisar os museus da Região dos Lagos.

Os museus historicamente têm desempenhado um papel como locais que não apenas preservam e exibem artefatos culturais e científicos, mas também como espaços de ensino e aprendizado. Esse papel educativo ganhou maior reconhecimento e formalização ao longo do

século XIX, especialmente na Europa e nos Estados Unidos, onde começaram a surgir áreas dedicadas especificamente à educação dentro dessas instituições. Na verdade, essa é uma preocupação educacional em sintonia com o desenvolvimento de abordagens pedagógicas que enfatizam o aprendizado direto e prático por meio da observação e interação com objetos concretos. Essas abordagens incluem teorias como as lições das coisas e o método intuitivo de educação, que ganharam destaque ao longo do século XIX e influenciaram a formação das pedagogias renovadas e ativas (LIBÂNEO, 1991).

No Brasil, essa relação também remonta ao século XIX, com o surgimento dos primeiros museus, mas somente no século XX ganha intensidade e maior corpo teórico e metodológico. Nesse contexto, entrelaçados com discussões sobre a renovação da educação nacional no movimento da Nova Escola, o Museu Nacional, sob a direção de Edgard Roquette-Pinto, criou o primeiro setor exclusivo dedicado à educação museal do Brasil, em 1927, o 5º Serviço de Assistência ao Ensino de História Natural (SAE). Vale dizer que foi

> [...] o primeiro setor educativo de um museu brasileiro, marco da institucionalização da educação museal no país. Essa iniciativa decorre da transição de uma dimensão educativa, pautada em uma aura educacional inerente à origem do próprio museu, para o reconhecimento de sua função educativa, marcada pela compreensão da existência de uma função sistemática e comprometida com objetivos educacionais explícitos. A educação passa, então, a ser compreendida como uma função necessária na estrutura da instituição (COSTA; GOUVEIA, 2020, p. 33).

Nesse movimento, o Museu Nacional se inseriu nesses debates com intercâmbios e o envio de professores e de pesquisadores ao exterior em busca de informações técnicas. Um dos que mais contribuíram nesse processo foi a Professora Bertha Lutz,

> Na busca de melhores formas de atingir o público visitante do museu, a zoóloga Bertha Lutz, responsável pela divulgação das coleções do MN junto às escolas, visitou inúmeros museus nos Estados Unidos em 1921. A partir daí o museu se orientou para executar o que vinha sendo desenvolvido nos museus norte-americanos (VALENTE, 2020, p. 58).

No ano de 1932, temos um dos primeiros trabalhos sobre o tema, um relatório apresentado no Museu Nacional, elaborado por Bertha Lutz: “O Papel Educativo dos Museus Americanos” (WICHERS, 2011). Esse trabalho foi resultado de suas viagens e visitas a diversos museus americanos, tendo a oportunidade de observar as diferentes abordagens educacionais adotadas por esses espaços culturais e, assim, poder retornar ao Brasil com novas reflexões e abordagens para a educação museal.

Em seus estudos, essa pesquisadora

> versa sobre material didático, democratização cultural, visitas escolares, ações extramuros, atividades voltadas para pessoas com deficiência e para crianças pequenas, estudos de público, além de questões de gênero, arquitetura de museus, propaganda e divulgação, dentre outros (COSTA; GOUVEIA, 2020, p. 39).

Essas discussões envolviam diversos setores dentro de um museu e suas áreas correlatas, abrangendo desde a disposição dos objetos nas exposições até o uso de tecnologias, como som e cinema. Ademais, esses debates sobre museus e educação se inserem em um contexto geral mais amplo; afinal, foi um período em que a educação como um todo foi alvo de intensos debates e projetos no Brasil e no exterior. Esse momento, ou seja, as décadas de 1920 e 1930

> [...] foram férteis em discussões sobre educação e pedagogia. Diversos interesses opunham-se, sobretudo entre liberais e conservadores, ao lado de alguns grupos da esquerda socialista e anarquista e outros da direita, como os integralistas, sem nos esquecermos dos interesses dos militares na educação. No meio desse debate, muitas vezes áspero, o governo estruturava suas reformas, nem sempre tão democráticas e igualitárias como sonhavam os mais radicais. Os conservadores eram representados pelos católicos defensores da pedagogia tradicional, não propriamente a jesuítica, mas aquela influenciada por Herbart. Os liberais democráticos eram os simpatizantes da Escola Nova, e seus divulgadores estavam imbuídos da esperança de democratizar e de transformar a sociedade por meio da escola (ARANHA, 1989, p. 325).

Nesse contexto, surgiu o movimento Nova Escola, influenciado por pensadores e pedagogos americanos e europeus, como John Dewey, em um contexto de renovação no campo da educação, com a expansão das denominadas pedagogias renovadas e ativas (LUCKESI, 1994). Ocorreu, assim, a ampliação de perspectivas que defendiam a educação como um processo ativo e experiencial, em contraste com métodos mais tradicionais e passivos. Diante dessa perspectiva, s museus ganharam espaço nos debates educacionais, e, como elementos de novas visões de ensino ativas, avançavam para além das salas de aula.

> Os avanços nas discussões sobre a Educação Brasileira e novas propostas metodológicas e políticas de atuação são fortalecidos por educadores e pensadores que articulam e defendem novas abordagens para a educação no Brasil. Nesse contexto de inovações, os museus servem como locus de expressão do novo potencial transformador da educação. O movimento da Escola Nova, que preconiza uma abordagem mais centrada no aluno e metodologias ativas, é levado para o interior dos museus, provocando mudanças significativas nesses espaços. Os profissionais de museus estão cada vez mais envolvidos nesse processo de apropriação e dedicam-se a proporcionar, por meio dos museus, o alcance de metas educacionais escolares (PEREIRA, 2010, p. 57).

Essas discussões eram permeadas por áreas correlatas. Cumpre notar que a própria museologia estava passando por processos de ampliação e de renovação que culminaram na criação do primeiro curso de museologia no Brasil, uma iniciativa importante a partir do incremento das discussões e debates sobre os espaços museológicos no país (FARIA, 2017). Assim, das décadas de 1930 a 1950, a temática se expandiu, e os museus brasileiros viveram um momento de aproximação com setores educacionais, culminando com o desenvolvimento de setores educacionais e ações voltadas ao público escolar. Ocorreu, portanto, um cenário onde muitos museus brasileiros, iniciaram o desenvolvimento de uma gama de ações, como treinamento de guias e a expansão de visitas guiadas, a elaboração de material de apoio, cursos para professores, uma atenção aos painéis e a disposição dos objetos.

Em 1946, o diretor do Museu do Estado da Bahia, José Antonio do Prado Valladares, publicou o livro "Museus para o povo. Bahia: Museu do Estado da Bahia" (FARIA, 2017), o que demonstra como o tema passou a circular nos museus nacionais. Essa grande aproximação entre museus e escolas, com o aumento da visitação de alunos e professores, gerou-se, para alguns autores, uma dependência excessiva, o levou muitos museus a perderam suas particularidades e potencial educativo único em repostas às demandas escolares (VALENTE, 2020).

Apesar desses debates e de todo um processo de renovação na educação museal, segundo Luciana Martins (2006; 2011) as pedagogias tradicionais continuavam a circular nesses espaços. Ao mesmo tempo, forneciam uma base conceitual importante para o desenvolvimento das atividades praticadas nos museus, como também do próprio entendimento de como se processou o aprendizado.

Nessas primeiras décadas do século XX, verifica-se que a temática foi ganhando escopo teórico e metodológico, em sintonia com o desenvolvimento de debates na área de educação e museologia, bem como motivada por articulações com outros países, principalmente os Estados Unidos.

> [...] até o momento, fica patente a existência no Brasil, na primeira metade do século XX, de um conjunto de reflexões devotadas à relação entre museu e educação. Há uma pedagogia de museu associada às ideias de educação permanente e educação escolar. Não obstante, as ações educativas partiam, nesses contextos, da premissa de que existia um conhecimento/verdade a ser transmitido, no âmbito de uma teoria de aprendizagem que considerava o indivíduo de forma passiva (WICHERS, 2011, p. 56).

Na segunda metade do século XX, começaram a ser desenvolvidos outros trabalhos que experimentaram um crescimento significativo no período pós-guerra, incluindo a

realização de encontros internacionais e nacionais, além da publicação de inúmeros estudos sobre o tema e a educação museológica (WILCHERS, 2011). Em 1946, a criação do Conselho Internacional de Museus (ICOM), em Paris, ligado à UNESCO, estabeleceu uma plataforma internacional para a cooperação entre museus. Desde então, o referido conselho tem promovido reuniões e conferências focadas na educação museológica, com destaque para o Comitê de Educação e Ação Cultural (CECA).

> O ICOM tem por objetivo efetivar uma cooperação internacional entre os museus. Desde então são promovidas reuniões, conferências, convênios, bem como o estímulo à criação de comitês internacionais vinculados, a exemplo do Comitê de Educação e Ação Cultural (CECA). Na década de 1950, um dos temas fortemente debatido no âmbito do ICOM foi a relação entre museu e Educação, a exemplo da segunda conferência bienal do Conselho. Acreditando que uma das grandes contribuições para os museus seria o incentivo ao desenvolvimento de programas educativos capazes de aproximar o público das coleções, a UNESCO organizou, também na década de 1950, eventos temáticos (FARIA, 2014, p. 55).

Na década de 1950, os debates sobre a relação entre museus e educação ganharam destaque, e a UNESCO organizou eventos temáticos para estimular o desenvolvimento de programas educativos nos museus (MARTINS, 2006). Como parte desse movimento internacional, em 1958 o Brasil sediou Seminário Regional da UNESCO, realizado no Rio de Janeiro, sendo discutido na oportunidade o papel educacional dos museus.

> O Seminário Regional da UNESCO, ocorrido no período de 07 a 30 de Setembro de 1958, com sede no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, teve por proposta debater a função que esses ambientes deveriam cumprir como meio educativo para a população, com ênfase nos serviços para a educação escolar (FARIA, 2014, p. 55).

Essa reunião trouxe importantes reflexões sobre o papel educacional do museu com destaque para discussões sobre a necessidade de um funcionário específico, o pedagogo do museu, um profissional voltado para pensar e orientar sobre as ações educacionais desenvolvidas nesses espaços. As atenções também se voltaram para as exposições, visitas e outras atividades educacionais que esses espaços poderiam oferecer (FARIA, 2014; MARTINS, 2006).

"A organização do Seminário Regional da UNESCO reforçou a necessidade da aproximação entre museus e Educação. Sua realização impulsionou uma produção intensa sobre educação em museus no referido ano." (FARIA, 2014, p.55). Em face disso, diversos autores e pesquisadores passaram a se dedicar ao tema, passando a desenvolver pesquisas e trabalhos, ampliando os debates sobre a relação dos museus e o ensino, como Sigrid Pôrto de Barros, que em 1958 publicou o artigo *O Museu e a Criança* (Pereira, 2010). Também nesse

movimento, na década de 1960 foi inaugurado o Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville (MASJ), na cidade de Joinville (SC) "[...] nascido sob a égide dos museus americanos e influenciado pela afirmação educativa como primordial na relação museu-comunidade" (CAMPOS, 2014, p. 66).

O evento que marca uma relevante mudança na relação entre a educação e os museus foi a Mesa Redonda de Santiago, no ano 1972. Esse evento foi marcado por novas ideias, ocorrendo em um contexto de intensas agitações sociais e políticas que marcaram as décadas de 1960 e 1970. Esse cenário, pode-se dizer, impulsionou novas perspectivas sobre o papel do museu e sua relação com a sociedade e a educação.

Assim, em Santiago, as recomendações foram na direção de um museu integrado à sociedade ao seu redor, com uma forte ênfase na educação. Nesse sentido, buscava-se uma educação transformadora da sociedade, tendo os museus um papel de destaque. Isso inclui recomendações que incidiam sobre a educação, como a formação de setores educacionais nos museus, ordenação educativa das exposições, produção de material para escolas, o desenvolvimento de ações de formação para professores. E, nos anos seguintes, outros eventos marcaram a difusão de novas perspectivas que se propagaram e marcaram o surgimento do que foi denominado uma Nova Museologia.

> A Nova Museologia é compreendida como uma corrente de pensamentos e práticas que renovou o cenário museológico internacional a partir dos anos 1970. Suas premissas, desenhadas e discutidas desde o início do século XX, ampliam a compreensão de patrimônio e público, além de reconfigurar o papel a ser desempenhado pelos museus. O público passa a abranger não só os visitantes da instituição, mas toda a sociedade na qual o museu está inserido; o patrimônio é ampliado em relação às coleções, passando a englobar todas as referências patrimoniais — naturais e culturais — presentes no território daquela sociedade específica; o museu, por sua vez, deverá ter um papel ativo no desenvolvimento das sociedades e na preservação de seu patrimônio, esteja ele dentro ou fora da instituição (Varine, 1969). Dessa forma, a Nova Museologia amplia a perspectiva de atuação dos museus, exortando-os a extrapolar seus muros por meio de ações de comunicação e educação, em direção à sociedade e de encontro a seus públicos (MARTINS, 2011, p. 65-66).

Nessa direção, observa-se, a partir principalmente a partir da década de 1970, um aumento significativo nos estudos e debates sobre a relação entre o ensino, museus e patrimônios (LEITE, 2018). Nas décadas seguintes, outras conferências foram ampliando os debates internacionais, proporcionando a intensificação dessas mudanças rumo à Nova Museologia.

Destaca-se o Congresso de Quebec, realizado no Canadá em 1984, cuja declaração final é considerada o documento fundador do MINOM – Movimento Internacional para uma

Nova Museologia. Mais tarde, em 1992, aconteceu em Caracas, na Venezuela, o seminário "A missão dos museus na América Latina hoje: novos desafios", que, segundo Martins (2006), reafirmou a importância da educação no espaço museal e a criação de exposições abertas ao público em sua integralidade e capaz de dialogar com a sociedade, em sintonia com os problemas sociais e econômicos de sua época.

No Brasil, esse período foi marcado pelo retorno da democracia e por uma ampliação dos debates sobre o papel da educação, possibilitando uma reavaliação do papel dos museus, assim com sua função educacional, comprometido com a construção de uma educação inclusiva e cidadã. Nessa óptica, na década de 1980, o Governo Federal criou o Programa Nacional de Museus, no Ministério da Cultura, reforçando essa aproximação entre os museus e a educação, ao fomentar políticas na direção de que tais entidades "[...] fossem agências educativo-culturais, incentivando-as a promoverem ações com vistas a complementar o ensino formal, adequando a educação à realidade econômica, social e cultural do país." (CARNEIRO, 2009, p. 40). Daí, consolida-se um

> [...] caminho que se desenvolveu para uma escolarização dos serviços educativos nos museus brasileiros. Por um lado, as escolas foram incentivadas a buscar nos museus a ilustração, via contato direto com o acervo, dos conteúdos trabalhados em sala de aula e, por outro lado, os museus viram-se responsáveis em atender a esta demanda – de complementaridade ao ensino formal e de comprometimento com as perspectivas escolares, uma vez, também, que não estavam envolvidos com políticas culturais e educacionais, reduzindo suas várias e específicas possibilidades de atuação (CARNEIRO, 2009, p. 40).

Nesse movimento mais amplo de se pensar a educação museal, aconteceu o I Seminário sobre o Uso Educacional de Museus e Monumentos, no Museu Imperial em Petrópolis, no Estado do Rio de Janeiro, na década de 1980. Assim, os debates sobre o uso educacional do museu, bem como sobre a importância e o papel da educação museológica ganharam um novo componente com o desenvolvimento do conceito de 'trabalho' proposto pela Educação Patrimonial, esta que, primeiramente, foi defendida e definida no Brasil pelas pesquisadoras Maria Horta, Evelina Grunberg e Adriane Monteiro.

> Trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e os adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural (HORTA, GRUNBERG, MONTEIRO, 1999, p. 5).

Para autores como Chagas (2006) e Wichers (2011), esse evento marcou a sistematização do conceito de Educação Patrimonial, embora não tenha sido o início da utilização dos museus e seus patrimônios no ensino de História. Wichers (2011) explica que:

> No campo das ações educativas centradas no patrimônio arqueológico, só para citar um exemplo paulista, temos as ações desenvolvidas por Paulo Duarte ainda na década de 1960, quando o Instituto de Pré-História já mantinha uma exposição de Arqueologia, e promovia visitas aos sítios arqueológicos e inúmeras palestras proferidas pelo pesquisador (WICHERS, 2011, p. 62).

Por sua vez, Matos (2017), o grande avanço promovido pela edificação do conceito da Educação Patrimonial foi a união entre a prática e a reflexão na temática da educação ligada ao patrimônio. Desse modo,

> [...] a metodologia da educação patrimonial constitui-se como ponto central e divisor do pensamento do patrimônio cultural entre os equipamentos (museus, acervos, bibliotecas, ações educativas, entre outros) e o público, torna-se um método que une a prática e a reflexão no campo da cultura material (MATOS, 2017, p. 44).

Nas décadas de 1980 e 1990, período marcado pela criação dos museus na Região dos Lagos (com exceção de Araruama, que teve o seu criado em 2006, mas dentro do mesmo contexto), esses movimentos e discussões promoveram importantes renovações, especialmente nos grandes museus nacionais. Estes, de maior visibilidade, estavam localizados nos grandes centros urbanos, sendo os principais centros impactados por essas novas ideias.

> [...] com iniciativas que buscaram revitalizar várias instituições, adequando-as aos parâmetros da nova museologia. Em linhas gerais, promoveram-se a reformulação de espaços físicos e de exposições, a adoção de critérios e procedimentos adequados de conservação e segurança dos acervos, e, sobretudo, a implantação de serviços educativos, referenciados no princípio da participação do público na construção de relações culturais. Também no plano conceitual, surgiram autores com uma produção sistemática, desenvolvendo reflexões críticas acerca da museologia, cultura, memória, patrimônio e educação. O pensamento tradicional, confinado a lidar exclusivamente com a realidade circunscrita das instituições de museus, e que elegia a conservação e o acúmulo de coleções como centro de suas reflexões, pouco a pouco cedeu lugar a novos conceitos que buscaram ampliar, diversificar e, sobretudo, democratizar o campo de ação da museologia (JULIÃO, 2006, p. 28).

Esse cenário evidencia a renovação dos museus e a educação museal que se acelerou nas duas últimas décadas do século XX, expandindo-se para diversas áreas do conhecimento. Para citar, a expansão do conceito de patrimônio é um exemplo claro dessa transformação, com a inclusão de grupos historicamente marginalizados, como os indígenas etc. Na Arqueologia, os debates se intensificaram, especialmente em relação à conexão entre esse

campo e a sociedade, a partir de uma abordagem de arqueologia pública, entre outras perspectivas.

Além disso, o campo do ensino de História também passou por uma expansão com o crescimento exponencial na quantidade de pesquisas e autores dedicados a esse tema nos últimos anos (Leite, 2018). Nesse ponto, Marcelo Henrique Leite em sua dissertação, "Ensino de História e Museu: os Usos Docentes do Museu Republicano ‘Convenção de Itu’", ao realizar um levantamento sobre o tema dentro do campo da História, cita alguns autores que estão se debruçando na temática.

> Nos artigos e trabalhos publicados nos anais, há uma citação frequente de alguns pesquisadores, o que possibilita a criação de um mapeamento das referências teóricas para as pesquisas em Ensino de História e museus. Entre os autores mais destacados nos textos estão Ulpiano Bezzera de Meneses, Francisco Régis Ramos, Júnia Salles, Lana Siman e Maria Lourdes Pereira Horta (LEITE,2018, p. 40)

Por fim, destaca-se que, no início do XXI, a educação museal vivencia uma intensificação dos debates e discussões, resultados de mudanças profundas oriundas de diversos campos envolvidos, passando pela educação, história, patrimônio, arqueologia e pela própria museologia. Do ponto e vista institucional e do desenvolvimento de políticas públicas, esse setor avançou depois dos anos 2000, com a criação, em 2003, da Política Nacional de Museus, e, seguido do Estatuto dos Museus, o IBRAM, assim como em 2017, com a aprovação da Política Nacional de Educação Museal (KRUPCZAK; AIRES; SILVEIRA, 2021). Um reflexo das décadas de 1970/1980 que trouxeram novos debates nessas várias áreas interligadas com novas demandas sociais e com o convívio em um ambiente democrático.

Nesses últimos anos, mesmo de forma lenta,

> [...] ocorreu uma expansão e uma revisão museológica, em que foram redimensionadas as formas de atender ao público, mas também de envolver e sensibilizar pela educação museal. Tanto que nos anos 1990, passou-se a ter um espaço educativo nos museus como uma prerrogativa de organização nos museus (ZARBATO, 2021, p. 125).

Portanto, esses debates sobre a educação museológica, o patrimônio e a inclusão de novos grupos sociais acabam refletindo diretamente na própria definição do que é um museu. No Brasil, a definição de museu estabelecida pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) é a seguinte:

> Art. 1º - Consideram-se museus, para os efeitos desta Lei, as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e

> coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento (BRASIL, 2009, p.1).

Assim, dentro desse contexto e perspectivas, os debates se aprofundaram e, nos últimos anos, provocaram a formação do que se convencionou chamar de Nova Pedagogia do Patrimônio. Em nosso país, cumpre ressaltar,

> [...] desde 2006, vem sendo construída coletivamente uma nova forma de ver e fazer educação patrimonial, a partir da renovação ocorrida no órgão federal de patrimônio, o Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), com a entrada de novos servidores públicos, os quais transformaram o pensamento sobre esse campo. Eventos organizados pelo setor educativo do órgão, como seminários, fóruns de discussão e oficinas, fizeram convergir esforços para essa construção coletiva de uma nova pedagogia do patrimônio. Disso resultou, em 2016, três grandes marcos no campo: em 2014, a publicação do Iphan intitulada Educação Patrimonial: Histórico, Conceitos e Processos, que apresentava novos princípios educativos; a portaria Iphan nº 137/2016, que estabeleceu as diretrizes para a educação patrimonial no país; e a publicação, em 2016, do Inventário Participativo. Manual de Aplicação, uma ferramenta para embasar novas ações de identificação estimulando a autonomia dos grupos sociais (SCIFONI, 2022, p. 3).

Apesar de todos os avanços teóricos e metodológicos, impulsionados por debates provenientes de diversas áreas do conhecimento, como História, Sociologia e Arqueologia, os museus no século XXI ainda enfrentam desafios e limitações para cumprir, de fato, o seu papel na construção de uma sociedade mais justa e igualitária, conforme preconizado pela Constituição Federal do Brasil. Desse modo, os museus do final do século XX e início do XXI,

> [...] assim como outros equipamentos culturais, estreitaram os laços com o mercado, por meio de mecanismos destinados a promover o apoio e o patrocínio à cultura pelas empresas. [...] Se, por um lado, as leis de incentivo tornaram-se alternativas legítimas e, em parte, bem sucedidas de sustentação de políticas culturais, em face da falta de recursos orçamentários da União e dos Estados, por outro, têm obrigado os museus a se adequarem à lógica do mercado, às exigências do marketing e do consumo cultural. São exemplos disso a recepção de exposições do circuito internacional ou a promoção de grandes exposições locais, que vêm ocorrendo em muitos museus, inclusive fora do tradicional eixo cultural Rio-São Paulo. Concebidas como megaeventos, essas exposições constituem verdadeiros acontecimentos na mídia, atraindo milhares de pessoas, ou seja, um público quantitativo e qualitativamente inédito para os museus. [...]. Entretanto, ao serem convertidas em espetáculos, as exposições transformam os museus em espaços de mero consumo cultural, relegando para o segundo plano a sua função social e educativa, tão enfatizada nas últimas décadas (JULIÃO, 2006, p. 29).

É possível observar, vale pontuar, como, ao longo de sua história, essas instituições, especialmente no século XX, assumiram cada vez mais um papel ativo no processo educacional de vários países (MARTINS, 2006). Assumiram progressivamente um papel

educacional. Assim, a partir das definições correntes, torna-se necessário pensá-las também como espaços de ensino. Para isso, é preciso uma breve leitura sobre alguns conceitos sobre educação.

> [...] educação formal: sistema de educação hierarquicamente estruturado e cronologicamente graduado, da escola primária à universidade, incluindo os estudos acadêmicos e as variedades de programas especializados e de instituições de treinamento técnico e profissional.
> educação não-formal: qualquer atividade organizada fora do sistema formal de educação, operando separadamente ou como parte de uma atividade mais ampla, que pretende servir a clientes previamente identificados como aprendizes e que possui objetivos de aprendizagem.
> educação informal: verdadeiro processo realizado ao longo da vida em quem cada indivíduo adquire atitudes, valores, procedimentos e conhecimentos da experiência cotidiana e das influências educativas de seu meio – na família, no trabalho, no lazer e nas diversas mídias de massa (COMBS; PROSSER; AHMED, 1973, *apud* MARANDINO, 2008, p. 13).

Ao observarem principalmente a distinção os tipos de educação, alguns autores questionam-na quanto aos espaços de sua aplicação, pois para eles deve-se pensar que essa classificação pode e deve ser vista como algo mais complexo, podendo existir variações nesse tipo de enquadramento. Assim,

> [...] um museu, por exemplo, poderia ser nomeado como um espaço de educação não-formal quando o pensamos como instituição, com um projeto de alguma forma estruturado e com um determinado conteúdo programático. Mas, ao pensarmos sob o olhar do público, poderíamos considerá-lo como educação formal, quando alunos o visitam com uma atividade totalmente estruturada por sua escola, buscando aprofundamento em um determinado conteúdo conceitual (ou, como muitos professores dizem, tentando "ver na prática o que têm em teoria na sala de aula"). E podemos, ainda sob o olhar do público, imaginá-lo como educação informal, ao pensarmos em um visitante que procura um museu para se divertir em um final de semana com seus amigos ou familiares. Entender as características dos diversos contextos educativos e refletir sobre aproximações e diferenças entre eles nos ajuda a aprimorar a nossa ação educativa em museu (MARANDINO, 2008, p. 15).

Portanto, entende-se que esses lugares devem ser pensados a partir de uma dupla perspectiva, uma vez que são tanto lugares de memória quanto lugares de ensino (Zarbato, 2021). Nessa linha, experiência de visitar um museu não deve ser encarada apenas como uma forma de entretenimento ou um desvio das aulas tradicionais. Em vez disso, deve-se considerar que o ambiente do museu promove um processo educativo, fundamentado em diversas teorias e princípios que orientam as práticas de ensino e as atividades oferecidas. "Cada museu vai adotar uma tendência de educação, que vai servir de orientação para as atividades realizadas. Tal escolha ocorre de acordo com a forma como o museu se entende na sociedade e como vê sua função educacional" (KRUPCZAK; AIRES; SILVEIRA, 2021, s.p.).

As autoras Carla Adrò, Eneritz López e Magalí Kivatinetz (KRUPCZAK; AIRES; SILVEIRA, 2021)., ao se debruçarem sobre a temática, organizaram um quadro teórico sobre as tendências e concepções ligadas aos museus, conforme suas visões, teorias e ações na área educacional. Isso poderá servir com uma chave referencial capaz de traçar, em linhas gerais, alguns aspectos de como esses espaços pensam e articulam seus processos e ações educativas. Essa classificação é baseada na visão do museu (o papel do museu na educação), tipo de exposição (como se configura a exposição) e a visão da educação e do educador (como se entende o processo de ensino-aprendizagem) (KRUPCZAK; AIRES; SILVEIRA, 2021).

Nesse sentido, as cinco grandes tendências na área da educação dos museus foram descritas como: canônica, instrutora, por descoberta, construtivista e reconstrutora:

> Tendências na Educação Museal
> Canônica
> - Visão do Museu: O museu é visto como um espaço de conhecimento sofisticado e experiência estética.
> - Tipo de Exposição: Estrutura linear e cronológica, com textos elaborados e complexos.
> - Visão de Educação e Educador: Muitas vezes não há um educador presente. A relação entre produtores de conhecimento e o público é hierárquica, esperando que o público seja passivo.
>
> Instrutora
> - Visão do Museu: O museu serve como um espaço para a transmissão unidirecional de conhecimento.
> - Tipo de Exposição: Exposições sequenciais e cronológicas, com informações organizadas do mais simples para o mais complexo.
> - Visão de Educação e Educador: O educador atua como um guia que reproduz o discurso do especialista. O visitante é esperado a ouvir passivamente.
>
> Por Descoberta
> - Visão do Museu: O museu é um espaço de descoberta, diversão e encontro, com a educação como ponto central.
> - Tipo de Exposição: Exposições interativas onde os objetos podem ser tocados e explorados.
> - Visão de Educação e Educador: O educador é um facilitador que ajuda os visitantes a explorar e interpretar o conteúdo com base em suas próprias experiências. Apesar da interatividade, a mensagem principal é predeterminada.
>
> Construtivista
> - Visão do Museu: O museu promove cidadania ativa e desenvolvimento pessoal.
> - Tipo de Exposição: Exposições focadas mais no aprendiz do que no conteúdo, com atividades e recursos variados.
> - Visão de Educação e Educador: O educador harmoniza o conhecimento do visitante com o contexto do museu, promovendo uma experiência de aprendizagem personalizada e reflexiva.
>
> Reconstrutora
> - Visão do Museu: O museu é um local de construção pública de conhecimento, enfatizando a democracia e as relações entre diferentes culturas.
> - Tipo de Exposição: Exposições que abordam dilemas, questionam relações de poder e saber, e desafiam narrativas existentes.
> - Visão de Educação e Educador: O educador adota uma abordagem crítica e dialoga com o público, aprendendo com ele e promovendo a co-criação de conhecimento (KRUPCZAK; AIRES; SILVEIRA, 2021, s.p.).

Todavia, ainda que Carla Adrò, Eneritz López e Magalí Kivatinetz classifiquem as tendências a partir de grandes categorias, elas devem ser consideradas não como elementos estanques, mas como possibilidades de combinações e de variações de suas características. Elas

> [...] observam que a classificação dessas tendências, entendidas como uma orientação comum entre os profissionais da educação museal, tem um fim didático. No entanto, elas não são homogêneas e é possível que coexistam, em uma mesma instituição, diferentes perspectivas, que podem conviver pacificamente ou enfrentar-se na disputa pela hegemonia (SARDELICH, 2017, p. 189-190).

Ao mesmo tempo, podemos perceber a confluência preferencialmente de duas tendências e visões pedagógicas que permeiam a construção dessa classificação: a tradicional e a renovada (LUCKESI, 1994).Daí, percebe-se a influência das pedagogias ditas tradicionais, cuja centralidade no professor, no caso, do mediador como condutor do conhecimento ainda é visível.

> A relação de ensino-aprendizagem é unidirecional, cabendo ao professor interpretar e expor a matéria. A o aluno resta o papel de recepção passiva e assimilação de um modelo ideal de formação designado pelo mestre. No geral esse modelo tinha como fim a inserção da criança no mundo produtivo da sociedade capitalista, considerada por princípio a sociedade ideal (MARTINS 2011, p.78).

Por outro lado, observa-se também as orientações e concepções pedagógicas ligadas à tradição pedagógica dita renovada, com sua visão de educação pautada na experiência e na vivencia real.

> Essas teorias foram decisivas, em muitos aspectos, para justificar o uso educacional dos museus e de suas coleções. O caso da “lição das coisas” é bastante ilustrativo dessa afirmação. Amplamente debatida pela bibliografia pedagógica, a lição das coisas tem na sua origem as teorias educacionais de Rousseau, Pestalozzi e Fröebel sobre ensino intuitivo. Esses pensadores foram, de acordo ainda com Libâneo, os percussores das Pedagogias Renovadas que despontaram no cenário educacional no final do século XIX. A base do ensino intuitivo é a crença na natureza espontânea do aprendizado e na vivência do concreto e do real. É a partir da experiência intuitiva, orientada pelo professor, que o educando irá aprender, respeitando o fluxo natural do seu próprio desenvolvimento (MARTINS, 2011, p. 72).

É válido, portanto, dizer que a partir do pressuposto de que toda experiência oferecida ao público nesses museus é carregada de alguma intencionalidade educativa, seja de forma explícita ou implícita.

> Se nem esses pressupostos estão tão explícitos, é preciso explicitá-los, desde que eles sempre existem. Por vezes, eles estão subjacentes, mas nem por isso inexistentes. O estudo e a reflexão deverão “obriga-los” a aparecer, desde que só a partir da tomada de consciência desses pressupostos é que se pode optar por escolher

> uma ou outra pedagogia para nortear nossa prática educacional (LUCKESI, 1994, p. 33).

Diante disso, é por essa perspectiva educacional que esta pesquisa se pauta, ao pensar essas atividades educacionais desenvolvidas nesses espaços da Região dos Lagos. Aqui, nesta pesquisa, partindo desse pressuposto, busca-se, na sequência do texto, perceber como a questão educacional se relacionou e interligou com o processo de planejamento e criação desses espaços ímpares nessas localidades.

Por fim, cumpre algumas reflexões sobre esses museus. Isso inclui entender: a) como e por que foram criados; b) quais foram as instituições e os agentes responsáveis; c) quais foram os contextos que influenciaram as abordagens educacionais adotadas; d) como e quais foram a metodologia de ensino, os objetivos educativos e os princípios que guiaram a elaboração das atividades e do currículo; e) e, finalmente, como ocorreu a seleção de itens, a organização das exibições, bem como foram construídas as narrativas e os discursos apresentadas ao público. Certamente, pensar a respeito possibilitará compreender a relação dessas instituições com o ensino, cada um conforme o seu contexto espacial.

4.1.1 Um primeiro olhar: Araruama, Rio das Ostras e Saquarema

Na Região dos Lagos esses espaços passaram a desempenhar também em suas atividades ações educacionais. Esses espaços em suas ações diárias promoviam esse dialogo entre patrimônio, museu e arqueologia. Segundo Bruno (1999), as relação entre a arqueologia e os museus entraram em declínio a partir da década de 1930 e se aceleraram nos anos 1960 como resultado da institucionalização da arqueologia nas universidades e a atuação independente dos arqueólogos em institutos próprios e museus universitários. Somente nas últimas décadas essa relação lentamente está sendo restabelecida com influencias múltiplas em um cenário de renovação das respectivas áreas de conhecimento.

É nesse cenário que surgiram esses espaços na Região dos Lagos. Como resultado, os arqueólogos desempenharam papéis preponderantes no processo de montagem dos acervos e na construção das narrativas expositivas. Na área educacional, os espaços de Saquarema e Rio das Ostras não possuem setores educacionais formalmente instituídos. No caso do Museu Arqueológico de Araruama, o projeto museológico consta a existência de uma área

denominada de Comunicação, responsável pela exposição, ação educativa, difusão Cultural e extroversão.

Com sua abertura e funcionamento, consegue-se inferir alguns dados relativos ao funcionamento da área educacional do museu através de alguns poucos documentos disponíveis no Centro de Memória. No Plano Anual de atividades de 2010/2011, consta um quadro de funcionários distribuídos nas áreas de Educação, Museologia, Arqueologia e Administração. No mesmo documento consta que o museu conta com uma " [...] exposição permanente sobre a ocupação Tupinambá em Araruama e sobre a ocupação histórica da Fazenda Aurora"(MUSEU ARQUEOLOGICOARARUAMA, 2010, s.p.). Havia, portanto, uma museólogo responsável que naquele momento era a Museóloga Danielle Barroso Viana. Nesse mesmo documento consta que uma das metas estabelecidas era justamente a elaboração de um Projeto Pedagógico do Museu.

A presença de setores educacionais tornou-se uma demanda crescente nos museus nacionais desde a década de 1950, quando já se discutia a necessidade de áreas específicas e a inclusão de um pedagogo no museu. No entanto, em museus locais e de menor porte, as limitações financeiras e estruturais dificultam a criação e manutenção desses espaços, bem como a contratação de profissionais especializados para tais atividades. Por outro lado, dentro da perspectiva adotada nesta pesquisa, a ausência de setores educacionais formais não impossibilita ações educacionais. Na verdade, toda ação dentro desses espaços, de alguma forma, envolve processos de ensino e aprendizagem, seja de maneira planejada ou não (LUCKESI, 1994).

Mesmo em contextos onde não há uma estrutura pedagógica institucionalizada, as interações entre o público e os objetos, a mediação informal dos guias ou até mesmo a simples visitação podem desencadear experiências educativas. Essas ações, embora possam não ser explicitamente formuladas como atividades pedagógicas, oferecem oportunidades de aprendizado por meio da observação, reflexão e questionamento. Assim, a educação museal transcende a presença de um setor formal, podendo se manifestar de maneira sutil e integrada ao próprio funcionamento do espaço, com base na troca de conhecimento entre os visitantes, os mediadores e os artefatos expostos (LUCKESI, 1994).

Na relação entre museus e educação, muitos autores apontam que, nas últimas décadas no Brasil, a aproximação entre essas duas esferas resultou em um processo de escolarização dos museus, com o objetivo de atender às dinâmicas próprias do sistema escolar formal. Esse fenômeno, embora tenha ampliado o papel e a inserção dos museus no contexto social, tem

provocado, simultaneamente, a progressiva perda de suas características peculiares enquanto espaços de aprendizado (MARANDINO, 2008; BITTENCOURT, 2005).

Nos três espaços (em Araruama o Museu Arqueologico e depois o Centro de Memória) mencionados os alunos constituem os seus principais públicos, principalmente em Saquarema e Rio das Ostras que possuem visitas guiadas e estão estruturados para maior interação com o publico. Em Araruama, o Museu Arqueologia oferecia serviço de monitoria sendo que com o seu fechamento, o atual Centro de Memória não oferece esse serviço ao seu público. Dessa forma, esses museus estão em sintonia com as escolas, que tendem a ser o principal alvo das práticas pedagógicas desenvolvidas nesses espaços. Além disso, os museus estão abertos não apenas aos alunos de todas as redes de ensino, mas também aos turistas e ao público em geral, oferecendo acesso gratuito. No caso de Araruama, atualmente apenas o Centro de Memória está aberto a visitação.

Na cidade de Araruama, o Museu Arqueológico estava subordinado a Secretária Municipal de Educação e Cultural. Atualmente, o Centro de Memória de Araruama está subordinado à Secretaria de Cultura, Turismo e Desenvolvimento Econômico da Prefeitura de Araruama e seu acervo e exposições estão alinhados aos temas abordados no currículo de História do Ensino Fundamental II da Secretaria Municipal de Educação de Araruama. Sua estrutura apresenta um acervo e exposições que abordam questões, como a formação do município e a questão indígena. Em relação ao sexto ano do fundamental II, por exemplo, vale observar o que propõe.

> Identificar e analisar o significado das fontes históricas baseando-se nos documentos que abordem a história de Araruama e região.
> Identificar aspectos e formas de registro das sociedades americanas com uma abordagem específica às populações indígenas que habitaram o atual território da cidade de Araruama e região.
> Identificar os espaços territoriais ocupados e os aportes culturais, científicos e econômicos das comunidades indígenas nativas da Região dos Lagos, em especial do atual território da cidade de Araruama (SEDUC, 2023, s.p.).

Em Saquarema, o espaço está subordinado à Secretária Municipal de Educação, Cultura, Inclusão, Ciência e Tecnologia (SILVA, 2024)[122]. Atualmente, o seu acervo e exposições também estão alinhados aos temas abordados no currículo municipal de História do Ensino Fundamental II, proposto pela Secretaria Municipal de Educação de Saquarema.

[122] Entrevista efetuado em 2024. Acervo Pessoal.

No sexto ano do Ensino Fundamental II, o currículo inclui, entre os objetos de conhecimento, o estudo dos "habitantes indígenas de Saquarema". Entre as habilidades, cabe observar, no ensino de História, a necessidade de: "Identificar os espaços territoriais ocupados e os aportes culturais, científicos, sociais e econômicos dos povos indígenas de diversas regiões brasileiras, especificamente os que habitaram a região de Saquarema" (SMECICT 2024, p. 135). Além disso, o currículo, em outros pontos, também inclui habilidades que seguem nessa mesma direção, buscando aprofundar o entendimento dos alunos sobre a história e a cultura local, possibilitando-os a:

> Identificar a gênese da produção do saber histórico e analisar o significado das fontes que originaram determinadas formas de registro em sociedades e épocas distintas incluindo aqueles relacionados "a história local do bairro onde vivem, assim como do município de Saquarema. Identificar geograficamente as rotas de povoamento no território americano e conhecer os vestígios dos habitantes locais anteriores aos indígenas e sua história, identificando a importância de um sítio arqueológico (Sambaquis). (SMECICT, 2024, p. 134).

Em Rio das Ostras o Museu da Tarioba está subordinado a Fundação Cultural de Rio das Ostras, sendo o atual Diretor do Museu o Sr. Rodrigo Pontes. A proposta expositiva do museu mantém uma relação direta com o currículo municipal formulado pela Secretária Municipal de Educação, Esporte e Lazer (Seduc). Essa relação se coloca nas habilidades relacionadas ao sexto ano do Ensino Fundamental II, conforme habilidades a serem desenvolvidas a partir do mencionado diálogo entre proposta museológica e currículo escolar.

> Analisar a construção da memória nas diferentes sociedades, considerando as formas de registro (tradições orais, documentos escritos, música, monumentos, entre outros)
> Identificar/compreender conceitos e noções de nomadismo, sedentarismo e divisão do trabalho.
> Reconhecer a importância da construção e preservação da memória na sociedade riostrense.
> (Re)conhecer a importância e a existência de povos sambaquis na formação da história de Rio das Ostras.
> Descrever modificações da natureza e da paisagem realizadas por diferentes tipos de sociedade, com destaque para os povos indígenas originários e povos africanos, e discutir a natureza e a lógica das transformações ocorridas (RECRO, 2022, p. 96).

Os três espaços, portanto, possuem acervos que possibilitam uma interação efetiva com os currículos municipais desses municípios, seja abordando a temática indígena em um contexto mais amplo, seja por meio do estudo da história local ou de outras atividades

planejadas por professores de História ou outras disciplinas (RAMOS, 2004; BITTENCOURT, 2005). Ao longo dos anos 1980 e 1990, no contexto de criação desses museus, a educação passou por intensas mudanças teóricas e metodológicas em consonância com o retorno à democracia e novas pautas e demandas pelo respeito à diversidade e direitos humanos (BITTENCOURT, 2005; 2018). Assim, novas demandas como respeito à diversidade, inclusão e promoção dos direitos humanos passaram a ser incorporadas nos currículos e nas práticas pedagógicas, buscando garantir uma educação mais justa e equitativa (GOMES, 2007. Nesse sentido,

> A preservação do patrimônio histórico-cultural deve pautar-se pelocompromisso de contribuir com a identidade cultural dos diversos grupos que formam a sociedade nacional. O compromisso educacional orienta-se por objetivos associados a pluralidade de nossas raízes e matrizes átnicas e deve estar inserido no currículo real em todos os níveis de ensino. Essa nova conjuntura nacional se refletiu em âmbito escolar com o reforço do papel da história em fomentar ao nacionalismo e a identidade nacional (BITTENCOURT, 2005, p.278).

Essas mudanças refletiam avanços significativos nas políticas educacionais e foram elaboradas pelo Ministério da Educação uma série de iniciativas para melhorar o ensino básico brasileiro (GOMES, 2015). Surgiram como propostas para auxiliar os professores, os denominados Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) [123], que traziam diversas orientações sobre os conteúdos de maneira mais integrada e contextualizada[124] (SCHMIDT, 2012). Uma das medidas que o PCN preconiza, é a valorização da história local.

> Inicialmente, a atividades em que os alunos possam compreender as semelhanças e as diferenças, as permanências e as transformações no modo de vida social, cultural e econômico de sua localidade, no presente e no passado, mediante a leitura de diferentes obras humanas. (BRASIL, Parâmetros Curriculares Nacionais/História e Geografia, 1997, p.39).

Ao mesmo tempo e inserido nesse período de constituição de uma educação mais, obteve-se alguns avanços importantes com a inclusão da temática indígena e a valorização da história local no ensino de História (COELHO, 2009; SILVA, 2012). Esse medida ocorreu através da

123 Conjunto de documentos para servirem de orientação aos professores e escolas. Disponível no site do MEC
124 Disponível em http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf

> [...] Lei 11.645 de 2008 [que] [...] representa [...] um avanço significativo no reconhecimento da importância da história e das culturas dos povos indígenas na educação brasileira. A sua implementação efetiva, no entanto, requer o engajamento e a participação de todos os envolvidos no processo educativo incluindo ministérios, secretarias, gestores escolares,professores,estudantese comunidades indígenas. A inclusão da temática indígena nos currículos escolares é um passo importante para a promoção de uma educação mais inclusiva e intercultural, que valorize a diversidade e a pluralidade cultural presentes no Brasil. (GARRIDO, ROCHA, CESAR ROMANCENE, 2024, p. 2-3)

E nesse ponto os museus se constituem enquanto espaços importantes ao vincular não apenas a história local, mas também inserir a questão indígena nessas localidades, possibilitando um ensino alinhado com as demandas de uma sociedade democrática. Por sua vez, torna-se válido ressaltar a necessidade de uma aproximação institucional, pois,

> Professores, alunos e a comunidade em geral desconheciam as possibilidades de utilização de um museu como recurso didático, pois, além de os museus, até aquele momento, não terem propiciado a realização de atividades com esse objetivo, os professores, quando da sua formação em cursos de pedagogia, nunca haviam sido informados das possibilidades de utilização das coleções depositadas em nossos museus para ilustrar os programas das diversas disciplinas a serem ministradas. (SANTOS, 1987, p. 20. Apud. LOPES, 1991; MUSEU, 2017, p. 2)

Assim, esses museus e centros de memória podem atua como instrumentos importantes para a construção de uma educação mais inclusiva e contextualizada, promovendo o respeito à diversidade cultural e o reconhecimento das contribuições indígenas para a formação da sociedade brasileira.

Nesse cenário em 2008 foi sancionada a Lei 11.645/08[125], durante o governo do presidente Luis Inácio Lula da Silva. Essa lei foi um avanço na elaboração de políticas públicas relacionadas aos povos originários, pois, ela determina a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena aos estudantes da Educação Básica em todo o território nacional (COELHO, 2009). Dito isso, como salienta Funari (2011), praticamente não existem disciplinas relacionadas à história indígena nos cursos de graduação de História. Assim, esses espaços podem

> [...] oferecer ao ensino formal, o que os cursos de formação e capacitação não ofereciam aos professores da região. Atuou [atuar] como reparador das falhas do Ensino de História e Pré-História, uma vez que o currículo escolar apresenta distorções, e ainda hoje, constata-se através da análise de questionários respondidos por professores, que são poucos os professores que têm condições de ministrar aulas de pré-história (TAMANINI, 1994, p. 146).

[125] Lei disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm

É preciso pontuar, portanto que, esse fato, atrelado a outras questões ligadas à temática indígena, tem afetado a formação de pesquisadores e, principalmente, de professores para atuarem e que atuam na educação básica. Há, é bem relevante afirmar, uma carência de informações sobre esses povos nativos que aqui habitaram. A partir desse cenário, infelizmente, constroem-se, por conseguinte, tanto informal quanto formalmente na educação, problemas consideráveis, como a perpetuação de preconceitos e a disseminação de ideias defasadas sobre esses povos (COELHO, 2009).

Somado a isso, as ações educacionais extrapolaram a visitação com os profissionais ligados ao museu. Como exemplo, é preciso destacar a realização de uma série de palestras e de cursos de formações destinadas a professores e a moradores. Esse tipo de procedimento se configura como um relevante diálogo do espaço aqui em estudo com a Nova Museologia e o papel educacional dos museus. Não é demais lembrar que a própria Declaração de Santiago, de 1972, recomendava a formação dos professores por meio de cursos e de outras atividades (MARTINS, 2006, 2011).

Em face disso, o museu procurou minimizar alguns problemas relacionados ao conhecimento sobre a história local e indígena que ainda, nos dias atuais, atinge a formação de professores de educação básica. Ao agir nessa direção, o espaço, ao longo do seu funcionamento, ofertou a professores diversas palestras e eventos que tinham um papel formativo. Cumpre pontuar que não foram encontrados no arquivo da Fundação Cultural de Rio das Ostras documentos detalhados sobre esses eventos, como ementas e participantes.

Com base nas informações reportagens de jornais e sites, sabe-se que essas palestras e eventos desempenhavam um papel de oferecer aos professores informações básicas sobre o patrimônio arqueológico e os povos sambaquieiros. Assim, é possível recuperar algumas atividades formativas oferecidas aos docentes, como esta palestra destinada aos professores em 2018:

> Palestras para professores – A presidente da Fundação Rio das Ostras de Cultura, Mara Fróes, fará palestras destinadas aos docentes sobre a história e a importância do Sítio Arqueológico, dia 16 de maio, em dois horários: 10h30 e 15h30 (ASCOM – PMRO, 2018, s.p.)

Em Saquarema, houve ações no museu no intuito de oferecer aos professores da educação básica, uma formação sobre os grupos sambaquieiros e seus variados aspectos sociais, políticos etc. Esses cursos foram ministrados pelas Professoras Lina Maria Kneip e

Filomena Crancio, entre os anos de 2000 e 2006 (SILVA, 2024).[126]. Tinham a duração de um dia, denominados de “Arqueologia na Praça”, com o objetivo de qualificar os professores para a utilização do espaço do museu em seus projetos educacionais (SILVA,2024) [127] Cumpre dizer que não foram encontrados documentos detalhados sobre os cursos, como ementas e participantes, nos arquivos do museu. Diante disso, com base nas informações orais disponíveis (Silva, 2024.) [128], sabe-se que desempenhavam a função de oferecer, aos professores, informações básicas sobre os povos sambaquieiros e o período pré-contato. Por sua vez, em Araruama também aconteciam eventos complementares que ajudavam na formação de professores. Uma das atividades incluídas no Plano Anual de 2010/2011 consistia em uma palestra de formação ministrada pela Professora Ângela Buarque, focada na arqueologia de Araruama. A palestra foi direcionada a diretores e professores das escolas públicas da cidade, com o objetivo de ampliar o conhecimento sobre a história local e as práticas arqueológicas (MUSEU ARQUEOLOGICOARARUAMA, 2010).

Essas formações direcionadas aos docentes desempenham uma etapa importante, até porque busca-se fornecer aos docentes instrumentais e conhecimentos para que possam, caso tenham interesse na elaboração de projetos. Em caso positivo, em conjunto com o museu, esses docentes poderão oferecer, em seus projetos, práticas educativas que rompam com a assimetria provocada pelas visitas guiadas, estas que normalmente expõem apenas um lado do processo, no caso os museus.

Decisões como essas nos possibilitam melhor compreender como

> [...] é necessária a formação dos professores, oriundos das escolas, nas linguagens e práticas específicas do espaço museal, tanto quanto dos educadores de museus acerca dos objetivos e necessidades das escolas ao visitarem o espaço museal. Não se trata de subordinação de um ao outro, mas da possibilidade da interação pedagógica entre ambas instituições que respeite as missões e exigências particulares de cada uma (MARANDINO, 2008, p. 25).

Nesse sentido, como salienta Ramos (2004), é necessário que os profissionais de educação saibam lidar com a historicidade das coisas: “[...] Ninguém vai a uma exposição de relógios antigos para saber as horas. Ao entrar no espaço expositivo, o objeto perde seu valor de uso: a cadeira não serve de assento, assim como a arma de fogo abandona sua condição utilitária.” (op. cit. p. 19).

[126] Entrevista efetuado em 2024. Acervo Pessoal.
[127] Entrevista efetuado em 2024. Acervo Pessoal.
[128] Entrevista efetuado em 2024. Acervo Pessoal.

Nesse ponto, destaca-se a importância de uma formação teórica e de conhecimento dos professores sobre do espaço museológico para, de fato, se efetivar uma participação dos docentes no processo de aprendizado ali desenvolvido.

> É comum encontrarmos crianças e jovens em um museu acompanhados de professores, percorrendo as salas onde estão expostos variados objetos em vitrinas com iluminação atrativa. Uma atividade educativa dessa natureza sempre fica a indagação sobre o que efetivamente se aprende nessas visitas, que demandam preparação e envolvimento dos docentes e da comunidade (BITTENCOURT, 2011, p. 354).

Por fim, as palavras de José Ribamar Bessa Freire sintetizam a importância desses espaços tanto no contexto local quanto nacional, ao destacar como os museus podem ser ferramentas poderosas para a efetivação de uma educação inclusiva e ao mesmo tempo de preservação da história e memória dos povos originários desses municípios:

> Depois de 400 anos de contato, os Cocama pouco se diferenciavam da população mestiça que vivia nas proximidades de Iquitos, no Peru. Caçavam com armas de fogo, abandonando completamente suas armas tradicionais, que caíram em desuso, até desaparecerem. Daí a enorme surpresa do etnólogo, em visita a aldeia Unyurahui, no Peru, em 1960, quando viu uma antiga zarabatana – único exemplar em toda aldeia – guardada cuidadosamente numa viga do teto da maloca. Indagou ao índio Bernardo Romaina se ele ainda usava. Diante da resposta negativa, perguntou: "Então, para quer guardar?". O índio respondeu: "Para não esquecer"(GIRARD, 1963:170). Para quê museu?Toda aprendizagem dos índios sobre museu, realizada com as experiências aqui descritas, pode ser condensada nessa sábia resposta: "Para não esquecer". (FREIRE, 1988, p.33-34)

4.2 **Diálogos entre o Museu e o Ensino: o Museu de Araruama – 2006-2013**

Ao pensar a relação entre o ensino e os museus na cidade de Araruama torna-se necessário realizar um procedimento duplo. No caso, é válido analisar o Museu Arqueológico de Araruama e com o seu fechamento em 2013, o Centro de Memória Municipal herdou parte da exposição, assim, ambos têm desempenhado papéis ligados às políticas e ações no sentido de preservação da memória e da história local na localidade ao longo das últimas décadas. Entre 1992 e 2006, o Centro de Memória Municipal foi o órgão encarregado e, a partir de 2006, a cidade também passou a contar com o Museu Arqueológico na condução de políticas e ações destinadas a salvaguardar a história e a memória local.

Em 1989, durante o governo do Prefeito Altevir Barreto, os vereadores da Câmara Municipal de Araruama aprovaram uma lei (612/1989[129]) que reorganizava a administração pública municipal. O referido instrumento legal apresenta algumas demandas relacionadas ao patrimônio, ao museu local e a relação desses elementos a questões educacionais. Entre as várias medidas previstas, destacam-se duas evidências políticas municipais no sentido de promover ações educacionais: a) Artigo "XV - Promover o desenvolvimento cultural do município através do estímulo ao cultivo das ciências, das artes e das letras; b) Artigo XX - Promover com regularidade a execução de programas culturais e recreativos de interesse para a população[130].

Como resultado do desenvolvimento de políticas locais de memória e da aplicação da Lei 612[131], aconteceu a criação, em 1992, do Centro de Memória Municipal (VASCONCELLOS, 1998). Esse espaço passou a oferecer aos habitantes da cidade um local para pesquisa em seu acervo bibliográfico e documental e, principalmente, a visualização de uma leitura oficial sobre o passado da cidade materializado em uma exposição em suas dependências. Ainda que faltem documentos adicionais que permitam delinear de forma mais concisa as concepções e as ações educacionais preconizadas no momento de sua criação e realizadas ao longo do tempo, a partir de sua lei de criação e do relatório anual de 1992, com base nesse recorte, é possível inferir uma articulação pedagogia calcada em na perspectiva das autoras Carla Adrò, Eneritz López e Magalí Kivatinetz(2014), em uma tendência Instrutora. É, pode-se dizer, uma tendência que se enquadra num contexto mais amplo, pela perspectiva pedagógica tradicional (LUCKESI, 1994), de passividade dos visitantes perante a circulação pela exposição.

No início do século XXI, a Prefeitura de Araruama inaugurou outra instituição encarregada da condução de políticas e ações destinadas a salvaguardar a história e a memória local, o Museu Arqueológico de Araruama. A sua criação ocorreu anos antes, por meio do Decreto 036, de 30 de março de 1998[132], durante o mandato do prefeito Vilmar José Dias de Oliveira. Nesse mesmo documento, em seu 2º artigo, define-se que "O museu a que se refere o artigo anterior, se destinará à exposição permanente, com os objetivos culturais, educacionais e turísticos"[133]. Reforça-se, portanto, a perspectiva educacional no uso desses

129 Lei Municipal nº 612, de 7 de Abril de 1989. Disponível no Acervo do Centro de Memória de Araruama.
130 Lei Municipal nº 612, de 7 de Abril de 1989. Disponível no Acervo do Centro de Memória de Araruama.
131 Lei Municipal Número 612 de 7 de Abril de 1989. Disponível no Acervo do Centro de Memória de Araruama.
132 Lei Municipal nº 036, de 30 de março de 1998. Disponível no Acervo do Centro de Memória de Araruama.
133 Lei Municipal nº 036, de 30 de março de 1998. Disponível no Acervo do Centro de Memória de Araruama.

espaços, considerado que a própria fala do Prefeito de Araruama, na época da inauguração do empreendimento, destaca essa preocupação.

Durante o evento, o Prefeito Francisco Carlos Fernandes Ribeiro ressaltou a importância do museu como um recurso para a educação e a formação cultural da comunidade.

> A associação de uma educação sistêmica ao conhecimento cultural certamente fará com que os "falcões" recentemente mostrados pela Globo sejam coisas do passado, pois não podemos mais admitir crianças idolatrando a criminalidade porque os governantes não assumiram o seu papel. O que os filhos da nossa sociedade têm que aprender também é admirar a nossa cultura, porque só assim alcançaremos o Brasil que tanto sonhamos" (RIBEIRO, 2006, apud QUINTANILHA, 2006, p. 8).

O surgimento e a criação do Museu em Araruama, como salientado no Capítulo 2, foi resultado de vários agentes e contextos. Entre esses agentes, destacou-se a arqueóloga Angela Buarque, ligada ao MN-UFRJ, responsável pelas pesquisas na cidade. As suas atividades não apenas se concentraram na pesquisa arqueológica, mas também se entrelaçaram com aspectos educacionais e temas sociais, em um cenário marcado pela redemocratização e reformas educacionais dos anos 1980/1990. O que evidencia um dialogo com debates e discussões que percorriam a arqueologia naquele contexto de renovação oriunda das décadas de 1980/1990.

É necessário, não há dúvida disso, que, diante da arqueologia e da educação brasileiras,

> [...] até então historicamente afastadas, [...] foi o momento de trazer para a responsabilidade da arqueologia uma série de argumentos presentes até hoje na interface entre as áreas: trabalhar com atenção a temas de história indígena, considerando as demandas contemporâneas; atenção às memórias coletivas de grupos locais sobre temas regionais; atenção às dificuldades da educação, como por exemplo as demandas de professoras e professores, a estrutura carente e a dificuldade de acesso ao conhecimento; olhar crítico sobre as produções didáticas já existentes; trabalhar para maior participação de especialistas na produção de conteúdo educacional; fomentar o conhecimento e a preservação do patrimônio; foco na superação de questões sociais e na formação para cidadania; e nesse processo, valer-se dos valores da educação democrática que se modelava (AZEVEDO, SCHEEL-YBERT, 2024, p. 132).

E, nesse contexto de renovação:

> O primeiro grande movimento da disciplina nesse sentido foi o Seminário para a Implantação da Temática Pré-História Brasileira no Ensino de 1º, 2º e 3º Graus, organizado em 1993 por Maria Cristina Tenório e Teresa Cristina Franco (Tenório; Franco, 1994b), em uma parceria entre a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e o Ministério da Educação (MEC) (AZEVEDO, SCHEEL-YBERT, 2024, p. 132).

Como resultados desse encontro, não apenas debates teóricos sobre o assunto, uma vez que ocorreu a edição de um livro com foco nos professores e no ensino de História, tendo um

dos capítulos presentes, de autoria de Ângela Buarque, discorrendo sobre suas pesquisas em Araruama.

> Era planejada uma grande publicação voltada ao ensino escolar, que se materializou no livro Pré-História da Terra Brasilis (Tenório, 1999), uma completa coletânea de artigos direcionada ao público em geral tanto quanto a pesquisadores. O evento serviu para aproximar a arqueologia e a educação brasileiras, até então historicamente afastadas, e foi o momento de trazer para a responsabilidade da arqueologia uma série de argumentos presentes até hoje na interface entre as áreas: trabalhar com atenção a temas de história indígena, considerando as demandas contemporâneas; atenção às memórias coletivas de grupos locais sobre temas regionais; atenção às dificuldades da educação, como por exemplo as demandas de professoras e professores, a estrutura carente e a dificuldade de acesso ao conhecimento; olhar crítico sobre as produções didáticas já existentes; trabalhar para maior participação de especialistas na produção de conteúdo educacional; fomentar o conhecimento e a preservação do patrimônio; foco na superação de questões sociais e na formação para cidadania; e nesse processo, valer-se dos valores da educação democrática que se modelava (AZEVEDO, SCHEEL-YBERT, 2024, p. 132).

Assim, em Araruama, seu trabalho profissional não se restringiu apenas às atividades de campo. Em uma palestra efetuada em Morro Grande, por exemplo, na Escola Honorino Coutinho, um dos locais da pesquisa arqueológica, a Professora Ângela Buarque destacou a importância da educação nessa interface entre arqueologia e sociedade. Por sinal, "esse tipo de encontro para mim é extremamente importante, é mais importante ainda pelo fato de estar acontecendo no Honorino, porque é ali que eu tenho desenvolvido o meu trabalho e eu posso conscientizar os professores que lidam com as crianças" (BUARQUE, s,d, apud ANDRADE, 2002, p. 46).

Nessa mesma direção, Ângela Buarque enviou um ofício[134], em 29 de Julho de 1999, para a Professora Maria Auxiliadora Alves Dória, Diretora da Divisão Educacional da Secretaria de Educação de Araruama. Em um dos trechos, constava: "Venho, por meio desta, encaminhar a proposta para um curso de capacitação de Professores de História do 1º e 2º Graus, da Rede Municipal de Araruama" (BUARQUE, 1999). Ações como essa se inserem nesse movimento que visava renovar os quadros teóricos da Arqueologia em um contexto marcado pela aproximação com temas sociais e educacionais, haja vista existir

> [...] um afastamento entre o ambiente da arqueologia acadêmica e o escolar que faz o conhecimento arqueológico circular essencialmente no primeiro, sendo divulgados para o segundo apenas resultados simplificados e pouquíssimos materiais. Professoras e professores, de seu lado, veem essa simplificação de forma crítica, mas não possuem por si só ferramentas para a suplantar (Leite, 1994). Como tentativa de superar essa situação, a arqueologia brasileira propõe ações de formação de professoras e professores (AZEVEDO, SCHEEL-YBERT, 2024, p. 134).

[134] Fax enviado em 28 de Julho de 1999, de Ângela Buarque. Disponível no acervo do Centro de Memória Municipal de Araruama.

Considera-se importante destacar o nome da referida professora, haja vista que, desde as escavações, demonstrava a importância dessa conexão das pesquisas na cidade com a educação, e, ao mesmo tempo, também foi um dos agentes responsáveis pela criação e montagem do museu em Araruama. Teve, portanto, um papel na montagem do acervo e da exposição arqueológica que o museu exibiria nos anos seguintes, como evidenciado por uma Ata[135] de uma reunião realizada em 21 de março de 2006 entre representantes da Prefeitura de Araruama e do INEPAC, na qual Angela Buarque é citada, junto com o museólogo Cássio Murilo Ferreira Consoli, como responsável pela seção de arqueologia do museu.

Como parte das ações para a edificação do museu local, a Prefeitura de Araruama contratou a museóloga e Professora Maria Cristina Oliveira Bruno, da Universidade de São Paulo, para a elaboração do plano museológico[136] do novo espaço. A Professora possui experiência em museus arqueológicos, inclusive trabalhou no Instituto de Pré História da USP na década de 1970, onde desenvolveu atividades educacionais, entre outras.

> Maria Cristina de Oliveira Bruno, museóloga contratada pelo então diretor da instituição, o professor José Affonso de Moraes Bueno Passos, entrou em 1978 e no período até 1983 dedicou-se à estruturação de três programas comunicacionais e educacionais para o Instituto: um programa de mostras expositivas de longa duração na sede do IPH, na Cidade Universitária (São Paulo – Brasil), um serviço educativo museológico e um programa de mostras expositivas itinerantes (MARTINS 2011, p.170).

E, como acordado, o plano museológico[137] foi entregue à Prefeitura de Araruama. Essa ação foi um momento relevante na construção de um museu, pois é um dos documentos mais importantes relacionados a esse tipo de entidade, além de apresentar, entre outras informações, a concepção do que é o museu como instituição (SANTOS, 2014). Sendo assim, cabe destacar de que modo na introdução do plano, a educação aparece como um elemento presente na concepção do espaço e na dinâmica de funcionamento do próprio museu em uma sintonia entre divulgação, preservação e educação.

> A proposta museológica, ora apresentada, está sendo concebida para viabilizar a divulgação dos resultados de pesquisas arqueológicas que vêm sendo desenvolvidas na região de Araruama, como também, preservar o patrimônio arqueológico correspondente em consonância com as estratégias culturais e educativas da municipalidade (BRUNO, 2002, s.p.).

---

[135] Ata de reunião entre o IPHAN e a Prefeitura de Araruama, de 21 de março de 2006. Disponível no Acervo do Centro de Memória de Araruama.

[136] BRUNO, M. Programa Museológico do Museu Arqueológico de Araruama.Versão 1.2002 Disponível no Acervo do Centro de Memória de Araruama.

[137] BRUNO, M. Programa Museológico do Museu Arqueológico de Araruama. Versão 1.2002. Disponível no Acervo do Centro de Memória de Araruama.

Destaca-se, como é possível notar, a informação de que o plano museológico ressalta o papel dos agentes municipais em pensar e adequar o espaço como campo educacional, deixando claro que essa perspectiva deve envolver outros atores, como também seguir as demandas educacionais da localidade. Ademais, o documento ressalta a importância dos museus e de seus acervos no processo educacional de uma localidade, haja vista ser verificada "[...] a crescente importância dos vestígios arqueológicos para a educação patrimonial de uma comunidade urbana, uma vez que colaboram para a ampliação dos horizontes geográficos e cronológicos." (BRUNO, 2004, s.p.) [138].

No entanto, por razões atreladas a mudanças nas prioridades administrativas, a Prefeitura tomou a decisão de transferir o museu para a Fazenda Aurora. Assim, verificou-se que o plano original sofreu uma pequena alteração na disposição da parte expográfica[139] para adequação da nova arquitetura com a mudança da localização do museu para a sede da Fazenda Aurora. Porém, sua linha narrativa e organizacional foi mantida por Mauricio Candido da Silva, responsável técnico pela adaptação do Plano Museológico para a nova sede do Museu.

A nova disposição inserida na Fazenda Aurora, retira as duas salas dedicadas a atividades educativas e de oficinas para as crianças, e, por sua vez, agrega uma sala de apoio e uma sala multiuso no segundo andar do casarão, que poderiam ser destinadas a usos diversos, inclusive educacionais.

Seguindo o projeto que consta no plano museológico, o primeiro módulo da expposição foi intitulado "O primeiro sobre a ocupação pré-histórica e os primeiros colonizadores" é composto, em sua parte expositiva, por painéis informativos, mapas, fotografias e exibição de elementos arqueológicos em uma disposição narrativa aos visitantes. Também contava com uma inovação em relação ao restante da exposição, ou seja, na área denominada de C1 há um computador disponível para uma interação com o público, o "C1 Computador tio 'touch scream' com conteúdos relativos as pesquisas históricas e arqueológicas desenvolvidas na região." (SILVA, 2004, s.p.).

Não é demais dizer que o uso de recursos tecnológicos e a busca por interatividade que visam atrair o público e tornar as exposições mais acessíveis e atraentes estão em sintonia com algumas discussões da Nova Museologia, buscando construir um museu mais aberto ao

---

[138] Programa Museológico do Museu Arqueológico de Araruama. Versão 1. 2002. Disponível no Acervo do Centro de Memória de Araruama.

[139] SILVA, M. Programa Museológico do Museu Arqueológico de Araruama. Versão Modificada. 2004. Disponível no Acervo do Centro de Memória de Araruama.

público e preocupado com a clareza e didática das exposições. Ao mesmo tempo, o uso de recursos visuais e outros atrativos está alinhado com as propostas de uma Pedagogia Renovada, que têm raízes na tradição da museologia nacional.

No segundo módulo, que trata da "Administração colonial e as divisões territoriais", a exposição é composta, em sua parte expositiva, por painéis informativos, mapas, fotografias, dioramas e exibição de fontes históricas relativas à história da cidade. E, por fim, o terceiro módulo, intitulado "A cidade de Araruama: perfil e perspectiva", é composto, em sua parte expositiva, com apenas três partes, sendo que uma delas foi intitulada de P 10 no projeto, sendo composta de um "painel articulado com vitrines (cubos acrílicos) destacando os desdobramentos históricos da fundação da cidade (SILVA, 2004, s.p.) [140]", bem como um outro denominado P 11, isto é, um "[...] painel com pranchas rotativas apresentando documentos político-administrativos do município" (SILVA, 2004, s.p.)[141]. São painéis móveis, possibilitando, assim, uma melhor interação entre o público e a exposição.

Apesar de não existir um plano ou item específico contendo orientações e concepções pedagógicas, a partir da descrição contida no plano museológico, pode-se inferir, tendo como suporte o quadro referencial das autoras Carla Adrò, Eneritz López e Magalí Kivatinetz (2014), que a o plano preconizava uma mistura de alguns elementos das tendências da educação museológica. No que diz respeito, por exemplo, ao quesito de "visão do museu", pode-se pensar, em larga escala, a perspectiva denominada de "Instrutora". Essa tendência também é a dominante nos quesitos tipo de "exposição" e "visão da educação e do educador".

Por outro lado, encontram-se também alguns elementos das tendências denominadas de "descoberta" e "construtivista". Já no quesito tipo de "exposição", a presença de elementos interativos em alguns pontos da exposição marca uma influência da tendência educacional denominada "descoberta" e, ao mesmo tempo, a presença de preocupações sociais e com a diversidade cultural do povo brasileiro, marca uma tendência construtivista, uma vez que: "Também são considerados como lugares capazes de combater a exclusão social, promover a cidadania ativa, o desenvolvimento pessoal e a inovação. [...] A finalidade do serviço educativo é promover outras "visões", além das versões oficiais (SARDELICH, 2017, p. 192-193).

Assim, a educação museal preconizada pelo plano museológico é marcada predominantemente por uma tendência denominada de Instrutora, uma inclinação para a

[140] SILVA, M. Programa Museológico do Museu Arqueológico de Araruama. Versão modificad 2004. Disponível no Acervo do Centro de Memória de Araruama.
[141] SILVA. M. Programa Museológico do Museu Arqueológico de Araruama. Versão modificada 2004. Disponível no Acervo do Centro de Memória de Araruama.

exposição de forma unidirecional, na qual o visitante se posta de forma passiva diante das explicações expostas ao longo da mostra. Na prática, isso significa que se trata de uma exposição ordenada e cronológica, com uma preocupação em expor, de forma didática, as informações de forma objetiva.

No entanto, o plano também incorpora alguns elementos pontuais das tendências da descoberta e da construtivista, que representam outras tendências pedagógicas. A primeira delas valoriza a exploração ativa e o uso de exposições interativas. Já a outra, enfatiza a construção do conhecimento pelo próprio visitante, e, no caso, promovendo a cidadania e valorizando a diversidade cultural da sociedade.

Essas diferentes tendências demonstram justamente um momento de debates e confluências de ideias e visões sobre a educação, os museus e o lugar da ciência arqueológico nesse sistema (AZEVEDO, SCHEEL-YBERT, 2024, p. 132). Nessa linha, percebe-se a coinfluência de vertentes pedagógicas Renovadas e Tradicionais (LUCKESI, 1994; MARTINS, 2011), escolhas para a orientação das práticas educacionais pensadas e efetuadas tanto no Museu de Araruama e quanto no Centro de Memória, ambos no mesmo município.

Em 2006, em 27 de março, o Museu Arqueológico de Araruama foi inaugurado. E, em 16 de abril do mesmo ano, abriu suas portas ao público. Nesse sentido, na parte educacional e expográfica, vários elementos previstos no plano museológico não foram colocados em atividade. Inclusive, o Museu não recebeu aval do IPHAN[142] para receber artefatos e vestígios materiais para exibição e composição de seu acervo. No entanto, é possível inferir, a partir de alguns documentos e das premissas levantadas acima, algumas ações educacionais efetivadas pelo espaço ao longo do seu tempo de funcionamento, 2006 até 2013.

E, perseguindo esses objetivos, depois que a mostra expositiva de longa duração foi montada, foi definida uma abordagem educativa que incluiu a implementação de visitas monitoradas como estratégia de ensino, cabendo a execução delas a monitores treinados para essa atividade. Em julho de 2010, a museóloga Danielle Barroso Viana realizou um curso de capacitação para os monitores do Museu de Araruama, que eram estagiários. Com base na apostila[143] utilizada, é possível inferir alguns dados importantes sobre o conteúdo do curso.

A primeira parte do curso abordava conceitos gerais sobre o que é um museu, o que constitui o patrimônio, como lidar com o público, entre outros temas. Além disso, fornecia conhecimentos sobre o funcionamento do museu, suas funções e as atividades desenvolvidas

142 FIGUEIREDO, Maria Cristina. Fax enviado à Prefeitura de Araruama em 23 de março de 2006. Acervo do Centro de Memória de Araruama.
143 VIANA, Danielle Barroso. Curso de Capacitação dos Monitores do Museu Arqueologico de Araruama. Araruama, 2010. Acervo do Centro de Memória de Araruama.

no espaço. Também era abordado o papel do monitor no espaço museológico, destacando sua função como mediador e agente de interação com o público. A base bibliográfica utilizada no curso de capacitação era composta por autores especializados, como Margarida Brandina da Silva, professora da Universidade de Passo Fundo, além de documentos do ICOM (Conselho Internacional de Museus) sobre educação em museus. Essa bibliografia demonstra um diálogo com fontes recentes da museologia e da arqueologia local (VIANA, 2010, p.30)

Na segunda parte, o curso abordava o conteúdo específico que os monitores precisariam trabalhar com o público. Este módulo cobria temas como a história da Fazenda Aurora e do casarão, o estudo dos sambaquis, a presença dos Tupinambás na região e os painéis da exposição. A base de estudo para os monitores era formada principalmente pelos painéis da exposição, que forneciam um apanhado geral dos temas abordados, e pela bibliografia centrada no trabalho de Angela Buarque, que havia atuado na região. Ao abordar a história da Fazenda Aurora no curso, nota-se como o próprio prédio é também incorporado como parte da exposição (VIEIRA RIBEIRO et. al., 2023).

As atividades educacionais do Museu se balizaram pela estruturação de uma mostra expositiva de longa duração. Em uma visita monitorada o visitantes teria acesso a exposição em uma abordagem predominantemente de tendência instrutiva. Isso significa que a exposição se configurava como um espaço em que a informação era transmitida de forma unidirecional, vendo o ensino como um processo em que o visitante simplesmente recebia informações e adquiria o conhecimento exposto. Por fim, observa-se a coexistência de duas vertentes pedagógicas nas práticas educacionais: de um lado, a tradição renovada, que valoriza a experiência e a vivência real, e, de outro, a influência das pedagogias tradicionais, que colocam o mediador, ou professor, como o principal condutor do conhecimento.

A partir da análise de documentos e relatórios presentes no Centro de Memória, observa-se que o Museu de Araruama realizou diversas ações pontuais ao longo dos anos. Um exemplo significativo ocorreu em 2010, durante a Semana do Museu, quando foram promovidas atividades relacionadas à temática indígena. Entre as ações destacadas, estiveram exposições de quadros e adereços indígenas, além de palestras sobre a história de Hans Staden, que buscavam aproximar o público da história local e do contato entre indígenas e europeus. Segundo os dados registrados no Relatório do evento[144], cerca de 700 alunos da rede pública e privada da cidade de Araruama participaram dessa atividade, evidenciando o envolvimento da comunidade escolar nas ações promovidas pelo museu.

[144] MUSEUARQUEOLOGICO.Relatório de Atividades da Semana de Museus.Araruama, 2010.

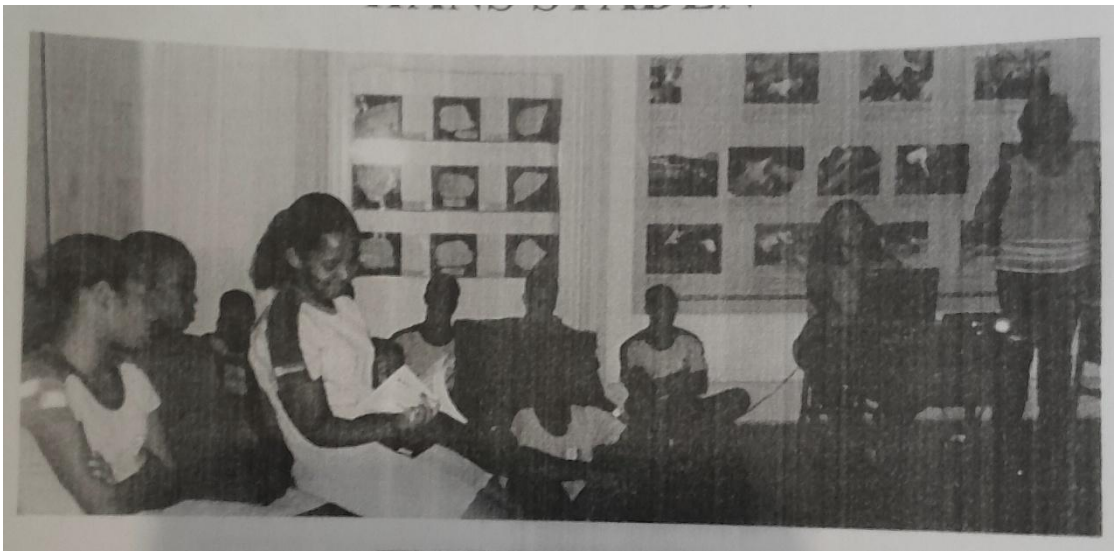
Figura 23 - Atividade do Museu 1

Fonte: MUSEUARQUEOLOGICO, 2010, s.p.

No relatório sobre a 9ª Semana de Museus de 2011[145], é mencionada a realização de diversas atividades, como a exposição de uma releitura da iconografia Tupinambá, realizada por alunos da Rede Municipal, além da utilização de brincadeiras e contação de histórias para o público. Essas ações evidenciam a aplicação de diferentes tendências pedagógicas simultaneamente, como a instrutora e a por descoberta. Atividades como palestras e exposições monitoradas estão mais alinhadas com o modelo instrucional, que prioriza a transmissão direta de conhecimento.

Figura 24 - Atividade do Museu 2

[145] MUSEUARQUEOLOGICO.Relatório de Atividades da Semana de Museus.Araruama, 2011.



Fonte: MUSEUARQUEOLOGICO, 2010, s.p.

Por outro lado, atividades como brincadeiras e contação de histórias, com a participação ativa das crianças, aproximam-se da abordagem por descoberta, onde o aprendizado é construído a partir da experiência e interação dos participantes com o conteúdo.

Em 2013, o casarão que abrigava o museu encontrava-se em más condições estruturais, sendo, pois, fechado ao público. Como consequência, destaca-se que o material do museu foi, então, transferido para o Centro de Memória Municipal, localizado na Casa de Cultura, o antigo prédio da Prefeitura e, em seguida, integrado à exposição existente nessa instituição. Em Araruama, como o museu está fechado, cabe ao Centro de Memória desempenhar essas atividades, mas, nesse caso, ocorre apenas a exposição, sem a presença de guias ou mediadores

Atualmente, o Centro de Memória funciona com exposições temporárias e permanentes sobre a história da cidade e temas de interesse geral. A exposição ali exibida contém materiais provenientes do Museu Arqueológico (painéis etc.), sendo dividida em dois blocos, um dedicado aos indígenas, enquanto o outro à evolução administrativa de Araruama.

Nessa exposição, há alguns artefatos arqueológicos que foram recuperados em Morro Grande, na década de 1980, como alguns cacos cerâmicos e duas urnas funerárias que ficam em destaque no salão. E, ainda compondo a exposição, a presença dos painéis provenientes do acervo do Museu Arqueológico, que, reaproveitados, estão expostos na parede do salão. Essa parte em grande parte foi herdada do Museu Arqueológico.

Por fim, é possível inferir que o Centro de Memória de Araruama, por intermédio de sua exposição, se configura como um espaço em que a informação é transmitida de modo

unidirecional ao público numa posição passiva. Na verdade, é uma articulação pedagogia não explícita nos documentos, porém percebida dentro Tendência Instrutora e, assim, calcada em uma perspectiva pedagógica tradicional (LUCKESI, 1994) de ensino, partindo da ideia de uma passividade dos visitantes perante à exposição, sem que possam necessariamente interagir ou refletir criticamente sobre o conteúdo exposto.

4.3 **Dialógos entre o Museu e o Ensino: o Museu de Rio das Ostras**

Em Rio das Ostras, o processo de criação e montagem do Museu Sambaqui da Tarioba também seguiu perspectivas preservacionistas e educacionais. Esse processo de planejamento, organização, montagem do acervo e sua exposição ocorreu em paralelo ao próprio processo de pesquisa e escavação do sítio arqueológico. Essa perspectiva educacional na organização do espaço é reforçada pelas palavras do coordenador da pesquisa e do IAB, Professor Ondemar Dias que, em entrevista afirmou: “Desde o principio, já havia essa intenção de deixar o sítio em exposição” (DIASJR, 2004, s.p.)

Nesse sentido, os arqueólogos conjugaram pesquisa, preservação e educação em um debate que ganhava intensidade naquele momento dentro da Arqueologia, e também em conexão com outros debates que perpassavam a sociedade brasileira naquele momento (AZEVEDO; SCHEEL-YBERT, 2024). Pode-se perceber como as preocupações educacionais eram um elemento importante e constituinte do novo espaço museológico de Rio das Ostras desde a sua concepção até o seu estabelecimento.

A museólogo Denis Chamum Trindade, que participou ativamente do processo de criação e nos anos aos seguintes de funcionamento do lugar, cita algumas ações educacionais desenvolvidas pelo museu e seus agentes nos primeiros anos de funcionamento do espaço.

> No final de agosto de 1999, o arqueólogo Paulo Seda (UERJ/IAB), levou um grupo de 42 professores do município de Casimiro de Abreu e de Rio das Ostras para visitarem o Sambaqui da Tarioba. [...] Outra experiência foi com crianças da 4ª série de uma escola municipal de Rio das Ostras, que construíram como atividade de sala de aula, várias maquetes recriando o Sambaqui da Tarioba (TRINDADE, 2001, p. 66).

Também, quando do contexto da reforma do espaço, em 2003, uma das questões em pauta era justamente o uso educacional daquele espaço como fica evidenciado no depoimento de Mara Moreira Fróes, da Fundação responsável.

> Essa revitalização inclusive facilitou o lado didático. Você entrava antes da revitalização no sítio arqueológico. Você ia ter muita dificuldade de compreensão do que estava acontecendo. Era tudo muito abstrato. Você abstraía como seria um sambaquiano. Então, essa pesquisa foi feita até pra isso, pra facilitar a compreensão da arqueologia, já que não é uma matéria fácil de compreensão pro povo (FRÓES, 2004).

Inserido nesse processo, o museu recebeu melhorias ao longo do ano de 2003.

> Novos painéis foram instalados, com textos mais didáticos e material gráfico totalmente refeito. Agora, o Sambaqui apresenta um tom mais esclarecedor e menos enigmático. Nada melhor do que uma nova visita para proporcionar uma noção mais viva e atualizada da cultura sambaquiana. Assim preservado, o Sambaqui da Tarioba estimula o desenvolvimento de atividades educativo-culturais nas escolas, valoriza o trabalho dos pesquisadores e incentiva o turismo cultural (FRÓES, s,d, p. 41).

Essa visão estava alinhada com a de outras instituições, como o IPHAN. Por sinal, em uma entrevista sobre as reformas de 2003, a Diretora do IPHAN, Rosana Najar destacou o uso educacional do espaço, ressaltando sua importância nesse contexto.

> Você não pode agenciar um sítio e ficar na mesma forma para o resto da vida se tem que acompanhar tanto a expectativa da população que usa aquele espaço agenciado quanto a própria expectativa da municipalidade de tentar continuar um projeto educativo [...]. Além de um sitio muito bem bem agenciado tem a possibilidade de fazer todo um trabalho com as escolas de chegar previamente e apresentar um trabalho para um professor. Depois, apresenta o sítio. Quer dizer, a criança já vai, o adolescente já vai com uma informação prévia, e a visita se torna uma possibilidade de sedimentar de fixar os conhecimentos, porque não basta você chegar em um lugar e ver um esqueleto e ver artefatos de pedra e descobrir o seu passado. Não é isso que transforma a arqueologia numa ciência, produzindo conhecimento, produzindo identidade. (NAJAR, 2004)

Ao mesmo tempo, a diretora chama a atenção para uma questão que é justamente o conhecimento prévio do espaço. Ela destaca que, para que a utilização do patrimônio tenha um impacto realmente significativo, é essencial que o público tenha um entendimento prévio sobre o valor histórico e cultural do local. Sem esse conhecimento, o espaço pode ser subutilizado em seu potencial educativo, pois o simples contato físico com o patrimônio não garante, por si só, a conscientização sobre sua importância (BITTENCOURT, 2005).

A visitação ao espaço passou por três momentos distintos. Entre 1999 e 2003, o circuito de visitação girava em torno do Sambaqui, culminando em uma pequena exposição. O objetivo desse modelo de visitar é o de oferecer aos visitantes informações sobre a criação da instituição, o sítio arqueológico, sua exposição, bem como a cultura e a sociedade

sambaquieira. Nessa atividade, após a entrada, o visitante segue um circuito expositivo que coloca o sítio arqueológico no centro da experiência. O sambaqui é o ponto focal, situado na parte central do edifício e dividido em cinco quadrantes distintos para uma apresentação estruturada e compreensiva. Durante esse período, a mediação era realizada por cartazes e painéis explicativos, o que reflete uma tendência pedagógica Instrutiva.

Em 2003, uma grande reforma foi realizada, incluindo a instalação de um sistema de som que narrava a história e fornecia informações gerais sobre o sambaqui durante o percurso, além de novas placas e painéis informativos. Posteriormente, foi introduzido um guia para fornecer assistência adicional aos visitantes, quando necessário. Esse guia foi treinado pelo Juber e Denise os responsáveis técnicos pelo Museu. Assim, a mediação passou a ser realizado por cartazes e painéis explicativos e o guia que acompanha o visitante caso solicite. Em 2015, foi realizada uma restauração e manutenção no Museu. No entanto, as abordagens pedagógicas adotadas desde a reestruturação de 2003 permaneceram em vigor, refletindo uma continuidade nas práticas educativas do museu.

Os agentes envolvidos na montagem do museu projetaram naquele espaço suas visões e perspectivas educacionais tanto na disposição da exposição, na escrita e disposição dos painéis informativos quanto na estruturação das visitas guiadas. Essa abordagem implantada no museu pode ser associada, dentro das referências aqui adotadas, à tendência Instrutora.

Nesse sentido, a disposição sequencial, iniciada por uma introdução até a visitação ao sítio arqueológico, que foi mantido e estruturado didaticamente, demonstra uma intencionalidade por trás do planejamento da montagem do espaço museológico e de suas ações educativas.

> De um modo geral, as exposições instrutoras se ordenam de forma sequencial, com um princípio e um final chave, apresentando a informação de maneira cronológica e utilizando a estratégia de pequenos passos, do mais simples ao mais complexo. Nessa perspectiva, o museu é visto como um instrumento para a educação moral, verdades e valores universais. O educador é compreendido como um guia ou monitor que dirige a visita guiada pelo percurso fixo da (SARDELICH, 2017, p. 191).

Cabe notar que a utilização da visitação guiada pode limitar a autonomia do visitante na construção de seu próprio entendimento. E, nesse ponto, destaca-se que “[...] para a tendência instrutora, as exposições e recursos educativos possuem uma estrutura fixa, linear e unívoca, que privilegia a voz do curador em torno de um discurso supostamente objetivo, neutro e universal.” (SARDELICH, 2017, p. 192)

Além da exposição fixa, ao longo do tempo o espaço ofereceu atividades diversas para sue público. Como exemplo, em 2018 participou da Semana de Museus e ofereceu a “Oficina

de Artes “Meu Olhar sobre o Museu” – Destinada a crianças a partir dos 8 anos, a oficina disponibilizará lápis de cor, tintas, papel e outros materiais para que os pequenos reproduzam a experiência vivida pela visita mediada ao Museus de Sítio.” (ROUNET, 2018, s.p.)

Essas ações ainda que dispersas, evidenciam a aplicação de diferentes tendências pedagógicas simultaneamente, como a instrutora e a por descoberta. Atividades como palestras e exposições monitoradas estão mais alinhadas com o modelo instrucional, que prioriza a transmissão direta de conhecimento. Por outro lado, atividades como brincadeiras e contação de histórias, com a participação ativa das crianças, aproximam-se da abordagem por descoberta, onde o aprendizado é construído a partir da experiência e interação dos participantes com o conteúdo.

Por fim, pode-se perceber a coinfluencia de duas vertentes pedagógicas que orienta as práticas educacionais. De um lado, está a tradição renovada com sua visão de educação pautada na experiência e na vivência real. De outro, percebe-se ainda a influência das pedagogias ditas tradicionais, cuja centralidade no professor, no caso do mediador, como condutor do conhecimento.

A criação de espaços museológicos no final do século XX e início do XXI, especialmente voltados para a história local e a valorização dos povos nativos, se insere em um movimento de renovação do ensino de História, que busca desafiar as narrativas históricas dominantes e promover uma educação mais inclusiva. No entanto, essa renovação não está isenta de contradições e desafios, refletindo as tensões entre a tentativa de resgatar as histórias marginalizadas e as limitações estruturais e simbólicas que ainda permeiam esses projetos.

Por um lado, a proposta de revisitar a história local e dar visibilidade aos povos nativos se alinha a um esforço mais amplo de reconfiguração da historiografia local indogena, que por séculos teve um foco centrado nas grandes narrativas coloniais e eurocêntricas. No entanto, em muitas localidades, como em Rio das Ostras e em Saquarema, os museus desempenham um papel nesse processo, não apenas preservando o patrimônio histórico, mas também promovendo práticas educativas que buscam uma reaproximação dos habitantes com sua própria história e cultura. O museu, nesse sentido, se torna um espaço de aprendizagem e um lugar de memória**,** como afirmado por Zarbato (2021), sendo fundamental para que a comunidade aprenda a "ler" os objetos e as coleções, a fim de reconhecer sua importância dentro de um contexto histórico mais amplo.

Porém, uma análise crítica dessa dinâmica revela algumas limitações. Embora o movimento de valorização do patrimônio local e indígena seja importante, ele ainda esbarra em desafios estruturais e epistemológicos. Em primeiro lugar, os museus e centros de

memória, muitas vezes funcionam dentro de uma lógica de “tematização” que pode, por vezes, reduzir a complexidade das culturas e histórias locais a um formato simplificado e estereotipado. O risco de que esses espaços se tornem um local de romantização da história indígena ou local — sem uma reflexão mais profunda sobre as desigualdades e violências que ainda marcam essas comunidades – é um perigo constante. Ou seja, não basta apenas destacar a presença dos povos nativos no passado, mas é também necessário abordar as questões de reconhecimento e reparação que ainda são urgentes para essas populações no presente.

Além disso, a existência do guia ou monitor, como figura responsável por guiar o processo de interpretação no museu, também carrega um paradoxo. Por um lado, essa figura é importante para contextualizar os objetos e as coleções expostas, fornecendo dados e interagindo com o público. Por outro lado, o risco de autoritarismo pedagógico persiste, haja vista que, ao tornar o monitor a figura central do processo educativo, pode-se esvaziar a possibilidade de que os próprios visitantes, especialmente os membros das comunidades locais, se reconheçam como protagonistas da história e da memória. O desafio, portanto, está em equilibrar a necessidade de orientação especializada com o reconhecimento de que a memória coletiva é plural e deve ser construída de maneira participativa, envolvendo as próprias comunidades na curadoria e na interpretação do patrimônio.

Também é preciso dizer que o fechamento de museus em lugares, como Araruama, ilustra as limitações políticas e econômicas que ainda dificultam a efetiva consolidação de projetos museológicos no Brasil. Seja dito de passagem que a ausência de espaços dedicados à preservação da história local e indígena em determinadas regiões reflete não apenas uma falta de recursos, mas também um desinteresse por parte do poder público em fomentar práticas educativas que desconstruam as visões históricas hegemônicas.

Portanto, embora os museus de Rio das Ostras e Saquarema representem um passo importante para a valorização das histórias locais e nativas, ainda há muito a ser feito para garantir que esses espaços cumpram seu papel educativo de maneira verdadeiramente transformadora. A renovação do ensino nos museus não se limita a uma revisão dos conteúdos, mas passa também pela decolonização dos espaços de museológicos, tornando-os mais inclusivos, participativos e reflexivos sobre as injustiças históricas e as desigualdades atuais.

4.4 **Dialógos entre o Museu e o Ensino: o Museu de Saquarema**

Na cidade vizinha, Saquarema, o Museu Sambaqui da Beirada foi inaugurado em 1997 e constituiu-se em um dos primeiros museus da Região dos Lagos. Ainda que faltem documentos para delinear as ações educacionais realizadas ao longo do tempo, é possível inferir que havia uma perspectiva e uma preocupação com a educação no processo de criação e de montagem do museu.

Vale lembrar que, no próprio contexto de pesquisa e emergência desses espaços nessas três localidades, ou seja, nos municípios aqui já mencionados, no ano de 1989, em Cabo Frio, aconteceu um encontro entre diversos agentes ligados à história, à arqueologia e a políticas patrimoniais evidenciava a importância da educação na preservação e nas questões ligadas aos povos originários. Esses debates ampliavam as discussões não apenas com ligado ao panorama nacional, mas também ao local, bem como dialogavam, de certo modo, com as demandas e ações educacionais nessas localidades e do próprio IPHAN.

> O êxito de uma política preservacionista tem como fator fundamental o engajamento da comunidade, que deve ter por origem um processo educativo em todos os níveis, com a utilização dos meios de comunicação. O respeito aos valores naturais, étnicos e culturais, enfatizados através da educação pública, contribuirá para a valorização das identidades culturais. A criação de unidades de conservação ambiental e a preservação de sítios deverá ser acompanhada de soluções alternativas, de modo a garantir a melhoria da qualidade de vida das populações envolvidas. (CARTA DE CABO FRIO, 1989, s.p.).

Aliás, essa perspectiva, no Museu Sambaqui da Beirada, é reforçada em um dos painéis expostos ao público em geral, tendo descritos sucintamente as metas e objetivos desse espaço. Nesse painel, redigido pela Lina Kneip, destaca-se o seguinte trecho:

> O povo brasileiro conhece muito pouco de seu passado, suas raízes, ignorando mesmo que existe uma pré-história no Brasil. Para conhecer suas origens é preciso preservar os sítios arqueológicos. O conhecimento do passado cultural do homem faz parte da memória coletiva e da identidade de um povo. Saber que o homem pré-histórico desenvolveu estratégias próprias de sobrevivência ajuda a entender o presente e prever o futuro (KNEIP, s.d., s.p.).

É pertinente dizer que os escritos deixados pela Professora Lina Kneip reforçam esse viés preservacionista e educacional do espaço descrito: “O projeto de pesquisa na área, com finalidades científicas e também preservacionistas, [deve] proteger e expor à visitação pública, na forma de praças e parques, os quatro últimos sambaquis de Saquarema” (Kneip, 2001, p. 1). Era uma perspectiva com longa tradição na arqueologia nacional e ao mesmo

tempo, dialogava com novas demandas vindas de discussões da Arqueologia, educação e do patrimônio.

Inicialmente, esse espaço estava subordinado à Secretária de Obras. Logo depois, passou a ser integrado à Secretária de Educação, continuando até os dias atuais. Sendo assim, a maior parte dos seus visitantes são alunos da educação básica e universitários, inclusive, vale destacar, de fora do município, como bem mencionado, oralmente, por Silva (2024): “Eu creio que hoje a gente recebe muito mais de fora do que daqui”. Essas visitas devem ser agendadas, uma vez que, na condição de sítio arqueológico, existe um limite diário determinado pelo IPHAN (PARDI, 2007).

Sem dados sobre o plano museológico e outros documentos referentes à criação e à estruturação do museu, pode-se inferir a partir dos dados citados que a educação se apresenta como um elemento constituinte do novo museu. Assim, coube à Lina Maria Kneip a coordenação da estruturação do sambaqui e da elaboração e montagem da exposição anexa com artefatos e vestígios pertencentes ao sambaqui. Ao mesmo tempo, a exposição de artefatos arqueológicos no prédio anexo ao sambaqui foi complementada com painéis informativos sobre as pesquisas arqueológicas desenvolvidas no local, como também com dados explicativos sobre os sambaquis. Além da elaboração, coube também à referida professora a redação daquilo que fora necessário para a exposição.

Apesar da ausência de elementos documentais e projetos, é possível sintetizar os objetivos do museu e do ensino em um dos painéis expostos no prédio anexo ao sambaqui, como se apresenta a seguir.

> Na praça Sambaqui da Beirada é possível conhecer um pouco dessa pré-história. O conhecimento do processo de evolução das sociedades deve-se às pesquisas arqueológicas. A arqueologia estuda a trajetória do homem na terra desde o seu surgimento (arqueologia pré-histórica) até os dias atuais (arqueologia histórica) (KNEIP, s.d., s.p.).

E, perseguindo esses objetivos, depois que a mostra expositiva de longa duração foi montada, foi definida uma abordagem educativa que incluiu a implementação de visitas guiadas como estratégia de ensino, cabendo a execução delas à agente da Prefeitura de Saquarema, Vanderlea Maria da Silva, designada para trabalhar no museu. Como parte do processo de estruturação da mediação, essa funcionária recebeu treinamento direto de Lina Kneip e de Filomena Crancio, com vistas à condução procedimentos de visitações (SILVA,

2024)[146]. Além do treinamento inicial, ao longo dos anos a funcionária foi completando a sua formação e graduou-se em História. (SILVA, 2024)[147].

Quanto ao circuito de visitação, fora pensado e organizado por Lina Kneip. Conduzido pela referida funcionária, descrita no parágrafo anterior, esse percurso era até o sambaqui e a reserva florestal. Todavia, por volta dos anos 2000, com transformação no prédio anexo, esse espaço passou a ser a etapa inicial da visita, onde os visitantes têm acesso a uma pequena variedade de artefatos arqueológicos que estão expostos em uma pequena bancada de vidro e madeira, elementos de escavação no próprio sambaqui da Beirada.

Nesse ponto da visitação, a guia traz as primeiras explicações sobre o museu, as pesquisas arqueológicas e sobre a cultura e sociedade sambaquieira. Para tal efeito as peças estão todas identificadas, e algumas delas estão com pequenos textos explicando seu uso e, ao seu redor, existem cinco painéis com informações sobre as pesquisas arqueológicas e os sambaquis. Portanto, como é possível observar, essa etapa foi pensada para oferecer as primeiras informações sobre sambaquis e as pesquisas na região, como uma importante contextualização do museu e seus artefatos.

> Especialistas da área destacam a importância de esclarecer os alunos sobre o que é um museu e sobre o seu papel na constituição da memória social, sendo fundamental, nessa iniciativa, mostrar que tipos de objetos são ali preservados e expostos, a fim de oferecer uma compreensão do que seja "uma peça de museu". As explicações iniciam-se pela trajetória do objeto do lugar onde foi encontrado ou adquirido até como chegou ao museu, tornando-se, então, "peça de museu". Essa atividade, advertem os especialistas, deve ser realizada obrigatoriamente ou no início ou no final do trabalho com os alunos (BITTENCOURT, 2005, p. 356-357).

No planejamento, o segundo espaço a ser visitado, é justamente o sítio arqueológico exposto: o Sambaqui da Beirada. Próximo ao prédio, é delimitado e protegido por uma cerca de madeira em todo o seu redor, sendo dividido em duas partes a alguns metros uma da outra. Já nesse local, os alunos recebem da mediadora explicações, expositivamente, sobre os vestígios e artefatos em contexto arqueológico ali presentes.

[146] Entrevista efetuado em 2024. Acervo Pessoal.
[147] Entrevista efetuado em 2024. Acervo Pessoal.

Figura 25 – Alunos no Sambaqui da Beirada

Fonte: SAQUAREMA, 2022

Nessa terceira etapa, os visitantes são conduzidos do sambaqui até a pequena reserva de restinga nativa. Nesse ponto, a guia identifica e explica sobre os aspectos geográficos e ambientais da região, apresentado aos alunos as plantas, árvores, bem como outros elementos naturais presentes no espaço. Aliás, a inclusão da reserva partiu de uma perspectiva de Lina Kneip, uma vez que sua proposta

> [...] era não só mostrar a parte científica da área da habitação da pesquisa, mas também a parte da restinga preservada que a gente tem várias espécies nativas preservadas que são vegetações típicas da época por mais que a vegetação tenha se modificado né a gente entende que também essas plantas existiam nesse período pré-histórico que a gente está falando desse homem do sambaqui (SILVA, 2024, s.p.) [148]

Essa proposta reforça o caráter interdisciplinar do sítio arqueológico, pois são abordados temas de cunhos ecológicos, biológicos, como também geológicos. Por sinal, os PCNs (Parâmetros curriculares nacionais[149]), que servem de orientação às práticas escolares, recomendam o uso de fontes primárias e sítios arqueológicos no processo educacional e ensino de História. Da mesma forma, os sítios arqueológicos são áreas que envolvem não apenas História ou Geografia, são para uso interdisciplinar, como salienta Figueiredo (2002).

[148] Entrevista efetuado em 2024. Acervo Pessoal.
[149] Conjunto de documentos para servirem de orientação aos professores e escolas. Disponível no site do MEC

> Acreditamos que alguns assuntos são transversais às diversas disciplinas e o debate em torno do patrimônio histórico-cultural constitui um deles. Interessa tanto aos profissionais da educação, das áreas de história, e de geografia e por que não, da literatura. A química e a biologia não podem ficar de fora (2002, p. 52).

A quarta e última etapa no roteiro é guiada e destinada a grupos escolares. Foi idealizada na época da pandemia da Covid-19 (SILVA, 2024) [150]. Nessa parte, a guia realiza juntos aos visitantes uma atividade lúdica, finalizando a visitação guiada. Essa atividade é intitulada o Baú do Tempo, momento em que a mediadora reúne os visitantes em roda e, a partir daí, vai abrindo o baú e retirando do seu interior diversos objetos antigos e de uso cotidiano que são apresentados, um a um, ao grupo de alunos.

Figura 26 – Atividade no Museu – Baú do Tempo

Fonte: SAQUAREMA, 2022

Nesse processo, a guia faz algumas perguntas sobre cada um dos objetos aos alunos – Conhecem aquele objeto? Qual sua função? – são, por exemplo, algumas dessas indagações. Assim, de modo lúdico e interativo com os alunos, busca-se demonstrar como a tecnologia foi mudando, com o passar do tempo, até chegar aos dias atuais. Segundo a autora, o objetivo da criação dessa oficina consiste em

[150] Entrevista efetuado em 2024. Acervo Pessoal.

> [...] mostrar um pouco para o aluno essa questão da tecnologia né a tecnologia pré-histórica a tecnologia não tão moderna eu diria da nossa época da nossa geração e da tecnologia de hoje porque hoje a gente tem tanta coisa no nosso celular que o aluno não tem ideia de quantas coisas a gente precisava pra ter e hoje eles tem tudo num celular pois eles tem o entendimento das dificuldades que esse home pré-histórico tinha né pra sobrevivência dessa tecnologia deles da época e a nossa geração que a gente também tivemos as nossas dificuldades até pra comprar esses aparelhos (SILVA, 2024, s.p.) [151]

Essa atividade dialoga com a perspectiva defendida por Ramos (2004).

> Quando há comparações entre objetos do passado e os do presente, a noção de historicidade começa a ser trabalhada de modo mais direto: entre em jogo a questão da história como campo de possibilidades, mudança que se expressa das mais variadas maneiras e que se torna visível na própria existência polivalente dos objetos – em seu nascimento, sua morte e transformação. [...]. Desse modo, vai se compondo uma pedagogia dos objetos como prática envolvida na pedagogia da pergunta e da indignação (RAMOS, 2004, p. 35).

Cumpre observar que as ações educacionais no Museu Sambaqui da Beirada, ao longo de sua história institucional, demonstram uma perspectiva dominante, mas com a presença de elementos estruturantes advindas de outras perspectivas da educação museal, segundo as referências desenvolvidas pelas autoras, Carla Adrò, Eneritz López e Magalí Kivatinetz (2014) De modo geral, portanto, pode-se inferir que a tendência predominantemente do museu desenvolvida ao longo do tempo é a de Instrutora. No desenvolvimento das atividades, verifica-se um modelo expositivo, com uma preocupação na montagem de uma exposição didática e com a visitação de acordo com uma sequência estruturada e guiada, partindo de uma parte introdutória até a visitação ao sambaqui e à reserva natural.

Figura 27 – Baú do Tempo

[151] Entrevista efetuado em 2024. Acervo Pessoal.

Fonte: O Autor, 2024

Essa tendência é observada no modo como os agentes envolvidos na montagem do museu pensaram o seu papel educacional. Daí, portanto, a estruturação da exposição e as ações educacionais decorrentes, como a escolha pela alocação dos painéis informativos. Nos procedimentos, uma atividade importante a ser destacada, como já observamos, é a visita guiada, com sua gama de possibilidades. Por sinal, atualmente se desenvolve um debate sobre esse tipo de procedimento, uma vez que, na recorrência ao que propõe o conceito de mediação, pressupõe-se uma troca entre os visitantes em um processo de construção do conhecimento (MARTINS, 2018).

Ao longo do tempo, outras ações foram acrescentadas, o que demonstra a confluência de outras tendências. Entre elas, estão aquelas, interativas e lúdicas, possibilitadas pelo já referido Baú do Tempo, podendo, devido ao ser caráter, ser enquadrada dentro da tendência denominada por “Por Descoberta”.

> Compreende-se o educador como um facilitador que estimula a participação ativa do público, cuja função primordial é a de aproximar o museu do público por meio de perguntas que buscam elucidar uma mensagem predeterminada que deve ser aprendida. As exposições priorizam a experiência do visitante, entendido como um educando dinâmico, capaz de pensar a partir daquilo que vê, que gera perguntas e busca respostas por meio de suas observações. Apesar da participação que se admite aos visitantes, é sempre o educador quem oferece a única verdade da exposição ao público, produzindo um conhecimento que se gera de cima para baixo (SARDELICH, 2017, p. 192).

Portanto, em Saquarema, as ações educacionais foram pensadas e executadas pelos arqueólogos envolvidos na montagem do espaço, adotando um modelo que mesclava pedagogias tradicionais e renovadas, mas também dialogava com temas e debates oriundos das renovações da arqueologia, museologia e da educação. Esse modelo reflete um momento de transição entre diferentes concepções sobre o ensino, destacando a transformação nas abordagens pedagógicas e no entendimento sobre o papel dos museus na sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o título “Museu de Sítio Sambaqui da Tarioba é uma excelente atração cultural para as férias de julho”, em sua home page, a Prefeitura de Rio das Ostras chama a atenção para um dos seus equipamentos culturais. De matéria-prima para a obtenção de cal a patrimônio e à atração de uma cidade do interior do Estado do Rio de Janeiro, esses elementos da cultura material ligado aos povos originários percorreram uma longa jornada.

> O patrimônio é, portanto, resultado de uma produção marcada historicamente. É ao fim de trabalho de transformar objetos, retirando-lhes seu sentido original, que acedemos à possibilidade de transformar algo em patrimônio. Adjetivar um conjunto de traços do passado como patrimônio histórico é mais do que lhes dar uma qualidade, é produzi-los como algo distinto daquilo para o qual um dia foram produzidos e criados (GUIMARÃES, 2012, p. 100).

Diante disso, vale retomar algumas indagações que possibilitaram reflexões importantes não apenas no âmbito da historiografia, do patrimônio e dos museus, como também sobre a própria história do lugar e da história dos povos nativos: por que esses museus de história local, relacionados aos povos nativos, foram criados nessas localidades? De fato, esses museus representam uma ruptura nas narrativas, ao oferecer visibilidade a esses povos na história das regiões em que estão inseridos? E, como professor, penso também nas possibilidades de ensino desses espaços junto à população local; afinal, eles foram pensados e planejados para esse propósito? São as perguntas que foram as balizadoras desta pesquisa.

Isso porque, nos últimos 30 anos, foram identificados os seguintes museus e locais de memória criados na Região da Costa do Sol: o Museu Tupinambá (em Araruama), o Museu Sambaqui da Tarioba (em Rio das Ostras) e o Museu do Sambaqui da Beirada (em Saquarema). Em face desses espaços, esta pesquisa foi iniciada com o objetivo de compreender como essas localidades pensam, constroem e disseminam suas narrativas e interpretações sobre o seu passado. Para isso, buscamos identificar elementos significativos que entendemos serem capazes de uma leitura mais aprofundada dessas histórias nas comunidades. Sendo assim, pesquisamos e analisamos os livros de história, além de refletirmos sobre outros elementos, como patrimônios, tradições locais etc.

Portanto, a abordagem visou entender como esses elementos se interrelacionam na formação das histórias, memórias coletivas, bem como na construção das identidades locais. Nesse processo, as observações trazidas por Costa (2009) e por Le Goff (1990) puderam ser confirmadas, ou seja, por meio da utilização do conceito de cultura histórica, foi possível

compreender as diversas maneiras pelas quais uma sociedade pode se relacionar com o seu passado, tanto no sentido de conhecê-lo quanto de interpretá-lo.

Também é relevante dizer que o êxito do que se objetivou buscar foi possível, uma vez que considerou aqui o fato de que a cultura histórica de uma sociedade "[...] toma a forma de um sistema ou de uma rede sociocomunicativa" (COSTA, 2009, p. 178). Entendida, dessa forma, ela se torna uma metodologia fundamental para compreender a produção, circulação e os agentes envolvidos na construção dessas narrativas.

Ao se debruçar sobre as primeiras décadas do século XX, quando diversos agentes procuraram enquadrar o passado dessas localidades, percebe-se que estavam agindo como configuradores das histórias locais. Nesse primeiro momento, observou-se que a ação desses historiadores locais ocorreu por meio dessas narrativas, que enquadravam o passado e faziam emergir uma história e memória para essas cidades. Esses escritos estavam em consonância com os poderes locais, seja por meio de laços de amizade ou, no que diz respeito ao desenvolvimento de políticas públicas patrimoniais e outras ações, relacionadas às leituras sobre o passado desenvolvido pelos poderes constituídos locais. Dessa forma, essas ações alinhadas contribuíram para a formação e consolidação de memórias e histórias oficiais hegemônicas nessas localidades.

Ao longo das décadas de 1930, quando surgiram os primeiros trabalhos até a década de 1990, se consolidaram essas narrativas hegemônicas que enquadravam a história dessas localidades em consonância com o desenvolvimento da própria história nacional. Os marcos fundadores e início da história de Araruama e Saquarema, e, na década de 1990, de Rio das Ostras, eram resultado da colonização dos empreendimentos portugueses dos séculos XVI e XVII, bem como da própria colonização portuguesa.

Em um estudo sobre livros didáticos, realizado no mesmo período de edificação dos museus na região, Tania Andrade Lima e Regina Coeli Pinheiro da Silva (1999) chamavam a atenção para a invisibilidade da história indígena. Segundo elas, muitos autores reproduziam nesses livros informações desatualizadas, pois a história que era considerada importante e prevalecia era a da colonização, vista como o início da história nacional. Por sua vez, a maior parte desses autores assumia de forma deliberada a omissão em relação ao período pré-contato, negligenciando as contribuições e a presença dos povos indígenas antes da chegada dos europeus.

Os autores que escreveram e os diversos agentes que promoveram narrativas (patrimoniais, etc.) sobre essas localidades da Região dos Lagos refletiam em suas ações também essa visão da história. Entende-se que esse vazio nas narrativas refletia as percepções

advindas do século XIX e replicavam em seus discursos uma visão que procurava naquela época, isto é, a de "[...] expulsar o índio e qualquer resquício indígena dessa representação do Brasil.", conforme explicam Freire e Malheiros (2009, p. 35). Essas narrativas acabaram refletindo uma visão historiográfica que entendia a história da nação, e no caso daquela localidade, como que iniciada com os portugueses, que ocuparam e trouxeram "a civilização" para aquela região (FREIRE; OLIVEIRA, 2006, p. 17).

Foi nesse cenário que, principalmente a partir da década de 1980, em Saquarema, e, da década de 1990, em Araruama e em Rio das Ostras, as memórias indígenas começaram a emergir lentamente, estruturando uma inserção gradual nas histórias dessas cidades. Foi o momento de uma segunda onda de pesquisas arqueológicas (GUIMARÃES, 2007). Esse período coincidiu com a consolidação da democracia no Brasil, em um contexto de promulgação de uma nova Constituição, o que assegurou maior autonomia aos municípios, especialmente nas questões culturais e educacionais.

Ao mesmo tempo, o fortalecimento de movimentos sociais, em particular o movimento indígena, favoreceu um diálogo mais profundo entre a Arqueologia e as Ciências Humanas, criando um ambiente propício para o surgimento da Nova História Indígena. Esse contexto impulsionou a reavaliação do patrimônio e da museologia, assim como da própria história, desafiando as narrativas históricas, patrimoniais e museológicas tradicionais, além de promover a ampliação de discussões sobre o papel e o lugar das culturas indígenas, assim como sua relevância na construção do patrimônio nacional.

Nessa perspectiva, na segunda parte desta pesquisa, verificou-se que mudanças nacionais se entrelaçam com conjunturas locais no sentido de assistirmos na Região da Costa do Sol, à formação de um conjunto patrimonial local indígena e da emergência de museu destinados a evocar os indígenas na história dessas localidades (OLIVEIRA, 2011). Com a aplicação da metodologia de análise da produção da cultura histórica, proposta por Costa (2009), foi possível, ao longo do Capítulo 2, entender a ação de produção, circulação, dos agentes, dos discursos e da transmissão dessas diversas formas narrativas e discursos.

O processo de emergência da memória local não ocorre de maneira espontânea. A definição do que constitui ou não uma memória social está sempre sujeita às relações de poder presentes em uma sociedade. Nesse contexto, a própria arqueologia se insere nesse campo de poder e disputa, influenciando o que é lembrado, preservado ou ignorado. Como destaca Funari (2003), a ciência arqueológica não é neutra, isso porque faz parte de um jogo de interesses em que diferentes grupos disputam a construção e a valorização das memórias coletivas (POLLACK, 1989).

Considerando tudo isso, nesta pesquisa atesta-se a hipótese de que a emergência da presença indígena está diretamente interligada à atuação dos arqueólogos e ao desenvolvimento das pesquisas arqueológicas nessas localidades. Entende-se que, no que tange a esse processo envolvendo os arqueólogos, destaca-se a longa tradição preservacionista da arqueologia nacional (GUIMARÃES, 2007; BARRETO, 1999-2000). Nesse contexto, os arqueólogos assumiram um papel ativo como agentes responsáveis por construir e difundir uma leitura específica do passado, e, por meio de diversas iniciativas, levaram à sociedade civil e ao poder público local suas reivindicações em relação ao reconhecimento e à valorização dos artefatos arqueológicos da região.

Como resultado, as motivações científicas, afetivas e políticas (MENESES, 1987) nessas localidades foram se misturando e interagindo-se dinâmica e complexamente com diversos outros interesses (econômicos etc.), conforme mencionam Pollack (1989) e Funari (2003), o que, de certo modo, contribuiu para o modo como a história e patrimônio indígena local foram interpretados e representados nesses municípios.

Nessas cidades, as memórias locais submersas, que emergiram por meio do trabalho dos arqueólogos, exigiam ações para mantê-las presentes nas comunidades (NORA, 1993). Como resultado, um consenso narrativo foi se formando nessas localidades, envolvendo diferentes agentes imbuídos de diversos interesses nesse patrimônio (VASSALO; CICALO, 2015). E, em contextos favoráveis, esses esforços contribuíram para o surgimento de museus, dos quais, juntamente com outros atores sociais, os arqueólogos participaram da edificação e da configuração da narrativa e das práticas educacionais desses espaços, isto é, dos museus aqui mencionados.

Esses processos resultaram na formação de lugares de memória, a partir dos quais se entende que dentro da perspectiva de cultura histórica, os museus e suas exposições, se constituem também como um tipo de narrativa sobre o passado. Assim, nesses museus locais, o passado local estava materializado nos vestígios e artefatos recuperados pelos arqueólogos, nos textos e painéis. Diante disso, na parte 3 da presente tese, buscou-se compreender qual história indígena e sua inserção na história local foi planejada e propagada ao público por esses espaços.

Assim, a exposição e os recursos audiovisuais tornam-se um elemento importante de análise nesta pesquisa. Ao mesmo tempo, usou-se a abordagem proposta por Wichers (2010), visando flexibilizar a compreensão dos arranjos expositivos dos museus. E, ao observar esses espaços, percebeu-se que, apesar das diferenças nas propostas expositivas e de algumas características comuns, de maneira geral os museus tendem a destacar as raízes indígenas

dessas cidades. Deste modo, esses museus arqueológicos, por meio de suas exposições, se habilitaram a narrar a história dessas populações do período pré-contato, tornando-se espaços voltados para o período pré-colonial. Ao construir narrativas que ampliaram a história dessas localidades, foi proposta uma longa história local e indígena, fruto de uma ocupação milenar nesses municípios.

Embora as pesquisas arqueológicas e os museus tenham contribuído para a construção de uma longa história local e indígena, ao se concentrarem no período pré-colonial, deixaram de explorar as fases mais recentes dessas localidades. As pesquisas que originaram esses museus estavam focadas nos períodos mais remotos, negligenciando a presença contínua dos indígenas nos séculos XVI-XXI. Essa preferência temática e temporal é, em parte, resultado da construção da moderna arqueologia nacional, que privilegiou os períodos antigos em detrimento de uma arqueologia histórica voltada para os séculos XVI-XXI (PROUS, 1992; BARRETO, 1999-2000).

Neste contexto, entende-se que a construção dos discursos expositivos nesses museus estava alinhada com as perspectivas de longa permanência da arqueologia nacional, resultado não apenas da separação histórica entre as cadeias operatórias arqueológica e museológica (BRUNO, 1999; TOLEDO, 2011), mas também de um arcabouço teórico que abordava os povos nativos e os períodos mais recuados da história nacional (BARRETO, 1999-2000). Embora esses espaços tenham rompido com a visão de uma curta história indígena e promovido uma longa história local indígena, acabaram alinhando-se à historiografia local que silencia a presença indígena nos séculos XVI ao XXI. Assim, é crucial que os arqueólogos ampliem suas pesquisas para incluir o período histórico recente, e que esses estudos se desdobrem também em processos de musealização nessas localidades.

Nesta tese, outro elemento importante é a dimensão pedagógica desses espaços. Quanto a isso, essas instituições museológicas devem ser pensadas a partir de uma dupla perspectiva, uma vez que são lugares de memória e lugares de ensino (ZARBATO, 2021). Desse modo, analisando esse aspecto, percebeu-se que, mesmo que esses espaços não possuíssem setores educacionais formais, ainda assim emanavam práticas educacionais em suas atividades diárias.

Na construção dessas atividades educacionais, os arqueólogos desempenharam papéis preponderantes, tanto no Sambaqui da Beirada quanto no Sambaqui da Tarioba, fruto, em parte, de uma longa separação entre a arqueologia e a museologia (BRUNO, 1999). Em Araruama, erguido em uma fase posterior, os museólogos desempenharam um papel mais ampliado na constituição e no planejamento das ações museológicas.

Aliás, a partir das propostas de Carla Adrò, Eneritz López e Magalí Kivatinetz (2014), observou-se, de maneira geral, uma tendência predominante instrucional. Portanto, verificou-se, na construção das atividades educacionais desses espaços, uma influência persistente das pedagogias tradicionais, com a presença, em alguns momentos, de tendências influenciadas pela tradição renovada, que valoriza uma educação baseada na experiência e na vivência real.

Por fim, entende-se que essa interface entre patrimônio e o ensino, no caso o de história local, bem como indígena, oferece aos museus e demais envolvidos a possibilidade de, em suas narrativas museológicas, romper com as antigas perspectivas propagadas por livros sobre o papel preponderante da colonização portuguesa na edificação dos municípios da Costa do Sol (FILHO; SALLES, 2021). Surge, assim, a possibilidade de construir discursos alinhados com a nova historiografia indígena, configurando esses espaços como locais propícios para disseminar, entre os jovens, o respeito e o reconhecimento da importância dos povos indígenas.

Em prol disso, reconhece-se, portanto, o papel desses espaços na ampliação das história locais e na visibilidade dada a temática indígena mas, ressalta-se na necessidade de ampliar as políticas públicas locais que possam fomentar a produção de narrativas e discursos capazes de incorporar os povos indígenas como agentes ativos e presentes na história, memória e também na atualidade dessas cidades. Ou seja, é essencial representá-los não apenas na história antiga desses municípios, mas como parte integral da realidade contemporânea. Logo, é preciso ampliar e desenvolver novas pesquisas, museus e narrativas que atinjam grandes públicos, com o objetivo de combater as cinco ideias equivocadas sobre os indígenas, conforme preceitua Freire (2016)

REFERÊNCIAS

FONTES PRIMÁRIAS

FONTES PRIMÁRIAS: LIVROS
ACERVO: DIVERSOS
LIVROS SOBRE A HISTÓRIA DOS MUNICÍPIOS: ARARUAMA, SAQUAREMA E RIO DAS OSTRAS:

BRAVO, Darcy. *Minha Terra, Saquarema*. Saquarema, 1979.
CIDE. *Revista Araruama*. Rio de Janeiro: Cide-Governo do Estado do Rio de Janeiro, 1989
DIAS, Alexandre. *Saquarema, Sua gente, sua história*. Saquarema, 1974.
DIAS, Alexandre. *Saquarema, Sua gente, sua história*. Saquarema, Vol. 2, 1991.
LIMA, Maria da Glória de Almeida. *Perola entre o Rio e o Mar*: História de Rio das Ostras. Rio das Ostras: Fundação Rio das Ostras Cultural, 1998.
RODRIGUES, Maria de Fátima Moraes. *Araruama*: Panorama de Uma Cidade. Araruama: Editora Damadá, 1992.
SECRETARIA Municipal de Cultura. *Araruama*: memória de mulheres. Araruama: Prefeitura Municipal de Araruama / Secretaria Municipal de Cultura, 1992.
_____. *Araruama: no tempo* das histórias. Araruama: Prefeitura Municipal de Araruama / Secretaria Municipal de Cultura, 1992.
SOARES, Argemiro Ribeiro de Macedo. *O Município de Araruama*:Monografia geográfica. Niterói, Dias de Vasconcellos, 1945.
VALLE JUNIOR, Arthur. *Araruama, ensaio de levantamento estatístico de município.* Rio de Janeiro. TYP, do Jornal do Commércio, 1937.
VASCONCELLOS, Sylvio Lamas de. *Apontamentos sobre Araruama*. Araruama: Albes Pereira Editores, 1998.

FONTES PRIMÁRIAS: DOCUMENTOS DIVERSOS

ARARUAMA
ACERVO: Centro de Memória Municipal de Araruama
LEIS E DECRETOS MUNICIPAIS:

Lei 612 de 07/04/1989, que reorganiza a administração Municipal e a Secretária de Educação e Cultura.
Decreto 120 de 26/12/1996, que tomba a antiga Câmara Municipal e faz referência a um centro de Memória a ser instalado no local,
Decreto 36 de 30/03/1998, que cria o Museu Arqueológico de Araruama,
Decreto 067 de 17/10/2003, que promove a desapropriação do Casarão para a criação do complexo educacional e cultural (Museu arqueológico e Escola),
Decreto 186 de 25/11/2003, que cria a Pinacoteca e o Centro de Memória,
Lei 1.961-15: Plano Municipal de Educação de Araruama
Lei 2.644-15: Plano Municipal de Educação de Araruama
SEDUC – PREFEITURA DE ARARUAMA. Currículo Municipal do Ensino Fundamental II. 2023.

FONTES PRIMÁRIAS: OUTROS DOCUMENTOS

CENTRO DE MEMÓRIA. Relatório das Atividades realizadas no Centro de Memória Municipal. 1992 a 2001.
ARARUAMA. Estudo para Implatação do Museu Arqueológico de Araruama. Prefeitura de Araruama. S.d.
ARARUAMA. Relatório do Seminário de São Pedro da Aldeia. Araruama. 1982
BUARQUE, Ângela. Relatório sobre a Destruição do Patrimônio Arqueológico de Araruama, 2001.
BUARQUE, Angela. Fax enviado a Secretária de Educação de Araruama, Senhora Vera Pinto Figueiredo, 1995.
BUARQUE, Ângela. Carta endereçada a Diretora da Divisão Educacional da Secretária de Educação de Araruama, Professora Maria Auxiliadora Alves Dória, 23 de julho de 1999.
BUARQUE, Ângela, Ofício enviado em 29 de Julho de 1999 para a Professora Maria Auxiliadora Alves Dória, Diretora da Divisão Educacional da Secretaria de Educação de Araruama, 1999.
BRUNO, M. Ofício N.º CEM94402/MAE de 19 de Abril de 2002. Disponível no acervo do Centro de Memória Municipal de Araruama.
BRUNO, M. Programa Museológico do Museu Arqueológico de Araruama. Versão 1São Paulo,. 2002.
FIGUEIREDO, Maria Cristina. Fax enviado ao Prefeito de Araruama Francisco Carlos Fernandes Ribeiro, 23 de março de 2006.
GASPAR, Maria Dulce; BUARQUE, Angela. Fax enviado à Prefeitura de Araruama em 15 de março de 2006. Acervo do Centro de Memória de Araruama.
KNEIP, Lina Maria. Carta endereçada a Senhora Gracinha da Prefeitura de Araruama, de Novembro de 1977.
KNEIP, Maria L.; GOULART, Maria Lúcia Goulart. Estudo Preliminar para Instalação do Museu do Sítio Arqueológico de Três Vendas – Araruama – RJ. UFRJ, 1977.
IPHAN. Termo de Cooperação entre o IPHAN e Prefeitura de Araruama de 7 de junho de 2000.
IPHAN.Ata de reunião entre o IPHAN e a Prefeitura de Araruama, de 21 de março de 2006.
MUSEU ARQUEOLOGICO. Plano Anual de Atividades de 2010/2011
MUSEU ARQUEOLOGICO Relatório de Atividades da Semana de Museus.Araruama, 2010.
MUSEU ARQUEOLOGICO Relatório de Atividades da Semana de Museus.Araruama, 2011.
MUSEU ARQUEOLÓGICO, 2006. Antropofagia 2022. Painel
MUSEU ARQUEOLÓGICO, 2006. Tupinambás 2022. Painel
MUSEU ARQUEOLÓGICO, 2006. Tupinambás em Araruama. 2022. Painel
Exposição do patrimônio presentes no Centro de Memória Municipal de Araruama
SILVA. Mauricio Candido da. Programa Museológico do Museu Arqueológico de Araruama Versão Modificada. São Paulo, 2004.
VIANA, Danielle Barroso. Curso de Capacitação dos Monitores do Museu Arqueologico de Araruama. Araruama, 2010. Acervo do Centro de Memória de Araruama.

RIO DAS OSTRAS

ACERVO: Museu do Sambaqui da Tarioba e Outros
Exposição do patrimônio e recursos audiovisuais presentes no Museu do Sambaqui da Tarioba.
Documentos diversos (cartazes, etc.) disponíveis.
Livro de Visitas.

MUSEU SAMBAQUI DA TARIOBA, Painel de Introdução, s.d., n.p. Painel
MUSEU SAMBAQUI DA TARIOBA. SÍTIOS HISTÓRICOS. s.d.n.p. Painel

ACERVO: Secretária Municipal de Educação de Rio das Ostras
Lei 1898/2015 Plano Municipal de Educação
RECRO. Referência Curricular de Rio das Ostras. Rio das Ostras, 2022.

ACERVO: Prefeitura Municipal de Rio das Ostras
Documentação sobre as políticas públicas da Prefeitura Municipal de Rio das Ostras
LEIS E DECRETOS MUNICIPAIS:

Lei municipal: 0299/1998 - Regimento Interno da Fundação Rio das Ostras de Cultura
Lei Municipal: 1999 - Criação do Museu Arqueológico
Lei Municipal nº 19 de três de Junho de 1993 – Brasão
Lei Orgânica Municipal. 1994.
Decreto 078/99 de Tombamento do Sambaqui da Tarioba. Disponível em: https://transparencia.fundacaoriodasostrasdecultura.rj.gov.br/arquivos/98/Decretos_078_1999_0000001.pdf. Acesso em: 15 jan. 2023.
Lei 0275/97. Criação da Fundação Cultural de Rio das Ostras. Disponível em: https://transparencia.fundacaoriodasostrasdecultura.rj.gov.br/arquivos/58/Leis%20Municipais_0275_1997_0000001.pdf. Acesso em: 15 mai. 2024.
Decreto 080/2004. Desapropriação de Terreno anexo ao museu. Disponível em: https://transparencia.fundacaoriodasostrasdecultura.rj.gov.br/arquivos/110/Decretos_080_2004_0000001.pdf.
Decreto 078/99 de Tombamento do Sambaqui da Beirada. 1999. Disponível em: https://transparencia.fundacaoriodasostrasdecultura.rj.gov.br/arquivos/98/Decretos_078_1999_0000001.pdf. Acesso em: 15 jan. 2023.
Lei 0275/97. Criação da Fundação Cultural de Rio das Ostras. 1997. Disponível em: https://transparencia.fundacaoriodasostrasdecultura.rj.gov.br/arquivos/58/Leis%20Municipais_0275_1997_0000001.pdf. Acesso em: 15 mai. 2024.

DOCUMENTÁRIOS:
ABREU, Regina. *Museus do Rio de Janeiro DVD 2: Vestígios diversos em tempos vários: Museus na Costa do Sol*.” Rio de Janeiro: Imagine Filmes, 2013
PREFEITURA DE RIO DAS OSTRAS. Sambaqui da Tarioba: Preservar é Preciso. Rio das Ostras: Fundação Rio das Ostras de Cultura, 2004.

SAQUAREMA

ACERVO: Museu do Sambaqui da Beirada e Outros
Exposição do patrimônio e recursos audiovisuais presentes no Museu Sambaqui da Beirada
Documentos diversos (cartazes, etc.) disponíveis.
Livro de Visitas.
KNEIP, Maria L. Sambaqui da Beirada: pesquisa e preservação. s.d. s.p. Painel
KNEIP, Maria L. A pesquisa. s.d. s.p. Painel
KNEIP, Maria L A Preservação. s.d. s.p. Painel

ACERVO: Secretária Municipal de Educação de Saquarema
Lei 1.427-15: Plano Municipal de Educação de Saquarema

SMECICT (SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E INOVAÇÃO DE SAQUAREMA). Proposta Curricular Adaptada. Saquarema, 2024.

ACERVO: Prefeitura Municipal de Saquarema
LEIS E DECRETOS MUNICIPAIS:

Decreto Número 188-89 - Tombamentos de Sambaquis
Decreto Municipal n. 043/93- Tombamentos de Sambaquis
Decreto Municipal 043-93188-89 de 1997 (criação do museu)
Lei 495/2001. Sobre Estudos Turísticos. Disponível em: https://transparencia.saquarema.rj.leg.br/arquivos/1331/495.pdf.
Lei 258/97. Conselho Municipal de Educação. Disponível em: https://www.saquarema.rj.gov.br/wp-content/uploads/2024/07/Lei-258-97-Dispoe-sobre-a-criacao-do-Conselho-Municipal-de-Educacao.pdf. Acesso em: 12 out. 2024.
Lei 277/97. Biblioteca Municipal denominada Poeta José Bandeira. Disponível em: https://transparencia.saquarema.rj.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/LO-277-1997.pdf. Acesso em: 12 out. 2024.
Lei 259/97. Projeto de instalação de um complexo universitário. Disponível em: https://transparencia.saquarema.rj.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/LO-259-1997.pdf. Acesso em: 12 out. 2024.
Lei 21/90. Conselho Municipal de Cultura. Disponível em: https://www.transparencia.saquarema.rj.leg.br/arquivos/3640/_0000001.pdf.
Lei 30/90. Fundo Municipal da Cultura. Disponível em: https://www.transparencia.saquarema.rj.leg.br/leis/3641. Acesso em: 12 out. 2024.
Lei nº 166/95. Sobre Conselho Municipal de Turismo. Disponível em: https://www.transparencia.saquarema.rj.leg.br/arquivos/1002/166.pdf. Acesso em: 12 out. 2024.
Lei 603/2002. Disponível em: https://www.transparencia.saquarema.rj.leg.br/arquivos/1437/603.pdf. Acesso em: 12 out. 2024.
Saquarema. Lei Orgânica. Saquarema, 1990. Disponível em: https://www.saquarema.rj.gov.br/001-Docs/legislacao/Lei%20Organica.pdf. Acesso em: 19 set. 2024.

FONTES PRIMÁRIAS: ENTREVISTAS

SILVA, Vanderleia Maria da. Entrevista concedida a Marlon Barcelos Ferreira. Em 1º de setembro de 2024. Acervo Pessoal.
DECCO, Juber de Sítio Arqueológico Sambaqui da Tarioba. Entrevista ao diretor da reportagem Rogério Cerqueira Silveira do Ateliê do Jornalismo. Rio das Ostras, 2016. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=tbXU95oEf84. Acesso em: [data de acesso].
DECCO, Juber de**.** Arqueologia no Museu Sambaqui e na Cidade de Rio das Ostras. Entrevista concedida ao Canal Seis Seguidores. Prof. Anderson Silva - / Seis Seguidores.2023. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=XMAHYP5a4aM. Acesso em: 15 jun. 2024.
DECCO, Juber de. Entrevista concedida a Marlon Barcelos Ferreira. Em 23 de outubro de 2024. Acervo Pessoal.
DECCO, Juber de. Entrevista concedida à Prefeitura de Rio das Ostras. Fundação Rio das Ostras de Cultura. *Sambaqui da Tarioba: preservar é preciso*. Rio das Ostras, 2004. 30 min.

Apud OLIVEIRA, Renata de Almeida. *Memória da Ocupação Indígena no Estado do Rio de Janeiro*. 2011. 247 f. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.
DIAS JR., Ondemar. Entrevista concedida à Prefeitura de Rio das Ostras. Fundação Rio das Ostras de Cultura. *Sambaqui da Tarioba: preservar é preciso*. Rio das Ostras, 2004. 30 min.
Apud OLIVEIRA, Renata de Almeida. *Memória da Ocupação Indígena no Estado do Rio de Janeiro*. 2011. 247 f. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.
NAJAR, Rosana. Entrevista concedida à Prefeitura de Rio das Ostras. Fundação Rio das Ostras de Cultura. *Sambaqui da Tarioba: preservar é preciso*. Rio das Ostras, 2004.
FRÓES, Mara M. Entrevista concedida à Prefeitura de Rio das Ostras. Fundação Rio das Ostras de Cultura. *Sambaqui da Tarioba: preservar é preciso*. Rio das Ostras, 2004.

CARTAS PATRIMONIAIS

ICOMOS. Carta de Veneza, de maio de 1964. Portal IPHAN. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf. Acesso em: 24 dez. 2021.
OEA. Normas de Quito. Novembro/dezembro de 1967. Portal IPHAN. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Normas%20de%20Quito%201967.pdf. Acesso em: 24 dez. 2021
UNESCO. Recomendação de Nova Delhi - Novembro de 1956. 9º Sessão da Conferência Geral das Nações Unidas. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20de%20Nova%20Dheli%201956.pdf. Acesso em: 01 out 2021.
ENCONTRO DE GOVERNADORES.Compromisso de Brasília, de abril de 1970. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Compromisso%20de%20Brasilia%201970. Acesso em: 20 out. 2021.
ICOMOS Carta de Lausanne. 1990. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Lausanne%201990.pdf Acesso em: 20 out. 2021.
ENCONTRO DE GOVERNADORES.Compromisso de Salvador. Outubro de 1971. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Compromisso%20de%20salvador%201971.pdf Acesso em: 20 out. 2021.
ICOMOS.Carta de Cabo Frio. 1989. Encontro de Civilizações nas Américas. Conclusões e Recomendações do Seminário. http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Cabo%20Frio%201989.pdf. Acesso em: 24 nov. 2021.
ICOM. Nova Definição de Museu. Disponível em: https://www.icom.org.br/?page_id=2776. Acesso em: 30 de julho de 2024

LEGISLAÇÃO FEDERAL: ARQUEOLOGIA, MUSEUS E PATRIMÔNIO

BRASIL. Constituição (1824). Constituição do Império do Brasil. Rio de Janeiro: Senado, 1824. 58 p.
BRASIL. Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961. Lei da Arqueologia, dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. Brasília. Disponível em:

http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Lei_3924_de_26_de_julho_de_1961.pdf. Acesso em: 30 maio 2023.
BRASIL. Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009. Estatuto de Museus. Define o museu como instituição pública ou privada, de caráter permanente, sem fins lucrativos, com funções de pesquisa, preservação, comunicação e exposição de bens culturais. Diário Oficial da União, Brasília, 14 jan. 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm. Acesso em: 24 nov. 2024.
BRASIL. Decreto Presidencial nº 8.124, de 17 de outubro de 2013. *Regulamenta dispositivos da Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que institui o Estatuto de Museus, e da Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009, que cria o Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM*. Brasília, DF: Presidência da República, 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D8124.htm. Acesso em: 22 jul. 2022.
BRASIL. Lei de Crimes Ambientais. 1998. Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/cma/images/stories/Legislacao/Leis/Lei__9605_98_Lei_de_Crimes_Ambientais.pdf. Acesso em: 25 jun. 2024.
BRASIL. Ministério da Cultura. Bases para a Política Nacional de Museus: memória e cidadania. Brasília, DF, 2003.
CONAMA. Resolução nº 001, de 22 de fevereiro de 1986. Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para a avaliação de impacto ambiental. Disponível em: https://conama.mma.gov.br/?option=com_sisconama&task=arquivo.download&id=745. Acesso em: 23 mai. 2022.
INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS (IBRAM). Museus em números. Brasília, DF, 2011.
INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS (IBRAM). Pesquisa Anual de Museus. Cadastro Nacional de Museus. Brasília, DF, 2014.
IBRAM. Portaria Ibram nº 215, de 4 de março de 2021. Disponível em: https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2021/03/Portaria-215.pdf. Acesso em: 10 mar. 2024.
IBRAM. Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM). Subsídios para a elaboração de planos museológicos. 2016 Disponível em: https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2017/08/SubsidiosPlanosMuseologicos.pdf. Acesso em: 29 nov. 2023.
INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS (IBRAM). Resolução Normativa IBRAM nº 17, de 22 de março de 2022. *Dispõe sobre normas e critérios para a atuação do Instituto Brasileiro de Museus em relação à política museológica*. Brasília, DF: IBRAM, 2022. Disponível em: https://www.gov.br/museus/pt-br/assuntos/legislacao-e-normas/outros-instrumentos-normativos/resolucao-normativa-ibram-no-17-de-22-de-marco-de-2022. Acesso em: 29 nov. 2023.
IPHAN. Portaria nº 07, de 1 de dezembro de 1988. Monumentos arqueológicos e pré-históricos. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria_n_007_de_1_de_dezembro_de_1988.pdf. Acesso em: [sem data de acesso fornecida].

BIBLIOGRAFIA GERAL

ABREU, Regina. Patrimônio: ‘ampliação’ do conceito e processos de patrimonialização. In: CURY, Marília Xavier; VASCONCELLOS, Camilo de Mello; ORTIZ, Joana Montero (Org.). *Questões indígenas e museus: debates e possibilidades*. São Paulo: MAE-Universidade de São Paulo - SEC, 2012.

ALBIERI, Sara; GLEZER, Raquel. “O campo da história e as ‘obras fronteiriças’: algumas observações sobre a produção historiográfica brasileira e uma proposta de conciliação.” In: *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB)*, nº 48, mar. 2009, p. 13-30.

ALMEIDA, Adriana Mortara; VASCONCELLOS, Camilo de Mello. Por que visitar museus. In: BITTENCOURT, Circe (Org.). *O saber histórico na sala de aula*. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2004, p. 104-116.

ALMEIDA, Maria Celestino de. *Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

_____. *Os índios na História do Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

_____. Política indigenista e etnicidade: estratégias indígenas no processo de extinção das aldeias do Rio de Janeiro – século XIX. In: OHMSTEDE, Antonio Escobar; MANDRINI, Raúl; ORTELLI, Sara (Coord.). *Sociedades em movimiento. Los pueblos indígenas de América Latina en el siglo XIX*. Tandil (Argentina): IEHS, 2007. p. 219-233.

ALVES, Antonio Peres. Salve a Padroeira de Saquarema. *OSAQUA, Jornal*. Saquarema, setembro de 2009. Disponível em: https://www.osaqua.com.br/2009/09/05/salve-a-padroeira-de-saquarema/. Acesso em: 30 maio 2023.

AMADO, Janaína. História e Região: reconhecendo e construindo espaços. In: *República em Migalhas História Regional e Local*. São Paulo: Marco Zero, 1990, p. 7-15.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

ANDRADE, Leila Cristina Oliveira de. *Araruama, resgatando urnas, descobrindo história*. 2001. 60 f. Trabalho final da disciplina P.III (Especialização em Supervisão Escolar) – UCAM, Araruama, 2001.

_____. *Araruama, resgatando urnas, descobrindo história. Para uma Aprendizagem cidadã*. 2002. 102 f. Monografia (Especialização em Supervisão Escolar) – UCAM, Araruama, 2002.

ARAUJO, Julia Caon. *Mapeamento da paleolaguna e sítios arqueológicos do campo de dunas do Peró, Cabo Frio – RJ*. Monografia apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geologia do Quaternário, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016.

ARANHA, Maria Lúcia Arruda. *História da Educação*. São Paulo: Moderna, 1989.

ASSIS, Tauã Carvalho de; PINTO, Suely de Assis. O ensino de História local como estratégia pedagógica. *Itinerarius Reflectionis*, v. 15, n. 1, ano 2019, p. 1-18.

AZEVEDO, L. Waisman de; SCHEEL-YBERT, R. Percorrendo caminhos da arqueologia e da educação: encontros no ensino escolar. *Revista de Arqueologia*, v. 37, n. 2, p. 118-149, 2024. https://doi.org/10.24885/sab.v37i2.1134.

BALESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 11, p. 89-117, 2013.

BANDEIRA, José Bandeira. *Hino de Saquarema*. Saquarema, 1965. Disponível em: https://www.saquarema.rj.gov.br/hino/. Acesso em: 25 agosto 2023.

BARBOSA, Vilma de Lurdes. Ensino de História Local: Redescobrindo Sentidos. *Saeculum – Revista de História*, João Pessoa, jul./dez. 2006.

BARBOSA, André Luiz Garrido. Forte São Mateus e o Convento Nossa Senhora dos Anjos: da degradação à monumentalização nos processos de patrimonialização efetuados pelo IPHAN em Cabo Frio. *Revista Mosaico*, v. 13, n. 20, p. 260-284, 2021.

BARBOSA, Odair; FERNANDES, Luciane. Patrimônio Cultural Imaterial dos Afro-Brasileiros na Baixada Fluminense: contradições e possibilidades. In: XVII Encontro Regional de História, 2016, Rio de Janeiro – RJ. *Anais eletrônico*. Disponível em: http://www.encontro2016.rj.anpuh.org/resources/anais/42/1466994352_ARQUIVO_PatrimCulturalAfro-BrasileirosBF_Otair&Luciane.pdf. Acesso em: 23 jan. 2021.

BARRETO, Cristiana. A construção de um passado pré-colonial: uma breve história da arqueologia no Brasil. *Revista USP*, São Paulo, n. 44, p. 32-51, dez./fev. 1999-2000.
BARROS, José D'Assunção. Os Annales e a história-problema – considerações sobre a importância da noção de "história-problema" para a identidade da Escola dos Annales. *Revista História: Debates e Tendências*, v. 12, n. 2, jul./dez. 2012, p. 305-325.
BARROS, José D'Assunção. História, região e espacialidade. *Revista de História Regional*, Ponta Grossa, v. 10, n. 1, p. 95-129, verão, 2005.
_____. *O campo da história*: especialidades e abordagens. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
BARROS, José D'Assunção. História local e história regional – a historiografia do pequeno espaço. *Revista Tamoios*, São Gonçalo, v. 18, n. 2, p. 22-53, 2022.
BASTOS, Mário Jorge da Motta. História e Discurso: Perspectivas e Controvérsias. *Imagens da Educação*, Maringá, v. 1, n. 2, p. 1-11, 2011.
BARTOLOME, Miguel Alberto. As etnogêneses: velhos atores e novos papéis no cenário cultural e político. *Maná*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 39-68, abr. 2006.
BASTOS, R. L. *Preservação, arqueologia e representações sociais*: uma proposta de arqueologia social para o Brasil. Herechim: Habilis, 2007.
BELTRÃO, Maria da Conceição. *Pré-história do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1978.
BERTOLOTO, Alícia et al. Sambaquis do estado do Rio de Janeiro: musealização como forma de preservação. In: *Anais do II Encontro Fluminense de Uso Público em Unidades de Conservação*. Turismo, recreação e educação: caminhos que se cruzam nos parques. Niterói, RJ/Brasil, 01 a 04 de julho de 2015. Disponível em: <link>. Acesso em: 10 mai. 2017.
BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de História: Fundamentos e Métodos*. São Paulo: Cortez, 2005.
_____ (Org.). *O Saber Histórico na Sala de Aula*. São Paulo: Contexto, 2009. (Repensando o Ensino).
_____. Documentos não escritos na sala de aula – Museus e seus objetos. In: *Ensino de História: Fundamentos e Métodos*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
BITTENCOURT, Circe Fernandes. Reflexões sobre o ensino de História. Estudos Avançados, São Paulo, Brasil, v. 32, n. 93, p. 127–149, 2018. DOI: 10.5935/0103-4014.20180035. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/152562.. Acesso em: 30 de maio de 2024.
BRAGA, Juzelino. O museu em processo: oralidades no uso pedagógico do Museu de Artes e Ofícios em Belo Horizonte/MG. *História & Ensino*, v. 21, n. 2, 2016, p. 36.
BRAGA, Jezulino Lúcio Mendes. *Professores de História em cenários de experiência*. 2014. 235 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.
BRAGANÇA, Bráulio Quintanilha de. São Vicente. Secretaria Municipal de Cultura. *Araruama: no tempo das histórias*. Araruama, 12 abr. 1992. p. 159-168. Entrevista concedida a Ana Cláudia Coutinho Viegas, João Luiz Domingues Barbosa e Odílio Fabrício Filho.
BRANDÃO, Paulo Roberto Baqueiro. *Símbolos municipais de barreiras (Bahia, Brasil*): representações do território no limite entre identidade e poder. *Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais*, Recife, v. 7, n. 1, p. 115-125, 2018.
BRANDT, Cristina Thedim. A criação de município após a Constituição de 1988: impacto sobre a repartição do FPM e a Emenda Constitucional n. 15, de 1996. *Revista da Informação Legislativa*, Brasília, ano 47, n. 187, p. 59-75, 2010.
BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *Estado, aparelho do Estado e sociedade civil*. Brasília: ENAP, 1995.

BRITO, Quezia Marinho de Oliveira. *Diversidade étnico racial no ensino fundamental: um estudo de caso no Colégio Municipal Honorino Coutinho*. 2009. 137 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

BROCHADO, José Justiniano Proenza. *An Ecological Model of the Spread of Pottery and Agriculture Into Eastern South América*. 1984. Tese (doutorado) - Champaign: University of Illinois, 1984. Apud LINO, Jaisson Teixeira; BRUHNS, Katianne. Os arqueólogos e os índios... vivos! Reflexões sobre arqueologia pública, políticas públicas e sociedades indígenas. *Revista CEOM*, Chapecó, ano 25, n. 34, p. 96-115, 2011.

BRUNO, M.C.O. Museus de Arqueologia: uma história de conquistadores, abandono e mudanças. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, v. 6, p. 293-313, 1996.

BRUNO, Maria Cristina. *Musealização da Arqueologia: um estudo de modelos para o projeto Paranapanema*. Tese (Doutorado em História), São Paulo: FFLCH – USP, 1995.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. A musealização da arqueologia. In: *Cadernos de Sociomuseologia*, Lisboa, n. 17, p. 35-151, 1999.

BRUNO, Maria Cristina. *Arqueologia e Antropofagia: A musealização de sítios arqueológicos*. *Revista do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional*, Brasília, n. 31, p. 234-247, 2005.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. *Musealização da arqueologia: alguns subsídios e antecedentes*. Araruama, 2004.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. *Plano Museológico de Araruama*. Araruama, 2004. *Revista Hawò*, Goiana, v. 2, p. 1-10, 2021.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. (2007). *Musealização da Arqueologia - alguns subsídios*. Apud WICHERS, Camila Azevedo de Moraes. *Museus e Antropofagia do Patrimônio Arqueológico: (des) caminhos da prática brasileira*. Tese. Departamento de Museologia. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2010.

BERNSTEIN, B. *A estruturação do discurso pedagógico: classe, códigos e controle*. Petrópolis: Vozes, 1996.

BUARQUE, Ângela. *Étule de l'occupation Tupiguarani dans la région sud-est de l'État de Rio de Janeiro, Brésil*. 2009. 468 f. Tese (Doutorado em Arqueologia), Université Paris 1 Panthéon, Paris, 2009.

BUARQUE, Ângela; RODRIGUES-CARVALHO, C.; SILVA, E.C. Programa funerário dos Tupinambá em Araruama, RJ - Sítio Bananeiras. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, n. 13, p. 39-55, 2003.

BUARQUE, Ângela; BAUMANN, Thereza; CORDEIRO, Jeanne; GUIMARÃES, Márcia Barbosa. *Entre dois mundos*. *Revista de Arqueologia*, São Paulo, v. 33, p. 21-42, maio-agosto, 2020.

BUARQUE, Ângela. *Estruturas funerárias das aldeias Tupinambá da Região de Araruama*. In: PROUS, Andre; LIMA, Tânia Andrade. *Ceramistas Tupi Guarani*. Volume III. Belo Horizonte: IPHAN, 2010. p. 147-170.

BUENO, Lucas. *Arqueologia do povoamento inicial da América ou História Antiga da América: quão antigo pode ser um 'Novo Mundo'? Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, Belém, v. 14, n. 2, p. 477-495, maio-ago, 2019.

BURKE, Peter. *A escola dos Annales: A Revolução Francesa da historiografia*. São Paulo: Editora UNESP, 1990.

CALDARELLI, S. B.; SANTOS, M. C. *Arqueologia de contrato no Brasil*. *Revista USP*, São Paulo, v. 44, n. 1, p. 52-73, 1999-2000.

CAMPOS, Adriana Negreiros. *Arqueologia e Educação: As Ruínas Engenho São Jorge dos Erasmos como fio condutor de práticas educacionais*. 2014. 209 f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

CAMPOS, Carlos. Prefácio. In: DIAS, Alexandre. *Saquarema, Sua gente, sua história*. Saquarema, v. 2, 1991.
CAMPOS, Cássio Ricardo Hipólito da Silva. *Era assim que era feita a política: A comissão de urbanização de Araruama e as disputas políticas municipais na primeira metade do século XX*. 2018. 140 f. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.
CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte. A pesquisa em museologia ou... por uma pesquisa adjetivada. In: *Museologia e suas interfaces críticas: museu, sociedade e os patrimônios*. Recife: Ed. UFPE, 2019. p. 147-162.
CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. História e análise de textos. In: _____ (orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 536-556.
CARNEIRO, Janderson Bax; MOREIRA, Luiz Guilherme Scaldaferri. *Os índios na história da Aldeia de São Pedro de Cabo Frio – Séculos XVII-XIX*. Rio de Janeiro: Graflif, 2010.
CARNEIRO, Carla Gilbertoni. *Ações educativas no contexto da arqueologia preventiva: uma proposta para a Amazônia*. Tese (Doutorado em Arqueologia), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
CARVALHO, Eliana Teixeira. *Monumento símbolo da arqueologia pré-histórica brasileira: o sítio Duna Grande de Itaipu uma contribuição*. *Revista de Arqueologia*, 1988.
CARVALHO, Aline Vieira de; FUNARI, Pedro Paulo Abreu. *Patrimônio e Diversidade: algumas questões para reflexão*. 2008.
CAVALCANTI, José Euclides Alhadas; VELOSO, Tânia Porto Guimarães. O uso turístico de sítios arqueológicos: algumas modalidades de apresentação do patrimônio arqueológico. In: *Revista Reuna*, v. 12, n. 1, p. 73-87, jan.-abr., 2007.
CAVALCANTE, Olendina de Carvalho. *Movimento indígena: notas para uma discussão*. *Revista Texto & Debate*, Boa Vista, n. 2, p. 20-26, 1996.
CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
CHAGAS, Mário. *A imaginação museal: museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro*. 2003. 307 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
CHAGAS, Mário. "Museus de ciências: assim é, se lhe parece". In: *Caderno do Museu da Vida: o Formal e o Não formal na dimensão educativa do museu*. Rio de Janeiro, p. 46-59, 2002.
CHAGAS, Mário. *Educação, museu e patrimônio: tensão, devoração e adjetivação*. *Revista Eletrônica do IPHAN – Patrimônio*, n. 3, jan./fev. 2006. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/educacao_museu_patrimonio_tensao.pdf. Acesso em: 20 mai. 2021.
CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. *Dicionário dos Símbolos*. Lisboa: Teorema, 1994.
CHUVA, Márcia. *Os Arquitetos da Memória: Sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. Rio de Janeiro: edUFRJ, 2009.
CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil*. In: CHUVA, Márcia (org.). IPHAN. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Brasília, n. 34, p. 147-165, 2012.
CHUVA, Márcia. *Os mecanismos legais, institucionais e administrativos para proteção do patrimônio histórico e artístico nacional*. In: LEAL, Claudia Baeta; TEXEIRA, Luciano dos Santos; CHUVA, Márcia. *Patrimônio Cultural*. Rio de Janeiro/RJ: Fundação CECIERJ, v. 1, 2014.

CHUVA, Márcia. *O que é patrimônio arqueológico*. In: LEAL, Claudia Baeta; TEXEIRA, Luciano dos Santos; CHUVA, Márcia. *Patrimônio Cultural*. Rio de Janeiro/RJ: Fundação CECIERJ, v. 1, 2014.

CHUVA, Márcia. (2020). *Patrimônio Cultural em perspectiva decolonial: historiando concepções e práticas*. In: Alice Duarte (ed.), *Seminários DEP/FLUP*, v. 1. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras/DCTP, p. 16-35.

CHEVALLARD, Y. *La transposición didáctica: del saber sabio al saber enseñado*. Buenos Aires: Aique, 1991.

COELHO, Mauro Cezar; ROCHA, Helenice Aparecida Bastos. Paradoxos do protagonismo indígena na escrita escolar da História do Brasil. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 25, p. 464 - 488, jul./set. 2018.

COELHO, Mauro César. "A história, o índio e o livro didático: apontamentos para uma reflexão sobre o saber histórico escolar". In: ROCHA, Helenice Aparecida Bastos; RESNIK, Luís; MAGALHÃES, Marcelo de Souza (orgs.). A história na escola. Autores, livros e leituras. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2009.

CRISTO, Pierre. *Cabo Frio na Rota da Escravidão*. Cabo Frio, Cafofo Selo, 2023.

DAMACENO, 2022, apud ZOTICH, 2022. Recusa de Bonifácio em ceder área para museu arqueológico em Cabo Frio frustra historiadores. *Folha dos Lagos*, Cabo Frio. Disponível em: https://www.folhadoslagos.com/geral/recusa-de-bonifacio-em-ceder-area-para-museu-arqueologico-em-cabo-frio/19686/. Acesso em: 25 jan. 2022.

DA SILVA, Abrahão Sanderson Nunes Fernandes. *Musealização da Arqueologia: diagnóstico do patrimônio arqueológico em museus potiguares*. 2008. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: [não fornecido]. Acesso em: 25 mar. 2021.

DEOLIVEIRA, Otair Fernandes de. A cultura afro-brasileira como patrimônio cultural: reflexões preliminares. XV ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, Salvador, 2009. Anais. Disponível em: https://www.enecult.ufba.br/modulos/submissao/Upload-484/111688.pdf.

DIAS JÚNIOR, Ondemar. Notas sobre arqueologia da região de Cabo Frio. *Boletim do Instituto de Arqueologia Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 1-17, 1963.

DIAS JR, O. F. Polidores de Cabo Frio. *Boletim de História*, Rio de Janeiro, Universidade do Brasil, n. 4-5, p. 9-14, 1959.

DIAS, Carla da Costa. O Museu Nacional: formando e conformando o patrimônio nacional. *Ilha – Revista de Antropologia*, Florianópolis, v. 8, n. 1-2, p. 340-357, 2006. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/view/18314. Acesso em: 26 nov. 2024.

DIAS, Adriana Schmidt. Ocupação do Brasil primordial. *Revista Pesquisa FAPESP*, 2018. Disponível em: https://revistapesquisa.fapesp.br/ocupacao-do-brasil-primordial/.

DIAS JR, Ondemar. O Sambaqui da Tarioba. In: DIAS JR, Ondemar; DECCO, Juber de; FRÓES, Mara Moreira (Orgs.). *Pré-História de Rio das Ostras*. Rio das Ostras: Fundação Cultural de Rio das Ostras, Inside, 2001. p. 37-50.

DIAS JR, Ondemar. O Sambaqui da Tarioba. In: A *Pré-História de Rio das Ostras*. DIAS JR, Ondemar; DECCO, Juber de; FRÓES, Mara M. (Orgs). Rio das Ostras: Inside, 2001.

DOMINGUES, V. P. Especificando a validade do estudo sobre memorialistas através do uso da teoria da consciência histórica. In: XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH: 50 Anos, 2011, São Paulo. *Anais do XXVI Simpósio Nacional da ANPUH - Associação Nacional de História*. São Paulo: ANPUH-SP, 2012. p. 1-15.

FABRE, D. Introduction: habiter les monuments. In: FABRE, D.; IUSO, A. (Eds.). *Les monuments sont habités*. Paris: Editions de la Maison des Sciences de l'Homme, 2009. p. 17-54.

FARIA, Ana Carolina Gelmini de. Educação em museus: um mosaico da produção brasileira em 1958. *Mouseion*, Canoas, n. 19, p. 53-66, dez. 2014. ISSN 1981-7207. Disponível em: http://www.revistas.unilasalle.edu.br/index.php/mouseion. Acesso em: [data de acesso].
FAUSTO, BORIS. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1994.
FAUSTO, Carlos. *Os Índios antes do Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento. *Historiografia e a Identidade Fluminense: A escrita da história e os usos do passado no Estado do Rio de Janeiro entre as décadas de 1930 e 1950*. 2009. 272 f. Tese (Doutorado em História Social da Cultura) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.
FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento. Como ensinar história no Estado do Rio de Janeiro na década de 1920? Escolanovismo e ensino de história na *História do Estado do Rio de Janeiro* de Clodomiro Vasconcellos. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, São Paulo, jul. 2011. Disponível em: http://anpuh.org.br/index.php/documentos/anais/category-items/1-anais-simposios-anpuh/32-snh26.
FERNANDES, Tatiana Costa. *Vamos criar um sentimento? Um olhar sobre a arqueologia pública no Brasil*. 2007. 211 f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
FERNANDES, U. A flutuação turística na região das Baixadas Litorâneas (RJ): uma análise centrada nos municípios de Armação dos Búzios, Arraial do Cabo e Cabo Frio. In: MARAFON, G. J.; RIBEIRO, M. A. (Orgs.). *Revisitando o território fluminense, VI*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2017. p. 259-274.
FERREIRA, Ana Claudia de Souza. *Caminhos, Mudanças e Resistências indígenas: Identidade e Territorialidade dos índios da Aldeia de Itaguaí – século XIX*. 2016. 132 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2016.
FERREIRA, Maria De Simone. *Percursos da memória: Narrativas sobre patrimônio no Museu de Arqueologia de Itaipu*. 328 f. Tese (Doutorado em História Social da Cultura) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.
FERREIRA, Lucio Menezes. *Território Primitivo: A institucionalização da arqueologia no Brasil (1870-1917)*. 2007. 336 f. Tese (Doutorado) – Universidade de Campinas, Campinas, 2007.
FERREIRA, Lucio Menezes. *Vestígios de civilização: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a construção da arqueologia imperial (1838-1870). Revista de História Regional*, Ponta Grossa, v. 4, n. 1, p. 9-36, verão, 1999.
FERREIRA, Marlon Barcelos. Rua Lina Kneip. 2024. Foto
FERREIRA, Marlon Barcelos. Casa de Cultura. 2023. Foto
FERREIRA, Marlon Barcelos. Painel 1, 2023. Foto.
FERREIRA, Marlon Barcelos. Painel 2, 2023. Foto.
FERREIRA, Marlon Barcelos. Painel 3, 2023. Foto.
FERREIRA, Marlon Barcelos. Casa de cultura. 2024. Foto.
FERREIRA, Marlon Barcelos. Museu Sambaqui da Tarioba. 2023. Foto.
FERREIRA, Marlon Barcelos. Busto. 2024. Foto.
FERREIRA, Marlon Barcelos. Sanbaqui da Tarioba. 2024. Foto.
FERREIRA, Marlon Barcelos. Sambaqui da Beirada. 2023. Foto
FERREIRA, Marlon Barcelos. Prédio Principal do Sambaqui da Beirada. 2024. Foto
FERREIRA, Marlon Barcelos. Baú do tempo. 2024. Foto.
FERREIRA. Marlon Barcelos. Da Arqueologia para a História. O lugar dos Indios no município de Araruama. 156f. Dissertação de Mestrado em História. FFP, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2019.

FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. Patrimônio histórico e cultural: um novo campo de ação para os professores. In: GRUPO Gestor do Projeto de Educação Patrimonial. *Reflexões e contribuições para a Educação Patrimonial*. Belo Horizonte: SEE/MG, 2002. p. 52.
FIGUEIREDO, Haydée; GONÇALVES, Márcia de Almeida; REZNIK, Luís. Entre moscas e monstros: construindo escalas, refletindo sobre história local. In: *Anais do IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Ensino de História*. Departamento de Ciências Sociais. Ijuí: Ed. Unijuí, 2000. p. 544-553.
FILHO, Jefson Bezerra de Azevedo; SALLES, André Mendes. Conhecendo o nosso passado a partir da história local: uma aula de campo no projeto "Seridó: nas pegadas da História". *Oficina do Historiador*, Porto Alegre, v. 14, n. 1, p. 1-11, jan.-dez. 2021.
FLORES, Elio Chaves. Dos feitos e dos ditos: História e Cultura Histórica. *Saeculum: Revista de História*, João Pessoa, n. 16, p. 83-102, jan.-jun. 2007.
FREIRE, Carlos Augusto da Rocha; OLIVEIRA, José Pacheco de. *A presença indígena na história no Brasil*. Brasília: SECAD, 2006.
FREIRE, José Ribamar Bessa. Cinco ideias equivocadas sobre o índio. *Revista Ensaios e Pesquisa em Educação*, Rio de Janeiro, v. 1, p. 3-23, fev. 2016.
FREIRE, J. R. Bessa. O índio fora do foco da história. *Carta Capital*, São Paulo, 8 out. 2010. Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/educacao/carta-fundamental-arquivo/o-indio-fora-do-foco-da-historia/. Acesso em: 2 maio 2022.
FREIRE, José Ribamar Bessa; MALHEIROS, Márcia Fernanda. *Aldeamentos Indígenas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009.
FREIRE, J. R. B. Os índios e o Museu. *Cadernos de Etnomuseologia*, Rio de Janeiro, v. 1, p. 9-34, 1998.
FRÓES, Mara Moreira. Introdução. In: LIMA, Maria da Glória d'Almeida. *Pérola entre o rio e o mar: História de Rio das Ostras*. 3. ed. Rio das Ostras: Iriri, 2004.
FRÓES, Mara Moreira. Introdução. In: DIAS JR, Ondemar; DECCO, Juber de; FRÓES, Mara Moreira. *Pré-História de Rio das Ostras*. Rio das Ostras: Fundação Cultural de Rio das Ostras, Inside, 2001. p. 11-12.
FRÓES, Mara Moreira. Sambaqui da Tarioba, um modelo. *Revista Ponto e Virgula*, s.d., p. 40-41.
FUNARI, Pedro Paulo; PIÑON, Ana. *A temática indígena na escola: subsídios para professores*. São Paulo: Contexto, 2014.
FUNARI, Pedro Paulo. *Arqueologia*. São Paulo: Contexto, 2003.
FUNARI, Pedro Paulo. Desaparecimento e emergência dos grupos subordinados na Arqueologia brasileira. *Horizonte Antropológico*, Porto Alegre, v. 8, n. 18, dez. 2002.
FUNARI, Pedro Paulo A.; NOELLI, F. *Pré-História e Arqueologia: Ensaios e Reflexões*. São Paulo: Editora Contexto, 2022.
GASPAR, Maria Dulce. Cavaleiros da Idade Média em Araruama. *Jornal O Globo*, Rio de Janeiro, 11 nov. 2006. Entrevistador: Ana Lucia Azevedo.
_____. História da Construção da Arqueologia Histórica Brasileira. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, n. 13, p. 269-301, 2003.
_____. Sambaqui: Arqueologia do Litoral Brasileiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
_____. Os Ocupantes Pré-Históricos do Litoral Brasileiro. In: TENÓRIO, Maria Cristina (Org.). *Pré-História da Terra Brasilis*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.
_____; TENÓRIO, Maria Cristina; BUARQUE, Angela; GUIMARÃES, Márcia Barbosa; OLIVEIRA, Jeanne Cordeiro; SCHEEL-YBERT, Rita. Histórico e principais resultados do projeto de investigação: o aproveitamento ambiental das populações pré-históricas do Rio de Janeiro. *Arquivos do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, v. 62, n. 2, p. 103-129, abr./jun. 2004.

GASPARELLO, A. M. e MAGALHÃES, M. S. (Org.). *Ensino de História: Sujeitos, Saberes e Práticas*. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.
GOMES, Ivone Maria Dos Santos. O ensino de história no Brasil: uma abordagem histórica. II CONEDU CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Campina Grande: 2015.
GONTIJO, Rebeca. Sobre cultura histórica e usos do passado: a Independência do Brasil em questão. *Almanack*, Guarulhos, n. 08, p. 44-53, 2º semestre de 2014.
GOUBERT, Pierre. História Local. *Revista Arrabaldes*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, p. 69-82, maio/ago. 1988.
GOULART, [autor]; KNEIP, Lina Maria. *Plano Museológico de Araruama*. Araruama, 1977.
GONÇALVES, J. R. S. *A Retórica da Perda*: Os Discursos do Patrimônio Cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 1996.
GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Monumentalidade e Cotidiano: Os Patrimônios Culturais como Gênero de Discurso. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (Org.). *Cidade: História e Desafios*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 2002.
GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Entre as luzes e o romantismo: as tensões da escrita da história no Brasil oitocentista. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (Org.). *Estudos sobre a Escrita da História*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006.
_____. História, Memória e Patrimônio. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: História e Patrimônio*, Brasília: IPHAN, n. 34, 2012.
_____. Nação e Civilização Nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de Uma História Nacional. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988.
_____. O Presente do Passado: As Artes da Clio em Tempos de Memória. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (Orgs.). *Cultura Política e Leituras do Passado: Historiografia e Ensino de História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 25-41.
_____. Repensando os Domínios de Clio: Angústias e Ansiedades de Uma Disciplina. *Revista Catarinense de História*, Florianópolis, n. 5, p. 5-20, 1998.
GUIMARÃES, Carlos Magno; NASCIMENTO, Évelin Luciana M. de. De Sítio Arqueológico a Espaço Musealizado. *Anais do Museu Histórico Nacional*, v. 38, p. 25-44, 2006.
GUIMARÃES, Márcia Barbosa da Costa. A Ocupação Pré-Colonial da Região dos Lagos: Sistema de Assentamento e Relações Intersocietais entre Grupos Sambaquianos e Grupos Ceramistas Tupinambá e Tradição Una. 2013. 392 f. Tese de Doutorado – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
GRANATO, Marcus; RIBEIRO, Emanuela Sousa; ARAÚJO, Bruno Melo de. Cartas Patrimoniais e a Preservação do Patrimônio Cultural de Ciência e Tecnologia. *Informação & Informação*, [S. l.], v. 23, n. 3, p. 202–229, 2018. DOI: 10.5433/1981-8920.2018v23n3p202. Disponível em: https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/30997. Acesso em: 19 nov. 2024.
GRUNBERG, Evelina. *Educação Patrimonial: Utilização dos Bens Culturais* Como Recursos Educacionais. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: http://www.pead.faced.ufrgs.br/sites/publico/eixo4/estudos_sociais/educacao_patrimonial.pdf. Acesso em: 23 dez. 2014.
HERCULANO, Selene. *Saquarema: História de sua Urbanização pela Função Veraneio e a Disputa por suas Terras Públicas (1955-1980),* Analisando um Caso de Desenvolvimento Local na Região dos Lagos (RJ). Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <www.professores.uff.br/seleneherculano>. Acesso em: 23 dez. 2022.
HORTA, M. L.; GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A. *Guia Básico de Educação Patrimonial*. Brasília: Museu Imperial – UNB, 1999.

ICOM. Disponível em: https://www.icom.org.br/?page_id=Endereçoeletrônico. Acesso em: 20 ago. 2024.
INEPAC. *Lista de Bens Tombados. Instituto Estadual do Patrimônio Cultural*, s.d. Disponível em: http://www.inepac.rj.gov.br/index.php/bens_tombados/detalhar/421. Acesso em: 25 maio 2024.
IPHAN. *Lista de bens culturais inscritos nos livros de Tombo: 1938-2012*. Rio de Janeiro, 2013.
INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS (IBRAM). *Guia dos museus brasileiros*. Brasília, DF, 2011
IPHAN. Termo de Cooperação Técnica entre o IPHAN e a Prefeitura Municipal de Araruama.. Araruama, 2000.
IPHAN. *Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade*. Disponível em: https://www.gov.br/iphan/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/premios/premio-rodrigo-melo-franco-de-andrade. Acesso em: 27 nov. 2024.
IPHAN. Ata de reunião entre o IPHAN e a Prefeitura de Araruama. Araruama, 21 de março de 2006
HARTOG, François. Tempo e Patrimônio. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 22, n. 36, p. 261-273, jul./dez. 2006.
HOBSBAWM, Eric. *Nações e Nacionalismo Desde 1780: Programa, Mito e Realidade*. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2016.
HEYMANN, Luciana. O "Devoir de Mémoire" na França Contemporânea: Entre a Memória, História, Legislação e Direitos. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006.
HUYSSEN, Andreas. *Seduzidos pela Memória: Arquitetura, Monumentos*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000. Disponível em: http://pt.scribd.com/doc/60437331/TEORICO-Huyssen-Seduzidos-pela-memoria-completo-em-portugues. Acesso em: 12 jan. 2013.
JULIÃO, Letícia. Apontamentos sobre a História dos Museus. In: NASCIMENTO, Silvânia Sousa do; TOLENTINO, Átila; CHAGAS, Mário. *Cadernos de Diretrizes Museológicas 1*. 2. ed. Brasília: Ministério da Cultura, 2006.
KARVAT, Erivan Cassiano. A Historiografia como Discurso Fundador: Reflexões em Torno de um Programa Histórico. *Revista de História Regional*, Ponta Grossa, n. 10, p. 47-70, inverno, 2005.
KRUPCZAK, C.; AIRES, J. A.; SILVEIRA, C. As Definições de Museu e a Relação com a Educação Museal em Dissertações e Teses Brasileiras. *Revista Exitus*, [S. l.], v. 11, n. 1, p. e020132, 2021. DOI: 10.24065/2237-9460.2021v11n1ID1536. Disponível em: https://portaldeperiodicos.ufopa.edu.br/index.php/revistaexitus/article/view/1536.
KNACK, Eduardo Roberto Jordão. Patrimônio, Ruínas e Historicidade no Século XVIII: Um Olhar sobre Hubert Robert. *Revista Confluências Culturais*, v. 6, n. 2, p. 73-87, set. 2017.
KNAUSS, Paulo. Combate pelo Fato. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, n. 73, 9 out. 2011. Disponível em: https://web.archive.org/web/20160806112733/http://revistadehistoria.com.br/secao/entrevista/combate-pelo-fato. Acesso em: 23 jul. 2022.
KNAUSS, Paulo. Imaginária Urbana: Escultura Pública na Paisagem Construída do Brasil. In: SALGUEIRO, H. (Org.). *Paisagem e Arte*. São Paulo: CBHA, 2000.
KNEIP, Lina Maria; CRANCIO, Filomena; RODRIGUES FRANCISCO, Benedicto. O Sambaqui da Beirada (Saquarema - Rio de Janeiro). *Revista de Arqueologia*, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 41–54, 1988. DOI: 10.24885/sab.v5i1.67. Disponível em: https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/67. Acesso em: 20 nov. 2024.
KNEIP, Lina Maria. A Aldeia Pré-Histórica de Três Vendas, uma Tentativa de Reconstituição. *Revista de Arqueologia*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 46-52, dez. 1983.

_____. O Sambaqui de Manitiba I e Outros Sambaquis de Saquarema, RJ. Documento de Trabalho 5: L-91, 2001.
_____. Pré-História de Saquarema. In: TENÓRIO, M. C. (Ed.), *Pré-História da Terra Brasilis*, pp. 223-23. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1999.
KNEIP, Maria L. Sambaqui da Beirada: pesquisa e preservação. s.d. s.p. Painel
KNEIP, Maria L. A pesquisa. s.d. s.p. Painel
KNEIP, Maria L A Preservação. s.d. s.p. Painel
KODAMA, Kaori. *Os Índios no Império do Brasil*: A Etnografia do IHGB entre as Décadas de 1840 e 1860. Rio de Janeiro: FIOCRUZ; São Paulo: EDUSP, 2009.
KÜHL, B. M. *Notas sobre a Carta de Veneza*. Museu Paulista: História e Cultura Material, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 287-320, dez. 2010. Disponível em: . Acesso em: 23 set. 2017.
LAMEGO, Alberto Ribeiro. *O Homem e a Restinga*. Rio de Janeiro, 1946.
LANGER, Johnni. *Ruínas e Mitos: Arqueologia no Brasil Império*. 327 f. Tese de doutorado – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2000.
LAXE, João Batista Cortines. *Regimento das Câmaras Municipais*. 2. ed. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1885.
LEAL, Claudia Feierabend Baeta. Patrimônio e desenvolvimento: as políticas de patrimônio cultural nos anos 1960. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, n. sér., v. 24, n. 1, p. 99-136, jan.-abr. 2016.
LEAL, Alessandra; BORGES, Maristela C. *Patrimônio cultural imaterial: leis e documentos*. Caminhos de Geografia, Uberlândia, v. 13, n. 44, p. 221-234, dez. 2012.
LEITE, Marcelo Henrique. *Ensino de história e museu:* os usos docentes do museu republicano "Convenção de Itu". 153 f. Dissertação (Mestrado em História) – UniRIO, Rio de Janeiro, 2018.
LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora UNICAMP, 1990.
LIBÂNEO, José Carlos. *Didática*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 1991.
LUCKESI, Carlos Alberto. *Filosofia da educação*. 1. ed. São Paulo: Cortez, 1994.
LIMA, Diana Farjalla Correia. Museologia - Museu e Patrimônio, Patrimonialização e Musealização: ambiência de comunhão. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, Belém, v. 7, n. 1, p. 31-50, jan.-abr. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v7n1/a04v7n1.pdf. Acesso em: 24 abr. 2016.
LIMA, Tânia Andrade. Em Busca dos Frutos do Mar. *Revista da USP*, São Paulo, n. 44, p. 270-327, 1999.
LIMA, Tania Andrade. Patrimônio arqueológico, ideologia e poder. *Revista de Arqueologia*, v. 5, n. 1, p. 19-28, 1988.
_____. Lina Maria Kneip, uma vida, uma obra. *Revista de Arqueologia*, [S.l.], p. 7-14, dez. 2000.
LIMA, Tania Andrade; SILVA, *Regina Coeli Pinheiro da. 1898–1998: a pré-história brasileira em cem anos de livros didáticos. Fronteiras, [S. l.]*, v. 3, n. 6, p. 91–134, 2021. Disponível em: https://ojs.ufgd.edu.br/FRONTEIRAS/article/view/13389. Acesso em: 28 nov. 2024.
LIMA, Maria da Glória d'Almeida. *Pérola entre o rio e o mar: História de Rio das Ostras*. 3. ed. Rio das Ostras: Iriri, 2004.
LIMA, Antonio de Carlos Souza. Prefácio. In: FREIRE, Carlos Augusto da Rocha; OLIVEIRA, José Pacheco de. *A presença indígena na formação do Brasil*. Brasília: SECAD, 2006.
LIMA, Sávio Queiroz. Assim caminha a humanidade: a "pré-história" no livro didático e a crítica atualizada sobre paleo-história e paleoantropologia. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, Vitória da Conquista, 2020

LINO, Jaisson Teixeira; BRUHNS, Katianne. Os arqueólogos e os índios... vivos! Reflexões sobre arqueologia pública, políticas públicas e sociedades indígenas. *Revista CEOM*, Chapecó, ano 25, n. 34, p. 96-115, 2011.
LOUREIRO, M. L. N. M. Preservação in situ X ex situ: reflexões sobre um falso dilema. In: *Seminário Iberoamericano de Investigación em Museologia*, 3. Madrid, p. 1-10, 2011.
Lima, Savio Queiroz. Assim Caminha a Humanidade: A "Pré-História" no Livro Didático e a Crítica Atualizada sobre Paleo-História e Paleoantropologia. *Anais do Encontro Estadual de História*, Bahia, 2020.
LOPES, M. M. A favor da desescolarização dos museus. *Educação & Sociedade*, n. 40, dez. 1991.
LOPEZ, Félix G. A política cotidiana dos vereadores e as relações entre o executivo e legislativo em âmbito municipal: o caso do município de Araruama. *Revista Sociologia Política*, Curitiba, n. 22, jun. 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782004000100012/. Acesso em: 12 maio 2019.
MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. De como se constrói uma história local: Aspectos da produção e da utilização no ensino de história. In: ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira; FAGUNDES, José Evangelista; ROCHA, Raimundo Nonato Araújo da (org.). *Reflexões sobre história local e produção de material didático* [recurso eletrônico]. Natal: EDUFRN, 2017.
MARINS, Paulo César Garcez; SCHPUN, Monica Raisa. Museus no Brasil: impasses do passado, desafios para o futuro. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, Nova Série, v. 30, p. 1-13, 2022.
MACHADO, Lilia Cheuiche; SENE, Gláucia A. Malerba. Simbolismo, Identidade cultural e análise biológica: os remanescentes esqueléticos humanos do sambaqui da Tarioba. In: DIAS JR, O. F.; DECCO, Juber de; FRÓES, Mara Moreira (Orgs.). *Pré-História de Rio das Ostras*. Rio das Ostras: Fundação Cultural de Rio das Ostras, Inside, 2001, p. 51-80.
MAGESTE, Leandro Elias Canaam. Cronologia e variabilidade: Os Ceramistas Tupiguarani da Zona da Mata mineira e Complexo Lagunar de Araruama. 489 f. Tese (Doutorado em Arqueologia) – MAE, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.
MARANDINO, Martha. Transposição ou recontextualização? Sobre a produção de saberes na educação em museus de ciências. *Revista Brasileira de Educação*, v. 9, n. 26, p. 95-108, 2004.
MARANDINO, M. (org.). *Educação em museus: a mediação em foco*. São Paulo: FEUSP, 2008.
MARCELO, Venegas Hernan. A noção de patrimônio no Brasil Império. *PASOS. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, v. 11, n. 1, p. 135-146, 2013.
MARTINS, Luciana Conrado. *A relação museu/escola*: teoria e prática educacionais nas visitas escolares ao Museu de Zoologia da USP. 245 f. Dissertação de Mestrado em Educação – USP, São Paulo, 2006.
MARTINS, Luciana Conrado. *A constituição da educação em museus*: o funcionamento do dispositivo pedagógico museal por meio de um estudo comparativo entre museus de artes plásticas, ciências humanas e ciência e tecnologia. 390 f. Tese de Doutorado em Educação – USP, São Paulo, 2011.
MARTINEZ, Pedro Henrique. A nação pela pluma: Natureza e sociedade no Museu do Índio (Rio de Janeiro, 1953-1957). *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 119-148, jul.-dez. 2012.
MARTINS, Miriam Celeste. Medicação; Educação. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. *Caderno da Política Nacional de Educação Museal*. Brasília, DF: IBRAM, 2018. p. 73-77.

MARTINS, Maria Cristina Bohn. As sociedades indígenas, a história e a escola. *Antíteses*, Londrina, v. 2, n. 3, p. 153-167, jan.-jun. 2009.
MARTIUS, Karl Friedrich Von Martius. Como se deve escrever a História do Brasil. In: RODRIGUES, José Honório. *Revista de História de América*, n. 42, p. 433-458, dez. 1956.
Marandino, M. Transposição ou recontextualização? Sobre a produção de saberes na educação em museus de ciências. *Revista Brasileira de Educação*, v. 26, p. 95-108, 2004.
MARTINS FILHO, Amilcar Vianna. Como escrever a história da sua cidade. Belo Horizonte: ICAM, 2005.
MARTINS, Marcos Lobato. *Os estudos regionais na historiografia brasileira*. Disponível em: https://www.yumpu.com/pt/document/read/12453672/os-estudos-regionais-na-historiografia-brasileira-minas-de-historia. Acesso em: 22 jun. 2019.
MATOS, Alexandre Pena. Educação patrimonial no contexto arqueológico: reflexões acerca das práticas educacionais. 242 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.
MATTOZZI, Ivo. Currículo de história e educação para o patrimônio. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, n. 47, p. 135-155, 2008.
MATTOSO, José. *A escrita da História – teoria e métodos*. Lisboa: Editorial Estampa, 1988.
MAUAD, Ana Maria. O passado em imagens: artes visuais e história pública. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo (Orgs.). *História Pública no Brasil: Sentidos e Itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016. p. 87-96.
MELLO, J. A representação social da escravidão nos museus brasileiros: interfaces entre a Museologia e a História. *Sankofa - Revista de História da África e de Estudo da Diáspora Africana*, v. 6, n. 10, 2013.
MELLO, J. DA S. B.; BARRA, S. H. DA S. Ensino de História, Patrimônio Cultural e Memória Social: desafios e possibilidades de uma comunidade escolar em Madureira/RJ. *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 17, n. 4[47], p. 132 - 162, 2 dez. 2017
MELLO, Janaina Cardoso de. Arqueologia e musealização in situ: Das pedras às pessoas. *Horizonte de la Ciencia*, v. 5, n. 9, p. 27-37, 2015. Disponível em: https://www.redalyc.org/journal/5709/570960874003/html/.
GARRIDO, M. C. de Moura; ROCHA, L. Oliveira Casemiro da; CESAR, I. dos Santos; ROMANCENE, Ana Dias da Silva. Ensino de história indígena: o que se tem produzido e discutido a respeito no brasil. *Revista Univap, [S. l.]*, v. 30, n. 65, 2024. DOI: 10.18066/revistaunivap.v30i65.4489. Disponível em: https://revista.univap.br/index.php/revistaunivap/article/view/4489. Acesso em: 28 nov. 2024.
MUNICÍPIOS EM DESTAQUE. Rio de Janeiro: Norte Sul, 2006.
MUSEU ARQUEOLÓGICO, 2006. Antropofagia 2019. Painel
MUSEU ARQUEOLÓGICO, 2006. Tupinambás 2019. Painel
MUSEU ARQUEOLÓGICO, 2006. Tupinambás em Araruama. 2019. Painel
MUSEUARQUEOLÓGICO. Relatório de Atividades da Semana de Museus.Araruama, 2010.
MUSEU ARQUEOLÓGICO DE ARARUAMA. *Plano Anual de Atividades de 2010/2011*. Araruama, 2010.
MUSEU ARQUEOLÓGICO DE ARARUAMA**.** Museus do Rio. Grupo de Pesquisa - CNPq "Memória, Cultura e Patrimônio". Grupo de pesquisa cadastrado no CNPq "Memória, Cultura e Patrimônio" sob a liderança de Regina Abreu. Imagine Filmes. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=klb0UdlGQXQ&t=1s. Acesso em: 15 jan. 2022.
MUSEU SAMBAQUI DA TARIOBA, Painel de Introdução, s.d., n.p. Painel
MUSEU SAMBAQUI DA TARIOBA. SÍTIOS HISTÓRICOS. s.d.n.p. Painel
MUSEUSBR. *Museus no Brasil*. Disponível em: https://cadastro.museus.gov.br/ Acesso em: 27 de julho de 2024.

NAVARRO, Eduardo de Almeida. Dicionário de Tupi Antigo - A língua indígena clássica do Brasil. São Paulo: Editora Global, 2013.
NETO, João Paulo Vieira; PEREIRA, Eliete. Povos indígenas no Brasil, museus e memória: questões emergentes. Revista do Centro de Pesquisa e Formação, n. 5, setembro, 2017.
NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. Projeto História. São Paulo: PUC, n. 10, pp. 07-28, dezembro de 1993.
NOVAIS, Fernando. Colonização e sistema colonial: discussão de conceitos e perspectiva histórica. In: SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA. 1969.
OLEGÁRIO, s.n., 2003. *Os prefeitos de Rio das Ostras*. In: https://olegario.blog.br/quem-foram-os-prefeitos-de-rio-das-ostras-um-registro-que-nem-o-google-sabe-encontrar.html
OLIVEIRA, Adriana Machado Pimentel de. *Entre a Pré-história e a História*: Em busca de uma cultura histórica entre os primeiros habitantes do Cariri paraibano. 2009. 231 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.
OLIVEIRA, Jeanne Cordeiro de. *A Primeira Face da Tradição* – Os Goitacá: Da História e da Identidade dos que não "deitaram letras". 2004. 138 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Severino Sombra, 2004.
OLIVEIRA, José Pacheco de. *A presença indígena na história do Brasil*. Brasília: SECAD, 2006. p. 11-15.
OLIVEIRA, Renata de Almeida. *Memória da Ocupação Indígena no Estado do Rio de Janeiro.* 2011. 247 f. Dissertação (Mestrado em Memória Social) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.
OSZLAK, Oscar; O'DONNELL, Guillermo. Estado y políticas estatales en América Latina: hacia una estrategia de investigación. Buenos Aires: CLACSO, 1976. Apud.
PARDI, Maria Lúcia Franco. A Preservação do Patrimônio Arqueológico e Turismo. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Brasília, v. 33, p. 305-337, 2007.
PAULA, Ana. *As Melhores Praia do Rio*. Disponível em https://ateondeeupuderir.com/praias-da-regiao-dos-lagos-rj/ Acesso, 23 de junho de 2024
PEREIRA, Walter L.C.M. História e Região: Inovação e industrialização na economia salineira fluminense. *Revista de História Regional*, v. 15, n. 2, 2010, p. 184-210. Disponível em: <link>. Acesso em: 24 mai. 2021.
PADRÓ, Carla; LÓPEZ, Eneritz; KIVATINETZ, Magalí. Estilos de aprendizaje y metodologías para trabajar en Museos. In: PADRÓ, Carla (Edit.). *Mediación Museística*. Barcelona: Mapa de las Ideas, 2014. p. 89-104.
PIMENTEL, Eduardo Francisco. *Museu Municipal*: Memória, História e Identidade. O Museu Municipal de Carangola-MG. 273 f. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.
PIZZARRO E ARAÚJO, J. *Memórias Históricas do Rio de Janeiro e das Províncias Anexas à Jurisdição do Vice-Rei do Estado do Brasil, dedicadas a El-Rei Nosso Senhor D. João VI*. Rio de Janeiro: Na Imprensa Régia, 1820. v. 4.
POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.
_____. Memória e Identidade Social. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.
POULOT, D. *Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII-XXI: do monumento aos valores*. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.
POSSOMAI, Zita Rosane. *O lugar do patrimônio na operação historiográfica e o lugar da história no campo do patrimônio*. Anos 90, Porto Alegre, v. 25, n. 48, p. 23-49, 2018.
Prefeitura de Araruama. *Museu Arqueológico de Araruama*. Projeto. Secretaria Municipal de Cultura, Araruama.

PROCOPIUCK, Mario; MACHADO, Evanio T.; REZENDE, Denis A.; BESSA, Fabiane L. B. N. O *Plano Plurianual Municipal no sistema de planejamento e orçamento brasileiro. Revista do Serviço Público*, Brasília, ano 58, n. 4, pp. 397-415, out./dez. 2007.
PROUS, André. *Arqueologia Brasileira*. Brasília: UNB, 1992.
PROUS. Arqueologia, Pré-História e História. In: *Pré-história da Terra Brasilis*. TENÓRIO, Maria (ORG.). Rio de Janeiro: UFRJ, 1999. p. 19-34.
QUEIROZ, Luciana Scanapieco. *Um museu de cidade:* Imaginário debate o caso do museu de Juiz de Fora. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro; Museu de Astronomia e Ciências Afins, Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, 2013.
RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática, 1993.
RAMOS, Francisco Régis Lopes. *A danação do objeto*: o museu no Ensino de História. Chapecó: Argos, 2004, p. 21-22.
REZNIK, Luís. História local e práticas de memória. In: PEREIRA, Junia Sales (ORG.). *Produção de materiais didáticos para a diversidade: patrimônio e práticas de memória numa perspectiva.* Belo Horizonte/Brasília: UFMG, 2010.
REZNIK, Luís. *Uma reflexão sobre a escrita do local e do biográfico*. ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Londrina, 2005.
REZNIK, L. *Qual o lugar da história local*. Projeto "História de S. Gonçalo: Memória e Identidade". UERJ. Disponível em: http://www.historiadesaogoncalo.pro.br/txt_hsg_artigo_03.pdf. Acesso em: 9 maio 2021.
RIBEIRO, Francisco Carlos Fernandes. Prefácio. In: GOMES, Aracy do Rego; TRINDADE, Maria de Lourdes Araujo; PAGANELLI, Tomoko Lyda. Viva a nossa turma: O município de Araruama. Rio de Janeiro: ACCESS, 2002.
_____. Mensagem. In: REVISTA MUNICÍPIOS EM DESTAQUE. Rio de Janeiro: Norte Sul Emp., n. 109, p. 6, 2006.
RIBEIRO, Loredana; JÁCOME, Camila. Tupi ou não tupi? Predação material, ação coletiva e colonialismo no Espírito Santo, Brasil. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum., Belém, v. 9, n. 2, p. 465-486, maio-ago. 2014.
RIBEIRO, Flávia Maria Franchini. *Do Convento ao Museu de Arte Religiosa e Tradicional (MART): o processo de ressignificação do conjunto arquitetônico franciscano de Cabo Frio. Cabo Frio: 400 anos de história, 1615-2015*. Organização: Flávia Maria Franchini Ribeiro, Luiz Guilherme Scaldaferri Moreira. – [Brasília]: IBRAM, 2017.
RIBEIRO, Silene Orlando. *De índios a guerreiros reais*: a trajetória da aldeia de São Pedro de Cabo Frio – séculos XVII-XVIII. Dissertação (Mestrado). Faculdade de História, Universidade Federal Fluminense, 106p. 2005.
RIBEIRO, Francisco Carlos Fernandes. Apud QUINTANILHA, Luis. Inaugurado Museu Arqueológico de Araruama. Jornal Rural. Campos dos Goytacazes, p. 8-9, março-abril de 2006.
RIO DAS OSTRAS. *Lei Orgânica Municipal*. Rio das Ostras. 1994
RIO DAS OSTRAS, 2024a, s.p. Disponível em ://www.riodasostras.rj.gov.br/simbolos-oficiais acesso 23 de Janeiro de 2020
PREFEITURA DE RIO DAS OSTRAS. Venha se apaixonar por Rio das Ostras!. Disponível em: https://www.riodasostras.rj.gov.br/pontos-turisticos/ Acesso em 25 de Janeiro de 2024
RIO DAS OSTRAS. Patrimonio. Prefeitura de Rio das Ostras. 2024b, s.p. Disponível em https://www.riodasostras.rj.gov.br/historia/ acesso 23 de Janeiro de 2020
RODRIGUES, Maria de Fátima Moraes. *Araruama*: Panorama de Uma Cidade. Araruama: Editora Damadá, 1992.

RONET. Sambaqui da Tarioba participa da 16ª Semana Nacional de Museus. RIO DAS OSTRAS. ASCOM 2024. Disponível em: https://riodasostras.net/sambaqui-da-tarioba-participa-da-16-semana-nacional-de-museus/. Acesso em: 24 nov. 2024.
ROIZ, Diogo da Silva. *A Institucionalização do ensino universitário de geografia e história na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo entre 1934 e 1956*. Revista Agora, Santa Cruz do Sul, v. 13, n. 1, p. 65-104, jan./jun. 2007.
ROSENDAHL, Zeny. *Espaço e religião: uma abordagem geográfica*. 2. ed. – Rio de Janeiro: UERJ, NEPEC, 1996.
SANTOS, Boaventura de Souza. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. *Novos Estudos*, 79, Novembro de 2007
SALADINO, Alejandra; COSTA, Andrea; WICHERS, Camila A. de Moraes; RIBEIRO, Diego Lemos. PROSPECÇÕES EM EXPOSIÇÕES E ATIVIDADES EDUCATIVAS: levantamento dos conceitos, imagens e representações sobre arqueologia e patrimônio arqueológico decorrentes dos processos de musealização. In: ANNAIS IV Seminário de Preservação de Patrimônio Arqueológico. Rio de Janeiro P. 180-198 2020
SAQUAREMA. Brasão Municipal. Disponível em https://www.saquarema.rj.gov.br/simbolos/ Acesso em 21 de Janeiro de 2023
SAQUAREMA. Alunos Visitam Sambaqui da Beirada. 2022. Disponível emhttps://saquarema.rj.gov.br/alunos-da-rede-municipal-de-ensino-visitam-sambaqui-da-beirada/ Acesso em 08 de março de 2024
SAQUAREMA. Prefeitura Municipal. Lei Nº166/95 Sobre Conselho Municipal de Turismo Disponível em: https://www.transparencia.saquarema.rj.leg.br/arquivos/1002/166.pdf Acesso em 12 de Outubro de 2024
SAQUAREMA. Deliberação 3/70, 1970. Saquarema, RJ, Disponível em https://www.transparencia.saquarema.rj.leg.br/arquivos/2896/_0000001.pdf Acesso em: 30 de Agosto de 2024
SAQUAREMA. Brasão Municipal. Disponível em https://www.saquarema.rj.gov.br/simbolos/ Acesso em 21 de Janeiro de 2023
SARDELICH, M. E. Desafios contemporâneos para a educação museal. *Interfaces da Educação*, Paranaíba, v. 8, n. 23, p. 182-207, 2017.
SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças* – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
SCHWARCZ, Lilia K. Moritz. História e Etnologia. Lévi-Strauss e os embates em região de fronteira. Rev. Antropol. vol.42, n.1-2, p. 199-222, 1999.
SANTOS, Alcebíades Sabino dos. Prefácio. In: LIMA, Maria da Glória d'Almeida. Pérola entre o rio e o mar: História de Rio das Ostras. 3. ed. Rio das Ostras: Iriri, 2004.
SANTOS, Yuri; MANO, Marcel. A presença e a imagem dos indígenas na história e historiografia do triângulo mineiro. Revista Horizonte Científico. Uberlândia, v. 9, n. 2, dez. 2015, s.p. Disponível em: http://www.seer.ufu.br/index.php/horizontecientifico/article/view/25079. Acesso em: 30 mai. 2019.
SANTOS, Maria Célia T. Moura. Um compromisso social com a museologia. *Cadernos do CEOM*, Santa Catarina, v. 27, n. 41, p. 71-114, dez. 2014. Disponível em: <link>. Acesso em: 5 mar. 2019.
SANTOS, M. Sepúlveda dos. *Museus Brasileiros e Política Cultural*. RBCS, v. 19, n. 55, jun. 2004, p. 53-73.
SANTOS, António Nogueira. *Novos dicionários de expressões idiomáticas*. Edições J. Sá da Costa, 1990.
OSAQUA, Jornal. 2013. Disponível em: https://www.osaqua.com.br/2013/05/09/bibliografia-basica-de-saquarema/ Acesso em 21 de Janeiro de 2023/

O SAQUA. Jornal de Saquarema. 2022. em https://www.osaqua.com.br/2022/08/09/25-anos-da-praca-do-sambaqui-da-beirada Acesso em 21 de Janeiro de 2023/
SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira Dos Santos. História do ensino de História no Brasil: uma proposta de periodização. In: *Revista História da Educação*, v. 16, n. 37, p. 73-91, 2012.
SILVA, Edson. *O ensino de história indígena:* possibilidades, exigências e desafios com base na lei 11.645/2008. Revista História Hoje, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 213-223, 2012.
SILVA, Ana Paula da. Demografia e Povos Indígenas no Rio de Janeiro Oitocentista. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais, Santa Vitória do Palmar, v. 10, n. 20, p. 81-106, jul.-dez. 2018.
SILVA, Mariah Christine Rafael Guedes. Gestão Cultural no Município de Rio das Ostras (RJ): Breve análise da atuação da Fundação Rio das Ostras de Cultura. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Produção Cultural do Pólo Universitário de Rio das Ostras da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Produção Cultural, 2009.
SCIFONI, Simone. Patrimônio e educação no Brasil: o que há de novo? *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 43, e255310, 2022. Disponível em: https://www.scielo.br/j/es/a/zK7BLX6XmXMX5QnZFhLbRBS/abstract/?lang=pt. Acesso em: 24 nov. 2024.
SILVA, Marcos A. (Org.). *República em migalhas*: história regional e local. São Paulo: Marco Zero, 1990.
SILVA, Aldo José Morais. Um hino para a cidade: as disputas pela representação da memória e identidade através dos hinos cívicos em Feira de Santana, no século XX. CLIO: *Revista de Pesquisa Histórica*, Recife, eISSN: 2525-5649, n. 35.2, p. 51-74, jul.-dez. 2017.
SILVA, Giselda Shirley da; SILVA, Vandeir José da. Cartas patrimoniais: notas introdutórias sobre as possíveis implicações nas políticas de proteção do patrimônio cultural no Brasil. HUMANIDADES & TECNOLOGIA (FINOM), v. 34, abr.-jun. 2022, p. 149-167.
DE SIQUEIRA NETO, M. M.; DO NASCIMENTO, F. H.; LOPES GARCIA DE MELO, I.; PAIVA DE LIMA, J.; PEREGRINO TORRES RAMOS, A. C. O papel do município na preservação do patrimônio arqueológico: desafios e perspectivas do litoral norte de Pernambuco, Brasil. Vestígios, v. 18, p. 169-192, 2024.
SIMÃO, Lucieni de Menezes. Elos do patrimônio: Luiz de Castro Faria e a preservação dos monumentos arqueológicos no Brasil. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum., Belém, v. 4, n. 3, p. 421-435, set.- dez. 2009.
SYMANSKI, Luís Cláudio Pereira; GOMES, Denise Maria Cavalcante. Mundos mesclados, espaços segregados: cultura material, mestiçagem e segmentação no sítio Aldeia em Santarém (PA). *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, n. 20, n. 2, p. 53-90, jul.-dez. 2012.
SYMANSKI, Luís Cláudio Pereira. *Arqueologia histórica no Brasil: uma revisão dos últimos vinte anos*. In: Cenários Regionais em Arqueologia Brasileira. MORALES, Walter Fagundes; MOI, Flavia Prado (Orgs.). São Paulo: Annablume, p. 279-310, 2009.
SOUZA, Marcos Andre Torres de Souza. A arqueologia dos grupos indígenas em contextos históricos: problemas e questões. Revista de Arqueologia, Pelotas, v. 30, n. 1, p. 144-153, 2017.
SOUZA, Alfredo Mendonça. *Dicionário Arqueológico*. Rio de Janeiro: ADESA, 1997.
SCHEINER, Tereza Cristina. Comunicação, educação, exposição: novos saberes, novos sentidos. Semiosfera. *Revista de Comunicação e Cultura*, Rio de Janeiro, ano 3, n. 4-5, jul. 2003.
SPINOLA, Siomara Sodré. *Estado do Rio de Janeiro*. São Paulo: ÁTICA, 2014.
TORRES, Genesis. Genesis Torres: Um pouco de História. Jornal O Dia, Rio de Janeiro, 6 mar. 2015. O dia na Baixada. Disponível em:

https://odia.ig.com.br/_conteudo/odiabaixada/2015-03-07/genesis-torres-um-pouco-de-historia.html. Acesso em: 19 mai. 2018.
SEDA, Paulo Roberto Gomes; MACHADO, Christiane Lopes; SENE, Gláucia Malerba; SILVA, Laura da Piedade Ribeiro da. Do cerrado ao mar: a Tradição Una no litoral do Espírito Santo. Revista Maracanan, v. 7, n. 7, p. 55–82, 2011.
SMITH, Laurajane. El espejo Patrimonial: ¿ilusión narcisista o reflexiones múltiples? Antípoda: *Revista de Antropología y Arqueología*, Bogotá, n. 12, p. 39-63, 2011.
TEIXEIRA, Paulo David Porto Fabres. A presença Guarani na Região de Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil: Apontamentos para uma revisão a partir do diálogo intercultural. 127 f. Dissertação de Mestrado em Antropologia. Universidade Federal de Pelotas, 2014.
TRIGGER, Bruce. *História do Pensamento Arqueológico*. São Paulo: Odysseus, 2004.
TOLEDO, Grasiela Tebaldi. *Musealização da Arqueologia e Conservação arqueológica*: experiências e perspectivas para a preservação patrimonial. 489 f. Tese de Doutorado em Arqueologia. USP, 2017.
TOLENTINO, Átila Bezerra. Políticas Públicas para museus: o suporte legal no ordenamento jurídico brasileiro. *Revista CPC*, São Paulo, n. 4, p. 72-86, mai./out. 2007.
TRINDADE, Denise Chamum. *Arqueologia & Memória*: O caso da musealização do Sambaqui da Tarioba. Rio das Ostras: Inside, 2011.
TAMANINI, Elisabeth. Museu arqueológico de sambaqui: um olhar necessário. Dissertação apresentada à Faculdade de Educação da Universidade de Campinas para obtenção do título de mestre, Campinas, 1994.
VALENTE, M. E. A. *Museus de Ciências e Tecnologia no Brasil*: uma história da museologia entre as décadas de 1950-1970. Campinas, 2008. Tese (Doutorado em Geociências) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.
VASSALO, Simone; CICALLO, Andre. Por onde os Africanos chegaram: O Cais do Valongo e a institucionalização da memória do tráfico negreiro na Região Portuária do Rio de Janeiro. *Revista Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 21, n. 43, p. 239-271, jan./jun. 2015.
VECCHI, Aline Cardoso. *Plano Museológico do Museu de Araruama*. 115 f. TCC (Gestão de Museus) - Universidade Candido Mendes, 2018.
VILAR, Leandro. Cultura histórica e cultura historiográfica: uma síntese reflexiva. Seguindo os passos da História, 2014. Disponível em: http://seguindopassoshistoria.blogspot.com/2014/09/cultura-historica-e-cultura.html. Acesso em: 19 mai. 2022.
VIANA, Hélder. A problemática da "Memória Local": Reflexões sobre o caso Norte-Rio-Grandense. In: ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira; FAGUNDES, José Evangelista;
RIO DAS OSTRAS, 2024, s.p. Disponível em ://www.riodasostras.rj.gov.br/simbolos-oficiais acesso 23 de Janeiro de 2020
ROCHA, Raimundo Nonato Araújo da (Orgs.). Reflexões Sobre História Local e Produção de Material Didático. Natal: EDUFRN, 2017.
VIEIRA RIBEIRO et al. Narrativas e contranarrativas no Museu Municipal Parque da Baronesa: um campo de disputas para o ensino de história. Convergências: Estudos em Humanidades Digitais, v. 1, n. 03, p. 144-168, 2023. DOI: 10.59616/cehd.v1i03.318. Disponível em: https://periodicos.ifg.edu.br/cehd/article/view/318. Acesso em: 21 nov. 2024.
VIEGAS, Ana Claudia C. Introdução. In: RODRIGUES, Maria de Fátima Moraes. *Araruama: Panorama de Uma Cidade*. Araruama: Editora Damadá, 1992.
VIEGAS, A. C. C. *Trocas, facções e partidos:* um estudo da vida política em Araruama-RJ. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1997.

WICHERS, Camila Azevedo de Moraes. *Patrimônio Arqueológico Paulista*: proposições e provocações museológicas. Tese. Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
WICHERS, Camila Azevedo de Moraes. *Museus e antropofagia do patrimônio arqueológico*: (des)caminhos da prática brasileira. Tese. Departamento de Museologia, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2010.
WICHERS, Camila Azevedo de Moraes. Sobre a musealização de acervos Iny-Karajá: desafios e possibilidades para uma prática decolonial. *Habitus*, v. 17, n. 1, p. 53-76, 2019. Disponível em: http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/habitus/article/view/7258/4134. Acesso em: 20 jan. 2022.
WITTMANN, Luisa Tombini (Org.). Ensino (d)e *História Indígena*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
VALENTE, Maria Esther Alvarez. *Panorama da história da educação museal no Brasil*: uma reflexão. Anais do Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro, v. 52, p. 49-63, 2020.
ZARBATO, Jaqueline A. P. *Museus e ensino de história*: uma comparação entre ações didáticas em museus no Brasil e na Argentina. In: GONÇALVES, Nadiá; PINTO, Helena; ZARBATO, Jaqueline A. P. (Orgs.). Caminhos da Aprendizagem Histórica: História e Educação Patrimonial, debates e reflexões. Rio de Janeiro: Sobre Ontens/UFMS, 2021.
ZARBATO, Jaqueline Aparecida Martins. Museus, história e educação: narrativas de "futuros professores" de História. *Rev. Diálogo Educ*., Curitiba, v. 18, n. 57, p. 579-595, abr. 2018. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-416X2018000200579&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 21 nov. 2024. Epub 07 fev. 2020. https://doi.org/10.7213/1981-416x.18.057.ao07.
ZOTICH, Cristiane. Recusa de Bonifácio em ceder área para museu arqueológico em Cabo Frio frustra historiadores. *Folha dos Lagos*, Cabo Frio, 2022. Acesso em: https://www.folhadoslagos.com/geral/recusa-de-bonifacio-em-ceder-area-para-museu-arqueologico-em-cabo-frio/19686/. Acesso em: 11 set. 2022.